

Filantropia de  
justiça social,  
sociedade civil e  
movimentos sociais  
no Brasil

Graciela Hopstein (organizadora)

# Filantropia de justiça social, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil

Graciela Hopstein (organizadora)

Rio de Janeiro, 2018

 **e-papers**

APOIO



© Graciela Hopstein /E-papers Serviços Editoriais Ltda., 2018.

Todos os direitos reservados a Graciela Hopstein /E-papers Serviços Editoriais Ltda. É proibida a reprodução ou transmissão desta obra, ou parte dela, por qualquer meio, sem a prévia autorização dos editores.

Impresso no Brasil.

ISBN 978-85-7650-569-3

*Ilustração de capa*

KrulUA/iStock

*Revisão*

Rodrigo Reis

*Diagramação*

Michelly Batista

Esta publicação encontra-se à venda no site da

Editora E-papers

<http://www.e-papers.com.br>

E-papers Serviços Editoriais Ltda.

Av. das Américas, 3200, bl. 1, sala 138

Barra da Tijuca – Rio de Janeiro

CEP: 22640-102

Rio de Janeiro, Brasil

CIP-Brasil. Catalogação na fonte  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

---

F498

Filantropia de justiça social, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil / organização Graciela Hopstein.

- 1. ed. - Rio de Janeiro : E-Papers, 2018.

248 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7650-569-3

1. Filantropia - Brasil. 2. Justiça social - Brasil. 3. Movimentos sociais - Brasil. I. Hopstein, Graciela.

18-48655

CDD: 361.25

CDU: 364.614.8

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

# Sumário

---

- 7      Prefácio  
*Ana Toni*
- 11     Uma aproximação ao campo da filantropia de justiça social  
*Graciela Hopstein*
- 31    Parte I      O cenário dos direitos humanos na América Latina e no Brasil**
- 33     A (contra) reforma dos direitos humanos e sociais na América Latina  
*Eduardo Manuel Val*
- 41     Violação de direitos em tempos de instabilidade.  
Como a crise deteriora políticas de direitos humanos e expõe defensores à violência  
*Maria Carolina Trevisan*
- 55    Parte II      Visão internacional sobre a filantropia na América Latina e no Brasil**
- 57     Investimento social privado brasileiro no contexto dos países latino-americanos  
*Benjamin Bellegy*
- 63     O poder da comunidade na promoção dos direitos humanos\*  
*Mona Chun e Sarah Tansey*
- 69    Parte III     Filantropia de justiça social no Brasil**
- 71     Transformando a filantropia no Brasil: o fenômeno da Rede de Filantropia para a Justiça Social  
*Graciela Hopstein*
- 85     Filantropia de justiça social e defesa dos direitos humanos  
*Ana Valéria Araújo e Máira Junqueira*
- 95     Por uma perspectiva emancipatória no campo dos direitos humanos: sustentabilidade, autonomia e combatividade como princípios norteadores das ONGs  
*Taiguara Libano Soares e Souza e Natália Damazio*
- 101    Financiando o movimento socioambiental na América do Sul: um novo olhar  
*Maria Amalia Souza*

- 119 Contexto, farsas, tretas, ironias, linhas de fuga e pistas sobre  
filantropia feminista de justiça social: resistências e interseções  
*Amália E. Fischer P.*
- 139 Filantropia e equidade racial no Brasil  
*Helio Santos e Selma Moreira*
- 149 Fundo PositHIVo. Caminhos para a sustentabilidade da resposta  
social à epidemia de HIV/Aids no Brasil  
*Harley Henriques e Élidea Miranda*
- 159 Sociedades democráticas, equitativas e de paz são fundamentais  
para superar a Aids  
*Alessandra Nilo*
- 163 Cese: quatro décadas apoiando movimentos por direitos  
*Antonio Dimas Galvão, José Carlos Zanetti e Viviane Hermida*
- 175 As mídias livres e os movimentos culturais na defesa de direitos  
*Ivana Bentes*
- 185 Filantropia familiar no Brasil  
*Inês Mindlin Lafer*
- 193 Parte IV Filantropia comunitária no cenário Internacional  
e no Brasil**
- 195 #ShiftThePower – filantropia comunitária como desenvolvimento  
liderado pelas pessoas: a perspectiva global e sua relevância no  
Brasil  
*Jenny Hodgson*
- 211 Estratégias para o fortalecimento da filantropia comunitária: o caso  
do Icom na grande Florianópolis  
*Mariane Maier Nunes*
- 219 Fundação comunitária para o desenvolvimento local sustentável  
*Roberto Vilela de Moura Silva, Larissa Boing, Mayne da Silva Santos e  
Raquel Brunelli Davi*
- 225 Parte V Investimento social privado e mobilização de  
recursos no Brasil**
- 227 Investimento social privado como expressão da filantropia: dilemas e  
caminhos  
*Fábio Deboni*
- 237 Para a sociedade civil, é doando que se é sustentável  
*João Paulo Vergueiro*

# Agradecimentos

---

Quero agradecer especialmente aos/às autores/as que participaram desta coletânea de forma absolutamente voluntária, oferecendo textos analíticos de alta qualidade e demonstrando grande interesse e comprometimento ímpar com o projeto.

Também agradeço especialmente àqueles que apoiaram a realização desta obra com a venda antecipada da publicação, levando em conta que esta iniciativa foi realizada sem nenhum tipo de apoio financeiro ou suporte de nenhuma instituição. Sem a sua colaboração e convicção sobre a importância deste trabalho, este ousado projeto não teria saído do papel.

Não posso deixar de reconhecer o alento recebido de colegas que me estimularam com ideias, recomendações, indicações e sugestões ao longo desse árduo e longo processo: Amalia Fischer, Maria Amalia Souza e Ana Valéria Araújo.

Finalmente, dedico esta publicação a todos os movimentos que lutam pela conquista de direitos afirmativos e para derrubar as barreiras do racismo, do machismo, da xenofobia, da homofobia (e demais fobias e preconceitos em diversos campos), e que dedicam suas forças à construção de um mundo mais justo e democrático.

A Martina Davidson (minha filha), que, desde pequena, me ensinou que é possível viver num mundo atravessado pela diversidade, e por me lembrar, a cada passo e em cada ato, que as lutas que travamos são e sempre serão interseccionais. A Jorge Davidson, que, desde o início, reconheceu a importância de realizar este trabalho e me estimulou com o afeto e o carinho necessários para não desistir deste projeto (embora não tenham sido poucas as vezes em que pensei que continuar fosse uma verdadeira “boa loucura”).

Obrigada a todas e a todos!

*Graciela Hopstein*  
Rio de Janeiro, janeiro de 2018



# Prefácio

---

*Ana Toni*<sup>1</sup>

Temos poucas publicações sobre a filantropia brasileira. Há ainda muito menos textos ou publicações sobre nossa filantropia de justiça social. Nesse sentido, Graciela foi extremamente feliz ao escolher como foco deste livro a filantropia de justiça social no Brasil, um tema de suma importância que vem crescendo no campo da sociedade civil, mas ainda é muito pouco estudado.

Ao trazer como colaboradores pessoas que, direta ou indiretamente, atuam nesse campo, Graciela conseguiu nos presentear com um panorama rico em perspectivas e reflexões sobre as práticas e os desafios da filantropia de justiça social no Brasil, assim como suas relações com os movimentos sociais e outros atores da sociedade.

Provavelmente, a maioria dos representantes filantrópicos ou do investimento social privado nacional se sentiriam confortáveis e até orgulhosos de serem classificados como pertencentes ao campo da “filantropia de justiça social”. Essa denominação, cujos contornos estão ainda em processo de definição e às vezes são entendidos com ambiguidade, já parece ser bastante disputada.

Entretanto, como os autores tão bem demonstram e argumentam, o título de filantropia de justiça social é específico de um pequeno grupo de organizações no Brasil. A filantropia de justiça social tem, no cerne de sua ação, as desigualdades das relações de poder na sociedade, e não de todos os outros importantes aspectos de desigualdade ou problemas sociais que afligem nosso cotidiano.

Nesse sentido, é a centralidade da relação de poder entre os diversos atores políticos, sociais e econômicos que distingue a filantropia de justiça social como um grupo específico do campo filantrópico nacional e internacional.

Esse fio condutor está presente em todos os textos deste livro. Algumas vezes, ele aparece como determinante na escolha dos temas a serem priorizados

---

1 Mestre em Políticas da Economia Mundial pela London School of Economics and Political Sciences e doutora em Políticas Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Foi diretora executiva da ActionAid e representante da Fundação Ford no Brasil. Fundadora da Gestão de Interesse Público (GIP), é, atualmente, presidente do conselho do Greenpeace Internacional e diretora executiva do Instituto Clima e Sociedade (ICS).



pelas organizações filantrópicas, como, por exemplo, o Fundo Baobá de Equidade Racial ou o Fundo Elas. Outras vezes, aparece na sua forma de atuação, como, por exemplo, o Fundo Brasil de Direitos Humanos ou o Fundo Casa.

A priorização dos temas de direitos humanos, coberto pelo livro de forma estruturante, é um testemunho da relação intrínseca entre a filantropia de justiça social e as relações de injustiça e desigualdade que permeiam a sociedade brasileira, excluindo grupos sociais como negros, mulheres, indígenas, população LGBTQI+, entre outros.

Apesar de fundamental e predominante na filantropia de justiça social no Brasil e no mundo, o tema de direitos humanos é consequência desse olhar que prioriza as relações de poder e não um recorte que delimita o campo de atuação da filantropia de justiça social. É evidente que a perspectiva de direitos humanos pode ser e é usada em muitos outros campos de atuação, como exemplificado pelos fundos comunitários. No entanto, a especificidade e força do livro reside no destaque do papel das relações de poder como organizadoras do campo da filantropia de justiça social.

O apoio e o fomento às organizações da sociedade civil e/ou aos movimentos sociais, o chamado *grantmaking*, tão bem discutido em diversos capítulos do livro, são mais um fator que distingue a filantropia de justiça social. O fomento direto às organizações da sociedade civil e aos movimentos de base subsidia e valoriza de forma clara o empoderamento dos grupos mais vulneráveis de nossa sociedade, dando a eles condições de explicitar e enfrentar diretamente as relações de poder que os afetam negativamente. O fomento e o apoio às organizações da sociedade civil e aos movimentos sociais proporcionam também o fortalecimento de um diálogo sem intermediários, menos desigual e sem a tutela de organizações privadas ou estatais.

É importante também destacar que o livro elabora de forma específica os desafios associados aos temas de arrecadação de recursos e financiamento da filantropia de justiça social. Tema indubitavelmente fundamental, já que é um dos grandes desafios presentes para a expansão do campo no Brasil. Ao se aprofundar nesse aspecto, o livro abre caminho para futuras reflexões sobre as tensões e contradições da filantropia de justiça social associadas ao papel e à posição social e econômica do “filantropo brasileiro”, bem como sobre a não priorização do apoio ao enfrentamento das relações de poder por parte da própria sociedade.

Como o livro demonstra, há diversas maneiras consistentes de fazer filantropia no Brasil. A maioria dos programas de investimento social privado concentra seus esforços em “resolver problemas sociais” diretamente ou em parceria com governos ou com o setor privado e, em regra, pouco utiliza o instrumento

de *grantmaking* ou de fomento a organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Aqui, o enfrentamento das relações de poder não necessariamente organiza a atuação da filantropia, de forma distinta do que caracteriza a filantropia de justiça social. E essa diferença é consistente mesmo quando ambas as abordagens têm a desigualdade como norte de suas atuações.

Este livro, sem dúvida nenhuma, é um importante subsídio para a reflexão e o conhecimento sobre a filantropia brasileira, pois ajuda a delinear de forma clara e consistente a contribuição específica da filantropia de justiça social. Um instigante diálogo que certamente dará origem a novas reflexões.



# Uma aproximação ao campo da filantropia de justiça social

---

Graciela Hopstein<sup>1</sup>

## Pontos de partida

A iniciativa de organizar este livro surgiu no ano de 2017, momento de transição na minha vida profissional. No final de 2016, após quase cinco anos, deixei a direção executiva do Instituto Rio, uma fundação comunitária que apoia movimentos e organizações da sociedade civil na zona Oeste do Rio de Janeiro.

Em conversas com um amigo (que, por sinal, é autor desta coletânea) sobre os meus planos futuros, e sabendo que, nesse ano, se cumpriam 10 anos da publicação do livro *A rebelião argentina: assembleias de bairro, piqueteros e empresas recuperadas* (E-papers, 2007), ele me sugeriu publicar um novo trabalho sobre a situação dos movimentos argentinos 10 anos depois. A ideia ficou por um bom tempo dando voltas na minha cabeça, mas, avaliando seriamente a situação e as possibilidades de desenvolver um trabalho desse porte, cheguei à conclusão de que tinha me afastado de forma visível da realidade argentina e de que assumir esse compromisso implicaria a realização de um novo projeto de pesquisa longo e custoso (em todos os sentidos). Mas, para além desse estudo específico (produto da minha tese de doutorado), o trabalho com movimentos continuou permeando a minha trajetória profissional e acadêmica.

Entre os anos 2006 e 2007, fiz uma pesquisa de pós-doutorado que teve como foco os movimentos culturais brasileiros e sua articulação com as políticas públicas e que deu origem a diversos artigos e publicações. Finalizada essa pesquisa, a partir do ano de 2009, comecei a desenvolver diversos trabalhos (nas áreas de pesquisa, avaliação e formação) para instituições que atuam no apoio a movimentos e organizações da sociedade civil. Devo confessar que demorei

---

1 Doutora em Política Social, professora e pesquisadora nas áreas de educação, metodologia de pesquisa, políticas públicas e movimentos sociais, consultora nas áreas de *grantmaking*, planejamento estratégico, diagnósticos institucionais e sociodemográficos e em programas de monitoramento e avaliação. Foi diretora executiva do Instituto Rio entre 2012 e 2016. Atualmente, é coordenadora executiva da Rede de Filantropia para a Justiça Social. Autora do livro *A rebelião argentina: assembleias de bairro, piqueteros e empresas recuperadas* (E-papers, 2007).

a associar esse trabalho ao campo da filantropia de justiça social, terminologia que, para mim (que nem para o grande público), soava estranha e remetia à ideia de assistencialismo.

Muitas experiências se sucederam desde então, mas o trabalho de apoio a movimentos e organizações da sociedade civil e o conhecimento aprofundado sobre a realidade, as demandas, problemáticas, temáticas que atravessam o setor foram se ampliando e consolidando, principalmente no contexto de programas de *grantmaking* (apoio) vinculados à filantropia comunitária, mas também em atividades de seleção, avaliação e desenvolvimento de capacidades em iniciativas vinculadas à filantropia socioambiental, cultural e de gênero. Ao longo dos anos, fui também conhecendo e fazendo contatos com uma diversidade importante de atores do âmbito nacional e internacional e com uma multiplicidade de movimentos e ativistas que comecei a reconhecer como importantes e potentes atores de mudança da realidade sociocultural brasileira.

A necessidade de reunir um conjunto diverso de pessoas que atuam no campo social, com múltiplas inserções profissionais, e de criar um diálogo plural e aberto foi uma das grandes motivações para organizar este livro. Gestores/as, consultores/as, financiadores/as, ativistas, acadêmicos/as, pesquisadores/as, jornalistas, formadores/as de opinião, com diversas trajetórias acadêmicas e profissionais nos âmbitos nacional e internacional, participam desta coletânea. Todos/as eles/as têm em comum não apenas a atuação em e/ou reflexão sobre movimentos sociais, sociedade civil, filantropia, ou nos campos político e social (no sentido amplo), mas também abraçam e/ou apoiam, de diversas formas, causas vinculadas aos direitos humanos e à justiça social. E isso não é uma tarefa fácil, já que, principalmente no Brasil (e talvez em outros países latino-americanos), existem, lamentavelmente, várias barreiras que separam os mundos da prática e da teoria, muitas delas intransponíveis. No âmbito da academia, é praticamente inexistente a presença de programas de formação e pesquisa em temáticas vinculadas à filantropia, embora, sim, seja importante reconhecer o desenvolvimento de um conjunto significativo de trabalhos que tem como foco o estudo sobre movimentos sociais, sociedade civil, direitos humanos e justiça social (nas diversas dimensões).

Por outra parte, os conhecimentos produzidos fora da academia, com reflexões aprofundadas sobre as mencionadas temáticas, baseados em experiências e em ações de intervenção, são pouco divulgados e de escassa circulação. Essa situação, somada à existência de preconceitos, polarizações e do pensamento binário que atravessam as diversas abordagens analíticas advindas tanto da academia quanto da sociedade civil (agravadas, nos últimos anos, no contexto da crise política verificada em escala nacional, regional e internacional), deu

origem a esta publicação, que tem como finalidade criar diálogos e debates interdisciplinares desde diversas perspectivas teóricas e práticas, acrescentando e divulgando conhecimentos que possam contribuir para uma reflexão plural e ampla sobre o campo da filantropia de justiça social.

Mas esta iniciativa também nasce da inquietação, do desconforto da necessidade de falar abertamente sobre as profundas desigualdades e injustiças que permeiam a estrutura social brasileira. O Brasil é um dos países mais desiguais e violentos do mundo,<sup>2</sup> caracterizado por contar com altíssimas taxas de violência. De acordo com os dados levantados pelo Datasus, em 15 anos, a violência no País superou os 786 mil homicídios. “O Brasil mata uma pessoa a cada 10 minutos”, sendo que as populações negras, jovens e as mulheres são as mais afetadas. Parafraseando Vilma Piedade, “o racismo e o machismo matam, maltratam e excluem”<sup>3</sup>

Como afirmou, de forma oportuna, Atila Roque (representante da Fundação Ford no Brasil) em uma apresentação pública:<sup>4</sup> “os dados sobre a desigualdade, racismo e violência que caracterizam a nossa sociedade, sem dúvida desconstruem o mito do ‘homem cordial brasileiro’” (conceito desenvolvido por Sergio Buarque de Holanda).<sup>5</sup> Tampouco é uma tarefa simples falar sobre essa realidade tão crua e revoltante. Em diversas situações e contextos, já fui “cordialmente impedida” de emitir as minhas opiniões porque, “como estrangeira, não tinha condições de entender o racismo brasileiro”. Realmente compreendo a dor que provoca colocar o dedo nas feridas, mas quando se trata de violações aos direitos humanos, acredito que elas transcendem as fronteiras das nacionalidades, pois é um assunto que nos alcança como pessoas humanas. Mas também é importante destacar que os dados falam por si sós e a minha trajetória de mais de 20 anos no Brasil e os profundos conhecimentos adquiridos (acadêmicos e práticos) sobre o campo político e social me permitem reforçar as afirmações relativas à injustiça e à desigualdade que caracterizam a sociedade brasileira.

Esta publicação não pretende fazer uma análise conceitual essencialista, mas, a partir de abordagens materiais, procura refletir e trazer à tona um

---

2 Em termos de distribuição de renda, estudos recentes indicam que os 10% mais ricos da população ficam com mais de metade da renda nacional.

3 Piedade, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Nós, 2017.

4 “Engajando o Investimento Social Privado na Agenda de Desenvolvimento Global”. Museu do Amanhã, 12 de dezembro de 2017.

5 Em seu livro *Raízes do Brasil*, Sergio Buarque de Holanda desenvolve a ideia de que as virtudes tão elogiadas por estrangeiros, como a hospitalidade e a generosidade, representam “um traço definido do caráter brasileiro”. Para o autor, essas virtudes não podem ser entendidas como bons modos, muito menos de bondade ou amizade. Ou seja, a atitude polida equivale a um disfarce que permite a cada qual preservar sua sensibilidade e suas emoções, e, com essa máscara, “o indivíduo consegue manter sua supremacia ante o social”.

conjunto de temáticas, problemáticas e tendências que permeiam os campos da filantropia de justiça social, dos direitos humanos no Brasil, no contexto da América Latina e do âmbito internacional.

### **Reflexões iniciais a partir dos artigos reunidos nesta publicação**

Os 20 textos reunidos nesta coletânea (afora o Prefácio e esta apresentação) estão organizados em cinco partes: (1) O cenário dos direitos humanos na América Latina e no Brasil; (2) Visão internacional sobre a filantropia na América Latina e no Brasil; (3) Filantropia de justiça social no Brasil; (4) Filantropia comunitária no cenário internacional e no Brasil; e (5) Mobilização de recursos e investimento social privado no Brasil.

Os/as autores/as que participam desta obra foram escolhidos/as tendo em vista a diversidade de perfis, de trajetórias profissionais e de vida, com capacidade de abordar uma multiplicidade de temáticas vinculadas direta ou indiretamente aos campos da filantropia de justiça social e comunitária tanto a partir de experiências práticas quanto de análises aprofundadas sobre a realidade e os cenários de atuação. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que eles/as tiveram total liberdade para definir as abordagens e temáticas para elaboração dos textos.

Dois artigos voltados para a análise do cenário dos direitos humanos na América Latina e no Brasil abrem esta coletânea. O texto de Eduardo Val analisa o ciclo histórico na América Latina desde a década de 1980 – no contexto do que o autor denomina de “novo constitucionalismo latino-americano” – até o momento atual, “de (contra) reforma dos direitos humanos e sociais”, fazendo inclusive um paralelo com a Reforma Protestante (que completou 500 anos). O movimento constitucionalista dos anos 1980 – que, segundo Eduardo, reflete um pluralismo jurídico – e a instalação do Estado de direito no período pós-ditaduras militares dão origem a um “novo poder constituinte” e à consolidação da esfera da sociedade civil, caracterizada pela presença de movimentos de luta pelos direitos humanos e fundamentais. Esse ciclo é interrompido no contexto da crise econômica mundial iniciada nos Estados Unidos em 2008 e que, anos mais tarde, afetou o continente europeu e a América Latina, gerando regressões políticas, impactando negativamente as bases do Estado democrático de direito e, principalmente, o campo dos direitos voltados para o reconhecimento de minorias (mulheres, indígenas, negros etc.). “Os golpes de Estado verificados dentro do Estado constitucional” – em Honduras, no Paraguai e no Brasil – são exemplos claros de um fenômeno que o autor chama de *lawfare*, entendido como a “guerra legal” utilizada como subterfúgio para o controle da democracia, como é o caso da manipulação dos diferentes recursos legais do sistema em

prol de uma aliança de interesses que visa subordinar, controlar e conquistar o poder político. O texto analisa uma série de acontecimentos repressivos na região emergente no contexto da (contra) reforma, oferecendo uma análise material que lhe permite afirmar que estamos atravessando momentos complexos de criminalização dos movimentos sociais e de regressão no campo das políticas públicas.

O texto de Maria Carolina Trevisan traz uma análise aprofundada sobre o cenário político atual e o panorama dos direitos humanos no Brasil, principalmente sobre as violações e a situação de vulnerabilidade na qual se encontram os/as defensores/as e as populações marginalizadas, sem acesso aos direitos. Na sua visão, a crise política que atravessa o País está influenciando diretamente a situação e a agenda dos direitos humanos. Mas, como alerta Carolina,

[...] a situação já era ruim antes do *impeachment*: apesar dos avanços sociais observados no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o que representou retirar 36 milhões de brasileiros da extrema pobreza, o governo da presidenta Dilma Rousseff, ainda que tenha mantido e ampliado os programas sociais, negligenciou outras áreas dos direitos humanos [...].

Isso afetou diretamente as comunidades rurais e indígenas por ocasião das grandes obras de infraestrutura. Mas, como afirma a autora, para além da atual conjuntura, é importante reconhecer que

[...] temos a nona maior taxa de homicídios do planeta, segundo a Organização Mundial de Saúde, e a violência letal também tem alvo certo: quem mais morre são os jovens negros, 70% das quase 60 mil vítimas por ano [...]. São gerações inteiras dizimadas. Muitas dessas mortes são produzidas pelo braço de segurança do Estado, representado pela Polícia Militar.

Carolina alerta também para as violações dos direitos das mulheres, já que “43,4% dos homicídios contra elas são praticados pelo parceiro ou ex-parceiro da vítima”.

Certamente, a situação ficou ainda mais grave após o *impeachment*, no contexto do governo Temer. A primeira conformação de sua equipe ministerial revelou que os direitos humanos não seriam uma frente de ação estratégica nem prioritária. Todos os ministros eram homens brancos, e, entre as primeiras medidas tomadas, decidiram exterminar as secretarias especiais de Direitos Humanos, Igualdade Racial, Juventude e Pessoas com Deficiência, que tinham *status* de ministério – e representavam conquistas recentes do reconhecimento das “minorias”. A postura do governo Temer diante de graves violações de direitos humanos também ficou evidente quando, no início de 2017, uma série de



massacres em presídios provocou a morte de mais de 136 pessoas sob tutela do Estado em menos de um mês.

Por sua vez, a autora também argumenta que um dos grandes problemas para enfrentar a questão da violência contra defensores e defensoras de direitos humanos e socioambientais é a impunidade, bem como a falta de recursos e políticas públicas. De acordo com um relatório da Anistia Internacional, o Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) não tem sido capaz de oferecer a proteção prometida em suas disposições. “A falta de recursos continuou a prejudicar sua implementação e deixou os defensores em perigo, enquanto a ausência de um marco legal para o programa também comprometeu sua eficácia”.

Entretanto, é importante salientar que tal cenário é abordado por diversos/as autores/as nesta publicação, colocando o foco nas repercussões que este momento regressivo traz para a sociedade civil, os movimentos sociais, os/as ativistas e defensores/as de direitos e o campo da filantropia, especificamente a falta de recursos disponíveis para apoio a iniciativas vinculadas, principalmente, aos direitos humanos e à justiça social.

Amalia Fischer analisa, de forma aprofundada, como o contexto atual deu margem ao surgimento de narrativas conservadoras e neoconservadoras como a “ideologia de gênero” (entre outras), que pode ser entendida como uma reação à “primavera feminista” que, além de alcançar uma escala mundial e continental (permeando os países da região), ensejou a emergência de diversas manifestações, acontecimentos e movimentos de resistência e de luta.

Por sua vez, Ana Valéria Araújo e Maíra Junqueira afirmam através de uma citação de Bruno Torturra que, no cenário atual, estamos vivendo uma “grande crise dos direitos humanos”, contexto a partir do qual é possível reconhecer um discurso de ódio na sociedade brasileira. “As pessoas passam a desrespeitar o outro sem maiores consequências” e, nesse cenário, “parece que é permitido ser racista, homofóbico e machista”, afirmam as autoras.

O texto de Mona Chun e Sarah Tansey chama atenção para a perseguição de ativistas na região, afirmando que “o número de assassinatos de defensores/as ambientais e de terras é mais alto na América Latina do que em qualquer outra região do mundo, e quase 40% das vítimas provêm de comunidades indígenas”. O artigo da Maria Carolina também aponta para a situação de vulnerabilidade dos/das defensores/as de direitos ambientais, acrescentando que, de acordo com a Front Line Defenders – organização de direitos humanos sediada em Dublin –, “cerca de 15% das violações estiveram vinculadas à defesa dos direitos coletivos LGBTI”. Avançando na análise, a autora afirma que, considerando a interseccionalidade da luta feminista contra o racismo, a lesbofobia, a transfobia,

o classismo etc., “todos os tipos de ódio se somam à violação dos direitos das mulheres, ao mesmo tempo que as coloca na linha de frente da resistência. Por isso, as defensoras dos direitos das mulheres estão ainda mais ameaçadas”.

O artigo de minha autoria sobre a Rede de Filantropia de Justiça Social também aborda, de forma aprofundada, o cenário atual e analisa o ciclo histórico compreendido entre os governos Lula e Dilma e as manifestações de junho de 2013, momento que dá lugar à instalação de outra densidade social, e a emergência de novas dinâmicas políticas que começam a ter visibilidade e permitem o surgimento de uma multiplicidade de movimentos que lutam pelo reconhecimento de direitos. O trabalho de Ivana Bentes também caminha nesse sentido, mostrando como os acontecimentos de junho contribuem para uma profunda transformação na cena política com o fortalecimento de movimentos de mídia livre que respondem “a um esforço de articulação e mobilização ‘de baixo para cima’, com a necessidade de troca de metodologias, a partilha de processos de difusão e comunicação vitais em um momento de crise”.

Mas, certamente, existem diversas abordagens quanto aos acontecimentos de junho, já que, sob a ótica de Maria Carolina, “as manifestações de junho de 2013 expuseram tendências conservadoras adormecidas na sociedade desde a ditadura militar (1964-1985)”. De acordo com a autora, “essa inclinação conservadora de matizes fascistas – também observada em países da América Latina, nos Estados Unidos e na Europa – começa a ganhar força em 2014”, dando margem, inclusive, à emergência de manifestações de protesto.

A parte II da publicação aborda a visão internacional sobre a filantropia brasileira e latino-americana, começa com um artigo de Benjamin Bellego que traz uma análise completa e acertada sobre esse cenário do ponto de vista de um “recém-chegado”. Ele alerta para a existência de uma filantropia regional caracterizada pela predominância da filantropia corporativa; para as fundações operacionais – que desenvolvem projetos próprios – *versus* as de *grantmaking*; para o esforço limitado de apoio à sociedade civil; e para o interesse existente na articulação com o setor público, de incidência limitada. No Brasil, que, em sua opinião, conta com um ecossistema diverso e com uma infraestrutura relativamente bem desenvolvida, com uma diversidade de atores que atuam no campo da filantropia e com pesquisas e dados significativos (inclusive comparado aos países da região), não se consegue mobilizar recursos significativos, a despeito de seu potencial econômico. Na sua visão, a escassa doação de recursos às organizações da sociedade civil e as abordagens filantrópicas lideradas por fundos de mulheres, filantropia indígena, filantropia negra etc., ainda não são muito presentes no Brasil. Entretanto, ele reconhece que se trata de “um campo dinâ-

mico e crescente no Brasil, que a Rede de Filantropia para a Justiça Social ajuda a fortalecer e a tornar visível”.

O artigo de Mona Chun e Sarah Tansey traz um retrato interessante sobre a filantropia de direitos humanos na América Latina e no Brasil. À frente da Human Rights Funders Network (HRFN), uma rede global que reúne mais de 1.500 fundações presentes em 52 países e que atuam na área de direitos humanos como *grantmakers*, e com base na pesquisa *Advancing Human Rights* (Promovendo os Direitos Humanos), relativa ao período 2011-2015, elas afirmam que 6% dos financiamentos globais para os direitos humanos estão focados na América Latina, dos quais aproximadamente 20% foram direcionados para o Brasil, totalizando uma doação de US\$ 32,9 milhões. Os direitos ambientais e o direito a recursos naturais, bem como o acesso à justiça e a igualdade perante a lei, foram as principais questões que receberam apoio, e mais de um quarto do financiamento foi direcionado para povos indígenas, “refletindo problemáticas vitais específicas do Brasil”. Embora pareça um número significativo, as autoras alertam para a diminuição dos investimentos de doadores internacionais em iniciativas de justiça social. À medida que as fundações internacionais foram se retirando dos países de renda média, os fundos locais brasileiros (que emergiram nesse contexto) passaram a se concentrar no fortalecimento de seu ecossistema local, se unindo em torno de um plano visionário de criação da Rede de Filantropia para a Justiça Social (a Rede), que é única na região e com atuação singular.

Eles reconheceram seus valores compartilhados: o compromisso de abordar as causas raiz da injustiça social, a dedicação às populações mais vulneráveis no Brasil e a inclusão dessas comunidades na definição de agendas, a compreensão profunda da interconexão entre as questões de direitos humanos e de justiça social e uma dedicação compartilhada para a expansão local dos recursos para esse trabalho.

Certamente, o reconhecimento dessa iniciativa no âmbito internacional é fundamental para os objetivos desse trabalho, e as questões levantadas pelas autoras são recorrentes e transversais nas diversas análises contidas nos artigos que integram a segunda parte desta publicação.

Uma pergunta fundamental que surge para analisar o conjunto de artigos reunidos na parte III da presente coletânea é: que entendemos por filantropia de justiça social? A partir de uma breve definição, podemos ressaltar que se trata do apoio, através de doações diretas e indiretas, ao fortalecimento de movimentos, organizações e grupos da sociedade civil ligados à transformação social, à igualdade de acesso a direitos humanos e civis e à redistribuição de todos os

aspectos do bem-estar, bem como a promoção da diversidade e da igualdade de gênero, orientação sexual, raça, etnia, cultura e estado de incapacidade.<sup>6</sup>

De fato, podemos afirmar que o conceito de filantropia no Brasil (e também em outros países da América Latina) carrega conotações pejorativas. E este é, sem dúvida, outro dos desafios centrais desta obra: poder desconstruir e construir (de forma simultânea) o conceito, recuperando o significado original “de humanitarismo, de ajuda e de amor pelo próximo”.

Quando se faz menção à temática de filantropia de justiça social, uma das questões-chave é poder falar em doação de recursos financeiros, e essa tampouco é uma tarefa fácil. Captar recursos para apoiar organizações da sociedade civil e movimentos é um assunto quase tabu, uma questão permeada de julgamentos e pensamentos apriorísticos. O artigo de Ana Valéria e Maíra traz uma abordagem inovadora sobre essa questão, já que, para elas, mobilizar recursos a fim de direcioná-los para o fortalecimento de grupos e organizações de direitos humanos “é, por si só, um ato transformador, pois viabiliza escolhas e a capacidade de influir na solução dos problemas que se quer resolver”. De fato, na sua perspectiva, a doação viabiliza o empoderamento de atores e a autonomia de defensores, criando um autêntico ato político.

O texto de Taiguara Libano Soares e Souza e Natália Damazio, à frente do Instituto de Defensores de Direitos Humanos, instituição convidada pelo Fundo Brasil de Direitos Humanos, traz um debate central relativo ao papel das ONGs que atuam no campo e à tensão existente entre as agendas políticas – de controle social, através de ações de *accountability*, *advocacy* e de intervenções – e as estratégias de financiamento. Para os autores, “optar por uma agenda política, em detrimento da financeira, segue como um fator complicador” ante os desafios práticos enfrentados por instituições de pequeno porte, principalmente no que se refere à garantia de sustentabilidade e financiamento, aliado à preservação de autonomia e princípios institucionais. Em sua opinião, o campo das organizações de direitos humanos, em grande medida, caminha em direção ao monopólio de instituições de grande porte, normalmente internacionais, mais conectadas com demandas externas do que internas, “esmagando pequenas iniciativas locais que podem gerar não apenas um trabalho mais eficaz, pois mais atento aos sujeitos violados e mais próximo no diálogo, como mais criativo e inovador na luta pela implementação de direitos humanos”. O artigo abre uma discussão central para analisar o campo do financiamento no setor e, principalmente, para trazer à tona a importância do papel dos “fundos temáticos, locais, independentes” reunidos na Rede de Filantropia de Justiça Social.

---

6 Ruesga, G. Albert; Puntteney, Deborah. *Filantropia para a justiça social*. Um arcabouço inicial para posicionar este trabalho. *Philantropy for Social Justice and Peace*, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/wJgSFY>.

No texto de minha autoria sobre a Rede, analisando a atuação dos fundos, afirmo que eles são organizações que têm “um profundo conhecimento das realidades e tecidos territoriais, com uma forte capacidade de articulação, de compreender demandas específicas e de dar resposta imediata às necessidades de grupos, coletivos e movimentos locais”. E é por essa razão que eles não podem ser concebidos como “fundos intermediários”. Desconstruir essa ideia é fundamental para os fins desta análise. Considerando a potência do seu capital imaterial, a sua capacidade de mobilização, de articulação e de transformação, eles devem ser vistos como parceiros das grandes fundações doadoras, com capacidade de defender causas e intervir de forma colaborativa nas suas agendas e estratégias de atuação. Ao mesmo tempo, o trabalho realizado por esses fundos possibilita um acesso mais democrático aos recursos, buscando quebrar monopólios e as lógicas patrimonialista e clientelista, alcançando uma ampla diversidade de movimentos, instituições e grupos que trabalham com populações marginalizadas (e, muitas vezes, criminalizadas) quanto ao acesso a direitos.

O texto de Antonio Dimas Galvão, José Carlos Zanetti e Viviane Hermida, da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) – o mais antigo dos fundos locais, criado em 1973, “em plena ditadura militar” –, também traz elementos interessantes para analisar o papel dos “fundos independentes” no apoio a movimentos e organizações da sociedade civil brasileira. Na sua perspectiva, esses fundos cumprem um papel que ultrapassa o de financiador de projetos, se colocando na condição de parceiros na luta política dos grupos apoiados, advogando por causas comuns, se articulando para ações conjuntas, viabilizando processos de formação para o fortalecimento institucional e para a incidência tanto na sociedade quanto na política. Nesse sentido, para os autores, “a relevância da ação político-organizativa e do processo de luta junto à sociedade e aos públicos-alvo é considerada mais importante que a eficácia dos números olhados isoladamente e dos resultados meramente quantitativos”.

O texto de Maria Amalia Souza reforça esse argumento quando afirma que os fundos brasileiros surgem em resposta ao êxodo da filantropia internacional (verificada no início de 2000 em duas grandes ondas) e com a finalidade de atender a demandas locais. Na sua opinião, existem visões e estratégias de atuação diferenciadas entre a filantropia internacional e a local:

[...] acredito que a filantropia internacional ainda não absorveu a enormidade e a tremenda legitimidade desses novos fundos. Ainda vemos que ela atua de forma convencional. Sem nos perceber, e muito menos nos envolver, desenvolvem estratégias para nossos países e nossos problemas. Mas certamente estamos aqui para ficar.

Por sua vez, o artigo de Amalia Fischer também reforça essa linha de pensamento quando argumenta:

[...] os fundos de mulheres não são intermediários, não lucram – inclusive, fazem incidência política com fundações privadas, cooperação internacional e empresas para que apoiem os direitos e a causa das mulheres [...]. Quando fazem incidência política com possíveis doadores, estão sendo intercessores no sentido deleuziano, porque são parte da causa, intercedem por ela, para que existam mais recursos, atuam horizontalmente e não têm como objetivo lucrar.

Ambos os textos – de Maria Amalia e de Amalia Fischer – também apontam para a relação entre a filantropia de justiça social e os movimentos, já que, nas análises realizadas, elas reforçam a ideia de que os fundos locais são originários de movimentos sociais e surgem onde a filantropia internacional não consegue chegar: em atores estratégicos que trabalham na defesa de causas e de direitos. O artigo da Maria Amalia faz uma análise aprofundada da história do movimento ambientalista no Brasil, trazendo nuances pouco conhecidas sobre as origens e a trajetória desse movimento de base comunitária, com olhar particularmente atento aos recursos financeiros necessários para que ele se tornasse um campo de ação relevante no País.

Amalia Fischer traz uma análise interessante quando relaciona o surgimento da filantropia feminista ao movimento feminista, já que, na sua visão, ela foi a base de sustentação dele: “o movimento se sustenta sobretudo com recursos que doam as ativistas”, diz a autora. Ela analisa, de uma perspectiva histórica, as causas que levaram o movimento feminista brasileiro e latino-americano a desenvolver estratégias diversificadas de mobilização de recursos que permitissem garantir a sua atuação política. Em sua análise, Amalia destaca que a grande virada se deu nas décadas de 1980 e 1990,

[...] quando as feministas começaram a ser dar conta da importância de contar com uma estratégia que as possibilitasse ter recursos financeiros próprios para o movimento, ter dinheiro para a causa e deixar de ter medo do dinheiro, já que ele é apenas um instrumento que pode servir tanto para dominar quanto para liberar.

O artigo de Harley Henriques e de Élide Miranda analisa o fenômeno da epidemia de HIV/Aids e do movimento social que surge no Brasil para enfrentá-la, e como o Fundo PositHIVo foi fundamental para garantir a sustentabilidade financeira de OSCs e movimentos, já que, através da doação de recursos, ele atua “principalmente para aqueles que estão em regiões remotas do País,

alcançando populações marginalizadas”. O argumento desenvolvido pelos autores vai ao encontro das ideias apresentadas até o momento tanto em relação à conexão existente entre a filantropia e os movimentos (Harley tem uma longa trajetória como ativista do movimento LGBT e de HIV/Aids) quanto no papel que ocupam os fundos locais no mapa do financiamento a causas de justiça social em diversas áreas.

O texto de Alessandra Nilo, convidada pelo Fundo PositHIVo, ao analisar a situação aguda que as organizações que atuam no “campo da Aids” enfrentam diante da diminuição de recursos para o setor, reconhece o importante papel do Fundo,

[...] não apenas pela possibilidade de acesso a recursos via editais, mas porque consideramos iniciativas como as do Fundo estratégicas na medida em que alcançam entidades com poucas condições de acessar grandes volumes de recursos para o trabalho com HIV e outras ISTs e se alinham à preocupação da Gestos de beneficiar populações negligenciadas por políticas públicas.

O artigo da Ivana Bentes também alerta para o vácuo do financiamento para o apoio de midiavivistas e grupos culturais. São movimentos que produzem sua própria mídia e trabalham na promoção dos direitos humanos e na denúncia das violações dos direitos de diversos grupos sociais. Por sua vez, os grupos culturais – como *hip-hop*, *funk*, teatro de rua, *slam*, dança, saraus, audiovisual etc. – que surgem não como produto da indústria cultural, mas como produção de base comunitária, são também atores decisivos nesse cenário.

Sem políticas públicas para as mídias livres, sem formas de apoio financeiro regulares, as redes de formadores no campo das mídias e dos fazedores de cultura não podem responder a uma demanda vertiginosa e crescente. O financiamento através de doações, da criação de fundos, da divulgação de editais para promover ações em redes de formação colaborativas, mobilizando instituições, governos, cidadãos, responderiam a um esforço de articulação e mobilização de baixo para cima.

O artigo de Helio Santos e Selma Moreira contextualiza as interações entre a filantropia e a equidade racial no Brasil. A análise aborda as desigualdades brasileiras a partir da lente das relações raciais, apresentando informações estatísticas relevantes “que são resultado de uma sociedade que vivenciou três séculos e meio de escravidão – o mais longo da história colonial mundial”. Para os autores, o panorama brasileiro evidencia historicamente que a desigualdade tem cor e, por isso, “os negros e as negras estão mais sujeitos às consequências das injustiças de uma sociedade que internalizou práticas racistas de maneira

institucional nas diferentes instâncias de poder”. O texto também apresenta as estratégias de solidariedade estabelecidas no passado pelas irmandades negras, que são os primeiros exemplos de ações filantrópicas promovidas pela população negra em plena escravidão. “Trata-se de um exemplo histórico e secular de resistência e solidariedade, até hoje pouco conhecido e valorizado”, mas o certo é que a filantropia brasileira deve reconhecer nas irmandades as suas bases históricas e uma fonte de inspiração e reflexão. O Fundo Baobá – que trabalha no campo da filantropia e justiça racial – parte da visão de que a equidade racial é um requisito essencial para o desenvolvimento inclusivo e sustentável no Brasil. Ou seja, para o Baobá, a democracia brasileira depende desse tipo de desenvolvimento. Ele foi criado a partir de um intenso processo de mobilização social que envolveu diversos atores e atrizes do movimento social negro e se baseou em uma sólida estratégia de envolvimento com diferentes organizações da sociedade civil, especialmente do Nordeste do país.

Aprofundando a análise em questões de abordagem no campo da filantropia de justiça social, é fundamental reconhecer, como afirmam Ana Valéria e Maíra, a interseccionalidade, isto é,

[...] a necessidade de se superar uma noção fragmentada dos direitos humanos para que se perceba que se trata dos direitos de todas e todos, indivisíveis e inter-relacionados, permitindo às pessoas se reconhecerem como sujeitos e partes relevantes no combate às desigualdades [...], promovendo a inter-relação de lutas e bandeiras.

Amalia Fischer também aborda essa questão quando afirma:

É importante produzir outra imagem do pensamento, uma imagem nômade, fora do pensamento binário, fora da lógica simplista, para pensar de uma forma complexa, para tentar enxergar as nuances, as conjunções, interseções, os *intermezzos*, as subjetividades fluidas, *drags* (*queens*, *kings*), *queers*, *travestis*, transexuais, ciborgues, orientações e diferenças sexuais, equidade de gênero, sexualidades, agenciamentos da enunciação, interações múltiplas, toda a vida da espécie humana e que perpassam por diferentes engrenagens econômicas, políticas, sociais, tecnológicas, ecológicas, icônicas, simbólicas, etiológicas, afetivas, educativas, acadêmicas, raciais, étnicas, de classe etc.

Finalmente, a entrevista realizada com Inês Mindlin Lafer, diretora do Instituto Betty e Jacob Lafer (IBJL) – uma fundação familiar que atua no apoio a projetos da sociedade civil nas áreas de redução das desigualdades no sistema judiciário nacional e para gestão e inovação em políticas públicas –, revela uma tendência interessante no campo da filantropia brasileira. A filantropia familiar



vem crescendo de forma significativa no Brasil nos últimos anos, com algumas instituições atuando de forma inovadora, doando recursos para diversas causas e trabalhando com foco no fortalecimento de OSCs e iniciativas da sociedade civil.

A partir da percepção de que

[...] é muito mais fácil captar recursos quando somos financiadores do que quando apenas captamos para desenvolver iniciativas próprias[,] surgiu a ideia de juntar outros institutos e fundações que financiavam ONGs e que, junto conosco, pudessem pensar em uma estratégia de mobilização de recursos de profissionais de alta renda.

Inês está à frente dessa iniciativa que reúne Instituto Ibirapitanga, Oak Foundation, Omidyar Network, Open Society Foundations e Porticus, que se dispuseram, junto com o IBJL, a desenhar uma estratégia nesse sentido. “Nós estamos bem no começo dessa iniciativa [...] e, em 2018, devemos passar para uma fase de planejamento e, espero, dar início à implementação de parte das estratégias aventadas”, afirma Inês.

A parte III reúne três artigos sobre filantropia comunitária. Ele abre com o texto de Jenny Hodgson, que examina o crescimento global da filantropia comunitária como parte essencial de qualquer estratégia para alavancar o desenvolvimento durável. A filantropia comunitária consegue isso “levando o poder para mais perto das comunidades” – particularmente dos grupos marginalizados –, priorizando a construção de: ativos financeiros e não financeiros locais; capacidades (muitas vezes, por meio de pequenos apoios a organizações e movimentos da sociedade civil); e confiança. O texto descreve a emergência de uma nova narrativa em torno do desenvolvimento liderado pelas comunidades – que estão se afastando das preocupações com linguagem, terminologias e definições – e examina alguns dos fatores que o estão impulsionando. Por fim, a filantropia comunitária é examinada no contexto brasileiro, considerando duas organizações que atuam nesse campo no Brasil: o Instituto Comunitário da Grande Florianópolis (Icom) e o Fundo Socioambiental Casa. A análise realizada sugere que a filantropia comunitária no Brasil tem uma relevância particular no momento atual, em que o País enfrenta desafios significativos relacionados à desigualdade, aos direitos humanos, à governança de recursos naturais e a mudanças climáticas.

Para Jenny, um dos fatores determinantes para entender essa onda recente de desenvolvimento de filantropia comunitária é o reconhecimento de dinâmicas de liderança local, “muitas vezes expressas como frustração com os sistemas convencionais de filantropia e ajuda ao desenvolvimento, de cima para baixo”.

Por sua vez, a filantropia comunitária – entendida como recursos qualificados por valores e propriedades comuns ou coletivos – pode ser vista como um conjunto de estratégias voltado para recuperar o poder e a voz de públicos maiores e que vê pessoas comuns se mobilizando coletivamente na busca de um bem comum maior.

Partindo do reconhecimento dessas dinâmicas, o projeto Casa Comunidades, desenvolvido pelo Fundo Casa em 2017 com apoio da Global Fund for Community Foundations, tem por objetivo ampliar e fortalecer a filantropia comunitária no Brasil a partir da identificação de iniciativas existentes desenvolvidas por organizações e grupos de base (apoiados do Casa) que “mobilizam recursos locais para serem revertidos ou reinvestidos nas comunidades”. Através de estratégias diversificadas – como doação de pessoas físicas, fundos rotativos, bancos comunitários, microcrédito, negócios sociais etc. –, muitas delas ligadas à economia solidária, os grupos e as comunidades no Brasil procuram gerar recursos para garantir a sua sustentabilidade financeira e, dessa forma, levar adiante suas ações. O trabalho desenvolvido no contexto do Casa Comunidades está focado em potencializar as iniciativas existentes e não em instalar dinâmicas de “cima para baixo”, criando novas organizações. Como afirma Mariane Meier Nunes, “não surpreende, portanto, ver que, na América Latina e no Caribe, há menos fundações comunitárias mapeadas que se reconhecem como tal”, e, certamente, essa é uma das chaves para trabalhar no fortalecimento da filantropia comunitária: que as organizações comecem a se identificar como atores no campo e que sejam também reconhecidas em fóruns nacionais e internacionais. Como afirma Mariane, “no total, são apenas 38 registradas no *Community Foundations Atlas*, sendo 11 da América do Sul e 27 do México, um país amplamente influenciado pelo modelo de fundações comunitárias dos Estados Unidos”.

O artigo de Mariane apresenta, de forma sistemática, as tendências da filantropia comunitária no âmbito internacional, reconhecendo que se trata de um campo em expansão, e mapeia os principais atores e redes que atuam na área. De acordo com a autora, “há uma tendência por esse tipo de organização no mundo, na América Latina e no Brasil, ainda que existam desafios que inibem a prática, como a própria tradição filantrópica brasileira e o ambiente legal e fiscal”. Ela analisa, ainda, o trabalho do Icom como um exemplo de organização que atua sob a ótica de desenvolvimento local e que busca promover transformações de longo prazo no território de atuação, e que “conta com um forte papel de liderança e flexibilidade para abordar diferentes tipos de questões de forma rápida nas comunidades onde atua”. De acordo com Avila Kilmurray (autora citada por Mariane),

a prática da filantropia comunitária nos países em desenvolvimento é muito mais flexível quando comparada com a prática norte-americana, já que as organizações latinas trabalham com um foco menor nas necessidades dos doadores (ou filantropos locais) e maior nas necessidades das organizações ou grupos apoiados.

O artigo de Roberto Vilela - escrito em colaboração com a equipe técnica - apresenta a experiência de Tabôa, uma fundação comunitária criada em 2014 em Serra Grande, Uruçuca, no litoral sul da Bahia. Ela atua no desenvolvimento socioambiental e econômico de comunidades. Inovou ao criar processos de governança comunitária para a gestão da instituição e também para o programa de investimento em projetos socioambientais. Outra inovação foi a criação de serviços de crédito e assessoria para novos negócios a fim de fortalecer o desenvolvimento socioeconômico local em contexto urbano e rural.

O artigo de Roberto e da equipe do Tabôa traz uma discussão significativa para pensar o campo da sociedade civil relacionado à questão da governança como um assunto-chave e determinante. Embora essa temática tenha sido abordada de forma transversal nos diversos textos desta obra, as questões vinculadas à transparência, à confiança e ao engajamento devem ser entendidas como dinâmicas fundamentais no contexto da filantropia de justiça social e comunitária, já que o “sucesso” das iniciativas está mais ligada a dinâmicas coletivas de produção do comum (envolvendo uma multiplicidade de dinâmicas, atores e redes) do que apenas à “boa gestão institucional”.

A parte IV desta coletânea reúne dois textos vinculados às temáticas de investimento social privado e de mobilização de recursos, assuntos centrais abordados pelos diversos artigos que dialogam de forma direta com o campo da filantropia e da justiça social.

À diferença dos países do Norte global (principalmente Estados Unidos, Canadá e nações europeias), que têm uma sólida cultura filantrópica – em termos de instituições envolvidas e de recursos mobilizados/doados –, o conceito de filantropia é entendido como o investimento social privado – realizado por fundações, empresas, famílias e indivíduos – para o bem público. No Brasil, quando, no início da década de 1990, começa a ganhar presença a filantropia corporativa, o Gife – que reúne institutos e fundações empresariais – decidiu cunhar o conceito de investimento social privado (ISP) em substituição à “desgastada” noção de filantropia. Fábio Deboni procura debater as interfaces, os dilemas e as potencialidades do ISP como expressão da filantropia alinhada à atuação social do setor privado (empresas, institutos e fundações). Segundo o autor, “o ISP, em geral, é encarado pelo campo da justiça social como pouco

engajado em questões estruturantes e em fomentar movimentos sociais e de base comunitária”. Embora os dados do último censo Gife corroborem essa tendência – já que apenas 16% das fundações e institutos empresariais (associados) têm como modalidade predominante de atuação a doação (repasso) de recursos para organizações sociais, ao passo que 41% declaram atuar de forma mista –, o artigo procura ampliar essa ótica, evidenciando potencialidades da atuação de institutos, fundações e empresas. Fábio também apresenta as novas tendências emergentes no campo do ISP, como os negócios sociais, que “se soma[m] à histórica caixa de ferramentas de institutos e fundações”. Sem cair numa linha de argumentação que ressalte apenas aspectos positivos, o artigo discute os dilemas, as contradições e as pressões com que essas organizações que atuam no campo do ISP e seus quadros profissionais lidam em seu dia a dia e as pontes de diálogo e de aliança entre essas instituições, os movimentos sociais e as organizações comprometidas com o campo da justiça social.

Embora as questões relativas à sustentabilidade financeira e a doações terem sido abordadas de forma aprofundada em diversos textos que integram esta publicação, o artigo de João Paulo Vergueiro traz uma reflexão fundamental: de onde vem os recursos para garantir a sustentabilidade financeira das organizações da sociedade civil? Do Estado? Das empresas? Dos cidadãos? Das fundações internacionais? A resposta é de todos eles através de doações. No artigo “Para a sociedade civil, é doando que se é sustentável”, o autor argumenta que, embora existam aproximadamente 400 mil organizações da sociedade civil no Brasil, pouco se fala das doações como sua forma de financiamento. Independente disso, e baseado em dados levantados em pesquisas recentes, João Paulo afirma que milhões de brasileiros doam todos os anos, fazendo com que a soma de recursos doados seja relevante e abrindo oportunidades de mobilização por parte das organizações da sociedade civil. De acordo com João Paulo, existem várias formas de doar: pode-se doar tempo e conhecimento (o chamado trabalho voluntário), pode-se doar produtos e bens que serão úteis a terceiros e pode-se doar dinheiro.

No mundo todo, a principal forma de doação é o dinheiro, e o Brasil não é diferente. Segundo a pesquisa Giving Report 2017 Brazil, produzida pela Charities Aid Foundation (CAF), da Inglaterra, 68% dos brasileiros doaram dinheiro nos 12 meses anteriores à coleta de dados.

O texto apresenta dados significativos sobre a doação no Brasil, apresentando tendências relevantes para entender o campo. E, por trás dessa análise, traz um questionamento importante: ao final, a população brasileira é ou não é solidária? O artigo procura também definir e refletir sobre o conceito de captação

de recursos, “tão estratégico para as organizações da sociedade civil, mas ainda tão pouco priorizado por elas”.

Outro tema que os artigos analisam de forma direta e transversal é a ausência de um marco legal favorável (amplo e completo) a doações (contando com isenções impositivas) tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas que seja capaz de promover uma dinâmica contínua, permanente e fluida de recursos destinados à área social (no sentido amplo). Como afirma oportunamente Inês Lafer:

Em vez de termos incentivo fiscal para doar no Brasil, pagamos imposto para isso. Acho urgente rever a legislação referente ao Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e às doações para o setor sem fins lucrativos. Esse é um assunto que fica ainda mais sensível quando um indivíduo ou uma família resolve doar seu patrimônio ou uma coleção para virar um bem público.

Esse é certamente outro grande desafio.

A partir da análise realizada nos artigos da parte IV e das diversas abordagens presentes nos textos que integram esta publicação, é possível afirmar que, embora a filantropia brasileira apresente potencialidades e novas tendências – a partir da instalação de um “ecossistema diverso” –, ela ainda é de baixa intensidade, levando em conta : a ausência de um marco legal para as doações; a existência de uma cultura de doação mais voltada para a assistência do que para o fortalecimento da sociedade civil; a criminalização de OSCs e de movimentos; o diálogo tímido entre os múltiplos atores que atuam no campo; e as barreiras conceituais ligadas ao próprio conceito de filantropia.

### **Filantropia de justiça social: uma filantropia da imanência**

Este trabalho não ficaria completo sem destacar as potencialidades das discussões apresentadas e sem refletir em torno de alguns conceitos-chave.

Fica evidente, a partir das diversas análises realizadas, que a noção de filantropia de justiça social só pode ser definida a partir da sua dimensão material, isto é, a partir da ação, da prática. E é por essa razão que podemos pensar esse campo no plano da imanência, na qual os poderes de singularidade são realizados, no qual os acontecimentos ocorrem, onde as coisas são.

Quando estamos falando em filantropia de justiça social e da relação com movimentos e organizações da sociedade civil, as noções de política e poder se tornam assuntos centrais. No plano da imanência, a política não pode ser previamente definida por nenhum elemento externo, já que não existem modelos que guiem as ações: não há fora nem apriorismos. Não há ordem previamente

determinada a ser seguida ou concretizada, já que ela é instaurada através de movimentos e das forças existentes no tecido social. Dessa forma, a noção de política se apresenta como espaço de resistência positiva, isto é, de criação de novas formas de vida e de ordenação coletiva, como um movimento ininterrupto de produção, como um local de constituição do novo. Nesse sentido, a produção política não pode ser padronizada, já que é consequência dos movimentos, dos fluxos e dos conflitos. A política, então, é inovação absoluta e contínua, movimento incessante de produção do real.

Inclusive, quando no campo da filantropia se fala em empoderamento de organizações, sujeitos e comunidades – conceito bastante referenciado ao longo dos textos desta coletânea e entendido como transferência de poder –, se está fazendo referência a um poder constituinte – entendido como uma força que irrompe, quebra, interrompe, desfaz todo equilíbrio preexistente. No plano da imanência, o poder opera como conceito de potência, como um poder de criação do comum, de multiplicação de forças. Desde essa perspectiva, são os coletivos (ou coletividades/comunidades) que indicam até onde vai sua própria potência de agir e de “resistir”. Certamente, essa concepção é completamente oposta às ideias de ordem, controle e captura (próprias do poder constituído).

Mas uma das questões centrais para entender a filosofia da imanência é pensar na ausência de dualidades e de separações abstratas – como “cultura e natureza”, “indivíduo e sociedade”, “vivente e não vivente”, “norte e sul”, “oriental e ocidental” –, que tendem a se desdobrar em várias outras, chegando a oposições dualistas que guiaram historicamente o pensamento social “ocidental”. Uma ética que preze pela coexistência do um e do múltiplo se faz cada vez mais necessária, tanto para se repensar os rumos político-econômicos quanto para rever todos os desdobramentos subjetivos dessa problemática.

Para Deleuze e Guattari, o plano da imanência implica conceber o mundo como um *continuum*, como a coexistência de vários planos múltiplos, no qual o processual é uma tônica extremamente relevante, assim como o conceito de diferença entendido como afirmação (“tirando a diferença de seu estado de maldição”).

Certamente, a filantropia ligada aos campos dos direitos humanos e da justiça deve ser pensada no plano da imanência, não apenas porque parte do reconhecimento das diferenças e das interseções, mas na medida em que atua a partir do plano real e das redes existentes, operando através de estratégias rizomáticas, reconhecendo a potência das conexões e das interconexões transversais em processos contínuos e cambiantes.



Parte I

# O cenário dos direitos humanos na América Latina e no Brasil

---





# A (contra) reforma dos direitos humanos e sociais na América Latina

---

*Eduardo Manuel Val<sup>1</sup>*

Ao finalizar a década de 1980, vivenciávamos, na América Latina, uma sensação de felicidade e renovação de esperanças pela retomada democrática na região e o fim da longa noite das ditaduras cívico-militares que tinham enlutado os países com mortes e desaparecimentos forçados, atropelando os direitos humanos mais básicos.

Vivíamos uma expectativa análoga àquela que caracterizou a Europa na Reforma Protestante (1517), da qual, coincidentemente, se cumprem 500 anos, no sentido de um momento de ruptura com um modo de vida e de organização do poder que oprimia a cristandade desde a Idade Média.

Assim, pensávamos que, com a retomada de um Estado constitucional e democrático de direito, marcávamos uma nova ruptura com a sem-razão e o obscurantismo do fascismo das ditaduras latino-americanas e recuperávamos nossa liberdade e independência para atingir a justiça social.

Na Argentina, o governo Alfonsín (1983-1989) iniciou um processo inédito de julgamento das juntas militares que haviam implementado o “terrorismo de Estado” no período da ditadura cívico-militar e criou a Comissão Nacional sobre a Desaparição de Pessoas (Conadep), que investigou e emitiu um relatório final sobre o assassinato e o desaparecimento de milhares de pessoas. A despeito das limitações desse governo, os movimentos sociais e as associações de direitos humanos ressurgiram com a força necessária para promover a mobilização popular, independentemente da corrente ideológica dos governos de turno, e estiveram presentes nas crises políticas e econômicas que se sucederam.

A crise hiperinflacionária de 1989 a 1991 gerou uma expansão significativa dos movimentos sociais e a consolidação de uma cultura de participação e militância popular. O acordo Menem-Alfonsín possibilitou a reforma constitucional de 1994, que produziu um novo marco normativo para os direitos

---

1 Doutor em Direito pela PUC-RJ. Coordenador adjunto do Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Estácio de Sá (PPGD/Unesa) e professor adjunto da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

humanos e sociais. Estes foram colocados como eixo central da Carta Magna e ainda foram fortalecidos pela incorporação, no artigo 75, de diversos tratados de direitos humanos internacionais, como a Convenção Interamericana de São José da Costa Rica, com hierarquia de norma constitucional.

Assim, quando, posteriormente, chegaram as políticas neoliberais do governo Menem e de seus sucessores, encontraram movimentos sociais dispostos e preparados para a luta política de reivindicação de direitos e políticas públicas de redistribuição.

Em dezembro de 2001, após ser declarada a sétima greve geral de trabalhadores, com saques e violência desatados em várias cidades, é declarado o estado de sítio pelo governo Fernando de la Rúa, cuja resposta foi a revolta popular conhecida como *el cacerolazo* (panelaço), que, com o lema “*Que se vayan todos*”, desestabilizou o sistema político tradicional e, se sobrepondo à repressão, ocasionou sucessivas trocas de governo, permitindo a aparição de novas formas de participação política e social, como o movimento dos *piqueteros*, com destaque para o grupo *Quebracho*, e o revigoramento de antigos grupos, como o das *Madres de Plaza de Mayo*.

Os governos de Néstor Kirchner (2003-2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007-2011 e 2011-2015) abriram um espaço maior para os movimentos sociais. Isso permitiu o desenvolvimento de iniciativas inovadoras como a *Universidad Popular Madres de Plaza de Mayo* (UPMPM) em 2000, a rádio *La voz de las Madres* em 2005, e a *Agrupación Barrial Túpac Amaru*, na província de Jujuy, em 1998, que, a partir do desenvolvimento de projetos sociais de distribuição de alimentos para nutrição infantil (*Copas de Leche*) e de cooperativismo social (*Viviendas Populares*), ganhou espaço nacional e se transformou, em 2013, em partido político sob a liderança de uma mulher indígena, Milagro Sala.

O caso emblemático da Argentina se expandiu por toda a América Latina. Os movimentos sociais e as lutas pelos direitos humanos e sociais encontraram eco nos novos processos democráticos.

O Brasil, cuja Constituição de 1988 colocou os direitos fundamentais como eixo principal de sua ordem jurídica, chegaria a consagrar como presidente da República o primeiro operário na história constitucional das Américas, Luiz Inácio Lula da Silva.

Após superar diversas crises econômicas e políticas e governos que foram do continuísmo conservador (Sarney, 1985-1990) às políticas liberais e neoliberais (Collor, 1990-1992 e Fernando Henrique Cardoso, 1995-2003), a sociedade brasileira viu aparecer, na frente das lutas sociais, novos atores importantes, como o Movimento dos Sem Terra (MST).

O Partido dos Trabalhadores (PT) alcançou o poder nos governos Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), implementando importantes políticas públicas reclamadas pelos movimentos sociais focados nas lutas pelos direitos das mulheres, dos afrodescendentes, da comunidade LGBTQ, dos indígenas e de outros grupos de alta vulnerabilidade que exigiam a superação da exclusão social e a efetividade de seus direitos, ao mesmo tempo que atendia a necessidades básicas através de programas de transferência de renda como o Bolsa Família e o Minha Casa, Minha Vida.

Paralelamente, organizações e instituições europeias e norte-americanas, como Human Rights Watch, Konrad Adenauer, Fundação Ford, entre outras, continuaram a apoiar e promover estudos e relatórios sobre o desenvolvimento dos movimentos em prol dos direitos humanos e sociais na região.

A partir de 1999, se inicia, na América Latina, um novo movimento constitucionalista que pretende alargar a participação cidadã e aprofundar os valores democráticos, refundando o Estado de Direito. As constituições da Venezuela (1999), do Equador (2008) e da Bolívia (2009) se transformam em novos paradigmas institucionais.

Esse movimento, chamado novo constitucionalismo latino-americano, rompe com o modelo clássico de origem liberal e demarca uma ruptura que tem caráter refundacional.

Supera-se a enunciação de direitos fundamentais e o princípio de dignidade humana para mergulhar numa nova concepção de divisão de poderes caracterizada por um novo poder constituinte no modelo *down-top*, construindo seus projetos constitucionais a partir de assembleias com ampla participação de todos os grupos sociais, notadamente os historicamente excluídos, como os povos indígenas, os camponeses e os operários. Isso significou um claro afastamento das elites tradicionais, que viram como os novos movimentos sociais transformavam os mecanismos de representação política dissociados do mandato popular em mecanismos de participação direta do cidadão.

Essas constituições se firmam no pluralismo jurídico e inovam ao consagrar novos instrumentos, como o Estado pluriétnico e multicultural, novas jurisdições, como a justiça indígena e a implementação do princípio do *“bom viver”*, claramente ancorado numa concepção biocêntrica da sociedade.

Os governos de Hugo Chávez (1999-2013), Rafael Correa (2007-2017) e Evo Morales (2006-), respectivamente, deram início a um conjunto de políticas públicas dedicadas à redistribuição de riquezas e ao empoderamento dos movimentos sociais.

Em termos gerais, essas narrativas podem ser alargadas a quase todos os países da região, e podemos identificar avanços na busca da efetividade dos di-

reitos das minorias e o abandono do constitucionalismo formalista e alienado da realidade.

Nota-se também, nesse período, uma convergência do direito internacional, que se reflete na consolidação do sistema interamericano de proteção aos direitos humanos, particularmente a partir da ratificação e incorporação da Convenção Interamericana de Direitos Humanos (Pacto de San José, 1969) e de seu Protocolo Adicional em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador, 1988) na maioria dos países que retomaram o Estado democrático e constitucional de direito a partir da década de 1980. Esse sistema, apoiado nos pilares da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e na Corte Interamericana de Direitos Humanos, reforça a promoção e a fiscalização dos direitos políticos e civis, bem como dos econômicos, sociais e culturais, em todo o continente.

Fundamentalmente, através das decisões desses órgãos, passou-se a construir o que muitos autores denominam um *ius commune* latino-americano em direitos humanos, e foi se formando progressivamente uma jurisprudência que se tornaria obrigatória para todos os Estados do sistema, como estabelece o Protocolo de Jurisdição da Corte Interamericana, ratificado pelo Estado brasileiro em 1998.

Essa jurisprudência estabelece padrões de interpretação obrigatória dos direitos à luz dos princípios fixados no direito convencional dos tratados e dos instrumentos que constituem a chamada *soft law*,<sup>2</sup> constituída por declarações e relatórios com forte conteúdo ético e informações científicas e técnicas.

Ainda que os problemas continuassem, não cabe dúvida de que a reforma pelos direitos humanos conseguiu transformações importantes na seara dos direitos fundamentais e obrigou os Estados a respeitar mais e melhor esses direitos à luz do princípio *pro homine*, consagrado pela jurisprudência da Corte Interamericana. Esse princípio garante melhores e maiores condições de proteção às vítimas de ofensas contra os direitos garantidos na Convenção e que são de responsabilidade dos Estados.

Mas quando se confiava que só restava caminhar no sentido da progressiva realização dos direitos fundamentais e que a reforma havia prevalecido, os arautos do retrocesso voltaram.

---

2 A expressão *soft law* representa as normas derivadas de processos informais de criação de regras por parte de organismos internacionais desprovidos de poder para criar leis e de impor coercibilidade àqueles que participam desses mesmos organismos.

## A (contra) reforma dos direitos humanos e sociais na América Latina

Assim como o Concílio de Trento (1545) deu lugar, em plena modernidade, a uma feroz resposta de repressão e perseguição à Reforma Protestante acontecida quase 30 anos antes, em 2008, quase simultaneamente à crise financeira internacional das *subprimes*, que derrubou o banco Lehman Brothers (15 de setembro) e o mercado de crédito imobiliário nos Estados Unidos e depois na Europa, começou o que denominamos, neste ensaio, de “Contrarreforma dos direitos humanos e sociais” em nosso continente.

Os fatos se sucedem na forma de um dominó cronológico. Em 13 de setembro de 2008, é declarada a greve patronal agropecuária na Argentina, que paralisa o país e inicia um processo de erosão do governo de Cristina Fernández de Kirchner, com ampla exposição nos meios de comunicação associados ao grupo Clarín.

Estabelece-se uma crise política e institucional permanente, intensamente divulgada pela mídia, e uma *lawfare*, ou guerra judicial, que envolve diversos funcionários do governo e representantes de movimentos sociais em uma multiplicidade de processos judiciais que se sucedem ininterruptamente e cujas razões vão de crimes de corrupção até homicídios.

No mesmo ano, na Bolívia, acontece uma fracassada tentativa de depor o governo de Morales na chamada Crise de 2008, que envolve até ameaças de separatismo pelos departamentos de maioria opositora. As causas declaradas são a nova Lei Nacional de Hidrocarburetos, que mudou os critérios de distribuição das participações por exploração de hidrocarburetos. Essas representam tentativas para impedir a aprovação da nova Constituição, que entrou em vigor um ano depois.

Em 2009, também se registra o primeiro golpe “de dentro do Estado constitucional e democrático de direito”, em que o presidente de Honduras, Manuel Zelaya (2006-2009), foi expulso do país pelos setores conservadores, que eram maioria no Judiciário e no Congresso, para evitar a aprovação de uma reforma constitucional que garantiria a continuidade das reformas sociais do governo Zelaya. Apesar da ilegitimidade declarada pela Comissão de Direitos humanos da OEA, a situação se manteve.

Em 2012, no Paraguai, após uma campanha de difamação contra o presidente por escândalos de sua vida pessoal, temos uma nova versão do “golpe de dentro”, que, através de um *impeachment express*, derruba o governo de Fernando Lugo, “o bispo dos pobres”, que tinha prometido, na sua campanha, realizar a reforma agrária no país.

Em junho de 2013, nas principais cidades do Brasil, surgiram manifestações populares apelidadas de “movimento dos 20 centavos”, em protesto contra o aumento das tarifas de transporte público e contra a qualidade do serviço. Mobilizados pelas redes sociais, milhares de jovens invadiram as ruas e recusaram qualquer manipulação pelos partidos políticos tradicionais, desatando uma verdadeira catarse coletiva que exigia reforma política e luta real conta a corrupção. Houve repressão das forças de segurança e militantes foram presos com base na Lei de Segurança Nacional. Para reprimir as manifestações durante a Copa do Mundo, foi utilizada a técnica da “ronda da internet” para vigiar e controlar as redes sociais. Paralelamente, foram apresentados projetos de lei como os PL 2.016/2015 e 5.065/2016, denominados leis antiterrorismo, com o intuito de punir as manifestações sociais.

Em 17 de março de 2014, é deflagrada no Brasil a Operação Lava Jato, e o Estado se vê paralisado no centro de um bombardeio midiático que envolveu toda a classe política e que gera uma “*lawfare* à brasileira”,<sup>3</sup> com desdobramentos em diversos processos que alcançaram o ex-presidente Lula da Silva e a presidenta Dilma Roussef, e que acabariam com um *impeachment* um pouco mais demorado que o paraguaio. Novamente, o vice-presidente, em parceria estratégica com o Congresso e o Judiciário, ocupou o poder e iniciou o desmonte das políticas públicas de direitos humanos e sociais. Os projetos de reforma da Previdência, de reforma trabalhista, a reforma do código florestal, já concretizada a favor dos grupos de interesse dos latifundiários e do agronegócio, a suspensão de financiamento a programas de cunho social, a relativização da fiscalização do trabalho, a desregulação do setor de serviços e outras medidas são claros indícios de uma (contra) reforma que pretende acabar com o Estado social sob a justificativa de um discurso de eficiência na gestão da administração pública e de desenvolvimento e crescimento econômico.

Na cidade de Correntina, situada no extremo oeste da Bahia, lideranças locais e militantes ambientalistas foram reprimidos por organizar e participar de manifestações contra o desvio do rio Arrojado por uma fazenda tecnológica de origem japonesa e a favor da preservação da principal fonte de vida da cidade.

---

3 Cumpre destacar que o termo *lawfare* foi cunhado pela doutrina e, segundo seu uso original, definido no dicionário *Oxford*, representa uma guerra assimétrica travada na esfera jurídica. Trata-se do uso ilegítimo do direito para causar dano, desarticular, em síntese, enfraquecer o oponente em um determinado conflito de interesses. A expressão, formada pela contração gramatical das palavras “lei” e “guerra”, está geralmente associada à aplicação do direito internacional a fim de explorar oportunidades estabelecidas em tratados assimétricos e alcançar objetivos geoestratégicos de imposição às legislações nacionais. Ao utilizar a expressão “*lawfare* à brasileira”, nos referimos às estratégias de “guerra legal” utilizadas como subterfúgio para o controle da democracia, como é o caso da manipulação dos diferentes recursos legais do sistema por uma aliança de interesses que visa subordinar, controlar e conquistar o poder político.

Essa nova contrarreforma é feroz e truculenta no ataque aos movimentos sociais. Na Argentina, Milagro Sala, a líder indígena do movimento cooperativista Organização Barrial Túpac Amaru, foi detida em janeiro de 2016 por participar de uma manifestação em protesto contra cortes no financiamento de diversos programas sociais por parte do novo governo da província de Jujuy e encarcerada no presídio de Alto Comedero, onde permanece até hoje. De nada serviram os pedidos reiterados do secretário-geral do Mercosul, do Comitê da ONU, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos por sua liberação. A técnica do *lawfare* a mantém presa e sua saúde psíquica e física continua se deteriorando.

No decorrer de 2017, a repressão aos militantes dos movimentos dos povos originários se acentuou, particularmente na Patagônia argentina, onde a repressão da *gendarmería* ao povo mapuche derivou na desapareição, denunciada pela comunidade mapuche de Cushamen, e posterior assassinato do militante Santiago Maldonado. Do outro lado da fronteira, no Chile, o governo foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos por manter presos mais de 400 membros do povo mapuche, incluindo oito *lonkos* (chefes tribais), por crime de terrorismo.

Atualmente, o *lonko* Facundo Jones Huala se encontra detido pela segunda vez, em Esquel (Argentina), e sua extradição é solicitada pelo Chile, mostrando que, a despeito de ter aceitado formalmente a decisão da Corte Interamericana, o governo Bachelet continua com sua política de negação dos direitos dos povos originários. Reforçado pela cooperação com o governo Macri, somam-se forças para combater as reclamações dos mapuches que buscam recuperar suas terras ancestrais nos dois lados da fronteira, entregues, na Argentina, à multinacional Benetton e, no Chile, ameaçadas de serem entregues a empreendimentos turísticos.

A metodologia é a mesma: criminalização dos movimentos sociais, acusados de terrorismo, e articulação de processos jurídicos sucessivos que, de forma abusiva, passam a exercer uma coação permanente sobre os movimentos sociais, atingindo a liberdade pessoal de seus dirigentes e eliminando as fontes e os recursos financeiros que possibilitam suas atividades.

## **A título de conclusão**

As consequências desse cenário são idênticas em todos os casos tratados: a desestabilização de governos que implementaram políticas públicas centradas no social e que tinham como finalidade acabar com a exclusão social das minorias; a desestruturação do Estado social; a repressão aos movimentos sociais; a utilização da ordem normativa e do Judiciário como instrumentos de legitimação



de novas políticas de ajuste fiscal e social; a precarização do trabalho formal através de mudanças legislativas; a retirada do apoio financeiro e jurídico aos grupos sociais de alta vulnerabilidade, como aposentados, mulheres, crianças e adolescentes, afrodescendentes, povos originários; uma campanha intensa pela privatização de amplos setores da administração pública; o desmonte dos instrumentos de proteção ambiental, entre outras, são evidências de uma onda de retrocesso que atinge os direitos humanos e sociais, sacrificados no altar do mercado.

A criminalização dos movimentos sociais e de seus militantes tem se transformado, na América Latina, em política de Estado, utilizando a *lawfare* ou guerra jurídica como tática de controle das reclamações e contrária à mobilização dos grupos e coletivos que demandam e lutam pelos seus direitos.

## Referências

- ALONSO, Fabiana; BACOLLA, Natacha; CARRIZO, Bernardo; MAINAL, Marcelino (Coords.). *Justicia y derechos humanos en la construcción de la democracia*. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 2011.
- ÁVILA SANTAMARÍA, Ramiro. *El neoconstitucionalismo andino*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar – Sede Equador, 2016.
- KITTRIE, Orde F. *Lawfare, law as a weapon of war*. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- MARIANO, Cynara Monteiro. *Legitimidade do direito e do Poder Judiciário*. Neoconstitucionalismo ou poder constituinte permanente? Belo Horizonte: Del Rey, 2010.
- MEDICI, Alejandro. *Otros nomos*. Teoría del nuevo constitucionalismo latino-americano. Aguascalientes: Cenejus; San Luis Potosí: Uaslap, 2016.
- VAL, Eduardo Manuel; FRÓES, Rodrigo Dias Rodrigues de Mendonça. Brasil e Equador: o controle social no panorama do constitucionalismo latino-americano. In: ENGELMAN, Wilson; SPRICIGO, Carlos M. (Orgs.). *Constitucionalismo democrático na América Latina*: desafios do século XXI. Curitiba: Multideia, 2015.

# Violação de direitos em tempos de instabilidade. Como a crise deteriora políticas de direitos humanos e expõe defensores à violência

Maria Carolina Trevisan<sup>1</sup>

O Brasil passa por uma crise política cujas consequências influenciam diretamente a situação dos direitos humanos. Para entender esse processo, é preciso compreender o momento histórico que vive o país. O segundo mandato de Dilma Rousseff, eleita em 2014, foi frágil. Com 54 milhões de votos, 38% dos votos possíveis, a presidenta teve uma vitória apertada contra o candidato tucano, Aécio Neves. Votaram em Aécio 51 milhões de eleitores. Foi a disputa presidencial mais acirrada desde 1989.

A instabilidade política se refletiu nas ruas. Sob a bandeira do combate à corrupção (que começou contra o aumento do transporte público), as manifestações de junho de 2013 expuseram tendências conservadoras adormecidas na sociedade desde a ditadura militar (1964-1985). A inclinação conservadora de matizes fascistas – também observada em países da América Latina, nos Estados Unidos e na Europa – ganhou força em 2014 e, em 2015, levou milhares de pessoas a protestar. A pressão, alavancada pela mídia e pelas redes sociais, culminou com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em agosto de 2016. Em consequência, a população perdeu a confiança na figura dos políticos, nas instituições – e o voto, estrutura fundamental da democracia, perdeu valor.

Michel Temer (PMDB), vice de Rousseff, assumiu a Presidência e rapidamente demonstrou o caminho que priorizaria: equilibrar as contas públicas e corresponder aos anseios do “mercado”. A primeira conformação de sua equipe ministerial revelou que a agenda dos direitos humanos não teria preferência no novo governo. Todos os seus ministros eram homens brancos. Em uma cane-

1 Jornalista especializada na cobertura de direitos humanos, políticas públicas sociais e democracia. Foi repórter especial da revista *Brasileiros*, colaborou em *IstoÉ*, *Época*, *Folha de S. Paulo*, *Estadão*, *Trip* e *Marie Claire*. Trabalhou em regiões de extrema pobreza por quase 10 anos e estuda desigualdades raciais há oito anos. Coordena a área de comunicação do projeto Memória Massacre Carandiru e é pesquisadora da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-graduação. É coordenadora de projetos da Andi – Comunicação e Direitos. Em 2015, recebeu o diploma de Jornalista Amiga da Criança por sua trajetória com os direitos da infância.

tada, o novo presidente brasileiro também exterminou as secretarias especiais de Direitos Humanos, Igualdade Racial, Juventude e Pessoas com Deficiência, que tinham *status* de ministério – e eram conquistas recentes. Posteriormente, o presidente Temer criou o Ministério dos Direitos Humanos, com pouca relevância.

Em seu discurso de posse, Temer evocou Deus e escolheu como símbolo de sua gestão o velho “Ordem e Progresso”, também lembrança dos anos de ditadura.

O que nós queremos fazer agora, com o Brasil, é um ato religioso, é um ato de religião de toda a sociedade brasileira com os valores fundamentais do nosso País. Por isso que eu peço a Deus que abençoe a todos nós: a mim, a minha equipe, aos congressistas, aos membros do Poder Judiciário e ao povo brasileiro, para estarmos sempre à altura dos grandes desafios que temos pela frente.

Agradava, assim, boa parte do Congresso Nacional, o que facilitou adotar medidas de austeridade, como a PEC 55/2016 do teto de gastos públicos, promulgada em dezembro de 2016. Até pelo menos o início de 2018, Temer governou com o objetivo de fazer passar as reformas trabalhista, meta conquistada, e da Previdência. Com a acomodação política, estaria então, resolvida a corrupção? Não foi o que se sucedeu.

## Judiciário

O principal instrumento de investigação sobre corrupção, a Operação Lava Jato, acabou por derrubar vários ministros de Temer. Os emedebistas Romero Jucá (Planejamento), Fabiano Silveira (Transparência, Fiscalização e Controle) e Henrique Eduardo Alves (Turismo) – este último também ministro do governo Rousseff – foram os primeiros, uma semana e meia depois de serem empossados. Em conversas com o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, vazadas na imprensa, Jucá diz que uma mudança no Governo Federal resultaria em um pacto para “estancar a sangria” das investigações. No áudio, Silveira orienta o então presidente do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), a não antecipar informações à Procuradoria-geral da República. Assim começou o governo Temer.

Quase um ano depois, em maio de 2017, o próprio presidente Temer se viu envolvido na Lava Jato. Um áudio revelou a relação do presidente da República com o principal acionista da empresa do setor de carnes JBS, Joesley Batista, gravado em conversa fora da agenda oficial no Palácio da Alvorada durante a noite. A revelação quase obrigou Temer à renúncia ao expor a frase “tem que manter isso, viu?”, dita por ele a Joesley sobre quantias que o empresário estaria

pagando ao ex-deputado federal Eduardo Cunha (MDB-RJ) e ao lobista Lúcio Funaro para ficarem calados. “Não renunciarei. Repito, não renunciarei. Sei o que fiz e sei a correção dos meus atos. Exijo investigação plena e muito rápida para os esclarecimentos ao povo brasileiro. Essa situação de dubiedade ou de dúvida não pode persistir por muito tempo”, disse o presidente em pronunciamento à nação.

Dias depois, um de seus principais assessores, o deputado federal Rodrigo Rocha Loures (MDB-PR), foi flagrado pela Polícia Federal recebendo uma mala com R\$ 500 mil de um executivo da JBS, Ricardo Saud.

Passados quatro meses, em setembro, a PF encontrou caixas e malas com R\$ 51 milhões em um apartamento vinculado ao então ministro da Secretaria de Governo, Geddel Vieira Filho (MDB-BA). As notas tinham as digitais de Geddel e teriam sido entregues pela construtora OAS como propina. Foi a maior apreensão de dinheiro vivo na história da Polícia Federal. Vale lembrar que Geddel também foi ministro do governo Lula (Integração Nacional) e vice-presidente de pessoa jurídica da Caixa Econômica Federal no governo Dilma. Em 1993, esteve envolvido no escândalo conhecido como “anões do orçamento”.

A Lava Jato também incriminou membros do Partido dos Trabalhadores, como Antonio Palocci, e investiga ex-ministros de Dilma, como Guido Mantega, e o envolvimento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sistema de corrupção.

A Operação Lava Jato teve início em 2009. Desde então, vem institucionalizando práticas que antes eram usadas como exceção. Fez, por exemplo, uso indiscriminado da prisão temporária – instituto típico de regimes autoritários –, determinou que delações premiadas com indivíduos encarcerados servissem como provas, implementou conduções coercitivas sem considerar as prerrogativas para tanto (sem notificação prévia, por exemplo) e vazou áudios de conversas privadas de autoridades como Dilma (quando era presidente) e Lula (quando foi convidado por Dilma para assumir um ministério). Por esse último episódio, o juiz Sérgio Moro pediu “escusas sinceras”.

## **Violações de direitos humanos e sociais**

Com a ajuda de parte da imprensa e o impulso das redes sociais, estava dada a espetacularização da crise política, na qual quem ganha é o melhor justiceiro. E quem mais perde são os brasileiros vulneráveis.

A postura do governo Temer em situações de graves violações de direitos humanos também ficou evidente. Em janeiro de 2017, uma série de massacres em presídios provocou a morte de mais de 136 pessoas sob tutela do Estado em menos de um mês. O responsável por definir um plano de emergência para

conter os massacres, o ex-ministro da Justiça Alexandre de Moraes, apresentou como solução a construção de mais presídios, sinalizando o fortalecimento de políticas de encarceramento em massa. Acontece que, no Brasil, existem mais de 700 mil pessoas presas. O déficit de vagas é quase o mesmo. Somos a terceira maior população carcerária do mundo. Construir presídios não alivia a situação prisional e muito menos a violência. Mas ajuda a fortalecer o crime organizado ao confinar mais gente.

Em fevereiro de 2017, Moraes foi nomeado para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal pelo presidente Michel Temer com aval do Senado Federal. Seu mandato será de 26 anos. Como ministro do Supremo, terá de decidir sobre a atualização da Lei de Drogas, meio mais comum de prender pessoas. Sua posição tem sido contrária à descriminalização, o que pode produzir mais prisões e inúmeras violações de direitos humanos, especialmente porque a identificação de quem é traficante e quem é usuário não está bem definida na lei atual. A vida nos presídios brasileiros é uma tortura contínua.

Está provado que prender pessoas não diminui a violência. Se fosse assim, seríamos a Dinamarca ou a Islândia em termos de números de homicídios. Mas somos a nona maior taxa de homicídios do planeta, segundo a Organização Mundial da Saúde. A violência letal também tem alvo certo: quem mais morre são os jovens negros, 70% das quase 60 mil vítimas anuais. Um país que não produz políticas públicas específicas para enfrentar essa situação é conivente com ela.

### **Direitos humanos e sociais**

Com a instabilidade política, estão ameaçados os direitos da população negra, das mulheres, dos indígenas e dos protetores da terra e da moradia, situação que expõe defensores e defensoras de direitos humanos e socioambientais<sup>2</sup> a mais riscos.

A situação já era ruim antes do *impeachment*: apesar dos avanços sociais observados no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o que representou retirar 36 milhões de brasileiros da extrema pobreza, o governo da presidenta Dilma Rousseff, ainda que tenha mantido e ampliado os programas sociais, negligenciou outras áreas dos direitos humanos. Sua política econômica e de infraestrutura provocou, por exemplo, deslocamento de comunidades para a construção de grandes obras como Belo Monte, o que impactou fortemente na

---

2 São considerados defensores e defensoras de direitos humanos todos os indivíduos, lideranças, ativistas, povos, grupos e comunidades, associações, organizações e movimentos sociais que defendem e promovem os direitos humanos. O papel dos/as defensores/as é de fundamental importância para o fortalecimento da democracia e para a construção de uma cultura de direitos no Brasil.

produção local, no meio ambiente e levou ao aumento da violência e da exploração sexual de crianças e adolescentes na região. Outro reflexo da escolha dessa linha política foi a falta de demarcação de terras indígenas e o quase abandono desses povos, culminando com o aumento da violência em aldeias na Amazônia, na região do Xingu e do Mato Grosso do Sul, onde **lideranças indígenas estão permanentemente ameaçadas** por fazendeiros, extrativistas e grileiros.

Em maio de 2017, indígenas da etnia gamela foram atacados por homens com armas de fogo e facões em Viana, no interior do Maranhão. Treze ficaram feridos, cinco foram baleados e dois tiveram as mãos decepadas de acordo com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A área em que aconteceu o ataque é disputada por fazendeiros. Cerca de 700 famílias gamelas vivem no local de 530 hectares.

No Pará, uma chacina tirou a vida de 10 trabalhadores rurais em Pau D'Arco, assassinados pela polícia. A execução em massa aconteceu em maio de 2017, em uma ação envolvendo 29 policiais civis e militares. Quinze foram detidos e presos temporariamente meses depois. O grupo é acusado também de fazer parte de uma milícia privada. As investigações apontaram a causa como disputa de terra e uma reação contra a tentativa de regularização de uma faixa de terra.

O campo é um território violento para defensores de direitos humanos. A tendência é que essa situação piore. Em 2015, de acordo com a Global Witness, o Brasil teve 50 assassinatos de ativistas da terra e do meio ambiente, o que nos coloca como o país mais perigoso do mundo para esses defensores. No total, a organização documentou 185 assassinatos naquele ano.

Nos primeiros quatro meses de 2016, a organização contabilizou 24 homicídios com essas características no país, o que confirmou a liderança do Brasil. Essas vidas perdidas estão diretamente ligadas à exploração de minérios, ao extrativismo, à construção de hidrelétricas e ao agronegócio. “Essa situação está relacionada a um modelo econômico que fomenta a desigualdade extrema e impacta negativamente os direitos fundamentais das populações”, concluiu o relatório *Defensores em Perigo*, produzido pela Oxfam em outubro de 2016.

O documento especifica que existem três fatores preponderantes nesse cenário:

1. a agressão específica contra as mulheres;
2. a relação entre a expansão de projetos e atividades extrativistas e o aumento das violações de direitos humanos nesses territórios;
3. a cooptação das instituições estatais a favor do poder fático, exercido à margem das instâncias formais (que não coincide necessariamente com o aparato estatal) e que se serve de sua autoridade informal ou capacidade de

pressão pela força econômica, política ou pela relação com o crime para neutralizar a função primordial do Estado de garantir os direitos de toda a população.

A Front Line Defenders, organização de direitos humanos sediada em Dublin, denuncia que 41% dos assassinatos de defensores/as de direitos humanos na América Latina estão relacionados à defesa do meio ambiente, da terra, do território e dos povos indígenas. Cerca de 15% remetem à defesa dos direitos coletivos LGBTI.

No Brasil, a organização chama atenção para os homicídios de 58 defensores de direitos humanos, atrás da Colômbia, que teve 85. Segundo o relatório, os mais vulneráveis são aqueles e aquelas que defendem o meio ambiente, os indígenas e os direitos humanos, grupo que corresponde a 74% do total de assassinatos de defensores em 2016. O documento denuncia também perseguições judiciais, agressões físicas, ameaças, intimidação, difamação e tortura como estratégias utilizadas por atores estatais e não estatais com a finalidade de exterminar esses ativistas.

A Polícia Militar é um dos principais atores da violência letal contra defensores e defensoras de direitos humanos. O relatório aponta que a PM brasileira usa gás lacrimogêneo e balas de borracha como meios de intimidação e brutalidade do Estado.

Para a Front Line Defenders, o processo de *impeachment* e a instabilidade política causaram um agravamento da escalada de violência contra defensores de direitos humanos, além da criminalização de movimentos sociais.

A Anistia Internacional mostrou, em fevereiro de 2017, que conflitos por terras e recursos naturais continuam a provocar dezenas de mortes no Brasil a cada ano. Comunidades rurais e seus líderes foram ameaçados e atacados por proprietários de terras, principalmente no Norte e no Nordeste do país. Em outubro de 2016, cinco pessoas foram mortas em Vilhena (RO) por disputa de terra.

É importante indicar também que a redução nos níveis de pobreza no Brasil fez com que fundações, institutos e a cooperação internacional entendessem que seu trabalho teria perdido relevância. Mas não é essa a percepção de quem atua na filantropia no País. Segundo Maria Amália Souza, do Fundo Socioambiental Casa:

Um dos maiores erros da filantropia internacional é a má interpretação da situação real. Existe uma enorme riqueza concentrada no Brasil, um país que obteve muito dinheiro e utilizou os seus bancos nacionais para financiar suas grandes empresas de construção porque dispunham do dinheiro para fazer isso sem ter que emprestar de ninguém. Ou seja, tem havido uma enorme

concentração de riqueza nas mãos de muito poucos, causando mais pressão ainda sobre a sociedade civil, que passou a se ver sem mais recursos para criar qualquer oposição de controle social. A saída da filantropia internacional deixou todos os ativistas ainda mais vulneráveis que antes.

## Mulheres

A Anistia destaca que as mulheres negras estão à frente da resistência contra as violações de direitos humanos, especialmente nas cidades. Na área rural, as indígenas lideram a resistência, inclusive dentro das aldeias.

Em outubro de 2015, cerca de 15 mil mulheres brasileiras saíram às ruas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de outras grandes cidades do país. Campanhas como #primeiroassedio e “Jornalistas contra o assédio” mostraram que as mulheres não ficarão caladas. As manifestações extrapolaram as fronteiras e se juntaram a movimentos como “Ni una a menos”, na Argentina. Seguem firmes.

Ao mesmo tempo, o governo Temer demonstra como prefere a liderança das mulheres. Por ocasião do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2017, diante da primeira-dama, Marcela Temer, o presidente da República disse:

Tenho absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela [Temer], do quanto a mulher faz pela casa, pelo lar. Do que faz pelos filhos. E, se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher.

Acrescentou ainda o importante papel da mulher na economia doméstica. “Na economia também a mulher tem grande participação. Ninguém é mais capaz de indicar desajustes de preços no supermercado do que a mulher”.

O próprio processo de *impeachment* evidenciou o machismo da sociedade e do Parlamento. A ex-presidenta Dilma Rousseff, em protestos de milhares de pessoas, foi constantemente chamada de “vaca” e “vadia” por manifestantes da elite brasileira, um adesivo propunha o estupro de Dilma e deputados não se contiveram no dia da votação por sua cassação.

O fato de uma mulher ter ocupado o cargo mais poderoso do Brasil é um legado simbólico incontestável. Para a ex-ministra do Desenvolvimento Social Tereza Campello, um dos ganhos importantes do período Lula-Dilma foi a maior autonomia feminina.

“Apesar de termos avançado muito na construção de uma agenda de direitos para as mulheres, isso ainda é tão frágil a ponto de poder ser revertido. Eu me sinto agredida como mulher. É muito duro”, afirma Tereza.



Para a feminista e ex-ministra das Mulheres Eleonora Menicucci, “todas as mulheres estão vulneráveis nesse processo: as pobres, as negras, as indígenas, as lésbicas, as deficientes, as jovens, as idosas. Todas”. Não basta Temer afirmar que foi o primeiro a criar uma Delegacia da Mulher quando era secretário de Segurança Pública de São Paulo em 1985.

A cada hora e meia, um homem assassina uma mulher no Brasil. Mulheres são mortas por serem mulheres.

De acordo com o Mapa da Violência 2012, 43,4% dos homicídios contra mulheres são praticados pelo parceiro ou ex-parceiro da vítima. Uma em cada cinco mulheres reconhece ter sido vítima de violência doméstica ou familiar praticada por um homem.

Embora a violência doméstica seja um dos pontos mais preocupantes da vulnerabilidade a que estão expostas as mulheres, a humilhação, o assédio e a violência psicológica criam as condições para homicídios. Esse quadro também expõe a interseccionalidade da luta feminista: racismo, lesbofobia, transfobia, classismo e todos os tipos de ódio se somam à violação dos direitos das mulheres, ao mesmo tempo que as coloca na linha de frente da resistência. Por isso, as defensoras dos direitos das mulheres estão ainda mais ameaçadas.

A disputa por melhores colocações no mercado de trabalho e por melhores posições no Congresso brasileiro segue firme – elas estão em todos os espaços –, mas ainda é desigual.

São também as mulheres que resistem nas cidades. Diante da violência urbana, as mulheres negras – principalmente – não param de velar seus filhos, maridos, sobrinhos, amigos. Os jovens negros continuam sendo o principal alvo da violência no Brasil. São gerações inteiras dizimadas. Muitas dessas mortes são produzidas pelo braço de segurança do Estado, representado pela Polícia Militar. As mulheres negras são incansáveis na defesa desses jovens e não param de lutar pela memória de seus filhos.

Ataques contra as comunidades indígenas continuam acontecendo e os responsáveis raramente são levados à justiça. A comunidade guarani-kaiowá de Apika’y, no Mato Grosso do Sul, é uma das mais vulneráveis. Em 29 de agosto de 2016, fazendeiros locais atacaram a comunidade indígena Ñanderú Marangatú, no município de Antonio João, também no Mato Grosso do Sul. O ataque resultou na morte de um homem e no ferimento de mulheres e crianças. Nenhuma investigação foi aberta.

## **Impunidade**

Um dos grandes problemas para enfrentar a questão da violência contra defensores e defensoras de direitos humanos e socioambientais é a impunidade. Há

resistência em investigar e punir, especialmente quando os agentes da violência são policiais.

“[Entre os] maiores violadores de direitos [estão] os próprios governos, os quais deveriam cumprir a legislação, mas, por interesses individuais, além de não cumprir a lei, ainda realizam ou tentam realizar mudanças de direitos adquiridos”, alerta Cristina Orphêo, diretora executiva do Fundo Casa.

As investigações atuais mostram que muitos direitos violados têm a ver com corrupção, onde estudos socioambientais são omissos quanto a impactos a povos tradicionais com o objetivo de liberar grandes obras. No segmento socioambiental, as violações de direitos em regiões de megaprojetos governamentais são assustadoras, além de direitos constitucionais violados, unidades de conservação sofrem grande pressão para terem suas áreas diminuídas. Outra razão é a ocupação desordenada e ilegal de territórios remotos por garimpeiros, madeireiros ilegais, que entram em confronto direto com os defensores que os denunciam. Essa situação tem causado muitas mortes.

Em 2006, o massacre de Eldorado dos Carajás completou 20 anos. É um dos casos mais emblemáticos de extermínio de defensores de direitos humanos e socioambientais do Brasil. Dezenove trabalhadores sem-terra foram mortos pela Polícia Militar no município de Eldorado dos Carajás, sul do estado do Pará. A violência ocorreu quando 1500 trabalhadores sem-terra que estavam acampados em uma fazenda decidiram fazer uma marcha para protestar contra a demora na desapropriação de terras. Os militantes fecharam a BR-155, que liga a capital, Belém, ao sul do estado. Cerca de 155 policiais militares participaram da ação.

A ordem para matar partiu do secretário de Segurança do Pará, Paulo Sette Câmara, que declarou ter permitido o uso de força letal. De acordo com relatos, antes de atirar, os policiais lançaram bombas de gás lacrimogêneo. Em pelo menos 10 assassinatos, constatou-se que os tiros foram dados à queima-roupa. O comando da operação estava a cargo do coronel Mário Colares Pantoja, que foi liberado após cumprir 30 dias de prisão domiciliar. Depoimentos afirmavam que um dos fazendeiros teria pago propina aos policiais para que matassem os sem-terra.

Como não houve perícia nas armas e projéteis para determinar quem matou os sem-terra, os homicídios e lesões permaneceram impunes. O coronel Mário Colares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira, responsáveis pela tropa, foram presos em maio de 2012 e condenados a 228 e 158 anos de reclusão, respectivamente, pelo massacre.

Naquele momento, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) era o presidente da República. O massacre provocou a saída de seu ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira (PTB), responsável pelas ações de reforma agrária, que pediu demissão na mesma noite do massacre. Fernando Henrique criou, então, o Ministério da Reforma Agrária e indicou o então presidente do Ibama, Raul Jungmann, para o cargo.

A tensão pela disputa de terras continua na região de Eldorado dos Carajás.

No Maranhão, Raimundo Santos Rodrigues, conhecido como José dos Santos, foi morto a tiros em agosto de 2016 na cidade de Bom Jardim. Sua esposa também foi ferida. Raimundo era membro do Conselho da Reserva Biológica do Gurupi, área de proteção ambiental na floresta Amazônica. Por anos, fez denúncias e campanhas contra a exploração ilegal de madeira e o desmatamento. Era membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jardim. Foi ameaçado de morte várias vezes. As ameaças foram reiteradamente denunciadas às autoridades pela Comissão Pastoral da Terra e por uma organização local de direitos humanos. Mesmo assim, nenhuma atitude foi tomada para protegê-lo.

Em 2016, os “crimes de maio” completaram 10 anos. A onda de violência policial matou 564 pessoas e feriu 110 no estado de São Paulo entre 12 e 21 de maio de 2006. Até hoje, apenas dois policiais militares foram condenados. As mães dos jovens assassinados se uniram em busca de justiça e formaram um grupo conhecido como Mães de Maio. Segundo Débora Maria da Silva, que perdeu o filho durante os ataques e é líder do movimento Mães de Maio,

Vimos um julgamento como aquele, em que um policial foi condenado a 36 anos de cadeia, sair dali solto e intimidando todo mundo. Foi muito doído para nós vermos o policial ser condenado e depois ser libertado. Se um cidadão comum cometer um crime contra a vida, não há como ele responder [ao processo] solto. Ele responde dentro da cadeia. Para mim foi muito difícil.

Mulher negra, Débora luta incansavelmente por justiça. Grupos de mães defensoras de direitos humanos, contra a impunidade e a violência policial são mais comuns do que se pode imaginar.

As mães se unem no luto para continuar respirando. São Mães de Acari, Mães de Maio, Mães do Cárcere, Mães Mogianas, Mães de Osasco e Barueri, Mães do Cabula, milhares de mães, a grande maioria negras. Não existe, no Brasil, quem mais vele seus jovens. Das quase 60 mil pessoas mortas de forma violenta no País em 2014, mais de 70% eram negras. “Os governos estadual e municipal, em geral, não entendem os territórios onde vivem as mulheres negras como locais que deveriam ser foco das políticas públicas”, alerta a socióloga Vilma Reis, ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia.

Esses lugares são militarizados, criminalizados e depois se tornam campo aberto de violação de quase todos os direitos. Essa ausência das políticas, dos investimentos locais, da possibilidade do emprego e do lazer ali, o corte das linhas de transporte e outros meios de mobilidade urbana têm o papel de impor o isolamento social, econômico, político e cultural das comunidades onde as mulheres negras estão fazendo das tripas coração para sobreviver com seus filhos, filhas, netos, netas, que dependem diretamente do fazer, do labor da mulher negra para sobreviver.

## **Mortes anunciadas**

No dia 24 de janeiro de 2009, o advogado Manoel Mattos foi morto a tiros de espingarda calibre 12 em Pitimbu, na Paraíba. Ele integrava a Comissão de Direitos Humanos da OAB-PE e atuava contra grupos de extermínio compostos por policiais militares na divisa entre Paraíba e Pernambuco, região conhecida como “fronteira do medo”.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) havia impetrado medidas cautelares para que o Estado brasileiro protegesse o advogado. Mesmo assim, nenhuma medida protetiva foi tomada. E Mattos foi assassinado.

Uma articulação entre parlamentares, OAB-PE, MPF, advogados de defesa e governos de Pernambuco e da Paraíba conseguiu que o julgamento do homicídio fosse federalizado sob a justificativa de existência de grave violação de direitos humanos, configurando o primeiro caso do tipo no Brasil, que desloca a competência para o Superior Tribunal de Justiça.

“A vitória, entretanto, ainda não foi completa, e há um longo caminho para percorrer até que todos os responsáveis por esse crime sejam responsabilizados e os inquéritos que apuram as execuções sumárias denunciadas por Manuel sejam finalizados e julgados”, declarou Nair Ávila, mãe de Manoel. “Para continuar na defesa dos direitos humanos, até mesmo o apoio da ONU e da OEA ele conseguiu, mas faltou o do Estado brasileiro.” Mattos era ameaçado desde 2002.

Em abril de 2015, os mentores do assassinato, Flavio Inácio Pereira e Claudio Roberto Borges, o dono da arma usada no crime, José Nilson Borges, e seus executores, José da Silva Martins e Sérgio Paulo da Silva, foram condenados.

Outro caso que ganhou repercussão mundial foi a morte da irmã Dorothy Stang, que defendia as mulheres do campo e os trabalhadores rurais nos conflitos fundiários. Participava da Comissão Pastoral da Terra e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O assassinato da missionária, em fevereiro de 2005, no município de Anapu, no Pará, também teve pedido de federalização, sob alegação de que houve “omissão das autoridades do estado do Pará para lidar com o conflito fundiário

na área e proteger possíveis vítimas de homicídio e tortura”. Irmã Dorothy havia denunciado as ameaças várias vezes. Morreu com seis tiros. Pouco antes de ser assassinada, a missionária disse: “Não vou fugir nem abandonar a luta desses agricultores que estão desprotegidos no meio da floresta. Eles têm o sagrado direito a uma vida melhor numa terra onde possam viver e produzir com dignidade sem devastar”.

Em maio daquele ano, ao receber o pedido de deslocamento de competência, o procurador do estado do Pará, Aluizio Campos, manifestando-se contrariamente ao pedido, afirmou que o estado tem todo o aparato para punir os assassinos e salientou a “eficiência” da justiça local. O irmão de Dorothy, Joseph Stang, assistente do Ministério Público Estadual, se manifestou pelo deferimento do pedido de deslocamento de competências, sustentando a ineficácia das instituições locais no que se refere à “prevenção das violações de direitos humanos; a parcialidade das investigações; e a não aplicação das punições quando há responsabilização”.

No entanto, o processo prosseguiu na Justiça Estadual do Pará. Em maio de 2007, os envolvidos foram condenados. Vitalmiro Bastos de Moura, acusado de mandante do crime, foi condenado a 30 anos de reclusão. Rayfran das Neves Sales e Clodoaldo Carlos Batista, executores, foram condenados a 27 e 17 anos de reclusão, respectivamente. Amair Feijoli da Cunha, intermediador, encarregado de contratar os pistoleiros, foi condenado a 27 anos de reclusão. O fazendeiro Regivaldo Pereira Galvão foi condenado a 30 anos de reclusão no dia 30 de abril de 2010.

Após o primeiro julgamento, os réus Vitalmiro Bastos de Moura e Rayfran das Neves Sales protestaram por novo júri em razão de suas penas terem sido superiores a 20 anos de reclusão. Foi mantida a condenação deste último e absolvido o primeiro acusado em maio de 2008. Esse julgamento foi anulado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com realização de novo júri em abril de 2010, no qual foi condenado o réu Vitalmiro. Recentemente, a condenação foi anulada pelo Supremo Tribunal Federal em razão de *habeas corpus* impetrado pela defesa do réu, que entendeu ter havido cerceamento da defesa.

### **Mecanismos de proteção**

O Brasil tem um programa nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) criado em 2004 com o objetivo de adotar articulações e medidas “que possibilitem garantir a proteção de pessoas que estejam em situação de risco ou ameaça em decorrência de sua atuação na promoção ou defesa dos direitos humanos”. Segundo o Governo Federal, “a atuação do Programa não está voltada apenas à proteção da vida e da integridade física dos defen-

sores, mas também e principalmente na articulação de medidas e ações que incidam na superação das causas que geram as ameaças e as situações de risco”.

Porém, a Anistia Internacional afirma em seu relatório que o programa não tem sido capaz de oferecer a proteção prometida em suas disposições.

A falta de recursos continuou a prejudicar sua implementação e deixou os defensores em perigo, enquanto a ausência de um marco legal para o programa também comprometeu sua eficácia. Um projeto de lei visando à criação de um marco legal para embasar a coordenação dos governos federal e estaduais na proteção dos defensores tramitava no Congresso no fim do ano.

O PPDDH está sob coordenação da Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos. “O Ministério dos Direitos Humanos reconhece a relevante contribuição de defensores à proteção dos direitos humanos no país”, diz nota enviada pelo ministério.

Atualmente, o programa atende 665 pessoas em todo o Brasil. As causas indígenas e de direito à terra correspondem à maior parte dos casos.

O programa, no entanto, sofreu cortes no orçamento entre 2013 e 2016:

HISTÓRICO ORÇAMENTÁRIO DO PPDDH			
Ano	Total	Contrapartida dos estados	Estados conveniados
2011	R\$ 2.200.000,00	R\$ 674.710,00	BA, ES, PA, PE e equipe federal
2012	R\$ 2.200.000,00	R\$ 992.161,50	BA, ES, PA, PE e equipe federal
2013	R\$ 6.300.000,00	R\$ 2.975.222,50	BA, CE, PE, ES, MG e equipe federal
2014	R\$ 4.985.827,00	R\$ 478.895,27	BA, CE, PE, ES, MG, RS e equipe federal
2015	R\$ 4.800.000,00	R\$ 1.918.939,95	BA, CE, ES, PE, MG e equipe federal
2016	R\$ 3.700.000,00	R\$ 1.881.957,09	BA, CE, ES, PE, MG, MA e equipe federal
2017	R\$ 4.507.105,00	R\$ 726.979,30	CE, PE, MG, MA e equipe federal

O governo afirma que solicitou recursos suplementares para o orçamento de 2018, mas não confirmou o valor até o fechamento deste texto. “Na proposta orçamentária para 2018, foi incluído pelo MDH o valor (a confirmar) de R\$ 6.788.820,00.”

De acordo com o Ministério, não há registro de óbito relacionado a defensores/as de direitos humanos incluídos no programa desde a sua implementação em 2004.

A Global Witness recomenda aos governos dos países com altos índices de violência contra defensores de direitos humanos e do meio ambiente que:

1. aumentem a proteção dos ativistas de terras e meio ambiente que estão em perigo de sofrer atos de violência, intimidação ou ameaças;
2. investiguem os delitos, incluindo os “cérebros” corporativos e políticos, além dos assassinos, e levem os autores à justiça;
3. defendam o direito de ativistas de se negarem a realizar projetos nas suas terras e garantam que as empresas peçam o consentimento das comunidades antes de implementarem seus projetos;
4. solucionem as causas subjacentes da violência contra defensores, reconhecendo oficialmente os direitos das comunidades sobre a terra e combatendo a corrupção e as atividades ilegais que afligem os setores de recursos naturais.

O papel dos defensores de direitos humanos tem sido fundamental. Mais ainda em um momento de instabilidade política. Resta saber se as “mortes evitáveis” são, na verdade, “mortes matáveis”, sem importância para o Estado brasileiro.

Parte II

## Visão internacional sobre a filantropia na América Latina e no Brasil

---





# Investimento social privado brasileiro no contexto dos países latino-americanos<sup>1</sup>

---

*Benjamin Bellego<sup>2</sup>*

O Brasil é um país fascinante em muitos aspectos e seu panorama filantrópico não é exceção. Formada por uma rede global de organizações de apoio à filantropia com sede no Brasil, Wings - Worldwide Initiatives for Grantmaker Support - acompanha atentamente os novos desenvolvimentos no panorama filantrópico nacional brasileiro.

Por ser recém-chegado, meu olhar sobre o campo filantrópico brasileiro ainda é o de uma pessoa de fora, não de um especialista. Mas nossa visão global na Wings pode ajudar a pôr em perspectiva algumas características que tenho observado desde minha chegada.

## **Um ambiente não restritivo, mas de pouco incentivo à filantropia**

Antes mesmo de conhecer o setor filantrópico brasileiro, um dos primeiros aspectos que me surpreendeu foi que a filantropia doméstica se concentra quase que integralmente em ações em nível nacional. Isso está muito relacionado ao marco regulatório: as organizações da sociedade civil (OSCs) que são isentas de impostos, não estão autorizadas a aplicar fundos ou a doá-los para locais fora do Brasil, de acordo com o Código Tributário Nacional. Esse elemento é parte de um marco regulatório muito mais amplo que tem de ser melhorado para que a filantropia tenha todo o seu potencial liberado. O Brasil tem sua cota de desafios que exigem aportes filantrópicos robustos – trata-se de um dos países mais desiguais do mundo e que abriga o mais importante ecossistema para o futuro do nosso planeta, o que torna essa questão ainda mais urgente.

O marco regulatório não é restritivo, mas dá o mínimo de incentivo. No âmbito fiscal, as doações não apenas não se beneficiam de isenção (exceto em

---

1 Tradução de Adriana Osorio de Moraes.

2 Diretor executivo de Wings. Tem vasta experiência em ajuda internacional, sociedade civil e desenvolvimento filantrópico, bem como conhecimento de campo em diversos países e regiões, como o Norte e o Oeste da África, o Haiti, as Filipinas e o Nepal. É mestre em gestão de organizações sem fins lucrativos pelo *Institut d'Etudes Politiques* de Grenoble.

alguns casos específicos ou em projetos selecionados pelo governo), mas são obrigadas a pagar 4% de imposto. As doações filantrópicas não são diferenciadas das doações para fins privados.

Isso desmotiva o ambiente filantrópico e limita o desenvolvimento das fundações que atuam no setor. Existem diferentes razões culturais e históricas para essa situação, incluindo o papel central do Estado em prover serviços sociais e a falta de confiança no setor das OSCs. De acordo com o Barômetro da Confiança Edelman, o Brasil é um dos poucos países onde as pessoas têm mais confiança nas corporações (70%) do que nas OSCs (62%).

### **Predominância da filantropia corporativa e outras características regionais comuns**

Assim como no resto da América Latina e na maioria das economias de mercado emergentes em todo o mundo, o setor de investimento social filantrópico/privado depende principalmente de instituições corporativas. A lista dos membros da associação nacional de fundações, o Gife, destaca isso com clareza, sendo composta em mais de 70% por empresas e fundações empresariais.

Curiosamente, a filantropia familiar parece estar crescendo. Essa é uma tendência que vemos também em outros países latino-americanos.

Vamos manter esse olhar regional por um tempo e ver como o Brasil difere ou reflete os panoramas filantrópicos de seus vizinhos.

Um elemento de contexto que pode surpreender outros estrangeiros como eu é o fato de que o Brasil não parece ser sempre totalmente considerado parte integrante da América Latina. Com poucas instituições regionais para articular um senso de identidade comum, esse “continente dentro de um continente” muitas vezes parece estar mais em busca de parcerias e intercâmbios com os EUA, a Europa ou o Brics do que com o resto da região. A recente Reunião Regional de Filantropia organizada pela Wings em parceria com a AFE-Colômbia em Cartagena, no entanto, ressaltou que há muito mais em comum do que lacunas e diferenças. O apetite para a colaboração regional que a Wings continuará a apoiar também reflete essas semelhanças.

Segundo Rodrigo Villar, existem cinco características principais na filantropia latino-americana:

- escassez de dados, o que dificulta saber se os desafios certos estão sendo abordados;
- predominância da filantropia corporativa;
- predominância de fundações operacionais *versus grantmaking*;

- esforço limitado de apoio à sociedade civil;
- interesse na articulação com o setor público, porém com incidência limitada.

Todos esses tópicos caracterizam efetivamente a filantropia brasileira, à exceção, talvez, da disponibilidade de dados, que, embora precise ser mais desenvolvida, está mais avançada que na maioria dos outros países da América Latina.

A predominância da filantropia corporativa é uma questão importante. Assim como outras abordagens filantrópicas, ela traz um importante valor agregado: uma atenção especial ao impacto e à avaliação, o que contribui para a rápida profissionalização do setor, o potencial do alinhamento dos negócios, as habilidades, competências e ativos similares que podem alavancar ativos financeiros, etc. Por outro lado, pode ser delicado para as corporações associar suas marcas a questões eventualmente tidas como de maior sensibilidade, como os direitos humanos, a justiça social e mesmo a proteção ambiental. Além disso, de acordo com diferentes pesquisas feitas na região, é mais provável que a filantropia corporativa implemente programas diretamente do que apoie o trabalho de organizações da sociedade civil, contribuindo, assim, para a quarta característica comum destacada na reunião de Cartagena: a necessidade de melhorar o apoio à sociedade civil, construindo confiança e promovendo a transparência.

Outras abordagens filantrópicas podem desempenhar um papel complementar e devem ser desenvolvidas para atender às diferentes necessidades sociais.

Mais particularmente, como ocorre em outras regiões do mundo, as abordagens filantrópicas lideradas por comunidades ainda são emergentes: fundos de mulheres, filantropia indígena, filantropia negra etc. Trata-se, no entanto, de um campo dinâmico e aparentemente crescente no Brasil. A Rede de Filantropia para a Justiça Social conecta alguns desses fundos e apoia o crescimento desse campo.

A fim de atender às diferentes necessidades da sociedade, às diferentes escalas temporais e aos diferentes níveis de mudança, é necessário um campo filantrópico diversificado e bem apoiado, variando desde filantropia corporativa até doação individual via filantropia familiar e comunitária. Esperamos que os formadores de opinião que estão em campo, nas redes e nas plataformas possam continuar a promover e incentivar tal diversificação e um maior esforço de apoio à sociedade civil.

## Um aumento nas doações individuais apoiado pelo dinamismo de novos atores e iniciativas

Enquanto as doações nos Estados Unidos representam 2% do PIB do país, no Brasil, elas representam apenas 0,23% do PIB nacional.<sup>3</sup> Mas a tendência é de aumento, o que corrobora uma das principais projeções identificadas em nível global no *Relatório sobre o Panorama Global de Filantropia*, elaborado pela Wings e a ser publicado no início de 2018: desenvolvimentos tecnológicos (plataformas de financiamento coletivo, doações via SMS etc.) e o crescimento da classe média em mercados emergentes estão impulsionando essa tendência em todo o mundo.

No Brasil, esforços recentes têm sido feitos por diferentes organizações que apoiam a filantropia no sentido de incentivar e acelerar tal crescimento. Fui surpreendido por uma inovação muito interessante na área de financiamento envolvendo um grupo diversificado de *grantmakers* e organizações de apoio brasileiros: o Fundo Bis, que é o primeiro fundo no Brasil – e, possivelmente, no mundo – a financiar projetos que promovem uma cultura de doação no país.<sup>4</sup> Outras iniciativas, como o Dia de Doar, versão brasileira da campanha global *Giving Tuesday* (Terça-feira da doação), liderada pela Associação Brasileira de Captação de Recursos (ABCR), contribuem para reforçar essa evolução.

Os dois principais protagonistas do desenvolvimento da filantropia no Brasil, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e Idis, uma organização de apoio que participa da Aliança Global da *Charities Aid Foundations*, estão incorporando novos atores e iniciativas que visam ao desenvolvimento qualitativo e quantitativo de recursos individuais privados para o bem social.

Alguns filantropos e líderes de campo brasileiros da nova geração têm uma visão estratégica que abrange não apenas um determinado problema social, mas também a maneira de desenvolver a filantropia de modo a alavancar o impacto e dar sustentação ao trabalho. Vou citar dois exemplos.

Na vertente tecnológica, a *WeLight*<sup>5</sup> é uma empresa social recentemente criada para conectar doadores individuais a OSCs certificadas. Ela funciona como um aplicativo que permite que as pessoas designem um percentual de suas despesas *on-line* para as OSCs de sua escolha.

Outro exemplo é a iniciativa do Instituto Betty e Jacob Lafer,<sup>6</sup> que criou uma rede de financiadores de direitos humanos e justiça social com o objetivo de in-

3 Fonte: Doação Brasil (2015) e *Effectiveness of Social Investments* (McKinsey, 2008).

4 Para mais informações, acesse <https://philanthropyinfocus.org/2017/09/28/5415/>.

5 A iniciativa foi lançada por Derek Brett Gallo, um filantropo.

6 A iniciativa é liderada por Inês Mindlin Lafer.

centivar a classe média alta a doar para causas que sofrem de subfinanciamento estrutural. Tirando partido dos mais recentes desenvolvimentos em psicologia comportamental, neurologia e comunicações, essa iniciativa visa aumentar os recursos disponíveis que sustentam essas questões cruciais.

### **Uma infraestrutura relativamente bem desenvolvida**

Esses exemplos mostram que, apesar do contexto econômico e político, e embora o setor filantrópico ainda seja relativamente emergente, o cenário da filantropia brasileira é muito dinâmico e podemos esperar evoluções interessantes no médio e no longo prazo.

Seja no contexto das doações individuais ou da filantropia institucional, as organizações de apoio estão desempenhando um papel-chave nas atividades de *advocacy*, consultoria e conscientização que criam as condições para que a filantropia prospere e atenda melhor às necessidades da sociedade.

Nesse sentido, o panorama brasileiro apresenta uma infraestrutura relativamente bem desenvolvida de redes, associações e organizações de apoio, algumas das quais já mencionadas. Os exemplos citados anteriormente mostram quão dinâmico e diverso é esse campo. O Brasil também é um dos quatro únicos países latino-americanos e caribenhos que tem uma associação nacional formal de fundações que representam, atendem e advogam para esse campo desde 1995.

Do ponto de vista dos dados, há uma quantidade cada vez mais importante de recursos disponíveis. Em 2016, o Idis lançou a primeira pesquisa nacional aprofundada voltada para doações individuais, e o censo do Gife fornece regularmente informações detalhadas sobre as práticas filantrópicas no País. Algumas universidades e centros acadêmicos, tal como a Fundação Getúlio Vargas, estão investigando o campo filantrópico e contribuindo para sua compreensão. Trata-se, no entanto, de um setor no qual novos desenvolvimentos são necessários. Até agora, não existe nenhuma instituição acadêmica que ofereça um centro ou programa com foco primário em filantropia, o que destaca uma possível necessidade de criação de currículos acadêmicos para formar novas gerações de profissionais e líderes em filantropia.

### **Conclusão**

Apesar do contexto político e econômico desafiador e de lacunas na diversificação e na eficácia do fortalecimento da sociedade civil, o campo da filantropia brasileira é dinâmico e dispõe dos ativos necessários para se fortalecer. Os desenvolvimentos futuros vão depender significativamente do desempenho das organizações de apoio em seu trabalho de *advocacy* para melhorar o marco regulatório. As recentes iniciativas baseadas em doações feitas pelo Idis ou aquelas

do Gife voltadas para questões regulamentares e fiscais, com suporte da União Europeia, devem ser acompanhadas com particular atenção.

Será imprescindível que um número crescente de fundações e filantropos brasileiros compreendam a importância estratégica da construção coletiva do seu campo e do investimento nele. Os esforços e investimentos de líderes nesse campo, como o Instituto Arapyáú e o Instituto C&A, devem ser acompanhados e ainda mais desenvolvidos. Wings está comprometido com a promoção de conversas entre os financiadores e espera que as fundações brasileiras participem delas.

O fato de o ODS 17, que trata de parcerias, ter sido escolhido pelos participantes da Plataforma de Filantropia e o interesse existente em torno dessa iniciativa mostram que há uma consciência compartilhada da importância da colaboração.

Evidentemente, não seria possível terminar este artigo sem mencionar o impacto da atual crise econômica, social e política no panorama filantrópico. Ela obviamente afetou o campo, seja por causa do envolvimento de algumas importantes empresas e famílias em escândalos de corrupção ou, de modo mais generalizado, devido à desconfiança e às divisões que essa crise multifacetada vem agravando na sociedade brasileira. Mas é impressionante também ver a capacidade de resiliência da sociedade civil em ação. A energia e o dinamismo que são visíveis tanto no lado da filantropia quanto das OSCs trazem confiança e dão esperança de que o terceiro setor será essencial para o estabelecimento das bases do futuro que os brasileiros estão dispostos a reformular.

# O poder da comunidade na promoção dos direitos humanos<sup>1</sup>

---

Mona Chun<sup>2</sup>  
Sarah Tansey<sup>3</sup>

Os direitos humanos e a justiça social são campos amplos e variados. A filantropia, no Brasil e no mundo, atendem a suas necessidades? Que tipos de trabalho são apoiados? Como a filantropia brasileira se compara à de outros países? E como a filantropia pelos direitos humanos e pela justiça social no Brasil pode ser mais efetiva?

A Human Rights Funders Network (HRFN) existe para explorar essas e outras questões similares. Uma rede global com mais de 1.500 *grantmakers* em 52 países, a HRFN desafia financiadores a avaliar como podem promover os direitos humanos por meio de uma filantropia mais eficaz. Os financiadores se conectam com pares e refletem sobre seu trabalho realizando uma série de atividades, incluindo conferências internacionais que examinam o cenário filantrópico, *webinars* sobre temas emergentes e grupos de trabalho que tratam de diferentes regiões, questões e práticas de *grantmaking*. Acreditamos na colaboração e na tomada de decisão estratégica para auxiliar financiadores a apoiar de maneira mais efetiva o crescimento dos movimentos pelos direitos humanos e pela justiça social.

Acreditamos também que a colaboração e as decisões estratégicas são orientadas pelo conhecimento compartilhado sobre nosso trabalho. Portanto, a *Human Rights Funders Network* mapeia também o campo do financiamento

---

1 Tradução de Adriana Osorio de Moraes.

2 Diretora executiva da *Human Rights Funders Network*. Tem mais de 15 anos de experiência de liderança em direitos humanos, capacitação, construção de redes e engajamento cívico. Antes de assumir seu cargo atual, foi vice-diretora da HRFN, diretora de Divulgação e Comunicação na *Coro New York Leadership Center* e fundadora e diretora executiva do *Center for Sustainable Human Rights Action*, uma organização que promove o desenvolvimento de capacidades para grupos de direitos humanos e líderes em todo o mundo.

3 Gerente do Programa de Pesquisa e Política da *Human Rights Funders Network*, onde gerencia a pesquisa *Advancing Human Rights*. Faz parte do Conselho Consultivo da Sociedade Civil da Funders Initiative e coordena grupos de trabalho em áreas como filantropia transfronteiriça e defensores dos direitos humanos.



dos direitos humanos. Nossa iniciativa no campo da pesquisa, Advancing Human Rights (Promovendo os Direitos Humanos), conduzida em parceria com o Foundation Center, já publicou cinco análises anuais desde sua criação há quase oito anos.

A pesquisa analisa o financiamento destinado à efetivação de uma mudança sistêmica (em oposição à pura prestação de serviços) em prol dos direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos tratados de direitos subsequentes, com foco especial nas populações marginalizadas – aquelas às quais o acesso aos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos é frequentemente negado. Identificamos 20.600 apoios que se encaixavam nessa definição em 2014, totalizando US\$ 2,7 bilhões provenientes de 729 financiadores e 12.888 organizações. Abrangem uma enorme variedade, desde apoios de vários milhões de dólares destinados à Anistia Internacional até apoios a iniciativas de *advocacy* de projetos extrativistas da Amazônia ou um *grant* de US\$ 439 para os direitos dos trabalhadores domésticos na Argentina.

Seis por cento dos financiamentos para os direitos humanos estão focados na América Latina, totalizando US\$ 167,6 milhões. Cinquenta e sete por cento desse financiamento, e 85% do número total de apoios, foram destinados a parceiros baseados na América Latina, em oposição a organizações internacionais localizadas em outros lugares. Esse padrão tem persistido ano após ano, indicando que os financiadores na América Latina e em outras partes buscam atores locais para realizar o trabalho.

Os dados revelam algumas tendências exclusivas: a América Latina é a única região no mundo em que os direitos ambientais estavam entre os três principais temas apoiados (601 *grants*, US\$ 21,8 milhões), e uma de apenas duas regiões com povos indígenas entre as três maiores populações (607 *grants*, US\$ 28,4 milhões). Esses números estão alinhados com o contexto regional: o número de assassinatos de defensores ambientais e de terras é mais alto na América Latina que em qualquer outra região do mundo, e quase 40% das vítimas provêm de comunidades indígenas.

A América Latina também compartilha alguns temas globais. Assim como em quase todas as outras regiões, as principais estratégias apoiadas pelos financiadores por meio de seus *grants* incluem *advocacy*, reforma e implementação de sistemas, capacitação e pesquisa e documentação. Dado que a filantropia de direitos humanos busca mudanças sistêmicas e estruturais, não é nenhuma surpresa ver essas estratégias serem amplamente utilizadas.

Cerca de 20% do financiamento para os direitos humanos e a justiça social na América Latina foi direcionado para o Brasil – 450 *grants*, totalizando US\$ 32,9 milhões. O financiamento incluiu apoios plurianuais de vários milhões de

dólares provenientes de fundações privadas do Norte global, bem como diversos apoios de menos de US\$ 3 mil de financiadores de organizações de base no Brasil e em outros países da América Latina. Os direitos ambientais e o direito a recursos, bem como o acesso à justiça e a igualdade perante a lei, foram as principais questões, e mais de um quarto do financiamento foi direcionado para povos indígenas, refletindo problemáticas vitais específicas do Brasil. Podemos observar também como o financiamento toma forma nos diferentes estados. Beneficiários no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Distrito Federal receberam 75% de todo o financiamento e 61% de todos os apoios. O mapeamento dos financiadores se desenha de forma semelhante. Vinte e cinco financiadores sediados em oito países apoiaram grupos de direitos humanos e de justiça social em São Paulo, por exemplo, mas apenas seis em Minas Gerais, o segundo estado mais populoso, e somente dois em estados como Pará ou Amazonas.

A lista dos principais financiadores para o trabalho de justiça social no Brasil inclui: Ford Foundation e Oak Foundation, dois grandes doadores internacionais para os direitos humanos; Fundación Avina, que se concentra no desenvolvimento sustentável colaborativo; e a Tides Foundation, que constrói parcerias filantrópicas para a justiça social. Esses financiadores trabalham ao lado de outros doadores internacionais, mas, com o crescimento da economia do Brasil na última década, o número de doadores internacionais privados que investem em iniciativas de justiça social no país diminuiu.

Defensores e ativistas brasileiros de movimentos de justiça social assumiram essa responsabilidade ao promoverem instituições de financiamento locais. Ao analisarmos quem mais concede apoios (*grants*) ao trabalho de justiça social no Brasil, nota-se que os financiadores brasileiros dominam a lista: Fundo Brasil de Direitos Humanos, Elas Fundo de Investimento Social, Baobá – Fundo Para Equidade Racial, BrazilFoundation, Fundo Socioambiental Casa, Instituto Rio e Instituto Betty e Jacob Lafer compartilharam dados sobre apoios para essa pesquisa. As prioridades desses financiadores refletem as principais questões de justiça social no Brasil, com cerca de 200 *grants* em 2014 que vão desde um pequeno apoio para um documentário sobre os impactos socioambientais de megaeventos até grandes apoios plurianuais para reforma do sistema penitenciário brasileiro.

À medida que as fundações internacionais foram se retirando dos países de renda média, esses financiadores brasileiros passaram a se concentrar no fortalecimento de seu ecossistema local. Eles reconheceram seus valores compartilhados: o compromisso de abordar as causas raiz da injustiça social, a dedicação às populações mais vulneráveis no Brasil e a inclusão dessas comunidades na definição de agendas, a compreensão profunda da interconexão entre as ques-

tões de direitos humanos e de justiça social e uma dedicação compartilhada para a expansão local dos recursos para esse trabalho. Com esse propósito comum, há alguns anos, esses fundos se uniram com um plano visionário para criar a Rede de Fundos Independentes para a Justiça Social (Rede).

Essa Rede é única no mundo. Como a única rede de fundos de justiça social focada no País, ela reconheceu a importância de tirar proveito de seus fortes relacionamentos, suas metas compartilhadas e seus recursos limitados para gerar um impacto maior.

Trabalhando de forma independente de empresas e do governo, esses fundos podem derivar suas prioridades das diversas comunidades com as quais trabalham. Ouvir atentamente as comunidades afetadas para melhor entender as necessidades e definir prioridades e estratégias é indiscutivelmente um elemento-chave da filantropia efetiva. Uma vantagem adicional de trabalhar em estreita colaboração com as comunidades beneficiárias é a profundidade com a qual os financiadores podem entender a interconexão entre identidades e abusos. A reforma da justiça criminal não pode ser plenamente abordada sem o reconhecimento de que a maioria dos detentos é de origem afro-brasileira. As violações dos direitos ambientais afetam desproporcionalmente as mulheres indígenas. É através das organizações que integram a Rede (fundos e fundações comunitárias) que essas interseções podem ser analisadas e abordadas de forma colaborativa, de modo que os financiadores não atuem em áreas especializadas, mas que se envolvam nas diversas camadas e lentes que a injustiça permeia.

Aqui, também, temos a oportunidade que a Rede buscava para trabalhar em conjunto e mudar os resultados: as organizações participantes deram um passo vital para unir forças a fim de aumentar a conscientização sobre a importância do seu trabalho, comunicar sua legitimidade conjuntamente e colaborar na mudança da cultura de doação no Brasil. Ao fazer isso, a colaboração fortalece a capacidade dos fundos envolvidos e amplifica a vitalidade e a importância do campo.

Os financiadores brasileiros estão sendo pioneiros no uso de um modelo holístico, solidário e estratégico para a filantropia de justiça social local, estabelecendo os alicerces para a sustentação dessa batalha de longo prazo. Ao mesmo tempo, a capacidade do Brasil de combater a injustiça não teve o crescimento significativo exigido para atender às suas necessidades. Além disso, o Brasil esteve recentemente envolvido em sucessivos escândalos de corrupção, agitação e mudanças políticas cada vez mais retrógradas.

Por liderarmos uma rede internacional de financiadores de direitos humanos, passamos a observar a importância de apoiar nossos pares e o poder de uma comunidade em rede. À medida que esse grupo de financiadores brasi-

leiros se esforça para crescer num cenário complexo, permeado por conflitos de natureza diversa, a comunidade internacional precisa se apresentar como parceira e apoiar essa empreitada de longo prazo.

## Referências

ADVANCING HUMAN RIGHTS: The State of Global Foundation Grantmaking. 2017. Disponível em: <http://humanrightsfunding.org/>. Acesso em: 11 out. 2017.

BAOBÁ. Fundo para equidade racial. Disponível em: <http://baoba.org.br/fundo-baoba/>. Acesso em: 11 out. 2017.

BRAZILFOUNDATION. Disponível em: <https://www.brazilfoundation.org/>. Acesso em: 11 out. 2017.

DOBSON, Christen; KOOB, Anna. Working Definition of Human Rights Grantmaking. *Advancing Human Rights*. 2017. Disponível em: [http://humanrightsfunding.org/wp-content/uploads/sites/20/2017/10/human-rights\\_definitions\\_update.pdf](http://humanrightsfunding.org/wp-content/uploads/sites/20/2017/10/human-rights_definitions_update.pdf). Acesso em: 11 out. 2017.

FUNDO BRASIL DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <http://www.fundodireitoshumanos.org.br/>. Acesso em: 11 out. 2017.

FUNDO CASA. Disponível em: <http://www.casa.org.br/en/>. Acesso em: 11 out. 2017.

FUNDO ELAS. Disponível em: <http://www.fundosocialelas.org/>. Acesso em: 11 out. 2017.

GLOBAL WITNESS. *On Dangerous Ground*. Jun. 2016. Disponível em: [https://www.globalwitness.org/documents/18482/On\\_Dangerous\\_Ground.pdf](https://www.globalwitness.org/documents/18482/On_Dangerous_Ground.pdf). Acesso em: 9 nov. 2017.

INSTITUTO RIO. Disponível em: <http://www.institutorio.org.br/>. Acesso em: 11 out. 2017.

KOOB, Anna; TANSEY, Sarah. *Advancing Human Rights: Update on Global Foundation Grantmaking*. 2017 edition. Fev. 2017. Disponível em: <http://humanrightsfunding.org/report-2017/>. Acesso em: 11 out. 2017.

LATIN AMERICA & MEXICO. *Advancing Human Rights*. 2017. Disponível em: <http://humanrightsfunding.org/regions/latin-america/>. Acesso em: 11 out. 2017.



Parte III

## Filantropia de justiça social no Brasil

---



# Transformando a filantropia no Brasil: o fenômeno da Rede de Filantropia para a Justiça Social

---

*Graciela Hopstein*

## **O contexto político brasileiro e o cenário da filantropia no Brasil**

Quando, no ano de 2013, publiquei o primeiro texto sobre a Rede de Filantropia para a Justiça Social (LESSA e HOPSTEIN, 2013), a tese principal desenvolvida no artigo era que os fundos e fundações comunitárias reunidas nesse coletivo representavam um fenômeno inovador tanto no campo da filantropia quanto no contexto da sociedade civil brasileira.

Certamente, muitas coisas mudaram desde então, principalmente no cenário político-econômico do País e também no campo da filantropia. Entretanto, como ponto de partida para esta análise renovada, continuo afirmando que, efetivamente, a filantropia de justiça social promovida pelas organizações que integram a Rede representa uma dinâmica política transformadora. O apoio financeiro (através de programas de *grantmaking*) voltado para organizações da sociedade civil (OSCs) de pequeno e médio porte e movimentos sociais constitui uma ação estratégica que contribui não apenas para a sua sustentabilidade financeira, mas principalmente para o fortalecimento de agendas vinculadas aos campos da justiça social, dos direitos humanos e da cidadania, alavancando processos de transformação, atendendo públicos vulneráveis e marginalizados no acesso aos direitos.

Fazendo um breve balanço sobre o cenário atual no Brasil, é importante reconhecer que a realidade política, econômica e social mudou de forma radical durante os últimos dois anos: hoje, o País atravessa uma crise política e econômica sem precedentes que, além de ameaçar o sistema político-institucional estabelecido (e, principalmente, a democracia representativa) e o Estado de direito – consolidados desde o processo de democratização –, tem impactado negativamente o campo dos direitos, bem como as OSCs e os movimentos sociais, colocando em risco sua sobrevivência e a continuidade das suas ações.



Certamente, no contexto do processo de *impeachment* contra a presidenta eleita Dilma Rousseff e dos escândalos de corrupção, da crise do modelo neodesenvolvimentista, da queda abrupta nos preços das *commodities*, da recessão e do déficit público, é evidente que o Brasil vem reduzindo sua dinâmica produtiva, que o colocou, nos anos anteriores, na posição de quinta a sétima economia do mundo (em termos do PIB).

Se é evidente que, nos últimos 12 anos, o governo brasileiro investiu de forma significativa em políticas sociais de caráter transversal e universal voltadas principalmente (embora não exclusivamente) para o combate à fome, à miséria<sup>1</sup> e para a distribuição de renda e o acesso das minorias aos direitos, alcançando importantes contingentes da população e resultados expressivos,<sup>2</sup> estudos recentes indicam que o Brasil continua ocupando o terceiro pior lugar em termos de desigualdade no mundo, com uma das distribuições de renda mais desiguais do planeta, sendo as mulheres (que recebem salários inferiores aos dos homens), negros e indígenas os mais afetados. Para citar alguns exemplos, no Brasil, apenas 5,1% dos brancos sobrevivem com o equivalente a US\$ 30/mês (cerca de R\$ 90,00), percentual que sobe para 10,6% em relação a índios e negros (PNUD, 2010).

Para além dos programas de distribuição de renda, é importante salientar outros avanços significativos no campo dos direitos humanos, da cidadania e das políticas públicas. A política das cotas nas universidades e no funcionalismo público, a promulgação da Lei Maria da Penha – que é referência no combate à violência contra a mulher –, a aprovação da união civil para casais homoafetivos e a lei de criminalização da homofobia e do racismo são alguns exemplos pontuais de avanços e conquistas. Por sua vez, os programas de acesso ao ensino superior, os planos habitacionais (como o programa Minha Casa, Minha Vida) e as políticas de cultura contribuíram para instalar outra densidade social, consolidando redes e reconhecendo a potência de movimentos, dinâmicas e iniciativas existentes nas comunidades e periferias dos grandes centros urbanos.

Ao mesmo tempo, novos trabalhos acadêmicos liderados por Thomas Piketty e Marc Morgan, em busca de um retrato mais completo da situação da desigualdade no Brasil – a partir da construção e análise de uma base de dados do IBGE com outras extraídas da Receita Federal –, alertam para novas conclusões.

---

1 Referimo-nos aqui aos programas Bolsa Família, Brasil sem Miséria e Brasil Carinhoso, vinculados ao Ministério do Desenvolvimento Social, que implicaram não apenas políticas de distribuição de benefícios diretos (renda) para as famílias que constituem o público-alvo, mas também o desenvolvimento de programas transversais vinculados às áreas de educação, saúde, assistência e segurança alimentar. Para mais informações, consultar <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>.

2 Um resultado expressivo do impacto das políticas sociais foi o relatório publicado em 2015 pela FAO que anunciou que, pela primeira vez na história, o Brasil tinha deixado de figurar no Mapa da Fome.

Os estudos sugerem que a desigualdade no País é pior do que se imaginava: o grupo que abarca os 10% mais ricos da população fica com mais da metade da renda nacional e viu sua fatia aumentar ainda mais nos últimos anos (de 53% para 54%). Essas informações são relevantes para pensar, como afirmam os mencionados economistas, que os programas de distribuição de renda, embora indispensáveis, são insuficientes e não podem ser pensados de forma isolada, já que, para que a correção das desigualdades estruturais se torne mais eficiente, é necessário incluir mudanças no sistema tributário, cobrando impostos sobre a renda e o patrimônio dos mais ricos.

Certamente, os dados levantados na pesquisa são muito relevantes para pensar a filantropia no Brasil. Levando em conta a concentração de renda que caracteriza a estrutura social brasileira, a filantropia poderia se tornar um campo potente para promover a correção de desigualdades econômicas, sociais, culturais, ambientais etc. através de doações de recursos financeiros advindos das grandes fortunas e empresas para a área social, principalmente para o fortalecimento de organizações e movimentos da sociedade civil.

Mas, lamentavelmente, estamos muito longe dessa possibilidade e são muitos os desafios para alcançar essas condições. A ausência de um marco regulatório adequado, com isenções impositivas para doações e criação de fundos patrimoniais, também não contribui para a promoção de uma cultura filantrópica sólida no País.

Apesar de estar entre as 10 maiores economias do mundo, o *CAF World Giving Index* de 2017 – um *ranking* global que mede o nível de doação (de dinheiro e tempo) das populações de 135 países – lista o Brasil na posição 75.<sup>3</sup> As informações apresentadas indicam a existência de uma incompatibilidade entre o potencial econômico e o cenário da filantropia no Brasil. Embora exista um campo fértil para incentivar doações destinadas ao campo sociocultural, o País não tem uma sólida cultura filantrópica, embora seja importante reconhecer, principalmente nos últimos anos, a emergência de algumas dinâmicas e transformações no campo do investimento social privado (ISP) e da filantropia, com a presença de “novos atores”.

Também, a crise na sustentabilidade econômica que atinge as OSCs e os movimentos é um aspecto central que precisa ser analisado com especial atenção. Embora essa situação tenha se originado no início dos anos 2000, nos dias atuais, vem alcançando grandes proporções e colocando em risco a sobrevivência de diversas iniciativas no campo sociocultural, principalmente dos coletivos e das instituições que atuam na área de defesa de direitos.

---

3 Fonte: <https://goo.gl/6ddwmo>.

Considerando as condições de “estabilidade” política e econômica alcançadas após alguns anos de trajetória democrática, com importantes conquistas na área social, começou a prevalecer, entre as agências e fundações internacionais, a ideia de que a sociedade brasileira seria capaz de atender às necessidades de sua agenda social de modo endógeno. Se, na década de 1990, o financiamento internacional representava 80% dos recursos executados pelas OSCs – que, historicamente, tiveram um papel destacado na consolidação da democracia, com uma sólida trajetória na atuação política e social –, hoje, podemos afirmar que essa fonte sofreu uma redução significativa, considerando que tanto os programas de cooperação quanto as fundações internacionais passaram a priorizar outras regiões geográficas do planeta ou realocaram recursos para áreas específicas.

Fazendo um balanço do cenário atual, acreditamos que a saída do financiamento internacional não apenas foi precipitada, mas também irresponsável, já que o vazio deixado implicou o fechamento de instituições de referência e a descontinuidade de programas estratégicos, provocando impactos negativos na sociedade civil brasileira, que começou a ganhar força e visibilidade a partir do processo de democratização.

Avançando na análise, é possível afirmar que nem as organizações filantrópicas brasileiras nem o ISP conseguiram criar dinâmicas efetivas para apoiar com recursos locais as OSCs e os movimentos sociais. Apesar de reconhecer que, ao longo dos últimos anos, houve um crescimento significativo do ISP no Brasil<sup>4</sup> e que este, hoje, é certamente o setor que mais mobiliza “recursos privados para fins públicos” destinados à área social (no sentido amplo) – em 2016, o investimento total foi de R\$ 2,9 bilhões (censo Gife) –, podemos afirmar que ainda existe uma lacuna no mapa do financiamento para as organizações da sociedade civil. De acordo com a mencionada pesquisa, apenas 16% das fundações e institutos empresariais (associados ao Gife) têm como modalidade predominante de atuação a doação (repasso) de recursos a organizações sociais (embora 41% declarem atuar de forma mista, isto é, desenvolvendo seus próprios programas e doando recursos a terceiros). A escassa disponibilidade de recursos locais para a sociedade civil impacta principalmente as instituições e os grupos de base comunitária de pequeno e médio porte, e as mais prejudicadas são aquelas que atuam no campo dos direitos humanos e da justiça social.

---

4 No Brasil, diferentemente de outros países, existe uma distinção entre os conceitos de investimento social privado (ISP) e filantropia. O ISP está associado à atuação das empresas no campo social (através de institutos e fundações corporativas), caracterizada predominantemente pelo desenvolvimento/execução de programas e menos pelo apoio a OSCs.

De acordo com o censo Gife de 2016, a maior parte dos investimentos empresariais vai para a área de educação (80%) e de formação para o trabalho e cidadania (60%), com menos recursos dirigidos às áreas ambiental (47%) e de defesa de direitos (43%). Com relação ao público atendido, chama atenção o baixo número de instituições associadas com foco em mulheres ou meninas (4%) ou em grupos étnicos/raciais (2%) – a maioria atende crianças e jovens (53%). A partir das informações apresentadas, é possível afirmar que a filantropia corporativa no Brasil (ou ISP, segundo o Gife) está mais voltada para o campo social de uma forma ampla e menos para o apoio a iniciativas no campo dos direitos humanos e da justiça social. Ao mesmo tempo, ela está mais orientada para o desenvolvimento de programas próprios do que para doações a organizações da sociedade civil e movimentos.

A partir da análise realizada até o momento, é possível afirmar que a cultura filantrópica brasileira é de baixa intensidade. Quais as razões que permitem explicar essa tendência?

1. A ausência de um marco legal favorável a doações (contando com isenções impositivas) tanto de pessoas físicas quanto de jurídicas capaz de promover uma dinâmica contínua, permanente e fluida de recursos destinados à área social.<sup>5</sup>
2. A estigmatização do conceito de filantropia, que, normalmente (principalmente para o “grande público”), é compreendido como assistencialismo e caridade e não como uma dinâmica transformadora de apoio e fortalecimento a OSCs e movimentos.
3. Escassas doações voltadas para o fortalecimento das OSCs e o campo de justiça social tanto por parte do mundo corporativo (ISP) quanto de pessoas físicas. A pesquisa Doação Brasil, realizada pelo Idis em 2015, indica que 77% da população do Brasil se reconhece doadora (em tempo, bens e dinheiro); desse total, 57% doaram dinheiro; e, desse grupo, 46% destinam recursos para organizações sociais em diversas áreas.

---

5 No Brasil, as organizações sem fins lucrativos de caráter filantrópico recebem isenções sobre imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, e as instituições vinculadas às áreas de educação e assistência social são isentas de impostos sobre renda (por exemplo, IRPJ e ITCMD), patrimônio (IPTU, IPVA) e serviços (ISS). Por sua vez, as organizações de assistência social também estão isentas de contribuições sociais (INSS patronal). Com relação aos incentivos fiscais, o Brasil conta com políticas restritas. Podemos mencionar aqui os incentivos voltados para doações ao Fundo da Infância e da Adolescência (FIA), já que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece incentivos fiscais para projetos aprovados pelos Conselhos Nacional, Estadual ou Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Também devemos mencionar os incentivos a doação e patrocínio estabelecidos pela Lei Rouanet, do Audiovisual e de Incentivo ao Esporte, que outorgam desconto direto ou dedução no lucro real (com limites variados), benefício gozado por pessoas físicas e jurídicas independentemente do regime de tributação.

4. A existência de uma cultura de doação predominantemente dirigida à assistência. Esse padrão é oriundo do patrimonialismo e da cultura da caridade que marcaram historicamente a origem e a atuação das organizações filantrópicas brasileiras, ligadas predominantemente à Igreja católica.
5. A criminalização das OSCs e dos movimentos sociais por parte de diversos meios de comunicação<sup>6</sup> é também um fenômeno que permite explicar a falta de confiança em organizações sociais para doações.

Em nossa opinião, para reverter esse quadro e poder atuar no sentido de promover uma “nova filantropia” no Brasil, é fundamental pensar tanto em mudanças de foco – ultrapassando as formas tradicionais de doações de caráter assistencialista – quanto na criação de novas bases conceituais, contando com um arcabouço jurídico que mobilize “novos” atores e promova a criação de um ecossistema diverso, integrado por doadores individuais, fundos, fundações internacionais e nacionais – independentes, corporativas e familiares –, organizações e movimentos da sociedade civil que atuem em diversas áreas e outros grupos interessados em contribuir para ações voltadas para a transformação social.

Nossa intenção aqui é analisar para os impasses e as adversidades, e também as oportunidades e inovações do cenário filantrópico brasileiro, que hoje apresenta novas tendências de crescimento e fortalecimento com a presença de novos atores e diante do reposicionamento estratégico daqueles que já atuavam no campo, criando um ecossistema favorável à cultura de doação no País.

Nesse incipiente “novo cenário”, as fundações internacionais que permaneceram no Brasil continuam ocupando um lugar estratégico e destacado, principalmente no apoio a OSCs e movimentos sociais. A instalação do escritório do Worldwide Initiatives for Grantmaking Support (Wings) no Brasil e o lançamento do Fundo Bis<sup>7</sup> no contexto do Gife também representam exemplos significativos dessas novas tendências no campo filantrópico.

Também é preciso reconhecer que, nos últimos anos, houve visíveis esforços por parte do poder público para regular a atuação das OSCs e seu relacionamento com o Estado. O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), de 2014, estabelece um novo regime jurídico para a celebração de parcerias, estimulando a gestão pública democrática e a valorização das organizações enquanto aliadas na garantia e efetivação de direitos. A desburocra-

---

6 A criminalização das OSCs deve ser entendida no contexto da CPI das ONGs, nome dado às investigações sobre repasses de dinheiro a organizações sociais ocorridos entre 2003 e 2006.

7 O Fundo BIS é uma iniciativa que busca promover a cultura de doação no País, apoiando iniciativas que criem um ambiente cada vez mais favorável e motivante para que todos os brasileiros e brasileiras tenham causas e sejam doadores. A iniciativa nasceu de um grupo de organizações da sociedade civil com reconhecida atuação no campo socioambiental que se uniu em prol dessa causa.

tização do processo de prestação de contas, a transparência na aplicação dos recursos públicos e a possibilidade de maior planejamento para a execução das etapas da parceria são alguns dos avanços conquistados com o MROSC.

Certamente, existem diversas visões sobre o relacionamento entre o Estado e as organizações da sociedade civil desde o processo de democratização: para alguns, foi criado um espaço aberto e de diálogo; para outros, essa dinâmica implicou um afastamento significativo, até porque, tirando algumas exceções, não houve um apoio significativo a OSCs e movimentos.

Mas apesar dos impasses existentes no relacionamento com o Estado e na lacuna do financiamento, é importante reconhecer que, nos últimos 20 anos, a sociedade civil começou a assumir um papel de protagonismo na proposição de normas e na fiscalização e no monitoramento de programas, seja por meio de ações de *advocacy*, ou pela crítica e resistência. Nesse sentido, as manifestações de junho de 2013 oferecem subsídios interessantes para entender não apenas a relação Estado-movimentos-sociedade civil, mas, principalmente, para refletir a respeito do papel – a partir de questionamentos significativos, especificamente no campo dos direitos – e da visibilidade que os movimentos começam a ter na cena pública.

Quais as principais características e impactos das manifestações de junho?

1. Os protestos implicaram o questionamento às estruturas do poder instituído e à democracia representativa, aspecto que vem se afirmando nas manifestações emergentes em nível internacional (desde o movimento dos Dias de Ação Global<sup>8</sup> até as manifestações da Primavera Árabe, Occupy, 15M etc.).
2. As lutas tiveram como principal reivindicação o acesso universal aos direitos de cidadania (com foco na saúde, na educação e no direito à cidade). Também foi altamente questionado o papel do Brasil como país anfitrião de megaeventos esportivos, a corrupção na política e os direitos das minorias.
3. Os protestos manifestaram claramente que a inclusão pelo consumo não superou a desigualdade social, principalmente no campo do acesso aos direitos.
4. As dinâmicas estiveram centradas na ocupação e democratização do espaço público e midiático. A ocupação das ruas e das mídias – “que paradoxalmente são plataformas privadas, mas que funcionaram como um espaço público” (BRANDT, 2013) – deve ser entendida como estratégia indissociável dos protestos de junho.

---

8 Conjunto de atos de resistência que teve lugar entre os anos 1999 e 2002, como os de Seattle, Praga e Gênova.

5. A comunicação se afirma como estratégia política fundamental, não apenas na mobilização/convocação através da internet e das redes sociais, mas na circulação de informações através de meios alternativos e do surgimento de novos grupos, de narrativas e de formas de comunicação de caráter horizontal.
6. A mídia tradicional foi altamente contestada, não apenas por causa da percepção de que houve parcialidade na cobertura dos protestos, mas principalmente em razão do papel que desempenha na vida social e política do Brasil.
7. A violência policial extrema foi a estratégia utilizada pelo poder instituído para criminalizar as lutas e os protestos.
8. As manifestações implicaram o surgimento de novas subjetividades, atores e dinâmicas políticas. Foi marcante a ausência de movimentos e organizações políticas “tradicionais” e de destacadas lideranças.

Certamente, são muitas as reflexões que podemos tirar a partir das manifestações de junho, mas, em linhas gerais, podemos afirmar que se trata de um questionamento profundo da ideia de “Brasil Potência”.<sup>9</sup> Também é importante destacar que esses acontecimentos não podem ser pensados de forma isolada: eles devem ser concebidos no contexto das dinâmicas das lutas e dos movimentos que vêm emergindo no Brasil desde décadas anteriores.<sup>10</sup> É possível mesmo afirmar que os acontecimentos de junho instalaram uma nova densidade social, com presença dos movimentos feministas e de mídia livre (ou midialivristas), que começam a ocupar um papel destacado na cena política.

Entretanto, apesar dos avanços e conquistas alcançados durante os últimos anos, principalmente após as manifestações de junho, é possível observar processos de criminalização dos protestos e perseguição dos movimentos sociais, assim como retrocessos significativos no âmbito das políticas públicas que vêm ameaçando o campo dos direitos sociais e humanos e atingindo principalmente as minorias, como a população negra, as mulheres, os indígenas, os defensores da terra, da moradia etc.

Nesse contexto de crise e de retrocesso que afeta diretamente a atuação e a sustentabilidade financeira de OSCs e movimentos – principalmente daqueles que trabalham no campo da defesa de direitos –, a filantropia de justiça social ocupa um lugar estratégico, já que ela se apresenta como uma alternativa con-

---

9 Conceito desenvolvido por Raul Zibecchi (2012).

10 Muitos desses protestos – Marcha da Maconha, Marcha das Vadias, paradas *gays* etc. – estiveram vinculados ao reconhecimento de direitos de minorias e implicaram a instalação de processos de comunicação horizontais, com fortes raízes na articulação em redes.

creta de apoio para dar continuidade ao fortalecimento de agendas políticas no campo dos direitos.

### **A Rede de Filantropia para a Justiça Social**

Os fundos e fundações que integram a Rede de Filantropia para a Justiça Social começaram a surgir a partir dos anos 2000,<sup>11</sup> no contexto do processo de retirada do financiamento internacional, com a finalidade de apoiar as demandas dos movimentos e organizações da sociedade civil. A instalação dessas organizações implicou um processo de transformação não apenas da filantropia brasileira, mas também da sociedade civil, uma vez que elas se instalaram como uma alternativa efetiva de financiamento e fortalecimento de pequenas e médias organizações e de movimentos que atuam principalmente no campo dos direitos. Sua capacidade de apoiar causas estratégicas, de entender o cenário e as agendas prioritárias, de dar respostas rápidas, bem como sua capilaridade e alcance, representam estratégias inovadoras.

A Rede surge com a finalidade de promover e diversificar a cultura filantrópica no Brasil, garantindo e ampliando os recursos para os direitos humanos e a justiça social, visando apoiar projetos transformadores, fortalecendo as lutas de OSCs e movimentos através da união de forças voltadas para a promoção de dinâmicas coletivas de criação do comum. Sua missão é fortalecer as organizações da sociedade civil brasileira que trabalham com direitos humanos, raciais, de gênero e socioambientais e desenvolvimento comunitário.

O conceito de filantropia de justiça social é central para os fins desta análise. Trata-se do apoio – através de doações diretas e indiretas – voltado para o fortalecimento de movimentos, organizações e grupos da sociedade civil ligados à transformação social, à igualdade de acesso a direitos humanos e civis, à redistribuição de todos os aspectos do bem-estar e à promoção da diversidade e da igualdade de gênero, orientação sexual, raça, etnia, cultura e estado de incapacidade (RUESGA e PUNTENNEY, 2010).

As organizações filiadas reúnem as seguintes características comuns: atuam no campo de filantropia de justiça social; mobilizam e doam recursos para apoio a iniciativas da sociedade civil em diversas áreas temáticas e geográficas, atendendo públicos diferenciados; têm como preocupação comum a transformação da realidade social brasileira e a redução das profundas desigualdades sociais e de acesso aos direitos.

Ainda que a maior parte dos fundos e fundações comunitárias tenha fortes laços com movimentos sociais que atuam em diversas áreas – até porque muitos

---

11 Com exceção da Cese, criada na década de 1970.



foram criados por ativistas –, eles não representam grupos de defesa de direitos, tampouco atuam exclusivamente como operadores de programas ou na área de prestação de serviços. Todos trabalham em nível nacional (o Fundo Casa também apoia projetos em outros países da América do Sul), contam com estruturas de governança independentes (conselhos, diretorias e equipes profissionais) e oferecem apoio através do desenvolvimento de capacidades e, principalmente, da doação de recursos financeiros para movimentos e OSCs.

Atualmente, a Rede é integrada por oito organizações associadas: Fundo Baobá para a Equidade Racial; Fundo Social Elas, voltado exclusivamente para a promoção do protagonismo de meninas, jovens e mulheres; Fundo Brasil de Direitos Humanos, que visa contribuir para a promoção dos direitos humanos no Brasil; Fundo Socioambiental Casa, que atua na promoção, conservação e sustentabilidade ambiental; Fundo PositHIVo, voltado para a prevenção de DST/Aids, atenção aos portadores e luta contra estigmas; Cese, que atua na promoção, defesa e garantia de direitos; Instituto Grande Florianópolis, que atua na área de desenvolvimento comunitário e institucional em Florianópolis; e Instituto Baixada Maranhense, que apoia projetos sociais e produtivos de organizações da sociedade civil na baixada Maranhense – as duas últimas, fundações comunitárias.<sup>12</sup>

As modalidades de apoio – ou formas de fazer *grantmaking* – desenvolvidas pelas organizações membros são diversificadas: a maioria utiliza a estratégia de concurso público de projetos (através de editais), mas algumas também doam recursos de acordo com demandas específicas, atendendo às necessidades e urgências de organizações da sociedade civil, movimentos e ativistas (por exemplo, para eventos e conferências estratégicas, apoio a defensores/as etc.).

Existe certamente uma grande diferença nas estratégias e modalidades de atuação das organizações filiadas à Rede em relação aos *grantmakers* dos Estados Unidos e da Europa, uma vez que elas estão ancoradas no contexto sociopolítico brasileiro e latino-americano, com um profundo conhecimento das realidades e tecidos territoriais, uma forte capacidade de articulação e compreensão das demandas específicas e de resposta imediata às necessidades de grupos, coletivos e movimentos locais. Essa é, sem dúvida, uma das principais características das organizações da Rede, e é por essa razão que elas não podem ser concebidas como “fundos intermediários”. Desconstruir esse mito é fundamental para os objetivos desta análise, e embora a grande maioria dos fundos e fundações co-

---

12 Vários desses fundos e fundações que integram a Rede estão representados nesta coletânea. Em início de 2018 mais duas organizações se integraram à Rede: iCS (Instituto Clima e Sociedade) que trabalha com foco em mudança climática e o Instituto Comunitário Tabôa, uma fundação comunitária localizada na Bahia.

munitárias mobilize recursos com fundações internacionais (70% dos recursos são oriundos dessa fonte), levando em conta a potência de seu capital imaterial, sua capacidade de mobilização, de articulação e de transformação, elas devem ser concebidas como parceiras das grandes fundações doadoras, com capacidade de defender causas e de incidir de forma colaborativa com suas agendas e estratégias de atuação.

De acordo com as informações sistematizadas, entre os anos de 2000 e 2016, as organizações filiadas doaram, de forma direta, um total de R\$ 95.997.785,00 para 9.210 OSCs e movimentos sociais no Brasil. Esses dados indicam que a atuação da Rede é significativa em termos de alcance e volume de recursos doados para apoiar iniciativas vinculadas ao campo dos direitos humanos e da justiça social. Dada a sua capilaridade de atuação, ela deve ser concebida como uma “rede de redes”, reunindo uma diversidade de atores: OSCs, movimentos, ativistas, financiadores, instâncias do poder público etc. Entretanto, é importante salientar que a dimensão do trabalho das organizações membros é significativa não apenas em termos de recursos mobilizados e projetos apoiados, mas também de resultados alcançados. De acordo com uma pesquisa interna realizada em 2013, 80% das organizações que integram a Rede baseiam suas ações em modelos e teorias de mudança social e todas contam com sistemas de monitoramento e avaliação que permitem sistematizar informações sobre a eficácia e efetividade das ações apoiadas.

As organizações que integram a Rede estão articuladas com movimentos, instituições públicas e privadas, fundações, fóruns e redes nacionais e internacionais. Segundo as informações levantadas, 43% das organizações mantêm parcerias com a iniciativa privada; 60%, com os diferentes níveis de governo; 70%, com instituições da sociedade civil; e 30%, com universidades e centros acadêmicos. Todas investem recursos significativos em estratégias de comunicação: 86% para dar visibilidade às ações e mobilizar recursos; todas contam com *website* e produzem publicações, boletins e relatórios anuais (71%).

Um dos grandes desafios das organizações filiadas da Rede é a sustentabilidade financeira, e embora algumas contem com fundos patrimoniais, 70% investem em ações de mobilização de recursos e 86% têm como foco atrair doações através de diversas estratégias junto a fundações nacionais e internacionais, ao setor privado (empresas, institutos e fundações empresariais) e a doadores individuais.<sup>13</sup> Essas informações indicam que não são poucos os esforços realizados pelos fundos e fundações comunitárias para alavancar recursos. Certamente, o grande desafio que devem enfrentar é a mobilização de recursos para

---

13 Muitas organizações contam com planos estruturados e/ou desenvolvem estratégias diferenciadas de mobilização de recursos como campanhas, círculos de doadores etc.

o desenvolvimento institucional, já que a maior parte do financiamento é destinada ao apoio (*grantmaking*).

Até o momento, a Rede conseguiu consolidar importantes parcerias, principalmente com redes internacionais (Wings, Edge, HRFN, Prospera etc.).<sup>14</sup> Para os próximos anos, pretende-se fortalecer também as articulações em nível local, contribuindo ainda mais para a consolidação e expansão do ecossistema filantrópico brasileiro.

Embora as ações de estruturação da Rede tiveram lugar a partir do ano de 2012, as iniciativas vinculadas a sua criação remontam a anos anteriores. Essa iniciativa surge tanto de uma confluência de esforços por parte dos fundos e fundações comunitárias a fim de achar um ambiente favorável para fortalecer sua atuação no campo da filantropia de justiça social quanto do estímulo, por parte de alguns financiadores (principalmente internacionais), para melhorar, diversificar e modernizar o ambiente filantrópico no Brasil.

A Rede é um ator estratégico no cenário político brasileiro, particularmente no âmbito da sociedade civil, porque busca contribuir para seu fortalecimento através do acesso democrático aos recursos financeiros para OSCs e movimentos que atuam em prol de causas diversificadas de justiça social em áreas geográficas distantes e “periféricas”, envolvendo populações marginalizadas (e, muitas vezes, criminalizadas) quanto ao acesso a direitos.

Nos próximos anos, a Rede procurará fortalecer e ampliar sua atuação a partir da incorporação de novos membros (fundos e fundações comunitárias) que atuem no campo da filantropia de justiça social, já que, de fato, temos conhecimento da existência de diversas iniciativas que desenvolvem ações no campo e que poderiam ser incluídas nessa dinâmica a fim de fortalecer e alcançar, de forma efetiva, os principais propósitos de sua missão. Também consideramos estratégica a necessidade de conduzir estudos, levantamentos e pesquisas específicas sobre o campo do *grantmaking* no Brasil que nos permitam conhecer em profundidade o escopo, o alcance e os resultados dessas iniciativas voltadas para o apoio e o fortalecimento da atuação de OSCs e movimentos sociais. Dessa forma, e a partir de ações concretas voltadas para sua ampliação, seu fortalecimento, a produção de conhecimentos e os diálogos com diversos *stakeholders* e parceiros, a Rede poderá se tornar uma referência não apenas no Brasil, mas também na América Latina e, de forma geral, no Sul global.

A partir desta análise queremos destacar que a Rede é resultado de um processo histórico, sua atuação deve ser entendida como um acontecimento que

---

14 Engaged Funders For Global Equality (Edge, <https://edgefunders.org/about-us/>), Human Rights Funders Network (HRFN, <https://www.hrfn.org>), International Network for Women Funds (Prospera, <http://www.prospera-inwf.org>).

irrompe no cenário da sociedade civil brasileira, gerando uma transformação. Sua originalidade radica na capacidade de introduzir mudanças específicas na cultura filantrópica com foco nas áreas de direitos humanos, justiça racial, socioambiental, equidade de gênero, desenvolvimento comunitário etc. Não se trata de uma questão menor, já que o potencial transformador do trabalho desenvolvido por essa Rede – que envolve *grantmakers* e *grantees* – se encontra na capacidade de instalar autênticas dinâmicas políticas baseadas na construção coletiva do bem comum (dimensão pública), na produção de conteúdos cognitivos e relacionais e na criação de novas formas de vida. No âmbito do capitalismo cognitivo, a atuação política implica produzir subjetividades, cultura e comunicação que são autênticas estratégias de transformação, levando em conta que a potência do trabalho dos movimentos está na organização da luta e da produção, que são processos indissociáveis, formando parte de uma mesma dinâmica.<sup>15</sup>

O trabalho desenvolvido pela Rede implicou a instalação de um autêntico movimento que, como afirma Badiou (2000), diz respeito a uma ação coletiva que tem a capacidade de irromper na cena política, traçando novos trajetos, construindo novos tempos e espaços. Ele é uma força capaz de produzir o original e o singular e de instalar um autêntico processo de ruptura e transformação.

## Referências

- BADIOU, A. Movimiento social y representación política. *Revista Acontecimiento*, Buenos Aires, n. 19-20, 2000.
- BRANDT, João. *Política e comunicação nas Jornadas de Junho*. Fundação Ford, 20 nov. 2013.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LESSA, Candace; HOPSTEIN, Graciela. Transformando a filantropia no Brasil: o fenômeno da Rede de Fundos Independentes para a Justiça Social. In: MENDONÇA, Patricia; ALVES, Mario Aquino; NOGUEIRA, Fernando (Orgs.). *Arquitetura institucional de apoio às organizações da sociedade civil no Brasil*. São Paulo: FGV, 2013.
- PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.
- PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2010*. Disponível em: <http://hdr.undp.org/>.
- RUESGA, G. Albert; PUNTENNEY, Deborah. *Filantropia para a justiça social*. Um arcabouço inicial para posicionar este trabalho. Philantropy for Social Justice and Peace, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/wJgSFY>.
- ZIBECCHI, Raul. *Brasil potência: entre a integração regional e um novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

---

15 Aqui nos referimos à noção do trabalho imaterial, na qual a ação política deve ser entendida nas dimensões subjetiva e pública. Para um aprofundamento dessa questão, ver Lazzarato e Negri, 2001.



# Filantropia de justiça social e defesa dos direitos humanos

---

*Ana Valéria Araújo<sup>1</sup>  
Maíra Junqueira<sup>2</sup>*

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, em que persistem graves violações de direitos humanos pautadas por causas estruturais e decorrentes de longa história de discriminação social, racial e de gênero. Em contraposição, o País revela uma rica movimentação de atores sociais que, desde sempre, enfrentam as causas dessa desigualdade e que estão comprometidos com a construção de um país mais justo e democrático.

Historicamente, o trabalho de atores e a ação de organizações de direitos humanos no Brasil recebeu apoio estratégico da cooperação internacional por meio de fundações e agências, o que permitiu o fortalecimento de uma parte da sociedade civil organizada. No entanto, mudanças no Brasil e no mundo ao longo dos últimos 20 anos fizeram com que muitas fontes redirecionassem seus recursos para outras regiões, resultando em uma nova configuração do campo de apoio financeiro às organizações de direitos humanos.

Na atualidade, a questão dos recursos financeiros destinados à defesa dos direitos humanos é central e coloca desafios diários para a sociedade civil. Não há um caminho único que solucione as dificuldades de mobilização de recursos e a complexa busca por sustentabilidade, mas é fundamental que a solução seja capaz de manter a autonomia política de defensoras e defensores de direitos humanos, sob pena de se comprometer sua capacidade de atuação e a eficácia de suas iniciativas.

---

1 Coordenadora executiva do Fundo Brasil de Direitos Humanos desde 2006. Advogada formada pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestra em Direito Internacional pela American University e especializada em direitos indígenas e na defesa dos direitos socioambientais. É sócia-fundadora do Instituto Socioambiental (ISA) e foi diretora executiva da Rainforest Foundation US em Nova York (EUA).

2 Coordenadora executiva adjunta e coordenadora de relacionamento com a sociedade do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Trabalha desde 2006 na fundação. Formada em relações internacionais pela PUC-SP e mestra em relações internacionais pelo Programa Santiago Dantas – Unicamp, Unesp e PUC-SP. Sempre atuou na área de relações internacionais de organizações não governamentais.

Para tanto, a discussão sobre formas de apoio precisa ser pautada com mais fôlego entre os atores sociais, incluindo-se uma melhor compreensão do papel da chamada filantropia de justiça social. Esse debate é ainda incipiente e precisa partir da percepção da imensa capacidade de transformação social contida na prática de mobilizar recursos a fim de direcioná-los para o fortalecimento de grupos e organizações de direitos humanos. O ato de mobilizar recursos é, por si só, transformador, pois viabiliza escolhas e a capacidade de influir na solução dos problemas que se quer resolver.

Nesse sentido, construir mecanismos sustentáveis para obter recursos objetivando o apoio à promoção de direitos humanos no País deve ser estratégico para a sociedade civil – e para a sociedade em geral, já que esses mecanismos determinarão as possibilidades reais de o cidadão contribuir para o empoderamento de atores, o fortalecimento de suas ações e, com isso, ver-se concretamente refletido no âmbito da luta por um país melhor.

Este artigo faz uma breve discussão sobre o que significa apoiar a defesa dos direitos humanos, analisando a experiência do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Procura também apontar obstáculos e desafios para a filantropia de justiça social em se tratando da defesa de direitos, mencionando algumas oportunidades à luz do contexto atual.

## **Apoiando a luta por direitos humanos**

Movimentos sociais e organizações da sociedade civil estão à frente da defesa dos interesses de pessoas que sofrem abusos e têm os seus direitos ameaçados, como mulheres, povos indígenas, quilombolas, negras e negros, população LGBT+, crianças e adolescentes. A atuação no enfrentamento a essas violações de direitos, com o apoio a organizações, grupos e coletivos distribuídos por todas as regiões do país, está no centro do que se considera uma filantropia para a justiça social, que cumpre o propósito de viabilizar tais ações, bem como de criar oportunidades de interação entre defensores e defensoras de direitos humanos, independentemente das causas por que lutam e do local em que se encontram.

Direcionar recursos públicos ou privados, provenientes de pessoas físicas ou jurídicas, para grupos que lutam por direitos fortalece a cultura do respeito aos direitos humanos no País. O empoderamento de organizações da sociedade civil que atuam nesse campo estimula iniciativas de defesa de direitos e multiplica forças. Conforme acontecem ações diversas de promoção de direitos pelo país, cresce a visibilidade em relação aos problemas e a possibilidade de inclusão das causas de direitos humanos na agenda nacional, aumentando-se a compreensão sobre o que está na raiz dos abusos cometidos e as chances de mudanças estruturais capazes de beneficiar toda a sociedade.

Isso também exige que os direitos humanos sejam entendidos na sua indivisibilidade e interdependência, sendo eles direitos individuais, políticos, sociais ou econômicos. Tem-se aqui um grande desafio, na medida em que, na prática, as lutas se fragmentam e os grupos e movimentos carregam bandeiras aparentemente distintas e não necessariamente conectadas. Apoiar a proteção dos direitos humanos é também promover a inter-relação de lutas e bandeiras, propiciar a articulação e o diálogo entre diferentes atores, estimular o intercâmbio de experiências e o trabalho em rede, partindo-se de uma abordagem ampla e do reconhecimento de que uma democracia só se faz com respeito ao direito de todas e todos.

### **Fundo Brasil de Direitos Humanos**

O Fundo Brasil de Direitos Humanos é uma fundação voltada para a promoção dos direitos humanos cujo objetivo é apoiar financeiramente e fortalecer organizações e grupos dedicados à defesa de direitos. É um ator importante no âmbito da sociedade civil organizada, exercendo papel relevante no campo da filantropia de justiça social, pois conta com uma estrutura independente, uma governança envolvida e conhecedora das causas que apoia, modalidades transparentes de ações, capilaridade e formatos qualificados de escolha. Isso lhe permite criar um modelo com real compromisso social, sem restrições, que apoia atividades autônomas e que, por fim, conquista a parceria da população, ciente de que é ela que viabilizará e tornará qualquer projeto sustentável.

A criação de fundos independentes, como é o caso do Fundo Brasil, voltados exclusivamente para o interesse público e não vinculados a interesses corporativos ou a fontes de recursos que condicionem suas estratégias ou escolhas se coloca como alternativa eficaz, capaz de colaborar na construção da sustentabilidade do movimento de defesa de direitos humanos.

Dar visibilidade às causas de direitos humanos, fortalecer o campo das organizações e grupos de defesa de direitos e contribuir para a criação de uma cultura de doações para direitos humanos são ações que estão na estrutura do Fundo Brasil. Fundação privada, independente, o Fundo Brasil foi estabelecido em 2006 para criar mecanismos sustentáveis que pudessem fortalecer organizações de defesa de direitos humanos, com foco especial em grupos e pequenas organizações que atuam no enfrentamento direto de violações de direitos nos locais onde acontecem os abusos em todo o território nacional.

Na época da criação do Fundo Brasil, o contexto nacional demandava uma fundação que pudesse carrear recursos para organizações defensoras de direitos humanos de menor porte, as quais, em grande parte, eram compostas por militantes voluntários, com imensa dificuldade para acessar fontes de recursos



independentes, inclusive as que tradicionalmente apoiaram a defesa de direitos humanos no País, ou seja, fundações e agências da cooperação internacional. Grande parte dessas fontes não conseguia viabilizar doações de menor valor, sequer alcançar grupos menos estruturados ou, ainda, aqueles em regiões mais remotas do país.

A ideia era que a fundação buscasse recursos para fazê-los chegar às pequenas organizações e grupos, podendo inclusive funcionar como ponte para os financiadores no exterior que pudessem ver no Fundo Brasil um parceiro capaz de garantir capilaridade na aplicação dos seus recursos, com conhecimento de causa e dos atores no campo. Além disso, era também esperado que a fundação pudesse desenhar uma estratégia de busca por apoio financeiro junto a fontes nacionais públicas ou privadas, inclusive indivíduos.

Dialogando com uma conjuntura que já revelava a necessidade de se buscar novos parceiros para garantir a sustentabilidade das lutas por direitos humanos no País, o Fundo Brasil introduzia a proposta inovadora de conectar organizações de defesa de direitos com doadores. Se as organizações de defesa de direitos têm mais dificuldade de acessar recursos, também é fato que doadores têm dificuldade de identificar as iniciativas da sociedade civil capazes de concretizar mudanças sociais e garantir a efetivação de direitos. Isso exige conhecimento dos problemas, das peculiaridades de cada região, além de acúmulo de contatos e relações.

Em 10 anos de atuação, o Fundo Brasil conseguiu alcançar um patamar de amadurecimento refletido em seus números grandiosos. Em uma década, mais de 300 organizações de direitos humanos foram apoiadas em todas as regiões brasileiras, o que se traduz na doação de R\$ 13,3 milhões, na realização de dezenas de oficinas de formação e em mais de 150 visitas em campo para monitoramento e atividades de intercâmbio e articulação entre projetos apoiados.

Desde o início, o Fundo Brasil vem apoiando organizações via editais públicos que têm como temas centrais o combate à discriminação e à violência institucional, esta última entendida como toda forma de violação de direitos humanos promovida pelo Estado e suas instituições, bem como empresas. Essa forma de fazer permite à fundação apoiar temas e públicos diversos, garantindo uma visão transversal sobre os trabalhos realizados no campo da sociedade civil e incentivando ações de um grande número de atores que se dedicam aos mais variados temas no âmbito da defesa dos direitos humanos.

Atualmente, visamos a propostas que articulem o combate à violência institucional e à discriminação por meio de ações relacionadas às seguintes temáticas: direito a cidades justas e sustentáveis; direito a livre expressão, organização e manifestação; direito a terra e ao território; direito dos povos indígenas;

direitos das populações quilombolas e tradicionais; direitos socioambientais no âmbito dos megaprojetos; enfrentamento ao tráfico de pessoas e ao trabalho escravo; direito a livre orientação sexual e identidade de gênero; direito das mulheres; direito de crianças e adolescentes; direito das juventudes; enfrentamento ao racismo; garantia do Estado de direito e justiça criminal.

A fundação também apoia organizações via editais específicos, ou seja, chamadas públicas para apoio a temas determinados em caráter especial e exclusivo, com as quais se fazem recortes da estratégia central de combate à violência institucional e à discriminação na perspectiva de concentrar recursos para aprofundar o apoio ao enfrentamento de uma dada situação.

Para o Fundo Brasil, apoiar a defesa de direitos e as organizações da sociedade civil é fortalecer os pilares da democracia. São esses grupos que se mobilizam por maior participação popular e por espaços democráticos de participação, além de lutarem pela garantia e impulsionarem a conquista de direitos para todas as pessoas.

### **Os desafios do apoio à garantia dos direitos humanos**

A mobilização de recursos nacionais para fortalecer grupos e organizações de direitos humanos permanece um grande desafio ao longo de mais de uma década de trabalho do Fundo Brasil de Direitos Humanos. Afinal, o que significa ser uma fundação doadora que não tem uma fonte permanente de recursos? Como se faz captação de recursos para direitos humanos em um país que ignora ou pouco conhece a relevância do trabalho da sociedade organizada para a defesa de direitos? E o que dizer, então, dessa captação de recursos quando o país apresenta um contexto econômico e político de retrocessos, como o atual?

Os fundos independentes, como já se disse, se caracterizam por não estarem vinculados a nenhuma fonte permanente de recursos, inexistindo, por exemplo, uma organização mantenedora de suas ações, razão pela qual são necessariamente organizações que precisam captar recursos para executar suas próprias atividades. Ao mesmo tempo, não executam projetos, ou, melhor dizendo, seu objetivo central é apoiar projetos das organizações da sociedade civil selecionados de acordo com procedimentos transparentes e que se fundamentam na *expertise* de cada um desses fundos sobre o que é prioritário para o campo em que atuam. São, portanto, organizações que captam recursos a fim de *carreá-los* para atores no campo, empoderando-os e garantindo sua condição de protagonistas de suas próprias causas. E, por mais estratégico que isso seja, não deixa de agravar o desafio de captação de recursos para os fundos.

Nesse sentido, a conquista da sustentabilidade é fundamental para que seja garantido o modelo inovador que está na base da criação do Fundo Brasil e que

possibilita o apoio a organizações e coletivos com pouco ou nenhum acesso a outras fontes de recursos, com propostas emancipatórias, transformadoras e combativas. Esses grupos encontram grande dificuldade para obter recursos e apoio estratégico em função de suas próprias atuações, das lutas a que se dedicam, voltadas para a redução das desigualdades e a proteção dos direitos dos segmentos mais invisíveis e vulneráveis de nossa sociedade. São ações que quase sempre questionarão o *status quo*, padrões de comportamento arraigados, um modelo de desenvolvimento excludente etc.

Por isso, a captação junto às fontes mais tradicionais de recursos, como agências e fundações internacionais, são um caminho possível e necessário, ainda que não o único. Para além das parcerias internacionais que possibilitem doações para organizações e grupos de direitos humanos no País, o Fundo Brasil, porém, prioriza sensibilizar a sociedade brasileira e estimular uma filantropia local para a justiça social. É fundamental dar visibilidade a causas e também aos atores dispostos a apontar soluções. Esse trabalho tem por objetivo a construção de um ambiente nacional capaz de compreender a importância da defesa dos direitos para todas as pessoas, viabilizando parcerias locais e o consequente aumento dos recursos carreados para o campo dos direitos humanos.

Acontece que há um profundo desconhecimento em relação ao trabalho realizado pela sociedade civil organizada. O cidadão comum, em geral, desconhece o fato de que boa parte dos direitos de que usufrui foram conquistados a duras penas em decorrência de anos de lutas de movimentos e atores sociais. O sucesso da captação de recursos nacionais para a promoção dos direitos humanos virá quando a sociedade brasileira tiver uma compreensão mais ampla sobre o trabalho das organizações de defesa de direitos e o impacto desse trabalho na vida de cada cidadão. E isso, por si só, requer um investimento maciço em comunicação e disputa de narrativas concomitante, senão prévio, aos esforços de captação de recursos, para o qual a filantropia para justiça social tem muito a contribuir.

Ações no campo da filantropia para justiça social são ainda mais cruciais no Brasil atual, em que os retrocessos são uma grave consequência da agenda adotada pelo governo e pelo Congresso Nacional e que encontra respaldo em setores da sociedade influenciados pela onda conservadora que toma conta do País. Tal agenda ameaça diretamente as conquistas relacionadas aos direitos humanos e também os avanços estruturais que têm como símbolo a Constituição de 1988, marco legal que pôs fim ao longo período de ditadura militar caracterizado por abusos e graves violações de direitos. Vive-se um momento em que os conflitos estão acirrados tanto no campo quanto nas cidades e intolerância é a palavra de ordem.

É preciso dizer que o fim do ciclo militar não chegou a significar o término das violações de direitos humanos em relação a uma grande parte da população, especialmente mulheres, negros e indígenas, que, historicamente, não tiveram acesso real ao que a própria Constituição estabelece como direitos fundamentais. E é essa sociedade, em que parte de sua população ainda não pôde sequer viver um Estado garantidor de direitos, que passa a perder ainda mais suas conquistas no atual cenário político brasileiro.

Em roda de conversa realizada pelo Fundo Brasil em julho de 2015, o cenário de retrocessos que então se desenhava levantava diversos questionamentos. No debate ocorrido, foram apresentadas questões como: até que ponto os direitos seriam realmente atacados? Que desafios a sociedade civil organizada encontraria pela frente? O que mudou na última década?

Dois anos depois, infelizmente, algumas respostas mostram um cenário de mais abuso e violência. A perda de direitos e os retrocessos são reais, palpáveis e podem ser listados: as perdas de direitos trabalhistas; o desmonte de estruturas sociais e de mecanismos de participação social; a forte articulação política e jurídica contra os direitos dos povos indígenas e quilombolas; o recrudescimento da violência no campo e contra as mulheres e a população LGBT+; a utilização dos mecanismos de propagação das redes sociais para ataques racistas e homofóbicos; os inúmeros casos de violência policial contra a população jovem, negra e periférica; e a criminalização de movimentos sociais.

Além disso, a crise política em curso explicitou a existência de uma ampla base social para a agenda conservadora defendida pelo governo e pelo Congresso Nacional.<sup>3</sup> Ou seja, é um cenário grave, com diversas violações de direitos já em prática e novas ameaças surgindo diariamente. Um cenário em que a mobilização pela defesa dos direitos humanos precisa ser imediatamente ampliada sob o risco de o País voltar a viver tempos muito sombrios, como os do passado recente.

O Fundo Brasil enfrenta essa conjuntura com objetivos estratégicos definidos para os próximos anos, o que inclui a decisão de chamar para si a tarefa de promover condições para o diálogo e a confluência de grupos e atores e, assim, contribuir substancialmente para o fortalecimento e a reconfiguração do campo dos direitos humanos.

Hoje, um dos grandes desafios para os direitos humanos é demonstrar sua capacidade única de conciliar a promoção da diversidade à proteção da dignidade, ampliando sua audiência em termos geracionais e também em relação a setores que hoje se veem alienados a esse discurso. Oscar Vilhena afirma que

---

3 Jorge Eduardo Durão, diretor presidente do Fundo Brasil, no artigo “Os próximos dez anos”, publicado na revista *Brasil de Direitos*, editada pela fundação em 2016.

não fomos engolfados pela raivosa maré que nega a centralidade dos direitos humanos, como acontece em outros lugares do mundo. Prova disso são as novas gerações de ativistas que se mobilizam em torno de diversas causas sociais, vão para as ruas em manifestações e criam estratégias nas redes sociais para se contrapor à já citada base que dá sustentação à agenda conservadora.<sup>4</sup> “Hoje as pessoas se sentem mais iguais. Temos uma geração que não aceita a hierarquização do passado”, analisa Vilhena.<sup>5</sup>

Por outro lado, como já apontado, existe na sociedade um discurso de ódio em função do qual as pessoas passam a desrespeitar o outro sem maiores consequências – parece que é permitido ser racista, homofóbico e machista. Isso fica muito claro quando vemos os altos números de assassinatos de jovens negros sem nenhuma comoção da sociedade, os muitos casos de violência contra a mulher, a intolerância religiosa, principalmente voltada contra as religiões de matriz africana, e a grande perseguição e criminalização dos defensores de direitos humanos.

Tudo isso forma um quadro complexo, permeado por divergências de opiniões e valores, pela necessidade de lutar pela manutenção de conquistas históricas e por novos direitos, por intensa crise política e econômica e muita incerteza sobre o futuro. Diante desse quadro, mobilizar recursos para apoiar grupos e organizações de defesa dos direitos humanos é crucial, mas não deixa de ser um desafio ainda maior.

### **Oportunidades no contexto atual**

Apesar da complexidade, o momento é ideal para a construção de uma pauta que tenha os direitos humanos como eixo principal. Como diz Bruno Torturra,<sup>6</sup> o País está atravessando por uma “grande crise de direitos humanos”. E, como sabemos, boa parte da população está insatisfeita com o que acontece hoje no Brasil e deseja um novo caminho.

Há, portanto, espaço para a disputa por narrativas. Há também necessidade de se superar uma noção fragmentada dos direitos humanos para que se perceba que se trata dos direitos de todas e todos, indivisíveis e inter-relacionados, permitindo às pessoas se reconhecerem como sujeitos e partes relevantes no combate às desigualdades.

---

4 Oscar Vilhena, diretor da Direito-SP (FGV) e um dos primeiros diretores do Fundo Brasil, no artigo “Em tempos hostis, desafio dos direitos humanos é aumentar sua audiência”, publicado na *Folha de S. Paulo* em 10 de dezembro de 2016.

5 Análise realizada durante roda de conversa promovida pelo Fundo Brasil em junho de 2015.

6 Jornalista, ativista e conselheiro do Fundo Brasil.

A tarefa exige criatividade, persistência e determinação para lidar com os diversos obstáculos. E pressupõe uma sociedade civil ativa e fortalecida, com seus atores mais experientes e novos grupos dispostos a enfrentar os abusos e propor soluções.

Isso, porém, requer mecanismos eficientes que garantam a sustentabilidade das lutas e possibilitem o surgimento de novas articulações e formatos organizativos. É fundamental criar formas de apoio financeiro que deem conta dessas movimentações, que empoderem atores e viabilizem organizações, coletivos e redes, sempre com vistas à sua autonomia e independência, o que, por sua vez, demanda imensa compreensão do campo da defesa de direitos e de sua diversidade.

Nesse contexto, é preciso impulsionar a filantropia de justiça social com o olhar focado em ações de defesa dos direitos humanos. É também fundamental jogar luz sobre temas de direitos humanos e sobre o papel da sociedade civil organizada – em especial, as organizações de defesa de direitos – para que as pessoas percebam a relevância desses atores e de suas estratégias para o fortalecimento da democracia no país. Com isso, será possível engajar o cidadão e ampliar o apoio da sociedade às ações de grupos e organizações de direitos humanos. E o engajamento da população, de forma mais ampla, cria as bases para o apoio financeiro individual e também para a consolidação de parcerias com institutos, fundações e empresas, o que aponta para a construção da sustentabilidade do trabalho de defesa de direitos.



# Por uma perspectiva emancipatória no campo dos direitos humanos: sustentabilidade, autonomia e combatividade como princípios norteadores das ONGs

---

Taiguara Libano Soares e Souza<sup>1</sup>  
Natália Damazio<sup>2</sup>

Este breve artigo pretende colocar em análise os principais desafios e obstáculos enfrentados por organizações não governamentais de pequeno porte na área de direitos humanos no que se refere à garantia de sustentabilidade do trabalho e manutenção da plena autonomia de sua atividade. A metodologia proposta se pauta menos em referenciais acadêmicos e foca, sobretudo, na vivência e atuação empírica na instituição da qual fazemos parte, o Instituto de Defensores de Direitos Humanos.<sup>3</sup>

Em primeiro plano, é preciso destacar que a atuação das organizações não governamentais está longe de ser homogênea, sendo possível estabelecer a distinção entre duas claras concepções de organização e atuação: i) uma primeira hipótese se coaduna com a concepção de Estado mínimo, desincumbindo o Estado de deveres essenciais à promoção dos direitos humanos no âmbito interno através das ONGs (FONTES, 2005); ii) a segunda hipótese não busca retirar deveres do Estado, mas compreende a atuação das ONGs como possibilidade de efetivo controle social através de *accountability*, *advocacy* e intervenções voltadas à máxima efetividade dos direitos humanos.

---

1 Diretor executivo do Instituto de Defensores de Direitos Humanos. Advogado. Mestre e doutor em Direito (PUC-Rio). Professor de Criminologia e Direito Penal da UFF e do Ibmecc RJ. Ex-membro do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro.

2 Coordenadora de projetos no Instituto de Defensores de Direitos Humanos. Mestre em Teoria e Filosofia do Direito (UERJ) e doutoranda em Direito Constitucional e Teoria do Estado (PUC-Rio).

3 Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH). Sítio na internet: [ddh.org.br](http://ddh.org.br). Endereço eletrônico: [institutoddh@gmail.com](mailto:institutoddh@gmail.com).



Apenas a segunda hipótese se inscreve em uma possibilidade emancipatória, ensejando o empoderamento da sociedade civil, promovendo a ampliação do cânone democrático (SOUSA SANTOS e AVRITZER, 2002). Indubitavelmente, essa alternativa traz consigo desafios consideráveis para a atuação de uma organização não governamental na área de direitos humanos, tornando ainda mais complexo o enfrentamento à ofensiva do Estado penal, promovendo não apenas a criminalização da pobreza, mas também dos movimentos sociais e defensores de direitos humanos (SOUZA, 2012).

O Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH) compartilha dessa perspectiva emancipatória, já que a sua fundação sido fruto da percepção da demanda/necessidade de um espaço autônomo para garantia de acesso a direitos de familiares de vítimas de violência de Estado, principalmente relacionada a violência policial, prisão provisória e repressão de movimentos sociais, com foco na jurisdição interna. Nesse sentido, buscou, desde as suas origens, a prática de litigância estratégica no campo cível e criminal como forma de estruturar mudanças no quadro por meio de incidência em casos emblemáticos.

O contexto político do estado do Rio de Janeiro no ano de 2007, período de fundação da organização, era marcado, como permanece sendo, por índices de letalidade alarmantes por consequência de atividades policiais, principalmente com a aproximação, à época, dos Jogos Pan-Americanos. Somente naquele ano, 1.330 pessoas foram executadas pela polícia, valendo-se da utilização do dispositivo (i)legal “auto de resistência”,<sup>4</sup> culminando no episódio conhecido como “Chacina do Complexo do Alemão”, massacre de 19 pessoas no dia 27 de junho de 2017, às vésperas dos Jogos Pan-Americanos.<sup>5</sup> Percebeu-se, então, a urgência e a necessidade da criação de uma organização que pudesse consolidar um trabalho de advocacia comprometido e autônomo, de construção coletiva com movimentos sociais e familiares de vítimas da violência institucional, complementada por uma atuação política consistente.

O processo de fundação do DDH revelou dilemas e paradoxos complexos inerentes à atuação de uma organização não governamental na área de direitos humanos. Uma problemática que se evidencia como ponto de partida é a definição do perfil pretendido, afirmando a dicotomia i) movimento social e ii) organização não governamental.

---

4 Auto de resistência é um dispositivo criado na ditadura civil militar empresarial que parte do pressuposto da aplicação da excludente da legítima defesa em mortes de policiais, marcado pela tentativa de maquiagem execuções sumárias e inviabilizar a responsabilização de agentes de Estado.

5 Os meses subsequentes foram marcados por absoluta negligência investigativa do Estado, tentativas de criminalização das vítimas e seus familiares, ausência de qualquer vestígio de responsabilização de agentes ou reparação das vítimas (ALVARENGA FILHO, 2013).

A opção pela constituição de um movimento traz consigo as possíveis virtudes compreendidas na combatividade, autonomia, democracia interna e desburocratização. Por outro lado, a ausência de institucionalização inviabiliza a sua sustentabilidade, comprometendo, em grande medida, a qualidade e continuidade da atividade desenvolvida.

O caminho da institucionalização, percebido na constituição da ONG, poderia implicar o possível comprometimento da autonomia, combatividade, além de comumente redundar em *déficit* de democracia interna e tendência à burocratização. Entretanto, verifica-se o ganho institucional e a possibilidade concreta de realização de atividades efetivas e consistentes.

Seria possível conjugar esses dois modelos? Ou seja, seria possível a constituição de uma ONG que pudesse resguardar autonomia, combatividade e democracia interna a despeito de sua institucionalização? Acreditamos que a resposta é afirmativa, e a experiência concreta de fundação e atividade do DDH é tributária dessa visão.

Contudo, a escolha por esse caminho é uma luta quase quixotesca. Manter a independência e a sustentabilidade financeira não é tarefa fácil no terceiro setor, principalmente quando o foco principal da organização é o enfrentamento do Estado por meio de litigância estratégica, buscando o desmonte de políticas violatórias de direitos humanos ligados ao campo da violência institucional e segurança pública. Firmar-se dentro dessa missão não é simples, especialmente quando se coloca no centro da questão a preocupação com a autonomia da organização.

Nesse sentido, percebe-se mais um dilema para a atuação de uma organização não governamental comprometida com uma atuação combativa e independente: quais recursos poderia receber? Quais projetos poderia implementar e gerir?

O recebimento de fomento de projetos governamentais, apesar de não considerarmos eticamente inviável para a atuação de uma ONG combativa e autônoma, pode dar ensejo ao intervencionismo estatal, a atenuação de eventuais críticas e denúncias, a adoção de léxico limitado em perspectiva legitimante da atuação estatal. Tais sintomas podem ocultar a violência institucional, colocando a ONG em posição colaboracionista.

Quanto aos fomentos de organismos e fundos de fomento internacionais, podem ocasionar problemas relacionados à adoção de uma agenda verticalizada, em muitos casos desconectada da realidade prática das violações de direitos humanos fundamentais no território em que a organização atua. O financiador, ainda que sensível à temática da qual se trata, vivencia uma realidade distante daquela em que o projeto se insere. Desse modo, há possibilidade de burocracia

tização, de se perder na obtenção de metas por vezes não condizentes com a prioridade concreta. Ademais, fica evidente as dificuldades para lidar com uma conjuntura mutável em projeto com estrutura rígida, como também para a destinação de recursos fora do escopo do projeto, ou seja, recursos para garantia da estrutura da organização.

A experiência do DDH partiu da deliberação da absoluta negação de recebimento de qualquer insumo por via estatal, buscando manter a atuação no nível de combatividade e independência que basearam sua gênese e missão institucional. Buscamos, então, a sustentabilidade por meio da realização de projetos junto a financiadores que se aproximassem da perspectiva do Instituto, como a *Open Society Institute* e o Fundo Brasil de Direitos Humanos, intentando a construção e manutenção estrutural da organização sem que seus valores e preceitos sofressem ingerência direta.

Optar por uma agenda política em detrimento da financeira segue como um segundo fator complicador da gestão administrativa do Instituto: torna-se essencial medir e fazer contrapesos de como adaptar nossa atuação ao oferecido e exigido pelo financiador sem precisar, a cada instante, mudar a atuação política que se encontra já consolidada e com acúmulo suficiente para intervir de forma eficaz em políticas públicas.

Segundo Baker e Carvalho (2014), a relação do litígio estratégico em direitos humanos no terceiro setor pode seguir, principalmente e a grosso modo, dois esquemas de fluxo: (a) o financiador abria uma linha de financiamento e, em busca de adequação à linha, levantam-se casos e temas ligados ao proposto, visando a sua inserção na rubrica. Aqui, a rejeição e aceitação de casos gira em torno do fornecimento do financiamento e é estritamente limitado ao cumprimento do previsto no projeto; (b) a organização tem parceiros com os quais atua por consequência de sua trajetória e, a partir da temática surgida pela demanda conjunta ou atuação desejada, busca um financiamento que possa ajudar a gerir a atuação, e, caso não o encontre, segue no tema ou caso do mesmo modo, ainda que independentemente e sem a verba. O DDH tem, como sua forma de atuação, o segundo modelo. No entanto, a escolha por esse modelo tem consequências práticas reais e duras para organizações de pequeno porte.

No mesmo sentido, e em fluxo contrário, cada vez mais se apresenta uma demanda social de que se justifique o trabalho de organizações que, por vezes, se deslocam da demanda da base ou são alvo de desconfiança desses atores para que se garanta a permanência da legitimidade de sua atuação, demanda essa que também é ecoada por financiadores (LAVALLE, 2014). Assim, as organizações se encontram presas em um ciclo de difícil ruptura: necessidade de financiamento para o sustento e a manutenção do trabalho de forma autônoma e eficaz;

distanciamento, por vezes, do conteúdo aberto em editais focados nas necessidades de demandas de base, além de baixa capacidade de negociação gerada pela dependência de poucos apoiadores para garantia de atuação consistente em um campo; simultaneamente, demanda de legitimidade, por parte dos movimentos, por conta das dificuldades de dar uma resposta instantânea tendo em vista a ausência de recursos e o tamanho reduzido da equipe.

Ao se observar uma organização de pequeno porte como o DDH, isso se torna ainda mais agudo. Financiamentos atraem financiamentos, que permitem contratar projetistas que, por sua vez, puxam mais projetos, gerando maior fluxo financeiro e menos dependência do financiador e, por conseguinte, mais capacidade de negociação com eles. Desse modo, verifica-se o estímulo a um perfil institucional pragmático, menos preocupado com o enfrentamento das violações de direitos fundamentais e mais centrado na garantia de obtenção de novos projetos e a consequente ampliação da captação de recursos.

O inverso desse cenário ocorre em organização de pequeno porte cuja sustentabilidade depende de poucos financiamentos – principalmente quando se deseja manter a atuação focada em um único campo de atuação para garantir sua consistência –, logo, tem menos potencial de negociação e se torna refém da escolha entre se manter no jogo e flexibilizar sua temática de incidência (mesmo que essa seja prioritária), ou se manter exclusivamente aberto às demandas da base e tornar sua atividade insustentável.

O campo das organizações de direitos humanos, em grande medida, caminha em direção ao monopólio do terceiro setor por um perfil de organização de grande porte, normalmente internacional, mais conectada com demandas externas do que internas, esmagando pequenas iniciativas locais que podem gerar não apenas um trabalho mais eficaz, pois mais atento aos sujeitos violados e mais próximo no diálogo, como mais criativo e inovador na luta pela implementação de direitos humanos. A possibilidade de mudança nesse cenário exige um reposicionamento de seus atores, principalmente financiadores, para abertura de negociação de linhas de financiamento que também busquem fortalecer organizações novas ou pequenas em suas atividades prioritárias.

Nessa esteira, para que o campo das organizações de direitos humanos supere a burocratização e a tendência monopolista, é fundamental a construção de sólidas estratégias de fomento às organizações não governamentais de pequeno porte, assegurando sua autonomia e combatividade. Tal medida seria fundamental para promover uma perspectiva emancipatória para organizações no campo da defesa e promoção dos direitos humanos, tarefa salutar para o enfrentamento à ofensiva autoritária que se agiganta.

## Referências

ALVARENGA FILHO, José Rodrigues de. *A chacina do Pan: a produção de vidas descartáveis no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2013.

BAKER, Eduardo; CARVALHO, Sandra. Experiência de litígio estratégico no Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos. *Sur*, n. 24, p. 465-475, 2014.

FONTES, Virgínia. *Reflexões im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

LAVALLE, Adrian Gurza. ONGs, direitos humanos e representação. *Sur*, n. 20, p. 299-399, 2014.

SOUSA SANTOS, Boaventura de; AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o *cânone democrático*. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, Taiguara Libano Soares e. Entre o Estado penal e o Estado democrático de direito: a expansão do poder punitivo como ameaça à democracia e aos direitos fundamentais. In: BELLO, Enzo (Org.). *Ensaio críticos sobre direitos humanos e constitucionalismo*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2012.

# Financiando o movimento socioambiental na América do Sul: um novo olhar

---

*Maria Amalia Souza<sup>1</sup>*

Uma história pode ser contada de diversas maneiras e diversos ângulos, dependendo de quem a recorda. Assim, também, é o caso da história do que hoje chamamos de “movimento socioambiental brasileiro” e os passos e a visão histórica particulares de um grupo de pessoas que decidiu criar o Fundo Socioambiental Casa.

Essa história, a partir da nossa perspectiva de atores diretos, traz nuances pouco conhecidas (ou, talvez, apenas pouco contadas) sobre as origens e a trajetória desse movimento e do olhar particularmente atento aos recursos financeiros necessários para que ele se tornasse um campo de ação relevante no País. O objeto principal deste artigo só pode ser entendido a partir da história desses mesmos movimentos.

Para começar, é importante contar sobre a longa trajetória necessária para que se chegasse ao conceito socioambiental. Sem essa compreensão, não é possível entender as intenções e os propósitos por trás da criação do Fundo Casa.

Vivemos numa sociedade que custa a amadurecer seu olhar sobre a relação tão íntima e interdependente que a humanidade tem com a natureza – entendendo-se aqui a sofisticada inteligência dos sistemas vivos que, em todas as suas formas e funções, continuam a manter a vida de todos os seres nesse nosso pequeno planeta. Sem entender que as populações mais afetadas pelos grandes problemas ambientais são atores fundamentais também nas suas soluções, não há como ter êxito na proteção de grandes biomas ou no melhoramento das condições de vida de regiões devastadas e vulneráveis, sejam elas rurais, florestais ou urbanas. Justiça social anda junto com preservação ambiental em países tão desiguais quanto o nosso. Para isso, temos que saber investir diretamente nessas comunidades.

---

<sup>1</sup> Formada no *World College West*, EUA. Cofundadora do Fundo Socioambiental Casa em 2005. Há 32 anos atua no setor filantrópico internacional. É cofundadora da Rede de Filantropia para a Justiça Social. Integra o Comitê Coordenador da Human Rights Funders Network e é conselheira de *The Ocean Foundation*, *International Rivers* e do Instituto Nupef.

Então, para contar a história do financiamento desse setor, é importante entender a origem do conceito “socioambiental” e o que esse Fundo vem buscando realizar no mundo.

### **Breve relato cronológico do movimento ecológico**

Há livros sobre os pioneiros que impulsionaram o conceito de preservação da natureza no Brasil – e que iniciaram movimentos para a criação de parques naturais, áreas protegidas já a partir da década de 1930. As décadas de 1960 e 1970 foram importantes para que esse discurso se fortalecesse ainda mais, envolvendo mais cientistas, engenheiros florestais, artistas e até mesmo dois almirantes – Jose Luiz Belart e Ibsen de Gusmão Câmara. Esse período marcou várias lutas, como contra a inundação de Sete Quedas, contra a instalação de plantas nucleares, contra o aumento da poluição. Movimentos como “Salve as Baleias” e o início da compreensão que relaciona o consumo à devastação ambiental também tomaram corpo nesse período e o princípio dos anos 1980. Essa consciência ecológica ficou mais forte e aparente nos anos seguintes, coincidindo com o período de retomada do processo democrático no País.

Nesse início de transição para a democracia, aparece com mais clareza o princípio de organizações não governamentais (ONGs). Várias são lideradas por pessoas voltando do exílio, como é o caso do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), fundado pelo sociólogo Herbert de Souza e o economista Carlos Afonso em 1980, ambos regressando do exílio no Canadá.

Devido ao longo período de ditadura militar, algumas frentes de resistência e justiça social ligadas a igrejas cristãs e criadas ainda na década de 1960 foram praticamente as únicas estruturas que se mantiveram atuantes. Com fontes de recursos vindos de parceiros internacionais, conseguiram formar cidadãos com consciência sobre os seus direitos nas regiões mais diversas do país, assim como em temas amplos, principalmente de combate à pobreza, alternativas de renda e formação social e política. Entre as organizações importantes, atuantes ainda hoje, estão a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) e o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), que se uniu ao Núcleo de Direitos Indígenas no princípio da década de 1990 para formar o Instituto Socioambiental (ISA). Claro que esses são apenas alguns exemplos ilustrativos do processo que queremos salientar – as relações que criaram as fontes de recursos para o campo socioambiental no Brasil.

Todas essas ONGs atraem, em seu tempo, consideráveis volumes de recursos da filantropia internacional graças às relações de seus fundadores com esse setor, cultivadas ao longo de décadas.

Nesse mesmo momento, começam a ganhar espaço as ONGs cujo foco principal é a conservação ambiental e a proteção da biodiversidade em larga escala. Enquanto algumas são brasileiras, como a Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS), fundada em 1984, e a SOS Mata Atlântica, de 1986, organizações preservacionistas internacionais também se veem livres para aumentar seus programas no Brasil – como o *World Wide Fund for Nature* (WWF), que reforça seu trabalho aqui nessa década, finalmente estabelecendo uma sede em 1996, e *The Nature Conservancy* (TNC), que chega em 1988.

### **A antítese e a síntese**

A década de 1980 representa um momento muito importante para o Brasil. Enquanto retomávamos nossa identidade e ação cidadã, dando espaço ao desabrochar de novas ideias e possibilidades – incluindo uma nova Constituição claramente protagonizada pela sociedade civil organizada –, também são demarcadas duas linhas de atuação que, a princípio, parecem antagônicas: (1) criar condições para o alívio da pobreza; (2) proteger a biodiversidade com áreas protegidas exclusivas para a fauna e flora.

Essa aparente dicotomia toma forma e robustez enquanto a sociedade se reencontra consigo mesma e seu processo de retomada de direitos. Parece primordial tirar essa enorme população abandonada e empobrecida de suas condições inumanas, e isso, ao mesmo tempo, parece incompatível com a enorme necessidade de proteger as regiões do país ricas em biodiversidade, priorizando fauna e flora. De forma mais simplista, o discurso parecia ser: “como abraçar árvores enquanto há pessoas morrendo de fome?” ou “para proteger a fauna e flora, é preciso reassentar as pessoas que vivem dentro das florestas”. Independente do exagero do exemplo, realmente há, nesse período, uma grande distância entre essas visões e intenções.

Contudo, existe outro grupo cada vez maior de cidadãos que percebe que essa falta de diálogo entre os setores só faria com que todos perdessem. Num país como o Brasil, só seria possível proteger os importantes biomas e ecossistemas se as pessoas que viviam ali se apoderassem do conhecimento necessário para cuidar deles, desenvolvendo, ao mesmo tempo, ações que melhorassem suas condições de vida e renda. Esse grupo, apesar de ser composto por pequenas organizações voluntárias, muitas ainda informais, do ponto de vista jurídico, se autodenomina “movimento ambientalista”, para criar um contraponto à abordagem puramente conservacionista/preservacionista predominante.

Esse setor inicia, a partir de 1986, uma série de seminários chamada Encontro Nacional de Entidades Ambientalistas Autônomas (Eneaa). Tentam se



encontrar uma vez por ano, mas nem sempre isso é possível pela dificuldade de acesso a recursos. São dezenas de pequenos grupos preocupados com os mais diversos aspectos da questão ambiental e vindos de todas as partes do Brasil. Passam a se reunir para mapear os desafios ambientais do país e buscar soluções conjuntas. Quase nenhum tem acesso a recursos para suas atividades. Seus dirigentes mantêm seus grupos com recursos próprios, pequenas campanhas entre associados e formas criativas de cobrir algum custo necessário.

O primeiro Eneaa ocorre em Belo Horizonte e tem, entre outras pautas, a ideia de lançar candidatos ambientalistas ao Congresso Nacional como caminho para fortalecer essa agenda dentro do governo brasileiro. Nesse momento, somente o advogado Fábio Feldman é eleito, o que não deixa de ser um avanço enorme. Em 1989, o Eneaa começa a se preparar para intervir na organização da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente, que seria sediada no Rio de Janeiro em 1992 – a Rio-92 ou Eco-92.

Nesse momento, esse grupo tem ciência de que, para a sociedade civil brasileira apresentar uma pauta coerente e forte, precisa dialogar entre si e com os mais variados setores. Uma articulação digna de mestres consegue trazer para a mesma mesa essa grande diversidade de olhares. Essa mobilização resulta, em 1990, na fundação do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (FBOMS). É também nesse período que o recém-criado termo “*socioambiental*” ganha força e significado para a sociedade brasileira. Apesar das grandes diferenças que marcam cada setor, pela primeira vez, o Brasil se vê unido num só propósito com um discurso razoavelmente coordenado. Isso demonstra uma vontade de compreender realmente sua tremenda diversidade, simbolizada por dois grandes polos – o grande curador dos ambientes naturais mais ricos do planeta e o responsável por retirar da pobreza, com dignidade e de forma ecologicamente sustentável, a enorme população de excluídos que produziu ao longo da sua história. A proteção ambiental e o direito a um ambiente saudável passam a ser o caminho de inclusão e fortalecimento social. A síntese, afinal, é traduzida num novo e criativo termo que ganha espaço daí para frente – *socioambiental*.

## **Acesso a fontes de recursos**

### ***Relações de confiança***

A filantropia internacional que financiava os grupos de justiça social no Brasil à época mantinha relações profundas, há décadas com as organizações da sociedade civil. Criadas num momento de grandes violações de direitos no País, essas relações eram solidárias e sólidas. Isso garantia um fluxo generoso de recursos

para esse grupo de atores. As organizações de conservação ambiental criadas no Brasil ou vindas do exterior também tinham orçamentos invejáveis para seu trabalho.

Contudo, o nascente movimento ambientalista, conformado por uma sociedade civil cada vez mais informada e com propostas próprias de atuação a partir de sua visão socioambiental, enraizada em comunidades de todo o território nacional, passa praticamente despercebido aos olhos da filantropia internacional. A falta de relações diretas com seus pares pelo mundo não permitia que os financiadores tivessem confiança na sua capacidade de ação ou gestão. Ao mesmo tempo, sua visão de inclusão social na atuação ambiental causava estranheza e desconfiança também do setor conservacionista, que dominava as relações com financiadores desse tema.

Politicamente, a participação do movimento ambientalista ou socioambiental na Rio-92 foi excepcional. O FBOMS, por ser uma rede legítima e enormemente representativa, conseguiu se estabelecer como verdadeira referência no País junto ao governo nacional e às articulações internacionais.

Esse fato, ao mesmo tempo que entusiasma o grupo de ambientalistas, também sinaliza algo importante: trabalhar em rede fortalece e viabiliza a promoção de ações em prol de suas mais diversas agendas socioambientais. Aproveitando o momento único da Rio-92, um grupo que trabalhava em prol da restauração e preservação da mata Atlântica se reúne, surgindo daí a Rede de ONGs da Mata Atlântica. Nesse mesmo evento, por ocasião da assinatura do Tratado do Cerrado, é criada a Rede Cerrado, assim como a maior articulação de grupos de base comunitária na Amazônia brasileira até hoje, o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA). A Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) também tem origem na mesma época (apesar de se constituir formalmente alguns anos depois), assim como uma série de fóruns estaduais e regionais, como o Fórum de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Mato Grosso (Formad) e seu correspondente no Mato Grosso do Sul (Formads), o Fórum Amazônia Oriental (Faor) e assim por diante. A Rio-92 promoveu uma explosão criativa que deu origem a milhares de organizações ambientalistas por todo o território, sendo também o berço de dezenas de articulações, alianças e redes temáticas e regionais representadas nos grupos de trabalho do FBOMS, extremamente atuantes e representativos por anos a fio.

A convergência proporcionada pela Rio-92 é sem precedentes no Brasil. Ainda assim, esse evento não criou canais diretos de apoio para a grande maioria desses ambientalistas, que continuaram atuando de forma principalmente voluntária. Tampouco havia recursos para os movimentos sociais de base comunitária que se encorpavam nesse período – como os movimentos indígena,

quilombola, seringueiro, ribeirinho, caiçara e tantos outros –, principalmente se sua agenda fosse a proteção de territórios ameaçados de destruição em razão de garimpo e extração ilegal de madeira, grandes obras de infraestrutura, invasão de fazendeiros de arroz, gado ou soja, entre tantos outros motivos.

## **Fatores importantes que atraem o olhar do mundo para a causa socioambiental**

### *A Aliança dos Povos da Floresta*

Aquilo que culminou num grande evento em fevereiro de 1989, o “Encontro de Altamira” – para questionar o plano governamental de construir a hidrelétrica de Kararaô no rio Xingu, contando com a ilustre presença do cantor Sting –, teve seu alicerce construído durante décadas. A Aliança dos Povos da Floresta surgiu da compreensão dos movimentos indígenas e de seringueiros, naquele momento já organizados como União das Nações Indígenas e Conselho Nacional dos Seringueiros, de que sua luta era comum e de que unidos teriam mais chances de proteger seus territórios das crescentes ameaças. Esse movimento envolvia outros atores sociais também importantes, como as comunidades tradicionais extrativistas e ribeirinhas.

É esse movimento que os caracteriza perante o mundo como grandes protetores das florestas brasileiras e consolida a percepção de que os povos que vivem dentro desses grandes biomas são os mais interessados na sua proteção, inclusive arriscando a própria vida por essa causa, como repetidamente constatado. Além de Sting, essa aliança conquistou outros aliados de peso para suas lutas. Foram criadas diversas novas articulações internacionais para enfrentar a crescente destruição dos importantes biomas do planeta.

Em 1985, surgiram na Califórnia a Rainforest Action Network, a International Rivers Network e o Earth Island Institute. Na região de Washington D.C. também se fortaleceram grupos que questionavam pesadamente a falta de transparência e salvaguardas ambientais de investidores internacionais como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento em projetos que promoviam a rápida destruição de florestas no mundo. Em 1986, essas redes internacionais se uniram num grande protesto que culminou na First Citizens Conference on the World Bank (Primeira Conferência de Cidadãos sobre o Banco Mundial). Do Brasil, participaram o líder indígena e então presidente da União das Nações Indígenas Ailton Krenak e o cientista e ambientalista José Lutzenberger. Ambos foram levados como testemunhas do desastre ambiental que ocorria no estado de Rondônia por conta do projeto Polonoroeste. Financiado pelo Banco Mundial, esse projeto já havia destruído mais da metade das

florestas do estado e atraído milhares de migrantes do sul do país sem nenhuma familiaridade com a região, causando um caos social sem precedentes.

Uma voz que ecoava forte pelo mundo nesse momento, denunciando a destruição da Amazônia, era a do seringueiro Chico Mendes. Chico foi um líder que passou a organizar “empates” para proteger as florestas de seringueiras do Acre, ganha-pão de uma população imensa da Amazônia. “Empates” eram correntes humanas formadas por homens, mulheres e crianças que se posicionavam em frente às árvores para que os tratores de esteira, unidos por correntes grossas, não pudessem devastar a floresta. Chico Mendes foi assassinado em dezembro de 1988, e o mundo, em protesto, literalmente veio para a Amazônia. O Brasil se tornou notícia em todos os jornais do mundo e a saga dos povos da floresta não pôde mais ser ignorada, assim como sua importância para a proteção da Amazônia.

### ***Ambientalistas e os primórdios da internet***

Enquanto redes de ativistas de todas as causas se organizavam pelo mundo, uma ferramenta chegou para mudar a face do planeta: a internet.

Apesar de ter suas origens na década de 1950, é em meados da década de 1980 que o mundo tem notícias de um sistema de comunicação via computadores. Entre 1985 e 1987, surgem o GreenNet no Reino Unido e o Institute for Global Communications (IGC) nos Estados Unidos. Ambos têm por objetivo viabilizar essas ferramentas de comunicação para organizações da sociedade civil trabalhando nas mais variadas causas sociais e ambientais pelo mundo. Apoiam, assim, a criação de vários “nodos” de comunicação eletrônica, como são chamados, que, juntos, criam a Association for Progressive Communications (APC) em 1990, a mais ampla rede internacional de provedores de comunicação eletrônica sem fins de lucro do mundo, que chega a abarcar mais de 150 países em todos os continentes. A APC utiliza várias tecnologias para proporcionar o intercâmbio de dados via computadores, mesmo onde a internet, como conhecemos hoje, não estava disponível, como Fido, UUCP e outras.

Em 1989, o Ibase lançou o primeiro nodo sul-americano: o Alternex. Tornou-se cofundador da APC e passa a ser sua sede oficial. Com o evento da Rio-92, uma permissão especial da ONU foi concedida ao Alternex e à APC para montarem salões de comunicação eletrônica tanto no espaço oficial da conferência, no Riocentro, quanto no Hotel Glória, base da conferência paralela que ocorria no aterro do Flamengo. O sistema continha todos os documentos oficiais que estavam sendo discutidos na cúpula mundial e permitia que ambientalistas credenciados se comunicassem constantemente com seus pares no Flamengo e em

outras partes do mundo, podendo ter *feedback* em tempo real para a negociação de suas agendas.

A partir de então, o Alternex se tornou também o primeiro provedor de *internet per se* da América do Sul. E o movimento ambientalista do Brasil começou a fazer intenso uso dessas ferramentas, o que lhe dá grande visibilidade também mundo afora. Esperava-se que com essa visibilidade alcançada, as parcerias internacionais finalmente trariam recursos para essas novas causas e abordagens socioambientais que surgiam com força no País.

### ***Rede ecologista***

Surge no cenário um mecenasum grande mecenas: a Fundação Damien que desde 1988 vinha apoiando pequenos grupos com grande sucesso e que entendia a importância que a Internet poderia ter para esse setor da sociedade. Em parceria com o Alternex, passou a comprar e enviar *modems*, assim como pagar as contas de telefone e acesso ao Alternex para que grupos ambientalistas de todas as partes do Brasil pudessem acessar essa rede. De 1992 a 1994, mais de 40 grupos foram contemplados. O projeto oferecia também assessoria técnica, abertura dos primeiros *e-mails* dessas instituições, bem como treinamento no uso das *conferências eletrônicas* ou *bulletin boards*, onde era possível conversar sobre os mais variados temas com grupos de pessoas simultaneamente.

O acesso a essa rede possibilitou que as organizações divulgassem suas causas através das inúmeras conferências eletrônicas temáticas disponíveis. Também viabilizou a construção de parcerias em outras partes do mundo e ainda facilitou o trabalho coordenado por temas, regiões e estratégias, que produziram um avanço considerável desse movimento.

### **Fundação Damien, Fundação Francisco e Global Greengrants Fund: *as sementes do Fundo Socioambiental Casa***

O que essas três instituições têm em comum? O filantropo brasileiro Humberto Mafra. Radicado na Inglaterra e responsável pelas atividades da Fundação Damien na década de 1980 (uma fundação familiar estabelecida na Califórnia e que apoiava principalmente arte e cultura), ele e sua esposa visitaram a Rainforest Action Network em 1988 para oferecer um apoio financeiro de US\$ 40 mil para sua causa. Imediatamente, um grupo muito envolvido e experiente nas questões da Amazônia convenceram o diretor da instituição de que o melhor uso do recurso seria criar um diretório que permitisse catalogar três níveis de atores da região pan-amazônica: (1) organizações tradicionais e de base comunitária (de indígenas, seringueiros, ribeirinhos etc); (2) organizações locais de apoio a

esses grupos ou atores em temas complementares; (3) organizações regionais e internacionais com comprovada atuação na região, incluindo financiadores.

Além desse apoio via RAN, a Fundação Damien começou também a apoiar diretamente alguns grupos incipientes que já se destacavam em agendas ambientais importantes, mas que nunca tinham tido acesso a recursos filantrópicos para suas causas. O primeiro encontro com a maioria desses grupos teve lugar no Eneaa, em Brasília, em 1990. Conhecendo a proposta incrivelmente inovadora desse grupo, Humberto resolveu se dedicar não só a apoiar diretamente os grupos que podia através da Fundação Damien, mas também a levar essas causas para o conhecimento da filantropia internacional, até então alheia a esse universo. Como membro de vários coletivos de fundos e fundações nos Estados Unidos e na Europa, Humberto se tornou um embaixador da causa de atrair recursos financeiros para esse grupo de atores.

Em 1993, a Fundação Damien, junto com um empresário do Colorado, co-financiaram a criação da Global Greengrants Fund. Durante suas viagens com o Greenpeace, Chet Tchozewski, fundador do GGF, começou a notar o grande número de ativistas ambientais no mundo que, apesar de fazerem um trabalho fenomenal, não tinham acesso a recursos. Resolveu criar uma organização nos EUA que se dedicasse a convencer fundações filantrópicas norte-americanas a ampliar suas doações para fora do país, o que seria viabilizado pela GGF, demonstrando o custo-benefício de pequenos apoios para o ativismo ambiental de base em nível internacional.

Em 1994, Humberto convocou um encontro nacional em Brasília para discutir as questões ambientais no Brasil e o marco legal para o terceiro setor. Esse encontro deu origem à Fundação Francisco – o primeiro fundo socioambiental do Brasil. Uma vez estruturados, o GGF e a Fundação Francisco formaram uma aliança. Ambos captavam recursos da filantropia internacional e as doações que o GGF alocava no Brasil eram administradas pela Fundação Francisco.

O número de grupos apoiados passou a crescer e ficou rapidamente evidente que, com um ou dois apoios, esses grupos tinham condições de alavancar outros recursos com outras fontes. A confiança neles e a visibilidade criada durante esse processo projetou seu trabalho de tal forma que, finalmente, a filantropia internacional começou a enxergá-los.

A FF aumentou substancialmente o volume de recursos disponíveis para as pequenas e médias ONGs socioambientais brasileiras. E atraiu novos financiadores internacionais para o Brasil nesse processo. Muitos grupos conseguiram se consolidar de maneira a se tornarem referências importantes em todas as grandes causas ambientais do País e permanecem assim até hoje.

Em 1999, Humberto decidiu, por motivos pessoais, fechar a Fundação Francisco. No ano seguinte, o Global Greengrants Fund, que nesse momento também tinha seu trabalho consolidado, resolveu continuar apoiando projetos no Brasil. Convidou, então, o Conselho da Fundação Francisco – conformado, em sua maioria, pelos líderes dos primeiros grupos apoiados no início da década – para compor um conselho consultivo que continuasse orientando suas doações para o ativismo ambiental no Brasil.

Esse grupo, vindo da experiência de um fundo brasileiro, ao mesmo tempo que começou a orientar as doações do GGF no Brasil, também reconheceu a necessidade de continuar a experiência da Fundação Francisco, se propondo a criar um novo fundo nacional. Esse fundo continuaria a parceria com o GGF, mas também teria novas características. O amadurecimento do movimento ambientalista no Brasil abriu portas para importantes parcerias em toda a América do Sul. Temas como a proteção da Amazônia, por exemplo, tinham de ser coordenados com atores dos nove países que compõem a bacia. Não é possível proteger um bioma transfronteiriço tão complexo sem coordenar ações e viabilizar recursos para a atuação em rede por todo o território e suas enormes complexidades. Um fundo socioambiental criado na região não teria como fugir dessa realidade. Era necessário criar uma forma de responder de forma orgânica e sistemática às demandas que se apresentassem, sejam da Amazônia ou de qualquer outro bioma ou ecossistema regional.

O grupo de ativistas ambientais, das mais variadas formações e regiões, deixou de apenas aconselhar e passou a definir os rumos de um fundo que tinha o DNA do movimento socioambiental sul-americano. Essas pessoas, que foram as primeiras beneficiadas pelos pequenos apoios (de US\$ 5 mil ou menos) no início da década de 1990, administravam agora alguns milhões de reais. Mas o mais importante era que o seu olhar sobre o território permanecia o mesmo: fazer com que recursos, no volume e momento apropriados, chegassem às mãos de grupos, redes, alianças e mobilizações locais e regionais para que resultados exponenciais de proteção e solução para territórios de importância ecológica pudessem ser efetivados. A experiência pessoal de consolidar suas próprias instituições deu a esse grupo um conhecimento e um olhar sobre o território sul-americano que não podia vir de ninguém mais senão dos pioneiros dessa geração e abordagem socioambiental.

Antes de elaborarmos mais sobre o Fundo Socioambiental Casa e sua abordagem, cabe incluir mais uma história fenomenal que inspira nosso olhar sobre a filantropia regional.

## *O sucesso (e lições) da coalizão Rios Vivos*

Uma experiência excepcional que que influenciou de forma contundente os rumos desse novo fundo foi a coalizão Rios Vivos. Fundada em 1994 em São Paulo, já nasceu como uma aliança internacional com a missão de proteger os rios Paraguai e Paraná de um grande projeto de construção de uma hidrovia que, indubitavelmente, destruiria o Pantanal – bioma que se estende pelo território de quatro países: Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina.

Para quem fez parte desse processo, o que mais sobressaiu e permanece na memória foi a abordagem múltipla de ações que essa mobilização envolveu: desde a pressão a bancos investidores internacionais contra um financiamento tão arriscado e produção de material científico sobre os impactos de uma hidrovia de tal porte, até mobilizações nas pequenas cidades ao longo das margens dos dois rios – brasileiras e de países vizinhos –, passando por fóruns e associações locais de pescadores, professores, isqueiros, barqueiros, audiências públicas e parcerias com o Ministério Público, entre tantas outras. Foi um trabalho intenso nos âmbitos municipais, regionais, estaduais, nacionais e internacional. Líderes locais foram levados para reuniões com líderes de bancos internacionais, estruturas de direitos internacionais foram ativadas. Um sem número de abordagens simultâneas deram visibilidade ao tema nas mídias local, nacional, internacional, causando incômodo à imagem de bancos como o BID, que proclamavam sua transparência e preocupação ambiental. Bancos holandeses foram questionados por campanhas promovidas por ONGs de seu país, como a Both Ends, assim como ocorreu com o Bank Information Center (BIC) e a International Rivers nos EUA, entre tantos outros. A mobilização foi tamanha que, eventualmente, o governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou a desistência da obra. Com a saída de um país, os outros tampouco podiam levá-la adiante.

O que chama atenção nessa história longa, resumida num mero parágrafo, (deixando de mencionar atores importantíssimos), é a visão estratégica brilhantemente desempenhada e bem orquestrada por um comitê coordenador eclético e representativo. Sem dúvida, esse processo não teria tido sucesso se somente algumas poucas organizações ambientalistas milionárias tivessem resolvido trabalhar sozinhas. Isso teria desmobilizado as frágeis alianças locais, constituídas, diga-se de passagem, pelas primeiras vítimas desse projeto. Tampouco seria possível chegar à vitória somente com os pequenos grupos locais, que normalmente não possuem informações suficientes para enfrentar questões de tal magnitude. As organizações regionais e estaduais de médio porte também não têm recursos suficientes para, sozinhas, levar a cabo um processo tão longo



e oneroso. As organizações internacionais, por mais recursos e contatos que tenham, não têm a legitimidade para falar em nome das populações afetadas. Para ganhar essa batalha, é preciso a aliança de todos. E coordenar esse processo de modo que todos percebessem sua importância real foi o mais importante de tudo. A colaboração nos mais diversos níveis levou essa empreitada ao êxito – pelo menos até hoje.

Mais: viabilizar a participação real e informada das populações locais mais ameaçadas e/ou afetadas pelos inúmeros falsos projetos de “desenvolvimento” liderados por governos e grandes empresas é uma das ferramentas mais eficientes para o êxito de qualquer movimento ambientalista. A lição dessa grande coalizão foi perceber isso e viabilizar financeiramente – através da Fundação Francisco e outros parceiros – a participação efetiva desses atores.

Com essa lição nas mangas, os fundadores do Fundo Socioambiental Casa (todos líderes nessa coalizão) tinham um modelo a seguir.

### **O Fundo Socioambiental Casa**

Fundado em 2005, o Fundo Socioambiental Casa nasceu com outro nome: **Centro de Apoio Socioambiental (Casa)**. A princípio, o grupo fundador evitava usar a palavra “fundo”, pois, sendo todos atores nos mais variados campos do movimento socioambiental sul-americano, não queriam se diferenciar dele por conta do “poder” de financiá-lo. Um fundo dá a impressão de “poder sobre”, quando o objetivo primordial era o “poder com” – ou seja, viabilizar recursos para os grupos mais excluídos e vulneráveis que lutavam para proteger seus territórios: os grandes biomas da América do Sul –, colocando a percepção de poder nas mãos dos atores reais, com os recursos desempenhando o papel de coadjuvante, viabilizador das necessárias ações do campo. Historicamente, quem tem dinheiro é mais importante do que quem “solicita” o apoio financeiro. Sendo parte intrínseca desse mesmo movimento, ninguém queria ser percebido como financiador. Era melhor utilizar um nome neutro. Daí a opção por “Centro de Apoio”.

Contudo, esse centro é realmente um fundo, nasce para isso. Nunca pretende executar projetos próprios, senão viabilizar processos de desenvolvimento de capacidades para pequenos grupos iniciantes. Sempre teve como propósito principal doar recursos diretamente a grupos de base comunitária dentro dos grandes biomas sul-americanos, seguindo o modelo de sucesso da coalizão Rios Vivos, que uniu grandes, médias e pequenas ONGs e grupos comunitários em prol de um só objetivo: proteger um bioma inteiro.

Como o segundo objetivo do Casa, vital para sua existência, é captar recursos para doar, chega-se à conclusão de que, para ser compreendido pelo univer-

so da filantropia nacional e internacional como um financiador e não um executor, a palavra “fundo” precisa fazer parte do seu nome. Então, em 2012, sete anos após a fundação e, emblematicamente, durante a Rio+20, criamos nova logomarca, *slogan* e nome: Fundo Socioambiental Casa, Investindo em cuidar.

Ao longo de sua história, o Fundo Casa tem se percebido como o braço autofinanciador do movimento socioambiental da América do Sul. Ser parte do movimento tem se mostrado absolutamente crucial para poder oferecer apoio aos diversos atores que compõem os grandes ecossistemas e biomas da região de forma que esses mesmos apoios tenham coerência. A ideia não é oferecer apoios com montantes pequenos de forma isolada. Consideramos que isso, embora produza algum impacto local, não tem o impacto coletivo que buscamos. Nosso olhar sobre cada bioma ou ecossistema busca entender, a partir da visão “macro”, o que está ocorrendo ali que ameaça sua integridade. A partir disso, buscamos entender quem está atuando nas soluções, sejam redes ou grandes, médias ou pequenas organizações. Acompanhamos as estratégias desenhadas de forma coletiva. Com esse quadro completo, convidamos os mais variados atores e conhecedores de cada contexto a indicar projetos. Buscamos fazer com que nosso apoio tenha uma coerência sistêmica; que a combinação de projetos traga resultados muito além do que poderia um projeto isolado. E temos comprovado que isso é possível.

O Fundo Casa tem duas grandes visões de apoio: (1) apoiar grupos que estão em situação de risco e precisam defender seus territórios de projetos que, a partir da visão de especialistas ambientais, são predatórios e ameaçam a integridade de nossos biomas; (2) proporcionar recursos para a busca de soluções sustentáveis que demonstrem caminhos de fortalecimento econômico de comunidades nas mais variadas situações de vulnerabilidade, seja em florestas, zonas rurais ou em áreas urbanas.

Entre 2005 e 2017, já apoiamos mais de 1.450 projetos em 11 países da América do Sul e doamos mais de US\$ 6,5 milhões.

### ***Por que a América do Sul?***

A América do Sul é um tema à parte. Já mencionamos anteriormente que, como atores na proteção de um bioma, não é possível separá-lo por fronteiras nacionais. Num bioma como a Amazônia, que se estende por nove países, uma ação isolada sobre um país nunca seria suficiente para proteger a integridade (e os serviços ambientais) que a Pan-Amazônia oferece ao planeta. O mesmo se aplica ao Pantanal, à região Andina, à mata Atlântica, às regiões costeiras do Atlântico e do Pacífico, ao Cerrado/Semiárido/Chaco e tantos outros.

Agora, como, num país como o Brasil, é possível constituir um fundo capaz de apoiar projetos em outros países? O Brasil é conhecido mundialmente como uma economia fechada. Nossos bancos têm imensas restrições tanto para receber quanto, principalmente, para enviar recursos para o exterior. Como o Fundo Casa consegue quebrar essa barreira e, legalmente, apoiar projetos de base comunitária em toda a América do Sul?

Com a visão sistêmica e integrada dos biomas, esse era o nosso maior desafio. Um estudo minucioso da legislação foi necessário até encontrarmos um caminho legal. Realmente, recursos captados no Brasil não podem ser doados para fora, pelo menos não por entidades da sociedade civil. Mas recursos vindos de fora do Brasil e consignados, em contrato de doação, para o apoio a projetos na região têm seu repasse internacional permitido. Apesar das taxas e câmbios, essa missão essencial do Fundo Casa tem se realizado.

## **Os grandes desafios**

Existem ainda muitos desafios, não só para o Fundo Socioambiental Casa, mas para todos os fundos criados para apoiar temas de justiça social no Brasil e na região, como os membros da Rede de Filantropia para a Justiça Social. Entre eles, dois merecem destaque: (1) o êxodo da grande maioria das fundações internacionais que atuavam na região – e, até hoje, única fonte de recursos para quaisquer defesas de direitos nas suas mais diversas formas; (2) a estrondosa falta de interesse da nascente filantropia nacional sobre qualquer tema relacionado a justiça social.

### ***Êxodo da filantropia internacional***

O início dos anos 1990 trouxe algumas surpresas. O primeiro êxodo do financiamento internacional ocorreu no Brasil. Com aparente estabilidade política e a economia se equilibrando, há uma retirada de dólares da filantropia internacional que impactou fortemente o trabalho das organizações mais antigas. Muitas precisaram cortar quadros, outras passaram a trabalhar meio período e diminuíram benefícios dos funcionários, e outras terminaram buscando caminhos novos, fechando as portas e combinando setores de seu trabalho com outras instituições, dando origem a novas organizações.

O segundo êxodo ocorreu após a eleição de Lula, quando a economia se fortaleceu e a filantropia internacional entendeu que o Brasil havia se tornado uma forte democracia que podia arcar com os custos das lutas sociais diretamente. Veremos mais adiante que esse foi um grande erro de interpretação.

Em ambas as situações, as organizações da sociedade civil no Brasil sentiram um enorme baque. Milhares de organizações fecharam as portas. Enquanto

a concentração de riquezas aumentava exponencialmente no período pós-ditadura, a sociedade se via cada vez mais enfraquecida para fazer frente a tantos desafios. Essa situação foi se agravando a cada ano até a presente data. Com raríssimas exceções, os grandes movimentos fortalecidos no primeiro instante do período pós-ditadura foram perdendo espaço e recursos até não mais resistirem. A atual situação das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros, em termos financeiros, é extremamente frágil e requer atenção especial.

### ***Construindo o setor da filantropia para justiça social***

Quanto à construção de relações que eventualmente atraíam recursos nacionais para temas de justiça social, é um processo em andamento que temos como missão junto a nossa Rede. O Brasil da elite, que concentra recursos, não conhece o Brasil da base, que precisa buscar soluções para sua vulnerabilidade e exclusão ou a usurpação de seus direitos básicos como seres humanos. Esse é um desafio que fundos como nós assumimos desde que nos propusemos a atuar nesse contexto.

Na verdade, esse grande abismo entre as elites e a sociedade civil não é exclusividade do Brasil. Nossas relações com outros fundos locais têm nos permitido entender que isso é um padrão em países chamados emergentes, como os Brics, além de culturas similares, como vemos em toda a América Latina. É um desafio comum e que pode ser abordado de forma conjunta. Apenas começamos a identificar nossas semelhanças com fundos criados em outras partes do mundo, e esse tema já se torna pauta de encontros com esses colegas.

### ***O futuro: multiplicação do modelo do Fundo Casa***

Nossa experiência demonstra que movimentos podem, sim, criar um mecanismo próprio para canalizar recursos para suas causas. No nosso caso, resolvemos criar um fundo independente que abraçasse todas as causas socioambientais da América do Sul. Parece absurdamente ambicioso, mas, na verdade, a forma como o desenhamos, explicado anteriormente, faz com que tenhamos liberdade e flexibilidade suficientes para responder às agendas estrategicamente planejadas pelas alianças e redes com as quais trabalhamos. Nossos apoios seguem a lógica sistêmica de alocar recursos que causem uma “interferência positiva” num sistema ou numa sequência de acontecimentos. Não apoiamos “tudo”. Apoiamos grupos estratégicos que precisam se engajar no movimento de proteção ou solução para seus territórios. Os tipos de projetos dependem da leitura “macro” das questões, e isso pode ter as mais variadas abordagens.

Então, após mais de duas décadas de experiência direta nesse campo, reconhecemos que nossa *expertise* pode servir para outros líderes do movimento so-

cioambiental em qualquer parte do mundo. Da mesma forma que percebemos a dificuldade para que grupos de base comunitária engajados nas soluções para seus territórios acessassem recursos e criamos um mecanismo que respondesse a essa demanda, podemos assessorar outras redes em outros países a fazer o mesmo. Nossos aliados na América do Sul entendem que o ideal é ter um fundo nacional para atender às demandas internas. Existem muitas vantagens nisso, entre elas: (1) recursos na moeda nacional podem responder mais rapidamente a demandas locais e/ou urgentes; (2) uma rede nacional pode mobilizar recursos locais e internacionais (exclusivos para seus países) com mais facilidade; (3) uma rede de fundos socioambientais independentes pode trabalhar junta para atrair mais recursos para a região. Pensando assim, o Fundo Casa iniciou um processo de replicação de seu modelo, incentivando a criação de fundos socioambientais independentes em, pelo menos, seis países sul-americanos a partir de 2018.

### ***O fenômeno dos “fundos locais” no mundo***

Começamos a mapear um movimento novo neste momento: o surgimento de fundos locais originários de movimentos sociais e socioambientais exatamente nos países onde a filantropia internacional não consegue chegar a atores que nossos movimentos entendem ser muito importantes para nossas causas. Ao longo dos últimos 15-20 anos, um número grande de fundos nacionais e/ou regionais tem surgido nos países considerados de renda média e baixa em todo o mundo. São fundos que se dedicam aos mais variados temas sociais e ambientais, como fundos indígenas, fundos de mulheres, fundos para equidade racial, fundos de direitos humanos, fundações e filantropia comunitária etc. E eles já estão em todos os continentes.

O que isso nos diz? Talvez da mesma forma que os membros da nossa Rede de Filantropia para a Justiça Social, atores sociais pelo mundo têm sentido a demanda da sociedade civil organizada por recursos. E isso causou uma tentativa de resposta, já que, em muitas regiões, assim como na nossa, a filantropia internacional diminuiu muito ou não atinge uma camada crucial da sociedade que precisa se engajar. Ou ainda porque somente estruturas locais podem criar uma cultura de doação local. E mais, com o fenômeno internacional da volta de governos autoritários, a proteção de defensores de direitos talvez dependa de uma nova forma de filantropia, mais solidária e menos sensacionalista, que entenda e faça parte da realidade que está tentando fortalecer enquanto protege grupos, indivíduos que possam estar ameaçados.

Acredito que a filantropia internacional ainda não absorveu a enormidade e a tremenda legitimidade desses novos fundos. Ainda vemos que ela, de for-

ma convencional, conversa somente entre si, cria alianças para resolver nossos problemas. Sem nos perceber, e muito menos nos envolver, desenvolvem estratégias para nossos países e nossos problemas. Mas, certamente, estamos aqui para ficar. Porque somos parte intrínseca das soluções para nossos territórios. Os resultados dos nossos apoios nos afetam diretamente. Não temos escolha senão continuar a criar soluções inovadoras para nosso futuro. E, absolutamente, não como “intermediários” – que, para nós, tem a pior conotação (inclusive a de oportunistas) –, mas como atores interessados e com nossas vidas dedicadas à melhoria das condições de vida, da justiça e do exercício da cidadania e ao fortalecimento da democracia em nossas regiões.

Apoiamos projetos que vão afetar nossas próprias vidas, nosso futuro e, no caso *socioambiental*, o futuro do planeta. Não vemos solução possível para este mundo sem que as populações mais vulneráveis tomem a rédea de seus futuros, construam a confiança e a capacidade de exercer seus direitos a um ambiente saudável, seguro e que proporcione a continuidade da vida para todos nós. Não vemos o Fundo Casa como uma estrutura de poder. Os recursos que angariamos estão disponíveis para comunidades que se organizam para participar da construção de seu próprio futuro. Estamos aqui somente para facilitar seu acesso a recursos. O mais importante é sua dedicação e determinação – inclusive nos casos, não raros, dos que colocam suas vidas em risco para defender locais de suma importância biológica para que a vida de todos possa continuar.

Estamos aqui, e começamos um novo capítulo na história da filantropia internacional.

## Referências

- GENNINO, Angela. (Ed.). *Amazonia – Voces de la Floresta*. [s.l.]: Rainforest Action Network: Amazonia Film Project, [s.d.].
- KRENAK, Ailton; PAPPANI, Angela (Eds.). *Relatório Núcleo de Cultura Indígena*. Centro de Pesquisa Indígena, 1996.
- SOUZA, Maria Amalia. *Defending Environmental Rights: Funding Priorities in the Global South and East*. 21 jul. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/XytuAs>. Acesso em: 4 mar. 2018.
- \_\_\_\_\_. *Dez anos – uma história de amor*. Disponível em: <https://goo.gl/isfjuc>. Acesso em: 4 mar. 2018.
- URBAN, Teresa. *Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Saudade do Matão: relembrando a história da conservação da natureza no Brasil*. Curitiba: UFPR, 1998.



# Contexto, farsas, tretas, ironias, linhas de fuga e pistas sobre filantropia feminista de justiça social: resistências e interseções

---

*Amalia E. Fischer P.<sup>1</sup>*

A violência, a dor e o ressentimento contribuem para paralisar e não para transformar [...]. Os seres não machos, não brancos, não heteronormativos, mas também não humanistas sabem em seus corpos o que significa ser exposto a todo tipo de fundamentalismo, racismo e política reacionária.

*Rosi Braidotti, “Don’t agonize, organize!”*

## **Do momentum**

Em fins dos anos 1980 e começo dos 1990, o debate girava em torno do fim da história, das ditaduras militares, da Perestroika, da queda do muro de Berlim, do governo sandinista, da globalização e das incertezas que provocava a nova ordem mundial e política. Pensou-se que não haveria mais perseguição às ideias marxistas e, muito menos, aos defensores do Estado de direito, da democracia e dos direitos humanos. Alguns diziam que a social-democracia tinha triunfado. Mas outras pessoas, na América Latina, diziam: “não, não terminou a história, nem o feminismo e também não estamos na pós-modernidade”. Nos encon-

---

1 Subjetividade nômade, feminista, mexicana-nicaraguense. Radicada há mais de 20 anos no Rio de Janeiro. Idealizadora, cofundadora e coordenadora geral do Elas – Fundo de Investimento Social e de outros fundos, como o Fundo de Ação Urgente da América Latina. É conselheira do Fundo Baobá de Equidade Racial, fellow Ashoka e Synergos. Durante 20 anos, atuou como professora na Universidade Nacional Autónoma do México (Unam, Faculdade de Ciências Políticas e Sociais) e na Universidade Pedagógica. Foi articulista em diferentes jornais mexicanos: La Jornada, Uno Más Uno, El Universal. É socióloga, doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e aprendiz de filosofia.



tramos num “entre” a modernidade e a pós-modernidade, entre a sociedade disciplinar<sup>2</sup> e a de controle.<sup>3</sup>

Na América Latina, a partir dessa época, especialmente nos anos 1990, quem quisesse se afiliar a um partido comunista podia fazê-lo e não seria perseguido, desacreditado, desvalorizado nem morto. Esses anos foram marcados por teorias que decretaram o fim das ideologias e pelo começo da emergência das teorias do pós-humano e do Antropoceno.

No começo deste século, a mídia tradicional falou, com muita certeza e propriedade, que o feminismo havia acabado porque, supostamente, as mulheres tinham alcançado seus direitos e ocupavam todos os espaços. Hoje, sabemos que ele está presente em todos os lugares do planeta e mais vivo do que nunca. De todas as conquistas, nos últimos 40 anos, destacam-se as expressões e ações feministas que tiveram lugar entre 2015 e 2017: passeatas, protestos, denúncias coletivas contra a violência e o abuso sexual, milhares de mulheres e jovens se chamando de feministas e não mais de femininas. Nenhum outro movimento social conseguiu se manter tão vivo e renovado por tanto tempo. O Merriam-Webster Dictionary chegou mesmo a decretar a palavra “feminismo” como a mais procurada de 2017.

### **Da farsa, da treta**

Hoje, alguns grupos e movimentos ultraconservadores criam narrativas dicotômicas que dão a sensação de que a história se repete.<sup>4</sup> Mas o que estamos vivendo é uma farsa muito perigosa para a democracia e o Estado de direito baseada na falsa dicotomia comunismo/democracia que, já no passado, foi uma tragédia. Desde o macarthismo, nos Estados Unidos, quando inocentes perderam sua liberdade, suas vidas, seus trabalhos e suas propriedades, sucedeu-se uma sequência de guerras sujas “contra os comunistas”, contra cidadãos e cidadãs na América Latina, com etnocídios em que milhares de vidas se perderam,

---

2 Basta ver como o panóptico foucaultiano ainda está ativo no nosso continente: no sistema penitenciário e nas condições carcerárias, nos hospícios, hospitais e fábricas, especialmente nas zonas livres como as *maquilas* no México e na América Central.

3 As milhões de câmeras nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, a superexposição das pessoas nas redes sociais, a tal ponto que, determinadas pela hipercomunicação e hiperexposição, elas mesmas passam do autocontrole ao controle de todos e viram o *panóptico digital*. Segundo o filósofo coreano Byung-Chul Han, em seu livro *Sociedade da transparência*: “Essa supervisão degrada a *transparent society* a uma sociedade de controle desumana na qual todos controlam todos [...]. Além do mais, o controle total aniquila a liberdade de ação e leva, em última instância, a uniformação [...]. [H]oje, o globo como um todo está se transformando em um único panóptico” (HAN, 2017, p. 110 e 115).

4 Parafrazeando Marx no *18 Brumário de Luís Bonaparte*: “a história se repete duas vezes, a primeira como tragédia, a segunda como farsa”.

pessoas foram torturadas, desaparecidas<sup>5</sup> por governos autoritários. Uma pessoa com ideais socialistas, sindicalistas, democráticos era desacreditada, acusada de “comunista” e considerada um demônio ou “monstro que comia crianças”. Contudo, é importante ter ciência de que o sistema “comunista” da URSS e que ainda existe na China é um capitalismo de Estado. Nesse sistema, o *politburo* era e é uma casta privilegiada numa ditadura, num sistema onde o Estado é dono de tudo. Foi mais fácil transformar a URSS na Rússia capitalista e a China numa superprodutora de mercadorias a preço sumamente baixo pelo uso de mão de obra em situação de (semi)escravidão. Nem a URSS nem a China se preocuparam em ter um Estado de direito, uma democracia com garantia de direitos humanos, civis, políticos, muito menos socioambientais. Chernobyl é uma amostra clara, e a China é um dos países mais poluentes do mundo. Esses países eram e são extremamente patriarcais, sexistas, e homo/lesbo/transfóbicos.

Atualmente, quem defende a justiça social, a democracia, os direitos humanos, socioambientais, civis, sexuais, dos refugiados, imigrantes é chamado de “comunista” por pessoas e instituições fundamentalistas para serem desacreditados, desvalorizados e para anular suas ações e narrativas. Esses fundamentalistas ultraconservadores nas ideias e liberais na economia têm feito, através das mídias sociais e tradicionais e se utilizando dos três poderes, uma superexposição do conceito de “ideologia” dissociado, de forma oportunista, de sua origem marxista, utilizando-o para atacar, desacreditar cientistas, psicólogos/as, organismos multilaterais, movimentos de transformação, de justiça social, de emancipação e de direitos. Essas igrejas propositalmente não explicam qual é a origem da noção de ideologia que usam para desqualificar trabalhos científicos e teóricos sobre a desigualdade entre homens e mulheres, a sexualidade humana, as diversas subjetividades e as diferentes orientações sexuais. Basta ver, na construção das suas narrativas fundamentalistas, a utilização do conceito de ideologia como construção de inverdades, como manipulação e “doutrinamento” nas escolas, na educação, para supostamente acabar com a família nuclear e a religião, criando nas crianças uma falsa consciência, uma ideologia.<sup>6</sup>

---

5 Que, inclusive, extrapolou os territórios nacionais a partir da Operação Condor.

6 Filósofos, sociólogos e psicanalistas como Lukács e Gabel fizeram uma releitura dos conceitos de falsa consciência e ideologia que nos permite aprofundar e não cair nas tretas nem do ultraconservadorismo nem do marxismo ortodoxo. Gabel apresenta uma definição que nos permite ver como o ultraconservadorismo recuperou o conceito de ideologia e o tergiversou. Para ele, a falsa consciência é um estado de espírito difuso, ao passo que a ideologia é uma cristalização teórica de caráter geralmente justificativo.

## De ironias

Uma das grandes ironias deste momento sombrio que estamos vivendo é a hipereposição<sup>7</sup> do conceito de ideologia por parte de igrejas e políticos ultraconservadores que se autodenominam “anticomunistas”. O uso maldoso do conceito, ligando-o a identidade e equidade de gênero, constrói uma “mistura de falácias” disfarçada de pseudociência para desqualificar e confundir as pessoas. Ideologia foi uma contribuição filosófica e sociológica dos maiores inimigos desses ultraconservadores, fascistas, fundamentalistas, ultranacionalistas: Karl Marx e Friedrich Engels. Para quem segue sem se perguntar nem se questionar como, num ato de fé, as lideranças ultraconservadoras repetem como papagaios as narrativas e *fake news* inventadas e postadas, abusando da sua ignorância, me pergunto, continuando com as ironias: e aí, como ficam vocês, agora, depois de saber que sua narrativa, que chamam maldosamente de “ideologia de gênero”, se baseia no conceito de ideologia marxista? Vocês podem até vir a ser também acusados de “comunistas” pelos inquisidores modernos, não estão livres desse pecado. Cuidem-se, vejam o que e como andam repetindo sem cessar. Porque o fascista não tem memória, não tolera, elimina tudo.

Hoje, parafraseando mais uma vez Marx, mas, desta vez, tomando do *Manifesto Comunista*, há um fantasma, sim, percorrendo o mundo:<sup>8</sup> da ignorância, do desconhecimento da história, da construção de informações imprecisas, mentiras que parecem verdades, de falta de rigor jornalístico quando se constroem narrativas, notícias e pseudoteorias que pretendem ser verdadeiras. O fascismo e o nacional-socialismo (Goebbels era *expert* nisso), as construções de suas narrativas e discursos se baseavam, na maioria das vezes, em mentiras que, repetidas inúmeras vezes, viravam verdades nas quais as pessoas acreditavam. Assim nasce a propaganda. As *fake news*, as pós-verdades são componentes muito importantes desse fenômeno que acreditávamos enterrado, mas que ainda anda solto, fomentando ódio e divisões nas nossas sociedades, e o que é pior: muitas vezes, vem de “lideranças supostamente compassivas” que têm como princípio o “amor ao próximo” e de políticos chamados de “populistas”.

A pergunta que se faz Rosi Braidotti imediatamente após a vitória de Trump é muito importante para refletir sobre a ética na política e sobre políticos ultraconservadores sendo categorizados como populistas:

Em que ponto a balança do discurso público se inclinou a favor da “pós-verdade”? Quando é que mentir, se vangloriar e fazer *bullying* viraram as regras

7 Ver pesquisa encomendada pelo coletivo Actantes e por *Brasil de Fato* e realizada entre 1º de agosto e 20 de novembro de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/17r6oA>.

8 Mas não é o do comunismo, como dizia Marx.

do jogo político? O termo “populismo” nem sequer chega perto da trivialização da má-fé e da selvageria desencadeada por esses eventos, nem do racismo e da xenofobia que promovem (BRAIDOTTI et al., 2017).

Há tanta repetição da narrativa ultraconservadora que é possível acreditar que a maioria da população é fundamentalista e concorda com as ideias deles, mas isso faz parte da farsa, esse é o ponto onde querem chegar repetindo a história.

É interessante destacar a pesquisa do instituto Ideia Big Data, publicada no *Valor Econômico*, sobre temas comportamentais e a economia no Brasil, que obteve dados surpreendentes quanto aos posicionamentos menos conservadores de brasileiros/as sobre algumas temáticas apresentadas de forma distorcida tanto nos meios tradicionais quanto nas mídias sociais. Muitos deles apoiam as cotas raciais em universidades públicas e a defesa de direitos de homossexuais. A formulação segundo a qual os direitos humanos “devem valer para todos, incluindo bandidos” supera com folga o entendimento de que deveria ser algo seletivo. E uma ampla maioria manifesta rejeição à ideia de punição criminal às mulheres que fazem aborto.<sup>9</sup>

Comentando os resultados da pesquisa, Bila Sorj e Lena Lavinias afirmam:

Esta agenda regressiva reflete normas patriarcais de gênero e reforça estereótipos sexuais anacrônicos. Porém, não representa todo o campo religioso neopentecostal e católico e, muito menos, a pluralidade de posições de seus fiéis. Católicas pelo Direito de Decidir e a Frente Evangélica pela Legalização do Aborto são duas importantes organizações feministas que professam a fé cristã, mas nem por isso curvam-se a dogmas religiosos que contestam o livre-arbítrio das mulheres e sua liberdade de escolha, consciente e responsável.

Na realidade, o Brasil vive um momento extremamente perigoso. Lideranças e grupos políticos, em busca de protagonismo, exploram a crise econômica e o mal-estar da população com o sistema político para veicular, com alarde e intimidação, um discurso baseado em sentimentos de medo e ansiedade, acenando com bandeiras retrógradas, que alimentam a intolerância, a discriminação e a segregação (LAVINAS e SORJ, 2017).

Para entender um pouco como esses ultraconservadores ganharam força nos últimos 20 anos na América Latina, é importante lembrar que alguns governos, congressistas e senadores social-democratas e/ou progressistas fizeram alianças com igrejas ultraconservadoras que têm como estratégia a ampliação e participação nos três poderes. Esses governos colocaram como prioridade seus

---

9 Disponível em: <https://goo.gl/E9nDZS>. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.

projetos políticos e deixaram de lado seus compromissos com movimentos sociais que os apoiaram para ganhar as eleições, deixando de lado o acesso à cidadania plena de milhares de pessoas, especialmente de mulheres (que são, na América Latina, mais de metade da população), indígenas, afrodescendentes e pessoas LGBTQI.

O que importava para todos eles era ter votos, tanto dos eleitores quanto dos aliados, para governar, se manter no poder a fim de que as pautas ultraconservadoras ganhassem espaço na política, no Judiciário, na sociedade e nas mídias tradicionais, até chegar a produzir uma narrativa aparentemente coerente e aceita pela sociedade latino-americana.

Com essas afirmações, não se está negando que, no continente, os direitos das mulheres, dos e das afrodescendentes e LGBTQI avançaram muito nos últimos 20 anos, com governos progressistas e social-democratas, se está apenas colocando, nessa reflexão, os erros cometidos. Concordo plenamente com Lavinhas e Sorj (2017) quando, em seu artigo, afirmam:

Este é o Brasil real, o Brasil majoritário, que devemos defender dos falsos profetas que querem nos fazer crer que o país carrega nas suas entranhas autoritarismo, prepotência e malquerença. Não se pode permitir que se cristalice entre nós uma visão de que a maioria da nação está orientada por valores conservadores, influenciando inclusive a postura de políticos que sempre professaram valores liberais. Ou recuperamos e reafirmamos a narrativa de um país que, apesar dos percalços, muito avançou nas últimas décadas no campo dos valores e das aspirações democráticas, ou seremos prisioneiros de profecias que se autorrealizam.

Outra ironia é que, no final das contas, nem sequer valeu a pena abrir mão do compromisso com um setor da população, uma vez que, em alguns países da América Latina, progressistas e social-democracia foram traídos ou negados por seus aliados fundamentalistas, tirados do poder ou não eleitos. Até deixou de existir (nas narrativas da social-democracia) a defesa de direitos como parte da sua plataforma e agenda política. Hoje, a social-democracia se encontra numa disjuntiva ideológica entre a narrativa religiosa fundamentalista e a defesa de direitos.

As esquerdas, a social-democracia, os governos progressistas têm uma dívida com mulheres, negros, indígenas, com os direitos socioambientais, humanos. Achar que hoje será fácil construir um “todos nós juntos” depois de haver traído a possibilidade da cidadania plena para construir alianças com os fundamentalistas e se perpetuar no poder é simplesmente ingenuidade ou, ainda pior, oportunismo. É necessário mudar a ética na política e na sociedade, ir além do

ódio e da dicotomia, se virar para as multiplicidades e singularidades, sem populismo nem mentiras. Como diz Rosi Braidotti:

A perversa economia política da mobilidade controlada e do oportunismo exige novas ferramentas analíticas. Se quisermos navegar esse sistema, precisamos mudar nossa ética, combater a negatividade com afirmação, a inércia com criatividade.

O feminismo latino-americano tem sido negado tanto pela esquerda tradicional quanto pelos fundamentalistas. Nos anos 1960, 1970 e 1980, a esquerda não era capaz de ver a situação de mulheres, afrodescendentes, indígenas, LGBTQI. Não foi capaz de enxergar que se esses movimentos estavam emergindo e se organizando em nosso continente porque havia e há opressão, discriminação e exclusão. Para eles, a tomada do poder pelos proletários trazia, por consequência, a liberação de todos e todas. Para a esquerda, o movimento feminista era uma teoria exótica, trazida do imperialismo norte-americano para ofuscar a “luta de classes” (sem reconhecer o feminismo). A esquerda continuou sem reconhecer as mulheres como sujeitas, como cidadãs com plenos direitos. Chegaram mesmo a inventar teorias conspiratórias quanto ao fato de as feministas serem apoiadas em sua luta por fundações norte-americanas e europeias. Chegaram ao cúmulo de acusá-las de serem agentes da CIA, do imperialismo. Falaram que essas fundações estavam propositalmente dividindo a luta para favorecer o imperialismo e que essas feministas serviam a interesses estrangeiros.

Hoje, são os fundamentalistas,<sup>10</sup> através de seu ultranacionalismo e sua fé cega, os que estão fazendo uso de teorias conspiratórias<sup>11</sup> e uma análise fajuta sobre a filantropia norte-americana. Colocam como exemplo intervencionista uma campanha realizada no Brasil pela Coca-Cola para comemorar o orgulho LGBTQI simplesmente porque nela aparecia Pabllo Vittar. Chegaram mesmo a afirmar que tal campanha ia contra os consumidores dessa bebida, que as ações da Coca-Cola tinham diminuído consideravelmente e que existia um boicote. Os ultraconservadores brasileiros descobriram que Warren Buffet é um dos donos da Coca-Cola. Imediatamente depois, o relacionaram com a filantropia e filantropos como Bill e Melinda Gates, a Fundação Kellog, Soros e Open Society Foundation. Segundo eles, são essas pessoas e instituições que estão por trás “da corrupção das crianças e das famílias”. Para eles, são a ONU Mulheres, fun-

10 Ver Fang, 2017.

11 Mas não falam que muitos recursos têm entrado na América Latina para seus institutos e *networks* (Millennium, Atlas) provenientes dos irmãos Koch, bilionários norte-americanos ultraconservadores. Daqui a pouco, com certeza, receberão recursos da direita russa, uma outra ironia, porque não poderão mais acusar ninguém de “comunista”. Ver: <https://goo.gl/4UwCRP>.

dações norte-americanas, a Coca-Cola invadindo o país, as escolas com ideias estranhas, exóticas como feminismo, direitos LGBTQI, sexuais e reprodutivos etc. Outra vez, a dominação masculina diminui as capacidades cognitivas e de autonomia das mulheres, só que agora, através do ultraconservadorismo, as considera incapazes de pensar por si mesmas, como se fossem crianças que precisam de tutela. Esses fundamentalistas querem que as mulheres voltem à esfera privada, que sejam “recatadas e do lar”, ignoram a realidade que o capitalismo mundial integrado tem produzido de forma paradoxal. Independentemente do feminismo, existe uma necessidade impostergável de inclusão das mulheres na economia de mercado, no desenvolvimento, como consumidoras, produtoras, enfim, como produtoras de capital social. Segundo nota editorial do *El País* de 19 de dezembro de 2017, a partir da análise de diferentes estudos realizados por diversas instituições (entre as quais se destaca o Fórum Econômico Mundial), “discriminar as mulheres é uma prática pouco rentável” – frase que dá nome ao artigo. “Hoje, em 82 dos 144 países analisados pela instituição, houve um aumento da desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres. O mundo hoje continua a excluir, a pagar menos e subutilizar a metade do talento disponível”.

Ainda que os ultraconservadores digam apoiar o pensamento liberal no plano econômico, têm o cinismo de escrever: “A pauta feminista e de empoderamento vem no sentido de desestimular a maternidade por meio de grande estímulo a carreira e ao empreendedorismo”.<sup>12</sup>

Nessa narrativa, os ultraconservadores, além de ir contra as pesquisas do pensamento do liberalismo econômico, não reconhecem e são da opinião de negar às mulheres a possibilidade de serem empreendedoras, de terem autonomia e uma carreira de sucesso, o acesso a recursos e oportunidades e aos direitos econômicos e humanos. Qual seria a diferença entre essas igrejas, o Talibã e o Exército Islâmico?

Esses ultraconservadores, na sua ignorância, nunca ouviram falar que um dos problemas que as mulheres enfrentam são as tríplices jornadas de trabalho, que elas, além de terem suas carreiras, serem empreendedoras, realizam tarefas domésticas, muitas delas são chefas de família. Nem os filantropos, nem a Coca-Cola, nem as feministas induzem mulher nenhuma a deixar de ser mãe: esse é um direito de toda mulher.

Então, neste momento sombrio, difícil, em que a possibilidade de existir um “nós” tem de ser feita com cautela e infinidade de olhos – com um olhar sobre a complexidade – porque deve ser reconhecido o “nós” como multiplicidade e

---

12 Ver: <https://goo.gl/KfjV7C>.

fora da lógica da politicagem eleitoreira ou da sustentação no poder, é necessário cobrar tanto da esquerda quanto da social-democracia um compromisso sério com todos e todas, com aqueles/as que não têm cidadania plena. Faça minhas as palavras e as perguntas de Rosi Braidotti (2016):

Assim, ao denunciar a exacerbação da misoginia, do racismo e do cinismo no atual contexto político, quero repetir a pergunta que fiz antes: quem e quantos somos “nós”? Até que ponto “nós” podemos dizer que “nós” estamos juntos? [...] Prefiro defender a complexidade e várias formas de ser humano, ou seja, uma definição afirmativa do que nos une. Penso que é importante, por exemplo, na era do Antropoceno, ver as estreitas relações entre a política, a economia neoliberal e um sistema de privações e de exclusão de camadas inteiras da população humana e dos agentes não humanos do nosso planeta.

Os movimentos sociais podem ser progressistas e conservadores, molares e moleculares<sup>13</sup>, podem ser micropolíticos.

Não é possível continuar pensando que todos os movimentos sociais querem justiça social. É muito importante tomar consciência de que movimentos fundamentalistas, fascistas, neonazistas e ultraconservadores são micropolíticos, trabalham em rede se disseminando, mas também são da ordem do molar, porque atuam de uma forma hierarquizada, com intimidação e repressão de seus membros, impossibilitando-os, através de ameaças de delação ou de revelação de seus segredos mais íntimos, de se desligar.

Com relação ao micropolítico e ao fascismo, Deleuze e Guattari afirmam:

Daniel Guerin tem razão quando diz que, se Hitler conquistou o poder, o Estado maior alemão, foi porque dispunha previamente de micro-organizações que lhe proporcionavam “um meio incomparável, insubstituível para penetrar em todas as células da sociedade”, segmentaridade flexível e molecular, fluxos capazes de impregnar cada tipo de células. [...] Se o fascismo é perigoso, se deve à sua potência micropolítica ou molecular, posto que é um movimento de massa: um corpo canceroso, um organismo totalitário (DELEUZE e GUATTARI, 1994).

---

13 “O molecular como processo pode nascer no macro. O molar pode se instaurar no micro [...]. Não há lógica de contradição entre níveis molar e molecular. Os mesmos tipos componentes individuais e coletivos, em jogo num determinado espaço social, podem funcionar, a nível molar, de modo emancipador, e coexistentemente, a nível molecular, serem extremamente reacionários e microfascistas. A questão micropolítica é a de como reproduzimos (ou não) os modos de subjetividade dominante [...]. [O]por uma política molar das grandes organizações presentes em qualquer nível da sociedade (micro ou macro) a uma função molecular que considera as problemáticas da economia do desejo, igualmente presentes em qualquer nível da sociedade, não implica uma valoração na qual o molecular seria o bom e o molar o mal. Os problemas se colocam sempre ao mesmo tempo nos dois níveis” (GUATTARI e ROLNIK, 2017, p. 128, 132-133).



Na atualidade, aparentemente, os movimentos conservadores ou de direita parecem ser uma amálgama, estar unidos e serem todos similares, mas não a mesma coisa. Há divergências entre eles. Por exemplo, os mais informados e intelectualizados<sup>14</sup> falam, sim, no “respeito às diferenças” e podem até concordar com os direitos de mulheres, LGBTQI, descriminalização do aborto etc. Eles sabem perfeitamente bem que o capitalismo mundial integrado se baseia no lucro e necessita, para sua sustentabilidade, ampliação do mercado e do consumo, que a diferença seja valorizada, pois existe um grande mercado na população LGBTQI, e também conhecem as estatísticas que falam que são as mulheres que decidem as compras em casa. Então, como ter esses consumidores sem nenhum direito? Isso faz com que a diferença se torne, no âmbito publicitário, do *marketing*, mais uma forma de consumo.

### **Linhas de fuga, resistência, filantropia de justiça social, feminismo e interseções**

A narrativa dos ultraconservadores da extrema direita torna essencial a diferença, reduz homens e mulheres à “natureza”, à “biologia”, quando, na realidade, não existe uma essência masculina ou feminina. Nos usos da ética, da moral, da tradição, nos jogos narrativos, discursivos, na troca é que aqueles corpos biológicos se subjetivarão, terão gênero. Esses corpos subjetivados são “adictos ao gênero” (FISCHER, 1996) e vão encarar a vida de maneira distinta, vão viver a vida de uma forma diferente. Como afirma Margarita Pisano, “com o corpo tocamos a vida”, e como dizia Muniz Sodré em suas aulas, “a forma é a maneira de estar no mundo”. Essa forma, esse corpo que é uma maneira de estar no mundo, é com ele que se toca a vida, é o que leva os homens e as mulheres a serem marcados precisamente pelos jogos narrativos, discursivos, os significados, os usos da ética ligada à moral e à tradição etc.

A maneira de estar no mundo dos corpos dos homens e das mulheres é diferente dependendo das circunstâncias em que se encontrem. As classes sociais e a “cultura” às quais pertencem, a cor da pele, as diferenças anatômicas e biológicas serão convertidas em dicotomias. No entanto, os corpos das mulheres são produzidos por traços de dominação, são “experiências de opressão política”, como afirma Tania Modleski em seu livro *Feminism without Women* (1991).

Mas esses traços de dominação estão atravessados por linhas de fuga que possibilitam a aparição de acontecimentos, a construção e o fortalecimento de movimentos, pessoas e causas que não podem ser domesticados pela sociedade

---

14 Disponível em: <http://www.4pt.su/en/content/manifesto-french-new-right>.

de dominação masculina, branca e heteronormativa. Daí a constante construção do feminismo como teoria e como movimento.<sup>15</sup>

O feminismo é como um oceano, sempre em movimento, sempre mudando, porque a vida nele é inacabada, cheio de ondas provocadas pela força e influência que exercem nele o vento e a lua. Nesse fluxo das ondas desse oceano, há interseções, se encontram as diversidades, mulheres jovens, negras, brancas, indígenas, de diferentes classes sociais, adultas, maiores, de diversas profissões e ocupações, associadas em organizações, partidos, coletivos, com diferentes orientações sexuais, identidades e subjetividades. Às vezes, essas ondas são maiores e mais fortes, outras são menores e mais fracas. Às vezes, chegam a ser *tsunamis*. Uma questão é certa: o feminismo nunca parou, nem nos momentos de maior repressão. Por exemplo, no domínio do Talibã no Afeganistão, as mulheres exerciam sua resistência e, com apoio do Global Fund for Women e de Mama Cash, na clandestinidade, educavam as meninas proibidas por lei de ter acesso à educação. Campanhas nas redes sociais e em meios tradicionais: em 2015, no Brasil, “Meu primeiro assédio”, “Agora é que são elas”, “Meu amigo secreto”; em 2016, na Argentina, “Ni una a menos”; em 2017, a Marcha contra a Violência no México e “Me too” nos Estados Unidos. Em 2015, milhares de mulheres, em diversas cidades do Brasil, se manifestaram a favor do aborto e contra o Projeto de Lei (PL) 5.069/2013 do deputado Cunha. No Chile, também houve diversas manifestações a favor do aborto. Em 2016, manifestações contra o machismo e a corrupção de políticos: “Todas contra o machismo: fora Cunha”. Em janeiro, em Washington, milhares de mulheres se manifestaram contra o retrocesso que Trump quer impor aos direitos das mulheres.

A mídia se perguntava como o feminismo estava e está se organizando. Sempre se surpreendeu de não encontrar presidentas nem vices, e sim inúmeros coletivos, associações, grupos fazendo incidência e formação política, articuladas em redes. É interessante observar, com relação às grandes manifestações de 2013 em diferentes cidades brasileiras, que tanto analistas quanto jornalistas afirmavam que esse movimento de jovens era inovador porque não era hierarquizado e não tinha lideranças. Mas todos esqueceram que o feminismo tem quase 40 anos de organização de forma rizomática, atuando em rede desde os anos 1980, quando não existiam Facebook, Twitter, e que a atuação do feminismo tem dado resultados positivos em diferentes países, como as leis contra o feminicídio, o assédio sexual, a violência contra as mulheres, as cotas na políti-

15 “A grande política nunca pode manejar seus conjuntos molares sem passar por essas microinjeções, essas infiltrações que lhe favorecem ou que a obstaculizam; e mais, quanto maiores são os conjuntos, maior é a molecularização das instâncias que utilizam. As linhas de fuga não consistem nunca em fugir do mundo, senão em fazer com que esse mundo fuja, como quando se fura um tubo” (DELEUZE e GUATTARI, 1994, p. 208).

ca, o direito a terra, a herança etc. Tudo isso se deve a estratégias rizomáticas, à ocupação da maior quantidade possível de espaços que as linhas de fuga abrem no sistema. Neste momento sombrio, mais do que nunca, se faz necessário para o feminismo continuar com essa sua estratégia rizomática, raiz que se comunica com outras por baixo da terra, onde milhões de outras raízes crescem e são transmitidos minerais, umidade etc. Rizomas são raízes que crescem horizontalmente, formam sistemas complexos, umas não vivem sem as outras, estão interligadas, criam interdependência. Os conceitos árvore e rizoma são tomados dos sistemas arborescentes e rizomáticos. As arborescências são relativas às árvores e à lógica destas, do decalque, da reprodução e da hierarquia. As arborescências<sup>16</sup> são capazes de produzir falsas multiplicidades, pois aparecem como não hierárquicas, mas, de fato, se resolvem hierarquicamente.

Rizoma é uma raiz subterrânea que usualmente cresce horizontalmente e produz, e galhos aéreos. Para Deleuze e Guattari, os rizomas, o rizomático carece de unidade que possa ser centrada, estabelecem relações, conexões transversais, não existem pontos no rizoma e sim linhas interconectadas em processos contínuos e cambiantes. O rizoma não é a média aritmética (DELEUZE e GUATTARI, 1994, p. 25 e 28).

O feminismo latino-americano tem frequentemente se posicionado como resistência ao modelo majoritário masculino que define as mulheres como passivas, dependentes e inferiores.

Se levarmos em conta que o desejo é produtor de sociedade, então o feminismo latino-americano tem se reinventado constantemente nos âmbitos pessoal e político, criticando tanto o capitalismo mundial integrado quanto o falocratismo para criar novas subjetividades. O feminismo se vê também diante da necessidade de criar e desenvolver estratégias e metodologias próprias, como rodas de conversa, grupos de autoconsciência e de reflexão, grupos de apoio a mulheres em situação de risco e violência, oficinas de sexualidade, encontros feministas, meios de comunicação alternativos, fundos de mulheres, terapias holísticas feministas, economia feminista etc.

O capitalismo mundial integrado, através da globalização, o neoliberalismo e as novas tecnologias de comunicação têm afetado a vida das mulheres e das feministas latino-americanas e do Caribe. Estas construíram e desenvolveram diversas formas de resistência, em geral e em particular, estratégias comunicativas, informativas e de difusão (menos nos meios de comunicação tradicionais e

---

16 “Os sistemas arborescentes são sistemas hierárquicos que comportam centros de significância de subjetivação, autômatos centrais como memórias organizadas. Acontece que os modelos correspondentes são tais que um elemento só recebe suas informações de uma unidade superior e uma atribuição subjetiva de ligações preestabelecidas” (DELEUZE e GUATTARI, 1994).

mais nas novas mídias), produzindo comunicação alternativa através da internet e das mídias sociais.

O feminismo latino-americano produziu, nos últimos 40 anos, formações discursivas e estratégias heterogêneas. Isso faz com que existam diferentes formas de luta e de direitos que compõem a causa feminista, que é atravessada por intercessões de diversas correntes dentro de um movimento. Lésbicas, bissexuais, trans, negras, indígenas, jovens, mulheres maiores, mulheres com deficiência, brancas, e elas não são antagônicas, são múltiplas e complementares porque não existe equidade de gênero sem equidade racial e étnica. Nesse oceano, algumas feministas se dedicam a fazer tanto micropolítica quanto macropolítica. Evidentemente, existem tensões, às vezes com muitas tormentas, já que a diversidade e a diferença exigem, na construção de movimentos, um esforço redobrado, um compromisso maior, porque se deve abrir mão de privilégios quando se é branca e heterossexual. Um(a) deve se colocar nos sapatos das outras, a empatia tem de triunfar sobre o preconceito e a discriminação, o tempo da escuta deve ser maior. A paciência desempenha um papel importante na construção coletiva do movimento. Sobretudo porque a teoria feminista e a construção de projetos civilizatórios que respeitem a singularidade, a multiplicidade, as subjetividades exigem coerência, e é necessário ser extremamente críticas com o pensamento binário desterritorializando dicotomias, identidades fixas, o gênero, os racismos, os etnocentrismos, as classes sociais, a heteronormatividade, as desigualdades. É importante produzir outra imagem do pensamento, uma imagem nômade, fora do pensamento binário, fora da lógica simplista, para pensar de forma complexa, para tentar enxergar as nuances, as conjunções, interseções, os *intermezzos*, as subjetividades fluidas, *drags* (*queens*, *kings*), *queers*, travestis, transexuais, ciborgues, orientações e diferenças sexuais, equidade de gênero, sexualidades, agenciamentos da enunciação, interações múltiplas, toda a vida da espécie humana, que perpassa diferentes engrenagens econômicas, políticas, sociais, tecnológicas, ecológicas, icônicas, simbólicas, etiológicas, afetivas, educativas, acadêmicas, raciais, étnicas, de classe etc.

As linhas de fuga darão lugar a processos de territorialização, desterritorialização, reterritorialização.<sup>17</sup> Um grupo, um indivíduo pode ser desterritorializado e reterritorializado por linhas de fuga, segmentaridades moleculares e molares. Uma segmentaridade molar pode ser desterritorializada e uma molecular, reterritorializada e vice-versa.

Não é mais possível pensar em defender um corpo como modelo dos outros, existem heterogeneidades de corpos, multiplicidades. Os corpos humanos têm múltiplas possibilidades de existir e se expressar, não podem mais ser vistos como bivalências, bipolaridades ou complementariedades. Corpos são individualizações, mas também singularidades e multiplicidades.

Como disse Rosi Braidotti (2001):

Eu gostaria que o feminismo, por um lado, evitasse a recomposição simplista das relações de poder de gênero e raça. E, igualmente, a insatisfatória preensão de um feminino triunfante, como visualizador do futuro, cultivando a arte da complexidade, da estética específica e a sensibilidade política que as sustenta. Eu prefiro trabalhar uma ideia de sujeito em plano da composição de devires múltiplos.

Os direitos das mulheres, a equidade de gênero, as identidades sexuais são apenas pistas necessárias para buscar novas subjetividades, para fazer um duplo movimento de territorialização continuar a viagem nômade, longe das territorializações do sujeito universal, fundante, da identidade fixa, do gênero e da piedade e da tolerância. O conceito de tolerância vem de *tolerabilis*, que significa suportar. Não é tempo de suportar, é o tempo de exigir e de ser respeitada, respeitado. Quando se deixa de suportar, se mata, se elimina quem se estava suportando. Tolerância não é respeito! Nos últimos anos, se suportou quem é diferente; hoje, o que se quer fazer é eliminar. Por isso, os conceitos de respeito, altruísmo e empatia são os que devem prevalecer, e todos estão relacionados à filantropia no seu sentido mais amplo, o de amor à humanidade, e no seu sentido de justiça social.

---

17 “Territorialidade, território: relativo ao espaço vivido, no interior onde o sujeito se sente em ‘casa’ [...] É o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos [...]. O território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em ‘linhas de fuga’ e até sair de seu curso. [...] A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios originais se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com as ações dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente as estratificações materiais e mentais. A reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante” (GUATTARI, *Microfísica dos poderes e micropolítica dos desejos*, p. 323).

Mas o que tem a ver a filantropia com as mulheres? Pois bem, como disse anteriormente, a filantropia é uma estratégia do feminismo. Em quase todos os países, quem se dedica a trabalhar em instituições filantrópicas são as mulheres. Tradicionalmente, elas têm sustentado, com seu trabalho voluntário e com suas doações – proporcionalmente maiores que as dos homens<sup>18</sup> –, a filantropia nos diferentes países do continente. As mulheres, desde a colonização, vêm construído a filantropia nos países latino-americanos. No Brasil, por exemplo, foram freiras da Igreja católica e as mulheres da corte, brancas, que começaram a construir a filantropia clássica de caridade. Mas foram as mulheres negras visionárias que, devido ao contexto de escravidão em que viviam, construíram outra filantropia: a de justiça social, ligada ao direito à liberdade. Através das irmandades (FISCHER, 2014), mobilizavam recursos para libertar escravos/as.

Nos movimentos abolicionistas também houve uma importante mobilização de recursos para a causa. Da mesma forma que os operários e operárias atuaram para conseguir aprovação de leis de proteção às trabalhadoras, as sufragistas colocaram seus próprios recursos para o movimento. Mas entre os anos 80 e 90 do século passado, as feministas começaram a se dar conta da importância de contar com uma estratégia que as possibilitasse ter recursos financeiros próprios para o movimento, ter dinheiro para a causa e deixar de ter medo do dinheiro, já que ele é apenas um instrumento que pode servir tanto para dominar quanto para liberar. O movimento feminista se sustenta, sobretudo, com recursos doados pelas ativistas,<sup>19</sup> a mobilização de recursos para o feminismo sempre foi e continua sendo política.<sup>20</sup> Os fundos de mulheres e fundações de justiça social apoiam para fazer avançar a causa e os direitos das mulheres, mas, evidentemente, nunca é suficiente. As feministas construíram fundos internacionais de mulheres, um na Holanda, Mama Cash, outro nos Estados Unidos, Global Fund For Women. Esses fundos filantrópicos perceberam que tinham que existir mais fundos no mundo, que a causa das mulheres demandava esse tipo de ação. Mama Cash decidiu fazer uma reunião em Amsterdã com feministas de diferentes partes do mundo e com os fundos de mulheres que já existiam, como Semillas no México, Tewa no Nepal, Wheat e Pitseng na África do Sul. O objetivo era pensar juntas formas de construir um movimento de fundos de mulheres e apoiar sua criação em diversas regiões do mundo. Os fundos surgem desse compromisso e

---

18 Homens ganham 30% mais que as mulheres, logicamente suas doações são maiores.

19 Para mais informações, ver, no *website* de Awid, todas as pesquisas sobre onde está o dinheiro para os direitos das mulheres. No Brasil, pode-se acessar o *site* do Fundo Elas para conhecer sobre a sustentabilidade das organizações de mulheres nos países do cone sul.

20 Nada a ver com a política formal ou *Realpolitik*. Aqui, é tomada como resistência à dominação masculina e como proposta de outra sociedade, projeto socioambiental civilizatório.

de diferentes diálogos com pessoas na área filantrópica. No caso do Brasil, tive várias conversas com feministas do terceiro setor e da área da cultura, como Rosiska Darcy de Oliveira, Madalena Guilhon, Thais Corral, Schuma Schumacher, Neusa das Dores Pereira, Raquel Silva, Izabel Ferreira; no México, com Lucero Gonzalez (fundadora de Semillas) e Ricardo Govela (implementador do Centro Mexicano de Filantropia); e no âmbito da filantropia internacional, com Marjan Sax (Fundadora de Mama Cash), Lilianne Ploumen (nesse momento, diretora executiva de Mama Cash), Sonia Alvarez (cientista política, pesquisadora feminista) e Elizabeth Leeds (ambas trabalhavam na Fundação Ford no Brasil). No ano 2000, foi realizado um seminário sobre Mulheres, Recursos Financeiros e Responsabilidade Social para o qual foram convidadas ativistas feministas, movimentos de mulheres (brancas e negras), empresas, fundações e os fundos de mulheres que já existiam. Nessa época, foi lançado no Brasil o Fundo Angela Borba, que, anos depois, através de um processo de reposicionamento, passou a se chamar Elas – Fundo de Investimento Social.

Na América Latina, existem 10 fundos de mulheres: Semillas no México; Fondo Centroamericano de Mujeres na Nicarágua; Fondo Lunaria na Colômbia; Fondo de Acción Urgente para América Latina y el Caribe Hispanohablante na Colômbia; Fondo Athapy na Bolívia; Elas – Fundo de Investimento Social no Brasil; Fondo Mujeres del Sur na Argentina, no Paraguai e no Uruguai; e Alquimia no Chile.

Os fundos de mulheres são construções estratégicas do movimento feminista: eles conhecem muito bem as necessidades e prioridades do movimento feminista e de mulheres.

O movimento feminista internacional – junto com o movimento socioambiental e o de direitos humanos – começou uma nova filantropia, direcionada para os direitos humanos, civis, sexuais e socioambientais. Essa nova filantropia se chama de justiça social e paz.

Os fundos de mulheres possibilitam a realização de ações e estratégias através dos recursos financeiros que doam e dos encontros entre donatárias. A pulverização dos recursos é uma estratégia rizomática e micropolítica dos fundos de mulheres. Nas seleções das iniciativas, sempre há feministas, ou, em alguns fundos, as iniciativas são escolhidas a partir de debates entre todas que enviaram projetos, e, em outros casos, as iniciativas são enviadas sob pseudônimos para garantir idoneidade e romper com qualquer tipo de patrimonialismo.

Além de pulverizar os recursos de forma horizontal, os fundos de mulheres organizam diálogos, debates com coletivos e organizações selecionados para que atuem em rede – aqui, é possível constatar novamente uma forma micropolítica e rizomática de atuação. Os fundos também coletivizam conhecimentos

para fortalecer o movimento feminista e de mulheres através da construção de capacidades em diferentes temáticas importantes para as ativistas: uso de mídias sociais, segurança na internet, elaboração de campanhas, de projetos, palestras com especialistas sobre o fim da violência contra as mulheres, em políticas públicas e direitos das mulheres, mobilização de recursos, construção de parcerias, *marketing* social, filosofia feminista, direitos humanos, economia feminista, empreendedorismo, avaliação de projetos etc.

As donatárias dos fundos de mulheres passam a trabalhar em rede, construindo campanhas, ações ou estratégias conjuntas para atacar alguma problemática, para fazer incidência política ou elaborar políticas públicas ou projetos de lei em parceria com partidos políticos. Como afirma Fernanda Freire (2016):

O que fica claro nesse tipo de pensamento é que as pessoas não sabem (ou preferem ignorar) o fato de que política – e, nesse caso, me refiro à política em sentido mais amplo – é uma construção simbólica. Decisões políticas, sejam elas na forma de legislação ou políticas públicas, não são tomadas da noite para o dia, e necessitam, muitas vezes, de mobilização, pressão popular e debate público para sair do papel.

Os fundos de mulheres sabem muito bem disso, e é por essa razão que investem muitas vezes nas mesmas temáticas ou problemáticas. Por exemplo: o movimento feminista tem se dedicado, há mais de 40 anos, à temática do fim da violência contra as mulheres a partir de pesquisas e de ações de incidência e controle de políticas públicas para a segurança das mulheres. Só agora, depois de muitas campanhas contra a violência contra as mulheres, há uma massa crítica que está denunciando e atuando. O mesmo pode ser dito sobre outros direitos, como os econômicos etc.

O fato dos fundos de mulheres atuarem rizomaticamente faz com que estejam atentos a possíveis aberturas de linhas de fuga no sistema, na sociedade, nas comunidades, para apoiar ações em prol do avanço da causa feminista.

Os fundos de mulheres mobilizam recursos e diversificam suas fontes. Alguns têm fundos patrimoniais, outros não. Eles se preocupam muito com os resultados alcançados e em dar respostas às iniciativas das donatárias. Existem metodologias que são aplicadas no acompanhamento de projetos e as equipes dos fundos de mulheres atendem a qualquer questão, inclusive a questionamentos feitos pelas próprias donatárias. Os fundos de mulheres estão sempre dispostos a ouvir críticas, ainda que, às vezes, dolorosas, e outras, sem fundamento.

É isso que fazem os fundos de mulheres. Trabalham com doação cidadã, mobilizam recursos provenientes de diversas fontes – fundações, indivíduos, cooperação internacional, iniciativa privada, círculos de doadoras, *crowdfun-*



*ding* global e local –, promovem a construção e o trabalho em redes das donatárias, constroem e produzem uma filantropia feminista de justiça social dirigida para o avanço dos direitos humanos das mulheres e meninas do mundo.

Os fundos de mulheres não são intermediários, não lucram – inclusive, fazem incidência política com fundações privadas, cooperação internacional e empresas para que apoiem os direitos e a causa das mulheres. Os intermediários, no capitalismo mundial integrado, ficam com o lucro, são atravessadores. Os fundos de mulheres não são. Quando fazem incidência política com possíveis doadores, estão sendo intercessores no sentido deleuziano,<sup>21</sup> porque são parte da causa, intercedem por ela, para que existam mais recursos, atuam horizontalmente e não têm como objetivo lucrar.

No momento sombrio em que vivemos, de retrocesso no campo dos direitos, os fundos de mulheres já têm estratégias de mobilização de recursos para fortalecer ainda mais os movimentos de mulheres e feminista. O feminismo sabe que este momento é diferente das primeiras três décadas do século passado e do pós-guerra. Nunca na história da causa dos direitos das mulheres e do feminismo houve uma massa crítica internacional feminista como a que existe hoje. A investida da narrativa e do discurso dos fundamentalistas não aparece por acaso: eles sabem que é difícil mudar as mentes e os corações de milhares de mulheres e homens.

## Referências

BRAIDOTTI, Rosi. *Becoming-woman: rethinking the positivity of differences*. In: BRONFEN, Elisabeth; KAVKA, Misha (Eds.). *Feminist consequences. Theory for the new century*. Nova York: Columbia University Press, 2001.

\_\_\_\_\_. Don't agonize, organize! *e-flux conversations*, 2 nov. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/o2Tyj2>. Acesso em: 5 mar. 2018.

\_\_\_\_\_. *Metamorphoses: towards a materialist theory of becoming*. Reino Unido: Polity Press, 2002

\_\_\_\_\_. *Nomadic subjects: embodiment and sexual difference in contemporary feminist theory*. Nova York: Columbia University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. *Transpositions*. Reino Unido: Polity Press, 2006.

\_\_\_\_\_. et al. The New Brutality. *e-flux journal*, n. 83, jun. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/yZQUYF>. Acesso em: 5 mar. 2018.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: 34, 1992.

\_\_\_\_\_.; GUATTARI, Félix. *Mil Mesetas*. Espanha: Pre-Textos, 1994.

21 “O essencial são os intercessores [...]. É preciso fabricar os próprios intercessores. Se não formamos uma série, mesmo que completamente imaginária, estamos perdidos. Eu preciso de meus intercessores para me exprimir e eles jamais se exprimiriam sem mim: sempre se trabalha em vários, mesmo quando isso não se vê. E mais ainda quando é visível [...]. A fabricação de intercessores no interior de uma comunidade aparece bem no cineasta canadense Pierre Perrault: ele pensa que, se falar sozinho, mesmo inventando ficções, forçosamente terá um discurso intelectual, não poderá escapar ao ‘discurso do senhor ou do colonizador’, um discurso preestabelecido” (DELEUZE, 1992).

- FANG, Lee. Esfera de influência: como os libertários americanos estão reinventando a política latino-americana. *The Intercept Brasil*, 11 ago. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/qfaSnr>. Acesso em: 5 mar. 2018.
- FISCHER, Amalia E. Elas – Fundo de Investimento Social: doar para transformar. In: *Investimento Social Independente: para fortalecimento e autonomia das organizações da sociedade civil*. São Paulo: Gife, 2014. p. 85-87.
- FISCHER, Amalia E. Guerra de Sexos & Guerra de Gêneros. *Trans. Arts. Culture. Media*, Nova York, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *Vigilar y castigar*. Nacimiento de la prisión. Cidade do México: Siglo XXI, 1997.
- FREIRE, Fernanda. Campanhas feministas na internet: sobre protagonismo, memes e o poder das redes sociais. *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 8, n. 5, p. 26-32, jul. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/esXeTE>. Acesso em: 5 mar. 2018.
- GABEL, Joseph. *La Fausse Conscience*. Paris: Minuit, 1969.
- GUATTARI, Félix. *Microfísica dos poderes e micropolítica dos desejos*, 1985. Disponível em <http://territoriosdefilosofia.wordpress.com/2014/12/16/1985-microfisica-dos-poderes-e-micropolitica-dos-desejos-felix-guattari/>.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica – cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade da transparência*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- LAVINAS, Lena; SORJ, Bila. Resgatando o retrato do Brasil que somos. *Folha de S. Paulo*, #Agoraéquesãoelas, 20 dez. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/D1sPTc>. Acesso em: 5 mar. 2018.
- LUKÁCS, Georg. *Historia y consciencia de clase*. México: Grijalbo, 1969.
- MODLESKI, Tania. *Feminism without Women*. Londres: Routledge, 1991.



# Filantropia e equidade racial no Brasil

---

*Helio Santos<sup>1</sup>  
Selma Moreira<sup>2</sup>*

O Brasil é um país de dimensões continentais cuja população se distribui por 5.570 cidades. De acordo com a PNAD-C (IBGE, 2016), cerca de 54,9% da população do País se autodeclara preta e parda, o que resulta em pouco mais de 111 milhões de pessoas.

É notável que a redução da pobreza não tenha refletido de modo equivalente na redução das desigualdades. Apesar da melhoria dos indicadores de desenvolvimento do País, ainda existe uma grande distância a separar os ricos dos pobres. A desigualdade, para analistas de diferentes perfis, constitui um óbice para o desenvolvimento com sustentabilidade social no Brasil. Assim, continua havendo um alto grau de iniquidade entre as regiões, estados e municípios brasileiros, mas também entre os grupos sociais. Isso significa que a sociedade brasileira continua convivendo cotidianamente com um abismo social entre os que têm acesso a serviços públicos de qualidade e os que não têm, entre os que desfrutam de oportunidades para o desenvolvimento de seu pleno potencial e os que vivem à margem dessa possibilidade.

Apesar de ostentar um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,744, próximo ao padrão que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estabelece como o mínimo para considerar o país desenvolvido (0,800), o Brasil é apontado como um dos países mais desiguais do mundo. Para auxiliar a explicação esse fenômeno, é importante destacar que, entre os 10 países mais ricos, o Brasil é o único de maioria negra. A desigualdade é, de longe, o aspecto que melhor demarca a sociedade brasileira. Importantes e

---

1 Ph.D. em Administração pela Universidade de São Paulo (USP). Ensina e coordena pesquisas no Programa de Pós-graduação em Educação do Instituto Superior de Educação Ocidental (Iseo) em Salvador, Bahia. Presidente do Conselho Deliberativo do Baobá – Fundo para Equidade Racial. CEO do Instituto Brasileiro para a Diversidade (IBD), consultor empresarial, responsável pelo *blog* Brasil de Carne e Osso e autor de diversa produção acadêmica.

2 Diretora executiva do Baobá – Fundo para Equidade Racial. Tem MBA Executivo em Gestão e Empreendedorismo Social pela Faculdade de Administração e Negócios (FIA), especialização em Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas pela Universidade de São Paulo (USP) e graduação em Administração pela Fundação Instituto Tecnológico de Osasco (Fito).

reconhecidos estudos reiteram o fato de que a desigualdade brasileira tem cor (THEODORO, 2008; PNUD, 2005).

Na avaliação das desigualdades entre os grupos sociais, é necessário considerar também a variável de gênero, o que torna necessário dividir a população brasileira em quatro grupos principais: mulheres negras, que somam 26,54% da população; mulheres brancas, que representam 24,36% da população; homens negros e homens brancos, que respondem, respectivamente, por 26,43% e 21,86% do povo brasileiro (CONCEIÇÃO, 2014).

A diferença entre os rendimentos dos homens brancos e os das mulheres negras aumenta à medida que se eleva os anos de estudo de cada grupo. Assim, para o ano de 2011, por exemplo, um homem branco com zero a um ano de estudo recebia 1,5 vez o que recebia uma mulher negra com o mesmo grau de instrução. Já os homens brancos com mais de 11 anos de escolaridade recebiam 2,4 vezes mais que a mulher negra com o mesmo grau de instrução. Evidencia-se que o retorno do investimento em educação para a mulher negra é bem menor do que o do homem branco. Os dados analisados também apontam que o rendimento para os trabalhadores e trabalhadoras com menos de 11 anos de escolaridade tem uma nítida fronteira estabelecida pelas variáveis gênero e raça, determinando os maiores vencimentos para os homens e os menores para as mulheres. Vale destacar a hierarquização salarial observada em todos os níveis de escolaridade, na qual primeiro comparecem os homens brancos, secundados pelas mulheres brancas, vindo a seguir os homens negros e, por último, as mulheres negras. Merece destaque também o fato de que as mulheres brancas e negras têm maior escolaridade do que os homens de seus respectivos segmentos (CONCEIÇÃO, 2014).

Os dados demonstram a magnitude do abismo sociorracial brasileiro, pois revelam uma história construída a partir de um escravismo de três séculos e meio de duração – o mais longo da história colonial mundial –, o qual acabou por deixar marcas no modo de funcionamento da sociedade brasileira.

O País tem em seu DNA a desigualdade e a hierarquização de seres humanos, o que afetou, de forma determinante, a construção de um modelo de sociedade no qual o que estrutura o desequilíbrio de acesso às oportunidades é o padrão racial.

O panorama brasileiro evidencia historicamente que a desigualdade tem cor e, por isso, os negros estão mais sujeitos às consequências das injustiças de uma sociedade que internalizou práticas racistas de maneira institucional nas diferentes instâncias de poder. Enfim, numa sociedade em que as oportunidades são radicalmente favoráveis aos não negros, nada é mais desigual do que tratar todos igualmente. A palavra-chave para o desenvolvimento sustentável no Bra-

sil passa a ser equidade, o que corresponde a um quadro de efetivas oportunidades iguais.

Contudo, diante dos indicadores negativos que evidenciam profunda desigualdade, há esperança. A resistência da população negra ao longo do tempo demonstra a sua capacidade de superar obstáculos, e indica um tipo especial muito particular de conhecimento. Atualmente, é comum ouvir, especialmente entre mulheres negras, a expressão que se tornou lema e que ganhou visibilidade na escrita e na voz de Jurema Werneck: “Nossos passos vêm de longe”. Trata-se da mais absoluta verdade. A população negra no Brasil apresenta inúmeros exemplos de estratégias para a prática da filantropia – notadamente com a criação das irmandades negras. O caso mais emblemático é o da Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), que comemorou 185 anos em 2017. A instituição baiana, que tem esse nome em função da padroeira Nossa Senhora dos Desvalidos, é responsável pela criação da prática hoje conhecida por *crowdfunding*. Foi a primeira instituição a trabalhar com fundo mútuo no Brasil. Honra, até hoje, compromissos com cerca de 20 famílias que ainda recebem pensão. Durante o escravismo, diversos ex-escravizados se cotizavam para comprar a alforria de pessoas escravizadas.

A solidariedade das organizações negras começou há muito tempo. Os primeiros relatos de irmandades negras no Brasil são datados de meados do século XVII, com uma significativa expansão no século XVIII – ápice do tráfico escravista no Brasil. Entraram em declínio na segunda metade do século XIX, com a interrupção do tráfico e a abolição oficial da escravatura.

As irmandades negras foram criadas na Europa e se expandiram para países colonizados pelos portugueses, como o Brasil. O agrupamento em irmandades foi uma estratégia encontrada pela população negra para a construção da solidariedade diante de uma sociedade hostil em pleno escravismo colonial. Todas as irmandades tinham uma relação direta com o sagrado (santos católicos), e esse tipo de associação foi uma estratégia encontrada pelo povo negro para fortalecer suas identidades e diversidades étnicas em tempos de escravidão, servindo como espaço para resistir à opressão, praticar a fé, estimular a solidariedade e manter práticas e costumes ancestrais.

As irmandades desempenhavam um papel estratégico na sociedade da época, pois possibilitavam aos negros ocuparem e definirem formas de atuação social e de resistência. Notava-se que, nesses grupos, a equidade de gênero era um valor importante, pois os relatos históricos apontam para o equilíbrio da composição dos poderes, especialmente acerca do modelo de governança para as irmandades, com participação das mulheres negras em cargos estratégicos.

Os campos de destaque da atuação das irmandades negras no Brasil são:

- a organização de grandes festas sagradas com ampla participação coletiva;
- a realização de cerimônias fúnebres para os associados – possibilitando o culto aos mortos;
- o desenvolvimento de ações para o auxílio mútuo;
- o desenvolvimento de grupos de auxílio e amparo material;
- a organização de cunho cooperativista para a compra de cartas de alforria (*crowdfunding*).

O que fica evidente nessas ações é a ideia de solidariedade, identificando uma particular ética dos escravizados. Um breve olhar pela história das irmandades constata que a luta da comunidade negra pela igualdade de oportunidades e de direitos não é uma causa recente. A Lei Áurea, para muitos um divisor de águas na construção de uma sociedade mais justa e equânime, não foi capaz de produzir cidadania no sentido de reparar os danos causados por três séculos e meio de escravidão. O dia 14 de maio de 1888 – dia seguinte à promulgação do fim da escravidão – se revela o dia mais longo da história, e os efeitos ruinosos da escravidão alcançam, ainda hoje, parcelas significativas da população brasileira.

As práticas de gestão pública e privada ao longo do tempo reforçaram a exclusão dos negros, e o resultado do acúmulo histórico se apresenta hoje, no Brasil, como um abismo sociorracial extenso e profundo. O tipo de gestão pública praticada na maior parte do tempo no Brasil pós-Abolição não foi capaz de proporcionar igualdade de oportunidades. Pelo contrário, a ação do Estado criou e aprofundou desigualdades. O racismo institucional vem a ser a incapacidade de as políticas públicas convencionais alcançarem, de forma equânime, todas as pessoas, independentemente de seu perfil étnico-racial.

Em um país com desigualdades acumuladas em função de passivos históricos que impedem a construção de um desenvolvimento sustentável, é mais que urgente o direcionamento das organizações públicas, privadas e sociais para ações afirmativas que contribuam para a redução das desigualdades raciais. É estratégico para o País desenvolver ações específicas que promovam uma sociedade mais equânime, com sustentabilidade sociorracial. Para ter sucesso nessa empreitada, é fundamental promover e efetivar a equidade racial. É em virtude dessa carência que setores comprometidos com a edificação de uma sociedade como a citada criaram no Brasil o Baobá – Fundo para Equidade Racial. Baobá – árvore africana de duração secular que emblemiza a perenidade da iniciativa.

## Por que um fundo voltado para a equidade racial no Brasil?

A origem do Fundo Baobá parte da visão de que a equidade racial é um requisito essencial para o desenvolvimento inclusivo e sustentável no Brasil. Ou seja, para o Fundo Baobá, a democracia brasileira depende desse tipo de desenvolvimento. Essa visão deriva do reconhecimento dos seguintes elementos:

- a alta representatividade da população afrodescendente no Brasil (54,9%) e, em especial, no Nordeste;
- o racismo como um elemento estruturante das desigualdades existentes na sociedade brasileira;
- a educação e a violência apresentam, recorrentemente, indicadores que evidenciam as desvantagens para a população negra e denunciam, de maneira gritante, uma realidade cruel, marcada pela falta de perspectivas entre as/os jovens negras/os das periferias.
- entre as mulheres negras e os homens negros existem também peculiaridades. A violência policial, por exemplo, acomete prioritariamente os homens negros, ao passo que a violência sexista torna as mulheres negras mais vulneráveis à violência doméstica;
- os estudos acerca das relações raciais brasileiras já deram conta de vários diagnósticos. É preciso, agora, criar cenários que permitam o exercício da cidadania entre as juventudes e a formulação de políticas que revertam esse quadro de omissão do Estado, um dos principais instrumentos de reprodução do racismo no Brasil.

### A construção do Fundo Baobá

O Fundo Baobá foi criado a partir de um intenso processo de mobilização social que envolveu diversos atores e atrizes do movimento social negro e se baseou em uma sólida estratégia de envolvimento com diferentes organizações da sociedade civil, especialmente as do Nordeste do país.

Os desafios mapeados pelas organizações e ativistas do movimento negro envolvidos na concepção do Baobá resultaram numa estratégia que apresentou quatro eixos para o investimento programático:

1. Imagem e inserção política.
2. Fortalecimento das organizações negras.
3. *Think tank* para aprofundar o debate sobre “temas estruturais, vinculando-os a iniciativas que tenham como foco questões centrais como: saúde,



educação, terra e território, moradia, segurança alimentar, violência, mortalidade precoce, em especial o homicídio que vitima jovens negros, na sua maioria do sexo masculino”.

#### 4. Gestão do *endowment* e captação de recursos.

Transcorridos seis anos, é possível identificar 74 projetos e 11 apoios pontuais realizados pelo Fundo Baobá em nível nacional.

A atuação do Fundo Baobá, entre os anos de 2011 e 2016, foi sistematizada em cinco áreas temáticas:

##### **1. Mobilização e fortalecimento do movimento negro**

A partir de 2013, competiu ao Fundo Baobá atuar como secretaria executiva do fórum que reúne um conjunto de relevantes organizações da sociedade civil (OSCs), representativas em vários níveis e atuantes no campo de defesa de direitos, em torno do tema da promoção da igualdade racial. O Fórum Permanente para a Igualdade Racial (Fopir) é uma coalização de organizações antirracistas que visa desenvolver estratégias e ações de diagnóstico, mobilização, comunicação e incidência política capazes de deflagrar um debate amplo e democrático em prol do enfrentamento do racismo e na defesa das políticas de promoção da igualdade racial e de gênero. O Baobá vem contribuindo para o fortalecimento do movimento negro desde o processo de sua criação, o qual suscitou reflexões importantes sobre a sustentabilidade do movimento.

##### **2. Educação**

A política de reserva de vagas para estudantes negros e negras nas universidades públicas, previstas em lei, é resultado de décadas de luta do movimento negro. Porém, não será suficiente para assegurar avanços significativos para a população negra se persistirem os baixos resultados educacionais dos jovens negros no ensino médio. Este representa, hoje, um gargalo para os avanços educacionais da população negra no Brasil, motivo pelo qual o Baobá entende que atenção especial deve ser dada a essa etapa da educação básica.

Nossa primeira iniciativa nesse sentido foi o lançamento do Edital Gestão Escolar para a Equidade – Juventude Negra, em parceria com o Instituto Unibanco, o instituto privado com mais ampla atuação no ensino médio, e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), uma referência no tema de educação e relações raciais.

### **3. Empoderamento econômico da população negra**

O Baobá, em 2015, investiu numa importante pesquisa sobre os avanços e desafios do empreendedorismo para os afro-brasileiros, numa parceria com o Instituto Arapyaú. Além disso, o Baobá contribuiu para um dos maiores eventos de empreendedores negros e negras do País e em dois outros eventos locais de menor porte. Esse é um setor que faz parte da estratégia do Fundo Baobá e do qual se espera muito no futuro.

Em 2009, foi elaborado pelo Iceafro um mapeamento de políticas e movimentos relativos à equidade racial e inclusão social na região Nordeste com o intuito de dar subsídios à Fundação Kellogg para a sua atuação nessa área. No que diz respeito aos movimentos sociais, observou-se: a) uma predominância das mulheres negras entre as lideranças; b) diversidade e predominância em expressões artístico-culturais.

Essa informação já apontava dois eixos de investimento do Baobá, que vêm se solidificando ao longo dos anos: mulheres negras e cultura.

### **4. Mulheres negras**

As mulheres negras são um grupo-chave para as ações do Fundo Baobá. Ao mesmo tempo que acumulam as opressões de gênero e raça, o que as coloca como o grupo com pior acesso a bens e serviços públicos e o que mais sofre violência, observa-se um vigoroso protagonismo delas nas organizações do movimento social negro.

O primeiro apoio do Fundo Baobá para esse público foi direcionado a um grupo de comunicadoras negras para acompanhar, na Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2009), os aspectos pertinentes à questão de gênero. Posteriormente, no primeiro edital do Baobá, foram apoiados diversos projetos que tinham como público direto as mulheres negras. Apoiou-se ainda o protagonismo do feminismo negro a partir de projetos apresentados por organizações lideradas por mulheres cujos temas eram variados, como democratização da comunicação, direitos de mulheres quilombolas e cultura, por exemplo.

O mais recente investimento no tema aconteceu em 2016, com a parceria com o Instituto Lojas Renner mediante um edital direcionado às mulheres empreendedoras, sendo que grande parte das beneficiárias são negras. Dentre 15 organizações, oito contam com mulheres negras na diretoria. Além da formação em gestão do negócio, foi oferecido um módulo para que as mulheres pudessem discutir temas como diversidade no mundo do trabalho e iniquidades de gênero e raça.

## 5. *Cultura*

Uma parceria com a unidade de comunicação da ONU para promover uma ideia positiva e diversa da África foi a primeira iniciativa na qual o Baobá investiu. No edital, o apoio passou a ser concedido para projetos de maior duração: 12 meses. Ancestralidade, memória e educação foram temas trabalhados pela perspectiva cultural em escolas e terreiros como forma de combater o racismo.

Em 2016, em parceria com a Coca-Cola Brasil, o Fundo Baobá lançou um edital específico para a cultura negra e recebeu 900 propostas para financiar 10 projetos. Essa expressiva procura evidencia não só a grande representatividade de organizações negras que atuam no campo da cultura, mas também uma escassez de financiamento para esse tema.

Por outro lado, merece destaque o esforço desenvolvido no realinhamento programático para o decênio 2017-2027. Para esse período, o Conselho Deliberativo do Fundo Baobá decidiu focar os investimentos em três eixos programáticos: 1) Direito a viver; 2) Educação; 3) Mundo do trabalho e desenvolvimento econômico. O Conselho decidiu trabalhar prioritariamente para dois públicos transversais: mulheres e juventude. Decidiu-se ainda que os investimentos vão operar com duas abrangências territoriais prioritárias: a região Nordeste e os municípios classificados como de maior risco de letalidade por homicídios contra a juventude negra.

Três aspectos determinaram a escolha dos eixos programáticos:

1. a coerência com os resultados da pesquisa, em 2009, que embasou a estrutura programática original do Fundo Baobá;
2. o alinhamento da atuação institucional do Fundo Baobá com as demandas dos movimentos negros tendo como referência as propostas e resoluções aprovadas, de forma recorrente, nas três Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial (Conapir) realizadas em 2005, 2009 e 2013;
3. a interface dos temas com os vetores: políticas públicas estratégicas para o enfrentamento ao racismo; áreas de interesse do investimento social privado; agenda da Rede de Justiça Social; e, finalmente, compromissos da filantropia nacional e internacional.

### **Considerações finais**

O cenário da filantropia e do investimento social privado é similar ao de diversos outros setores, nos quais não se reconhece que o racismo é um obstáculo para o desenvolvimento inclusivo e sustentável do País. Ainda que o reconhecimento da existência do racismo no Brasil tenha sido incorporado ao discurso de

importantes setores da sociedade, as práticas frequentes continuam ignorando o fato de que o enfrentamento do racismo é condição essencial para um efetivo desenvolvimento.

É necessária uma mudança de paradigma, o que depende de avanços que passam pelo movimento social negro, mas que têm de ecoar na sociedade como um todo.

Apesar do conceito de democracia racial ter sido questionado e mesmo desmoralizado, ainda resta como desafio na luta antirracista quebrar resquícios desse ideário, no qual, segundo essa visão de mundo, não há um problema objetivo a ser enfrentado com relação às desigualdades que atingem majoritariamente a população negra. O resultado dessa miopia implica a necessidade, por parte do movimento negro, de construir alianças para a promoção de uma filantropia que considere relevante as ações para promoção da cidadania da população negra. Tal filantropia atua para fortalecer a democracia no Brasil, possibilitando, assim, um país mais justo. O Fundo Baobá entende que, para que a sua atuação seja eficaz, precisa focar nessas metas específicas:

- Fortalecimento das organizações negras.
- Alavancagem do nível de renda da população negra brasileira.
- Promoção da cultura local para a filantropia voltada para questões de direitos civis.
- Indução, por meio de ações socioculturais e de legislação específica, do investimento de recursos financeiros públicos diretos para a efetivação da equidade racial no país.

Em síntese, a criação de um fundo focado na equidade racial se justifica pelo contexto de desafios que incluem a saída das fundações internacionais do Brasil, a inexistência de interesse das empresas, fundações e institutos privados no tema racial e as dificuldades de mobilização de recursos por parte das organizações negras de forma isolada. Um fundo profissionalizado na captação e doação de recursos, criado a partir de um *endowment* inicial doado pela Fundação Kellogg e liderado por pessoas conhecidas e reconhecidas no movimento negro tem o potencial de contribuir para a superação desses desafios.

O Baobá, na condição de fundo independente, aposta na promoção da cultura de doação voltada para a justiça social. Acredita que as organizações da sociedade civil que trabalham com a promoção de direitos como estratégia para uma sociedade democrática devem receber investimentos da sociedade. O Baobá utiliza a sua *expertise* na seleção, no monitoramento e na avaliação de projetos de forma a garantir resultados satisfatórios e eficazes para o/a doador/a,

que, muitas vezes, deseja contribuir para a transformação sociorracial, mas não necessariamente tem experiência nesse campo.

No caso do Fundo Baobá, o investimento tem um efeito duplo: primeiro, no projeto específico que se deseja apoiar e desenvolver; e, ao fazer essa aplicação social, gera-se um segundo impacto, contribuindo na construção do *endowment*, que, no médio/longo prazo, financiará outras ações na temática da equidade racial.

## Referências

CONCEIÇÃO, Eliane B. Mulher negra em terra de homem branco: mecanismos organizacionais de reprodução de desigualdades. In: CARRIERI, Alexandre; TEIXEIRA, Juliana (Orgs.). *Gênero e trabalho: perspectivas, possibilidades e desafios no campo dos estudos organizacionais*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Relatório de Desenvolvimento Humano: racismo, pobreza e violência*. Brasília: PNUD, 2005.

THEODORO, Mário (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a Abolição*. Brasília: Ipea, 2008.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: VERSCHUUR, Christine (Dir.). *Vents d'Est, vents d'Ouest. Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux*. Genebra: The Graduate Institute, 2009. Disponível em: <http://books.openedition.org/iheid/6291>. Acesso em: 13 out. 2016.

# Fundo PositHIVo. Caminhos para a sustentabilidade da resposta social à epidemia de HIV/Aids no Brasil

---

*Harley Henriques<sup>1</sup>  
Élida Miranda<sup>2</sup>*

## **Surgimento do Fundo PositHIVo: algumas reflexões iniciais**

No final da década de 1970, nos Estados Unidos, foi pela primeira vez constatado um grave processo de adoecimento que afetava o sistema respiratório e provocava um câncer raro de pele (sarcoma de Kaposi) em homossexuais masculinos. Como ainda não se conhecia o agente etiológico dessa nova doença, ela passou a ser chamada de “peste gay”, “câncer gay”, entre outros nomes, restringindo, assim, “as causas e efeitos” a esse grupo específico, o que causou, desde esse período, um forte estigma e discriminação das pessoas que eram acometidas por essa enfermidade.

Já no início da década de 1980, tal doença foi conceituada como Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Sida). De acordo com Castro (2015), “jovens, há até pouco tempo saudáveis, começam a ser identificados com quadros infecciosos incomuns naquela população, um novo agravo que intriga a comunidade médico-científica”. Esse fenômeno, em seguida, se torna uma epidemia.

Constatou-se que se tratava de um processo de deficiência imunológica irreversível, e casos passam a ser identificados também em homens bissexuais, bebês, imigrantes vindos do Haiti, receptores de transfusão de sangue, hemofílicos, entre outros.

---

1 Militante no campo do HIV/Aids há 30 anos. Administrador de empresas, com mestrado em Gestão e Sustentabilidade de Organizações da Sociedade Civil pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). *Fellow* da Ashoka e líder Avina. Fundador e coordenador geral do Fundo PositHIVo.

2 Pedagoga e pós-graduada em Políticas Públicas e Gestão em Segurança Pública pela PUC-SP. Atuante na área de direitos humanos desde a adolescência, coordenando diversos trabalhos no campo. Foi conselheira nacional de juventude por duas gestões representando o Geledés – Instituto da Mulher Negra e coordenadora do projeto de comunicação para os direitos humanos da Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos. Faz parte da Coordenação Executiva do Fundo PositHIVo e responde pela área de Coordenação de Projetos da instituição.

Diante do complexo contexto apresentado pela epidemia da Aids, que transcendia a dimensão do adoecimento biológico, a aceitação das pessoas que entraram em contato com o vírus HIV passava pelo crivo moral. Foi um momento em que ocorreram diversos conflitos de opinião na sociedade mundial e brasileira, com estigmatização, exclusão social e condenação de comportamentos sexuais.

Parker e Paiva (2011) definem os anos 1980 como “*a década do sofrimento e da solidariedade*”.

A solidariedade surgiu nos anos [1980] como uma resposta humana dos amigos, familiares e amantes dos portadores de HIV/Aids. Naquele contexto assustador – de uma doença desconhecida, sem tratamento e sem previsão de cura –, a construção da cidadania pós-ditadura militar também articulava a solidariedade de diversos movimentos sociais que contestavam a desigualdade, a violência racista e sexista, e a dominação de classe da época. Inspirados na teologia e na pedagogia da libertação, no movimento da reforma sanitária e nos nascentes movimentos sociais (homossexual, feminista e negro) (PARKER e PAIVA, 2011).

Para Galvão (2000), “a AIDS acarretou desafios para a área científica, trouxe novos atores para os movimentos sociais e, sobretudo, conferiu maior visibilidade a questões relacionadas à sexualidade”. O movimento social de luta contra a Aids surgiu para dar resposta social ao enfrentamento da epidemia e combater a morte social. Essa realidade mobilizou uma nova e complexa atuação dos movimentos sociais no Brasil, com peculiaridades distintas.

Segundo Castro e Nardi (2015), em maio de 1985, para dar resposta à epidemia de Aids, o Governo Federal criou o Programa de Controle de Aids do Ministério da Saúde. O programa se consolidou apesar do cenário sombrio, como define o autor: “aumento de casos, recursos terapêuticos escassos, internação prolongada e mortalidade alta”.

Essa década é marcada pela constituição das primeiras organizações da sociedade civil (OSCs) que atuam no campo da prevenção e assistência às pessoas vivendo com HIV/Aids. O movimento de luta contra a Aids teve, em sua história inicial, duas lideranças fundamentais para a consolidação das estratégias sociais de enfrentamento da epidemia: Herbert de Souza e Hebert Daniel.

Terto Jr. (2017) destaca o principal legado de Betinho na luta contra a epidemia:

Betinho foi a primeira pessoa soropositiva a fundar e presidir uma organização, ele renunciou o protagonismo das pessoas vivendo com HIV/Aids na luta contra a epidemia. Ao enxergar a epidemia como um fenômeno social e

político, Betinho foi pioneiro e ajudou a estruturar a luta no surgimento da Aids. Ele mostrou que a Aids é uma questão política e que a epidemia é uma crise social.

Já Herbert Daniel teve um papel importante na luta contra o estigma da Aids, sendo a primeira pessoa a assumir publicamente sua condição de pessoa vivendo com HIV para a sociedade brasileira e fundando o primeiro grupo de pessoas vivendo com o vírus no país, o Pela Vidda do Rio de Janeiro.

Torna-se fundamental destacar que o Gapa-Bahia, fundado em 1988 pelo jovem ativista universitário Harley Nascimento – autor deste artigo e fundador do Fundo PositHIVo –, que, com apenas 18 anos de idade, inspirado no modelo de organizações similares no Rio de Janeiro e em São Paulo, foi influenciado pelas ideias inovadoras do sociólogo Hebert Daniel. Harley passou a se dedicar aos temas de sustentabilidade, comunicação institucional e governança num cenário de crescimento da epidemia e fortalecimento de sua liderança nacional e internacional no campo do HIV/Aids.

“Educar o mundo a viver com Aids” é a palavra de ordem do Gapa-BA, que reflete a sua estratégia central de ação: perceber, socializar a ideia de que o mundo inteiro vive com a Aids, já que, direta ou indiretamente, todos somos afetados por seus efeitos, sejam individuais ou coletivos (SIQUEIRA, 2005, p. 36).

Assim, a resposta brasileira à epidemia de Aids se configurou num exemplo para o mundo em razão de a implementação de políticas públicas de prevenção, tratamento e direitos humanos ter decorrido da construção conjunta da política oficial (o Estado, nos seus diferentes níveis) com a participação direta e democrática de pessoas vivendo com HIV/Aids e de OSCs. Provavelmente, sem essa mobilização social, diversos serviços da política de Aids no País não existiriam, seja no campo da atenção às pessoas com HIV/Aids – como as Casas de Apoio –, seja no âmbito de programas de prevenção à Aids – como os trabalhos que utilizam a metodologia de “corpo a corpo” com populações em risco e em situação de pobreza e as ações de *advocacy* e controle social das políticas públicas.

### **O cenário do financiamento das organizações sociais no Brasil: o caso das OSCs HIV/Aids**

A criação da grande maioria dos organismos internacionais de cooperação e ajuda humanitária é resultado de fatores relacionados à Segunda Guerra Mundial. A guerra, finalizada oficialmente em 1945, expôs ao mundo as consequências da destruição e do esfacelamento de vários países, principalmente na Euro-



pa. A escassez de recursos financeiros para reerguer nações fez com que países financiadores da guerra contribuíssem agora para a reconstrução dos países atingidos por meio de financiamentos e doações.

Aliados nesse esforço e contexto, organismos internacionais (não governamentais) estabeleceram relações de cooperação com países em situação de conflito e com altos índices de pobreza. Essas organizações apoiavam instituições e movimentos sociais com o intuito de restabelecer o Estado democrático, fortalecendo a sociedade civil, que se encontrava extremamente fragilizada. No Brasil, estabeleceram relações de cooperação com inúmeras organizações sociais, atuando nas mais diversas regiões do país, financiando uma pluralidade de temas e causas sociais como, por exemplo, no início dos anos 1990, o aprimoramento e fortalecimento da resposta social à epidemia de HIV/Aids.

A presença da cooperação internacional não governamental no Brasil, em particular a europeia, é um fenômeno dos anos [1970 e 1980]. Isto não significa ausência anterior a este período. Mas é no contexto da resistência ao regime autoritário, inaugurado com o golpe militar de 1964, que o apoio das agências não governamentais de cooperação às entidades da sociedade civil e aos movimentos sociais ganha relevância política. Pode-se afirmar que as agências internacionais não governamentais de cooperação participaram ativamente na constituição da sociedade civil brasileira (ROQUE, 1999, p. 2).

No entanto, a partir dos anos 2000, esses organismos começaram a redefinir suas prioridades temáticas e/ou geográficas, especialmente movidos por mudanças que se operaram em seus países de origem: crises no cenário econômico e ascensão de governos não favoráveis ao apoio a projetos de desenvolvimento. No Brasil, acrescenta-se o fato de o país passar a ocupar, naquela época, a posição de sétima economia global e ser considerado um “país de renda média” pelo Banco Mundial.

Esse cenário fez com que muitas das organizações internacionais excluíssem o Brasil como país de interesse em estabelecer relações de cooperação. Associado a esse contexto, o Governo Federal, que por décadas financiou as OSCs no campo do HIV/Aids através dos acordos de empréstimo com o Banco Mundial, encerrou essa modalidade de financiamento. A retração de recursos dessas duas fontes de financiamento fez com que muitas organizações da sociedade civil passassem a enfrentar uma séria crise de sustentabilidade financeira que ameaçava sua sobrevivência.

A forte crise que hoje atinge as OSCs Aids nos colocou a pensar sobre as estratégias de sustentabilidade para essas iniciativas a fim de que possam dar continuidade à resposta social perante a epidemia.

Agravando esse quadro, na contramão das tendências históricas apresentadas no início deste artigo, na conjuntura atual, as políticas de promoção da saúde no campo de prevenção e assistência a HIV/Aids que já foram referência mundial estão atravessando por um processo de retração. O índice da epidemia voltou a crescer no País, e esse fato está ligado à crise de sustentabilidade das OSCs que atuam no campo, já que, sem recursos financeiros, reduziram as ações de prevenção baseadas em metodologias de abordagem corpo a corpo, principalmente em territórios onde o Estado não se faz presente.

Diante da atual conjuntura, se faz necessário garantir a retomada das ações estratégicas desenvolvidas pelas OSCs atuantes nesse campo para que possam dar resposta à epidemia com a perspectiva de sensibilizar a população sobre a importância de adotarem práticas que se reflitam na diminuição da alta vulnerabilidade de transmissão do HIV/Aids existente no contexto atual.

Na tentativa de encontrar caminhos que possibilitem a sustentabilidade e o fortalecimento da resposta social à epidemia de HIV/Aids no Brasil diante das limitações dos recursos disponíveis para as OSCs, surge a Rede de Filantropia para a Justiça Social, formada por atores atuantes no campo da filantropia social.

A maior parte dos Fundos contou desde o início de sua institucionalização com recursos advindos de fundações internacionais – Ford, Kellogg, Avina, IAF, entre outras – e estão profundamente comprometidos com as causas sociais e articulados em redes e movimentos (em nível nacional e internacional) (LESSA e HOPSTEIN, 2013, p. 140).

### **O Fundo PositHIVo: uma alternativa de financiamento às OSCs que atuam no campo do HIV/Aids**

Seguindo o modelo e a natureza dos fundos privados, surge em 2014 o Fundo Nacional de Sustentabilidade das Organizações da Sociedade Civil que trabalham no campo das DST/HIV/Aids e Hepatites Virais – o Fundo PositHIVo. Nessa época, o contexto era marcado pela crescente saída de fontes financiadoras do Brasil, seja pela perda de importância estratégica da temática do HIV/Aids na agenda de governos e de organizações internacionais de apoio, seja pelo cenário interno das organizações sociais no Brasil, caracterizado pela baixa capacidade de gestão, precário domínio das ferramentas de desenvolvimento institucional, baixa sustentabilidade técnica e política. Esses fatores são agravados pelas crises econômicas e migratórias e o crescimento das políticas conservadoras.

O Fundo PositHIVo foi fomentado pelo Departamento Nacional de DST/Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde. Esse aspecto traz o elemento de reconhecimento e legitimação do próprio governo quanto à necessidade de

garantir a sustentabilidade da resposta social à epidemia de HIV/Aids no Brasil. Principalmente porque, como fato reconhecido mundialmente, as OSCs Aids contribuem fortemente para o enfrentamento da epidemia no Brasil, inclusive garantindo a notoriedade do País no cenário internacional como o melhor programa de Aids do mundo, chegando, no início dos anos 2000, a ser capa do *New York Times*. Assim, o Fundo PositHIVO é a primeira experiência brasileira de um fundo social privado cujo fomento partiu de um órgão do Governo Federal. Mas, como todos os outros fundos privados temáticos, o Fundo PositHIVO é uma organização independente, que não depende de um único financiador e atua de forma autônoma, desvinculada de diretrizes político-partidárias.

O Fundo PositHIVO prioriza organizações de base comunitária, simplificando as exigências para o acesso aos recursos financeiros (editais), promovendo ações de prevenção e acesso a insumos e serviços de saúde e direitos humanos a populações socialmente discriminadas, aumentando a base social nacional e internacional de apoio à temática do HIV/Aids e demonstrando seu caráter estratégico e a efetividade de promover ações de prevenção numa relação custo-benefício vantajosa para as organizações doadoras.

Temos como desafio para o enfrentamento à epidemia de HIV/Aids intensificar as ações permanentes de prevenção combinada, em especial entre os jovens *gays*, considerando o alarmante crescimento da infecção nesse grupo, bem como sensibilizá-los para a importância de se adotar práticas preventivas, frequentar os serviços especializados de saúde e aderir aos tratamentos.

Nos últimos anos, nota-se uma diminuição das ações voltadas para a prevenção do HIV/Aids, principalmente das abordagens realizadas pelas OSCs através da metodologia corpo a corpo. Esse fato teve impacto significativo no aumento da epidemia do HIV/Aids no Brasil nos últimos anos.

A resposta social das OSCs Aids no Brasil se baseia num modelo de inovação apoiado no tripé da forte incidência em políticas públicas, no desenvolvimento de ações educativas massivas e na oferta de apoio e cuidados aos afetados pela Aids. O Fundo PositHIVO tem como premissa central ampliar o apoio às OSCs, fortalecer e disseminar esse modelo como exemplo de boas práticas no campo do HIV/Aids e fazer chegar o apoio a regiões remotas do país.

Nesse sentido, o Fundo PositHIVO, em seus quase três anos de existência, direcionou suas ações para populações negligenciadas por políticas públicas e setoriais privadas tanto do ponto de vista do perfil do público atingido quanto de sua distribuição no território nacional, alcançando todas as regiões do país com sua política de cooperação.

O Fundo apoiou, até o momento, iniciativas no interior do país e em regiões remotas nas fronteiras com a Argentina, a Guiana Francesa e a Venezuela, assim

como em regiões de baixa intensidade de políticas públicas, como, por exemplo, o Semiárido brasileiro, apenas para citar algumas regiões cobertas por ações de cooperação do Fundo. Jovens estudantes, população LGBT+, jovens privados de liberdade e com HIV/Aids, mulheres vítimas de violência, população surda, idosos, povos de comunidades tradicionais representam os públicos apoiados pelo Fundo, que é hoje a única organização no Brasil a apoiar exclusivamente ações voltadas para a prevenção, o fortalecimento institucional e as articulações junto a OSCs que atuam no campo do HIV/Aids, não havendo organizações congêneres no país.

Em 2015, em seu primeiro ano de existência, o Fundo PositHIVo apoiou de forma estratégica três organizações que atuam no âmbito nacional. No ano seguinte, foi lançado o primeiro edital público do Fundo.<sup>3</sup> O público prioritário desse edital foram os jovens, principal grupo atingido pelas novas infecções por HIV, que alcançam cifras alarmantes no País. Já em 2017, foi lançado o segundo edital público do Fundo,<sup>4</sup> e o público prioritário foram os jovens, a população LGBT+, as mulheres, a população negra e os idosos.

Além dos públicos beneficiados através dos projetos desenvolvidos com o apoio do Fundo PositHIVo, destacam-se como mudanças relevantes: a ampliação das ações de prevenção ao HIV/Aids e em defesa dos direitos humanos no País; a maior articulação das OSCs e das organizações de base com as políticas públicas e os gestores locais, ampliando o diálogo e as ações conjuntas entre setor privado e público; o alinhamento das ações de prevenção com as de diagnóstico precoce por testagem, dando acesso a essas populações à assistência e ao tratamento adequados; maior conhecimento da população sobre as novas tecnologias de prevenção ao HIV/Aids; diminuição do estigma e da discriminação, entre outros.

A maioria das organizações apoiadas é de pequeno e médio porte, tem dificuldade de acesso a recursos, necessidade de fortalecer o desenvolvimento institucional (DI), e está fora das prioridades temáticas e geopolíticas da maioria das organizações de apoio financeiro. No campo de DI, são oferecidos cursos sobre acesso a recursos públicos federais, elaboração de projetos incentivados, prevenção combinada, entre outros.

O Fundo PositHIVo beneficiou mais de meio milhão de pessoas diretamente, e o impacto social nesses três anos consistiu em ofertar acesso a recursos e estratégias de fortalecimento à gestão e desenvolvimento institucional às organizações sociais mais necessitadas. A iniciativa, de caráter visionário de seu

---

3 Foram recebidas 73 propostas, das quais 15 foram selecionadas.

4 O Fundo recebeu 120 propostas, das quais 15 foram selecionadas.

líder e de seus interlocutores, conseguiu, nesse curto espaço de tempo, estabelecer alianças de impacto com setores estratégicos, como financiadores nacionais e internacionais, uma rede de prestadores de serviços que facilita e garante a transparência das ações do Fundo e dos resultados alcançados pelas OSCs apoiadas, uma governança que prima pelo diálogo e pela constante análise dos cenários, contando com um conselho externo representativo em várias áreas do conhecimento transversais às temáticas da missão do Fundo, bem como o monitoramento e a avaliação das experiências apoiadas, que têm contribuído para consolidar o Fundo PositHIVo no cenário interno e externo.

Em seu primeiro ano de existência, o Fundo ficou em primeiro lugar na categoria Social do 14º Prêmio Jovem Brasileiro por sua atuação voltada para os jovens, bem como outros dois projetos apoiados pelo Fundo PositHIVo.<sup>5</sup>

As OSCs apoiadas pelo Fundo PositHIVo continuam desenvolvendo as ações dos projetos em seus territórios, mesmo após o apoio financeiro do Fundo ter se encerrado. Nesse sentido, cumprimos a premissa central de buscar “líderes comunitários capazes de desenvolver estratégias institucionais de sustentabilidade”.

Além de trabalhar fortemente com o tema HIV/Aids e ampliarmos as ações contemplando todas as regiões do país e diferentes públicos-alvo, avançamos no desenvolvimento de ações específicas em temáticas correlatas. Assim, iniciamos um projeto para apoiar OSCs no campo de gênero e saúde sexual e reprodutiva. Procurando dar uma resposta imediata a um problema de saúde que impactou o Brasil no ano de 2016, o Fundo PositHIVo lançou o Edital Saúde Sexual e Reprodutiva no Contexto do Zika Vírus. O projeto visa melhorar as intervenções dirigidas e lideradas pelas comunidades para abordar questões de saúde sexual e reprodutiva relacionadas ao Zika no estado de Pernambuco, epicentro da epidemia no Brasil.

Todos os colaboradores do Fundo PositHIVo, mesmo cientes dos grandes desafios que estão por vir, estão encorajados e alegres pelos resultados já alcançados, como ter contribuído para recolocar a temática de HIV/Aids na agenda pública nacional, especialmente junto às diversas fontes financiadoras; ter constituído um orçamento privado independente para financiar projetos de organizações sociais atuantes nesse campo, com destaque para aquelas organizações de pequeno porte e baseadas em regiões com maior dificuldade de acesso a

---

5 O Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade (Gold), de Vitória, ES, executou o projeto Papo Reto Sobre Aids, cujas ações foram desenvolvidas com adolescentes em privação de liberdade. O projeto recebeu o Prêmio de Direitos Humanos do estado e os adolescentes falaram sobre a participação nas ações do projeto para a Corte Interamericana de Direitos Humanos. A Rede Nacional de Pessoas que Vivem com HIV/Aids, núcleo de Uberlândia, MG, executou o projeto Ei Jovem, se Liga na Prevenção, que recebeu o prêmio Selo Excelência Cidadã do estado.

recursos financeiros; ter a capacidade de financiar populações marginalizadas socialmente, como a população LGBT+, prostitutas, usuários de substâncias psicoativas que, no atual contexto conservador, não teriam outra fonte de recurso; e, sobretudo, ter corresponsabilizado a sociedade no seu papel de apoiar a causa do HIV/Aids, lembrando o que se dizia no início da epidemia: “A Aids é um problema de todos e só a solidariedade poderá vencê-la”.

No edital de seleção pública de 2016, o comitê externo de seleção de projetos escolheu, entre as organizações sociais trabalhando no campo do HIV, para receber o financiamento do Fundo PositHIVo a Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero, instituição baseada no estado de Pernambuco. Consideramos importante essa parceria pela importância estratégica da Gestos, não só pela sua exemplar participação no movimento de HIV/Aids no Brasil, mas também por representar um lugar de fala com um tema “dito controverso e estigmatizado” na maior região de pobreza e conservadorismo no Brasil. A Gestos também vem desenvolvendo um papel importante no cenário internacional, ocupando espaços de representação nas Nações Unidas e no acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por tudo isso, convidamos a liderança da Gestos Alessandra Nilo para enriquecer este nosso artigo, trazendo sua experiência prática de intervenção social e política no campo do HIV/Aids.

São essas e tantas outras histórias de instituições e indivíduos que o Fundo PositHIVo apoiou que nos encorajam a seguir em frente e ampliar nosso campo de ação. Já introduzimos o financiamento a temas correlatos ao HIV/Aids à nossa política estratégica de doação. Diante da atual conjuntura política e econômica por que passa o Brasil, em que direitos adquiridos podem estar ameaçados, o Fundo PositHIVo pretende fortalecer e apoiar ações de *advocacy*, *lobby* e controle social de políticas públicas, especialmente apoiando ações em rede de OSCs. Sem dúvida, como ator recente e particular no Brasil trabalhando com esse tema específico, na condição de fundo privado, esperamos, num futuro breve, poder replicar e atuar em outras regiões e/ou países. O desafio pode parecer grande, mas as histórias de nossos parceiros mostram que estamos no caminho certo.

## Referências

CASTRO, Marcelo; NARDI, Antônio. Prefácio. In: *História da luta contra a Aids*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância e Saúde, Departamento de Aids e Hepatites Virais, 2015.

GALVÃO, Jane. *Aids no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: Abia; São Paulo: 34, 2000.

LESSA, Candace; HOPSTEIN, Graciela. Transformando a filantropia no Brasil: o fenômeno da Rede de Fundos Independentes para a Justiça Social. In: MENDONÇA, Patrícia; ALVES, Mario Aquino; NOGUEIRA,

Fernando (Orgs.). *Arquitetura institucional de apoio às organizações da sociedade civil no Brasil*. São Paulo: FGV, 2013.

PARKER, Richard. Sobre a História da Abia – e a resposta brasileira frente à Aids. In: *História da luta contra a Aids*. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância e Saúde, Departamento de Aids e Hepatites Virais, 2015.

\_\_\_\_\_.; PAIVA, Vera. *30 Anos de Aids – 20 Anos Nepaids*. Universidade de São Paulo. Instituto de Psicologia. Notícias. [s. d.]. Disponível em: <https://goo.gl/6Yafqo>. Acesso em: 5 mar. 2018.

SIQUEIRA, Tacilla. *As diferentes dimensões da sustentabilidade em uma organização da sociedade civil brasileira*. Dissertação (mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Núcleo de Pós-graduação, 2005.

TERTO JR., Veriano. O legado de Betinho para a Aids 20 anos depois. *Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia)*. 11 ago. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/KWeQQE>. Acesso em: 5 mar. 2018.

# Sociedades democráticas, equitativas e de paz são fundamentais para superar a Aids

---

*Alessandra Nilo<sup>1</sup>*

A superação da Aids foi o tema central motivador da criação da ONG Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero,<sup>2</sup> no Recife, estado de Pernambuco, em 1993. Iniciamos implementando ações de educação (comunitária e entre pares) e apoio psicossocial num momento em que não havia tratamento para a Aids. O número de óbitos entre as pessoas que atendíamos era tão alto que até a formação de grupos de ajuda mútua era um desafio.

Foram muitos os aprendizados, mas certamente o maior deles foi compreender, com o passar dos anos, que o nosso problema alvo não poderia ser apenas abordado via dimensão epidemiológica e assistência social, já que o acesso amplo e universal à saúde e, especificamente, o controle do HIV exigiam intervenções multidisciplinares e uma visão integral de direitos que demandam necessariamente o acompanhamento e a formulação de políticas e serviços focados na integralidade das pessoas e de suas necessidades para a construção de uma sociedade mais justa.

Aprendemos, assim, a trabalhar para o fortalecimento de sujeitos coletivos e sempre numa perspectiva protagonista das pessoas beneficiadas pela instituição, contribuindo para o empoderamento do público como cidadãos e cidadãs.

Paulatinamente, consolidamos um trabalho de alta qualidade de assistência psicossocial e jurídica às pessoas vivendo com HIV, criando inclusive um programa exemplar para formação de ativistas soropositivos, muitos dos quais chegaram a Gestos numa condição muito preocupante: a de se saberem portadores do HIV, mas ignorarem serem também “portadores de direitos” – o que, aliás, ainda hoje ocorre. Foi progressivamente, portanto, que expandimos nossa atuação, passando a intervir em determinantes socioeconômicos da Aids, como

---

1 Jornalista com especialização em Saúde e pós-graduação em Diplomacia e Negócios Internacionais. Co-fundadora e coordenadora geral da ONG Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero. Cofacilitadora do Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para Agenda 2030 e membro do Conselho Diretor do Programa Conjunto das Nações Unidas para Aids (UNAids).

2 <https://gestos.org.br/>.



bem sintetiza nossa missão institucional: “Fortalecer os direitos humanos, sociais, econômicos, culturais e ambientais para contribuir com a superação do HIV e da Aids e com a construção de sociedades democráticas, equitativas e de paz”.

Naturalmente, com a expansão da nossa intervenção programática, também cresceu nossa área geográfica de atuação, potencializando a articulação de mais parcerias e alianças, uma vez que a Gestos se consolidou não apenas nacionalmente, mas também como referência junto a governos e instituições multilaterais que trabalham com HIV, saúde e violência contra as mulheres; junto aos diversos movimentos sociais na América Latina e no mundo, principalmente os que atuam no seguimento da agenda de população e desenvolvimento, democracia econômica e, mais recentemente, com nossa forte atuação no campo do desenvolvimento sustentável, com setores ligados à defesa do meio ambiente.

Tais referências e articulações foram possíveis, certamente, pela experiência acumulada pela permanente construção de pontes entre as agendas internacionais e locais de Aids (com metodologias próprias desenvolvidas pela Gestos e expandidas para outros países) e se aprofundaram especialmente durante o monitoramento, ao longo dos anos 2000, dos acordos da Conferência de População e Desenvolvimento. Finalmente, desde 2012, ampliamos nossas referências a partir das negociações da Agenda pós-2015, da qual a Gestos participou ativamente, contribuindo, inclusive, através da atuação pela inclusão de referência às “pessoas vivendo com HIV” na resolução A/70/1/2015 (Agenda 2030).

Apesar desse movimento intenso de articulação e incidência política, a partir de 2010, a Gestos, assim como muitas organizações do “campo da Aids”, começou a denunciar a tendência internacional de diminuição de recursos para o setor, situação que, desde então, vem se tornando mais aguda. E foi nesse debate que, somando esforços com uma articulação promovida pelo Gapa-BA, atuou num processo de incidência coletiva junto ao Estado brasileiro para aumento do financiamento direto às OSC/Aids, o que acabou por resultar, por exemplo, no apoio do governo, em 2014, à criação do Fundo PositHIVO, com o qual passamos a estabelecer parcerias. As parcerias, entretanto, não são apenas pela possibilidade de acesso a recursos via editais, mas porque consideramos iniciativas como as do Fundo estratégicas na medida em que alcançam entidades com poucas condições de acessar grandes volumes de recursos para o trabalho com HIV e outras ISTs e se alinham à preocupação da Gestos de beneficiar populações negligenciadas por políticas públicas. Além disso, internacionalmente, o Fundo PositHIVO tem se somado aos esforços do movimento Aids global e mostrado, no seu diálogo com outros doadores, as graves implicações do retrocesso no financiamento da luta contra a Aids: se considerarmos, por exemplo, a ajuda

oficial para o desenvolvimento, incluindo a contribuição dos Brics, verificaremos que a alocação de recursos para a saúde aumentou cerca de 1,4% ao ano, enquanto a destinação para a Aids vem diminuindo cerca de 1,9% a cada ano. A UNAids, da mesma forma, aponta que os valores doados para Aids em 2016 representam uma redução de 7% no financiamento em comparação com 2010, cenário altamente preocupante quando consideramos as suas próprias projeções de que, em 2017, um corte de 10% em doações globais para Aids implicará em mais de cinco milhões de mortes até 2030.

Em tal contexto, de constante diminuição de recursos, entendemos que o fortalecimento da Gestos – e sua sobrevivência – só tem sido possível pelas características anteriormente descritas e pela ampliação do nosso escopo de atuação, alinhadas à nossa atuação responsável e ética. Nesse sentido, é possível afirmar que alcançamos um acúmulo progressivo de *softpower*, como colocado por Nye (2011, p. 83), numa perspectiva de que este depende de credibilidade (e é um de seus indicadores). Sem dúvida, a credibilidade conquistada tem nos possibilitado alianças com organizações da sociedade civil de variados setores. Hoje, inclusive, compomos o coletivo facilitador do GT da Sociedade Civil para Agenda 2030,<sup>3</sup> que reúne organizações dos campos ambiental, social e econômico.

Esse fato, para nós, é um indicador relevante. E essa capacidade de articulação e de dialogar com diferentes agentes sociais pode ser analisada a partir de uma perspectiva construtivista como a defendida por Becker (2009, p. 2), de que nada, a rigor, está pronto, acabado, e de que, especificamente, nosso conhecimento (inclusive nosso conhecimento para a ação política) se constitui pela possibilidade e experiência de interação com esses tantos outros atores no mundo.

Dois outros grandes aprendizados ao longo de duas décadas de atuação, foram: a) a importância de termos desenvolvido uma política de comunicação como ação estruturante não de visibilidade, mas de intervenção política (o que se tornou também uma importante referência da instituição). Até porque, diferente dos atores estatais, a Gestos não dispõe de outros tipos de poder – *hard or smart power* – e Nye (2011) é muito específico a esse respeito: “a melhor propaganda não é propaganda, é a verdade, apresentada da melhor maneira”; b) a construção de metodologias e abordagem participativas com o público beneficiário e parceiros.

Hoje, tal experiência nos permite estabelecer diálogos mais maduros e profícuos entre diferentes atores sociais, mesmo atuando constantemente em tabu-

---

3 <https://brasilnaagenda2030.org>.

leiros onde as disputas por ideias (e, claro, por recursos e espaços) nem sempre ocorrem de forma transparente e justa. Mas precisamos insistir, como pressuposto, na necessidade de incentivar diálogos que não se pautem pela falsa ilusão de que o pluralismo de ideias não pressupõe antagonismos. Preferimos, em vez disso, reconhecer as diferenças e tentar estabelecer relações baseadas em respeito entre as partes, como pressupõem os processos democráticos, assim como o compreendido por Mouffe (2005, p. 20):

Vislumbrada a partir da ótica do “pluralismo agonístico”, o propósito da política democrática é construir o “eles” de tal modo que não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários, ou seja, pessoas cujas ideias são combatidas, mas cujo direito de defender tais ideias não é colocado em questão. Esse é o verdadeiro sentido da tolerância liberal democrática, a qual não requer a condescendência para com ideias que opomos ou indiferença diante de pontos de vista com os quais discordamos, mas requer, sim, que tratemos aqueles que os defendem como opositores legítimos.

Tal perspectiva é essencial para retomar diálogos e ressignificar as relações políticas no Brasil, imbricado em um contexto geopolítico global de incertezas, com acirramento das guerras, com as tentativas de enfraquecimento do multilateralismo, com o avanço de forças contrárias à consolidação dos direitos e ao desenvolvimento sustentável. Principalmente porque, ante uma crise política que polariza a sociedade, num ambiente cada vez menos democrático e mais intolerante e violento, lidar com os problemas estruturais brasileiros, 24 anos após a criação da Gestos, é ainda mais desafiador diante da missão de contribuir para a construção de sociedades equitativas.

Nesse sentido, é fundamental manter a capacidade de resistência e atuação das organizações que se dedicam incansavelmente à efetivação da justiça social, ao manejo sustentável do meio ambiente e ao fortalecimento da democracia – inclusive da democracia econômica.

## **Bibliografia**

BECKER, F. *O que é construtivismo?* Porto Alegre: UFRGS, 2009. Disponível em: <https://goo.gl/wQKGm1>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BUENO, Elen de Paula. *O construtivismo nas relações internacionais*. 2006. Disponível em: <http://www.mundori.com/artigosAntigos/detalhes/548>. Acesso em: 20 out. 2017.

MOUFFE, Chantal. *The Democratic Paradox*. Londres: Nova York: Verso, 2005.

NILO, Alessandra. *A participação da sociedade civil na Agenda 2030 da ONU e a política externa brasileira: um exercício de democracia nas relações internacionais*. Recife, 2016. 59f.

NYE, Joseph S. *The Future of Power*. EUA: Public Affairs, 2011.

# Cese: quatro décadas apoiando movimentos por direitos<sup>1</sup>

---

*Antonio Dimas Galvão<sup>2</sup>*

*José Carlos Zanetti<sup>3</sup>*

*Viviane Hermida<sup>4</sup>*

## **A Cese e o papel dos fundos independentes no apoio a movimentos e organizações da sociedade civil brasileira**

A Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese) é uma entidade ecumênica fundada em 1973, em plena ditadura militar. Sua missão é fortalecer organizações da sociedade civil, especialmente as populares, empenhadas nas lutas por transformações políticas, econômicas e sociais que conduzam a estruturas nas quais prevaleça democracia com justiça social. Para cumprimento de sua missão, tem como principal linha de ação a intermediação de recursos financeiros para apoio a projetos do movimento popular.

Tendo como princípio fundamental de sua ação a igualdade de direitos, a Cese estabeleceu quatro políticas referenciais para nortear seu trabalho: direito a terra, água e território, direito à cidade, direito a trabalho e renda e direito à identidade na diversidade.

Em sua trajetória de quase 45 anos, já apoiou mais de 12 mil projetos em todo o Brasil, beneficiando cerca de 11 milhões de pessoas. Nos últimos 17 anos, foram pouco mais de R\$ 65 milhões transferidos para projetos populares atra-

---

1 A primeira versão deste artigo foi publicada na coletânea *Investimento Social Independente*. São Paulo: Gifé, 2014.

2 Graduado em Filosofia. Atual coordenador de Projetos e Formação da Cese.

3 Economista com especialização em Desenvolvimento e Gestão Ambiental pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É militante de direitos humanos e faz parte do Comitê Baiano Pela Verdade. Assessor de Projetos e Formação da Cese.

4 Graduada em Psicologia, mestrá em Antropologia na London School of Economics and Political Science (LSE) e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA. Feminista e militante pelo direito à cidade em Salvador. Assessora de Projetos e Formação da Cese.

vés dos vários programas existentes na instituição, especialmente do Programa de Pequenos Projetos que funciona desde a sua fundação.

A Cese abraça os seguintes princípios éticos: compromisso com justiça e práticas democráticas; lisura e transparência na gestão de recursos nas esferas governamentais e não governamentais; participação popular na gestão pública; promoção de relações sociais baseadas na equidade, sem discriminação de raça, etnia, gênero, orientação sexual, credo religioso e opinião política; defesa do desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo, culturalmente diverso e ambientalmente sustentável; e valorização da diversidade religiosa e do diálogo intereclesial e inter-religioso.

A Cese é fruto de uma reflexão e articulação entre lideranças de igrejas comprometidas com a justiça e contrárias às violações dos direitos humanos durante o regime militar. A base teórica dessa opção era a Teologia da Libertação, que inspirou setores significativos de algumas igrejas históricas do ramo protestante e da Igreja católica romana para sua ação num mundo injusto e desigual. Nasceu pioneira na criação de um fundo de apoio a grupos populares para a defesa de direitos e justiça social numa perspectiva de restabelecimento da democracia abortada pelo regime de exceção.

Sendo a Cese uma expressão do movimento ecumênico, os recursos para sua ação provinham, historicamente e majoritariamente, da cooperação ecumênica internacional, com uma parte apenas simbólica das igrejas nacionais associadas. Apesar de ser um fundo delegado por essas agências, abrigado em uma organização de base eclesial, a autonomia e a independência da Cese foram fundamentais para a definição das políticas, dos critérios e das estratégias de apoio que orientaram sua atuação ao longo de quatro décadas de existência. A autonomia e independência na sua atuação foi garantida graças ao processo de fundação da instituição, pela sua arquitetura de governança, mas, sobretudo, pela credibilidade política dos personagens que se envolveram no processo e por serem eles conhecedores da realidade brasileira. Pode-se afirmar, em suma, que até os anos 2000, a Cese era a única organização que atuava no campo da filantropia de justiça social, apoiando movimentos e organizações da sociedade civil brasileira.

Nessa longa trajetória, a Cese foi aprimorando seus mecanismos de apoio a grupos populares e criando novos programas para apoio a projetos. Não mudou sua percepção sobre a importância desse serviço como estratégico para o fortalecimento dos movimentos sociais e da intervenção institucional. No Brasil, superamos a ditadura e construímos uma democracia permeada de fragilidades, que avançou, mas, após o golpe parlamentar de 2016, retrocedeu de forma profunda; o padrão de desenvolvimento adotado pelos governantes é calcado

na exportação de matérias-primas, no consumo, em grandes projetos, concentrador das riquezas e desigual regionalmente, o que o faz insustentável como modelo; a população se multiplicou rapidamente; a concentração da terra não mudou e houve uma explosão urbana descontrolada e com índices de violência assustadores; leis e programas sociais foram constituídos, mas há recuos quanto à formulação, implementação e ao controle social; os indicadores sociais melhoraram no geral, mas continuamos sendo um dos países mais desiguais do mundo, com profundas violações de direitos em vários campos; temos uma sociedade civil muito mais plural e mais bem organizada que interfere e incide sobre a política e sobre as políticas públicas, mas que sofre um revés no momento de crise política, sendo criminalizada por sua atuação como ator político. Nesse processo bastante complexo, de muitas e gigantescas contradições, outros fundos autônomos foram sendo constituídos (FUNDOS POPULARES, 2013) para apoiar organizações da sociedade civil na perspectiva da defesa de direitos. Poderíamos dizer que o embrião da Rede de Fundos Independentes tem origem num movimento iniciado nos anos 2000 com o surgimento da maioria das organizações que hoje a compõem. Articulações entre esses atores foram se plasmando para potencializar a estratégia política e fortalecer sinergias e atuação conjunta (LESSA e HOPSTEIN, 2013).<sup>5</sup> Da mesma maneira, outros atores, com concepções, modelos e diferentes perspectivas, também foram constituindo fundos para atuar na esfera da sociedade civil – no campo empresarial, familiar e governamental.

Considerando essa arquitetura existente, os fundos ou investidores sociais independentes ocupam um lugar diferenciado no setor por um conjunto de características comuns. A mobilização popular para a luta política não é apenas legítima, mas necessária para a radicalização e consolidação do processo democrático, e, por isso, deve ser estimulada. Sem interferência da sociedade civil, não há democracia. Para os fundos independentes, a sociedade civil se expressa na ação dos movimentos e organizações populares que atuam especialmente com populações que têm seus direitos violados ou não reconhecidos. Essas populações são sujeitos de direitos e não apenas beneficiárias das ações.

Apoio a processos de transformação libertadora, reconhecendo o papel protagonista das organizações na luta política emancipatória, bem como reafirmando sua autonomia em relação a partidos políticos, religiões, governos e financiadores. Nesse sentido, os projetos apoiados são concebidos como parte de um processo político maior, ainda que a ação de um grupo aparente certo

---

5 Articulação de Fundos de Pequenos Projetos, 1995. Há também a Articulação de Fundos de Pequenos Projetos da América do Sul, que reúne fundos de sete países e conta com participação do Brasil: Cese, Fundação Luterana de Diaconia (FLD), Fase-Saap e Fundo Brasil de Direitos Humanos.

isolamento ou desconexão com outras lutas. Por exemplo, um grupo de mulheres em uma comunidade que se mobiliza contra a violência doméstica está sintonizado com a luta das mulheres de maneira mais ampla. Processos articulados, em rede ou outras modalidades que agrupem organizações populares para a ação são valorizados e estimulados como estratégicos para a intervenção na sociedade, nas políticas públicas e para melhor atingimento de objetivos. O “projeto dentro do processo”.

O acesso a recursos financeiros pelos grupos mais vulneráveis e informais é facilitado a partir de instrumentos adequados para garantir a tramitação em bases formais, além de agilidade no processo de contratação. No entanto, os fundos cumprem um papel que ultrapassa o de financiador de projetos, se colocando na condição de parceiros na luta política dos grupos apoiados, advogando por causas comuns, se articulando para ações conjuntas, viabilizando processos de formação para o fortalecimento institucional e para a incidência tanto na sociedade quanto na política. Nesse sentido, a relevância da ação político-organizativa e do processo da luta junto à sociedade e aos públicos-alvo é considerada mais importante que a eficácia dos números olhados isoladamente e dos resultados meramente quantitativos.

A metodologia utilizada pelos fundos com relação ao apoio tem um olhar pedagógico e educativo sobre a gestão dos recursos repassados aos grupos. Em linhas gerais, pode-se afirmar que os fundos independentes e a Cese atuam no sentido de favorecer a visibilidade pública e a afirmação de sujeitos coletivos e/ou novas identidades – normalmente discriminadas ou invisibilizadas – como atores políticos relevantes para a defesa e afirmação de direitos, tais como populações tradicionais, indígenas, quilombolas e população negra, mulheres, moradores em situação de rua, público LGBT+, povos de santo. Por isso, conseguem chegar em todos os recantos do país, e é rica a diversidade de organizações proponentes, de públicos atendidos e de temas abordados nos projetos apoiados. Além disso, os fundos independentes proporcionam modalidades diversas de capacitação em mobilização e gestão de recursos, fortalecimento institucional, elaboração de projetos e diversos outros temas relevantes para as organizações apoiadas.

Sua forma de atuação é reconhecida e valorizada por movimentos e organizações populares que atuam no campo dos direitos (entendidos em sua dimensão econômica, social, cultural e ambiental). Em encontro da Cese com

movimentos sociais do Brasil,<sup>6</sup> os participantes reafirmaram que os fundos de projetos, como os da Cese, são alguns dos poucos espaços em que as organizações que lutam por direitos podem dialogar abertamente e aos quais podem recorrer para desenvolver suas ações de mobilização social, realizar seus processos de formação política, fazer pressão sobre determinadas questões que vicejam no meio do movimento, mas que não encontram amparo e apoio em outras fontes de recursos existentes no Brasil. Além disso, os fundos desempenham um papel relevante para a mudança de valores e na construção de uma nova cultura democrática.

A defesa de direitos e a participação popular estão intimamente conectadas com o aperfeiçoamento da democracia. Nesse sentido, as ações das organizações apoiadas pelos fundos incidem necessariamente sobre o conjunto das políticas públicas, sendo o Estado e as instâncias governamentais, seja em âmbito federal, estadual ou municipal, caixa de ressonância principal da intervenção e da pressão, uma vez que têm a responsabilidade, *lato sensu*, de garanti-las para o conjunto dos cidadãos.

Nos últimos 20 anos, a criação de programas de governo e de políticas de Estado, de instâncias de representação, como conselhos, bem como de leis específicas, são exemplos de conquistas no âmbito das políticas públicas, fruto, em grande parte, da pressão e intervenção dos movimentos sociais ao longo dos anos. Destacamos o Programa de Aquisição Antecipada da Agricultura Familiar (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a Lei Maria da Penha, cotas raciais nas universidades, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), bem como o que há de avanços em relação à reforma agrária e a direitos territoriais de populações tradicionais. Apesar de o papel do Estado ser fundamental para a efetivação dessas políticas, diversos outros atores, inclusive essas mesmas organizações, podem contribuir para a formulação, a implementação, o controle e até mesmo a execução destas.<sup>7,8</sup>

---

6 Encontro realizado bianualmente pela Cese com representações de movimentos e organizações sociais, espaço no qual os participantes trazem contribuições avaliativas para a ação institucional e indicam sugestões para o planejamento futuro, permitindo à Cese uma “sintonia fina” com o contexto da ação dos movimentos.

7 O Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), formulado e executado pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), é um exemplo.

8 Com a ascensão de Michel Temer ao poder após o golpe parlamentar que depôs Dilma Rousseff da Presidência da República no final de 2016, observa-se um desmonte de programas e políticas sociais importantes, bem como de espaços de participação.



Importante ressaltar que os fundos independentes cumprem uma função de apoio aos movimentos, não os substituindo no papel estratégico de intervenção e participação em espaços de representação existentes, ainda que exerçam papel de protagonistas nos processos de discussão e de formulação de inúmeras iniciativas relacionadas ao tema<sup>9</sup> visando reforçar esse campo político.

### **Apoio a pequenos projetos**

O Programa de Pequenos Projetos tem alcance nacional, com prioridade para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Atende demandas da população rural e urbana que vive diretamente as consequências das desigualdades no Brasil, lutando de forma organizada pela afirmação de direitos individuais e coletivos. Esse público é diversificado, incluindo camponeses/as, povos indígenas, quilombolas, extrativistas, trabalhadores/as da economia popular solidária, mulheres, população negra, pessoas com deficiência, população de rua, entre outras categorias. Em todas elas, a Cese dá especial prioridade às mulheres, apoiando organizações e ações específicas, bem como valorizando a dimensão de gênero e o protagonismo feminino nas iniciativas de organizações mistas. Contempla principalmente iniciativas locais oriundas de organizações com poucas chances de acesso a outras fontes de financiamento, mas também inclui suporte a ações estratégicas de movimentos e articulações regionais e nacionais, o que mantém a Cese sintonizada com as lutas da sociedade civil em momentos-chave da conjuntura brasileira.

Para acessar o Programa, os projetos devem promover a realização de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; exercer função educativa, incentivando as comunidades envolvidas a tomar consciência tanto da realidade social local quanto da geral e de como essa realidade pode ser transformada; preparar a população interessada para o exercício dos seus direitos de participação democrática nos diversos níveis de decisão da sociedade, possibilitando-lhe intervir na formulação e fiscalização das políticas públicas; fortalecer a organização comunitária e afirmar sua autonomia; e ter um potencial multiplicador.

Os programas de apoios a projetos da Cese são financiados atualmente por Brot für die Welt/EED (Pão para o Mundo, Alemanha), Terre des Hommes Schweiz, Wilde Ganzen (Gansos Selvagens, Holanda), Apletton Foundation (EUA), HEKS (Serviço das Igrejas Protestantes da Suíça), ICCO Cooperation (Holanda), Instituto C&A (Brasil), Kerkinactie (Igreja em Ação, Holanda), Misereor (Alemanha) e União Europeia.

---

9 O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) é o caso mais recente, com participação de alguns fundos na Plataforma.

No programa de apoio, são realizadas ações de formação para as organizações populares como cursos, encontros, intercâmbios, publicações e estímulo à articulação. A Cese dispõe de um sistema de planejamento, monitoramento e avaliação (PMA) do Programa de Pequenos Projetos; realiza avaliações de efetividade dos apoios de forma a verificar em que medida eles contribuem para mudanças sociais, políticas, econômicas e para a efetivação dos direitos humanos. Também realiza estudos de impacto para verificar qual a parcela de contribuição do Programa para mudanças reais e duradouras nas vidas das comunidades.

### **Direitos humanos e rede de doadores individuais: desafios a serem enfrentados**

A diminuição do apoio da cooperação internacional traz um imenso desafio para a sustentabilidade dos movimentos, dos fundos independentes e das organizações da sociedade civil no Brasil. Um dos principais entraves à sensibilização dos cidadãos para a solidariedade a esse campo é a resistência ao tema, genericamente falando, dos direitos humanos disseminada na sociedade. Tal resistência foi sendo percebida a partir dos anos 1980, quando a grande mídia iniciou uma onda de criminalização dos movimentos sociais ao noticiar as marchas, ocupações de terra e de órgãos públicos por movimentos camponeses em defesa da reforma agrária no Brasil. Nos últimos 15 anos, houve uma ampliação das vozes da criminalização, reforçadas por setores do Judiciário e muitos outros oponentes<sup>10</sup> da luta política travada pelos movimentos populares. Ampliaram-se também os alvos dos ataques: negros, indígenas, quilombolas, mulheres, público LGBT+, povos de santo, entre outros. Justifica-se a violência contra o cidadão comum flagrado em delito, negando-lhe a condição de sujeito de direitos.<sup>11</sup> Tudo isso feito publicamente, com todas as letras, nas redes sociais e outras mídias de grande alcance. Nesse cenário de negação dos direitos, os fundos independentes têm um desafio anterior ou simultâneo em relação ao doador individual ou potencial colaborador. Para além de criar mecanismos visando à fidelização desse público, em grande parte contaminado por essa ideologia criminalizadora dos movimentos sociais, é necessário estabelecer, acima de tudo, uma relação criativa e pedagógica de forma a desconstruir uma percepção negativa sobre o tema dos direitos humanos, comunicando outros valores, sedimentando uma nova consciência cidadã e ampliando a percepção e o sentido da democracia. Nessa perspectiva, a comunicação – nas suas mais variadas

---

10 São exemplos: bancadas ruralista, da bala e da Bíblia no Congresso Nacional; âncoras de noticiários televisivos sensacionalistas com forte penetração nas camadas populares; grupos diversos espalhados nas redes sociais; entre outros.

11 Não raro, defensores dos direitos humanos são identificados como “defensores de bandidos”.

formas – adquire papel estratégico para os fundos independentes, uma vez que os valores, a missão, o planejamento, as principais ações devem ser divulgados como um portal de diálogo e um estímulo à participação na vida da instituição. Da mesma forma, a disponibilização transparente e pública dos dados relacionados aos recursos manejados – onde e em que foram aplicados e quais projetos foram apoiados – são fundamentais para sensibilizar possíveis colaboradores e fidelizar os que já abraçaram a causa. Possibilitar participação em atividades da instituição, facilitar intercâmbio com projetos apoiados e grupos populares, estimular o engajamento em campanhas e causas diversas, informar sobre datas e atividades que estão acontecendo também pode contribuir para enriquecer a relação com os doadores individuais e o fortalecimento da sua pertença à causa.

### **A dinâmica da relação com agências de cooperação internacionais**

Agências de cooperação internacionais estão na matriz dos apoiadores de diversos fundos existentes no Brasil desde a década de 1970 e ganharam ainda mais relevância na década de 1980, quando outros fundos foram constituídos ou começaram a atuar na perspectiva dos direitos. Ainda nesse período, essas agências já anunciavam a diminuição do apoio ou a exclusão do Brasil de suas prioridades. No início dos anos 2000, algumas agências começaram a consumir o fato anunciado, alegando, além da crise, outras razões: o Brasil avançava na condição de um país de renda média, mostrava índices de desenvolvimento com indicadores econômicos em ascensão. Nos últimos anos, sobretudo no contexto da grave crise de 2008, houve um movimento forte nesse sentido, com algumas delas saindo definitivamente, outras se remodelando ou montando estruturas para atuar no País, inclusive disputando recursos nacionais com organizações brasileiras. O Brasil é um rico e criativo laboratório de intervenção social, especialmente no âmbito da sociedade civil organizada, e, conhecendo esse potencial, as agências internacionais continuaram exercendo seu papel geopolítico na região, como ilustram as sucessivas edições do Fórum Social Mundial realizadas no Brasil. Além disso – mesmo com a renda média alcançada e com indicadores socioeconômicos em ascensão –, a concentração da renda, do poder, das riquezas, bem como a violação de direitos, continuam fazendo do Brasil um dos campeões em desigualdades e em assustadores índices de violência. Esses dois fatores são relevantes para um papel proativo dos fundos a fim de estabelecer novos processos de diálogo e convergências com organizações e agências de cooperação internacional visando à ampliação do apoio já existente ou à busca de novas modalidades de parcerias para a manutenção de sua presença em nosso território. Além disso, os fundos podem contribuir (e já vêm fazendo isso) para o fortalecimento de intercâmbios na relação Sul-Sul com organiza-

ções e grupos apoiados pelas agências em outros países;<sup>12</sup> em estudos relativos à contribuição da cooperação no impacto sobre os direitos das populações beneficiárias; em campanhas de sensibilização sobre o Brasil em seus países de origem, especialmente através de tecnologias de comunicação e divulgação;<sup>13</sup> na incidência conjunta para ações políticas e de mobilização de recursos. Outra modalidade de colaboração nesse campo é a articulação conjunta em espaços mais amplos de incidência, especialmente no âmbito internacional, para discutir globalmente a participação dos povos nas questões de desenvolvimento e direitos, bem como na mobilização de recursos.

### **Os fundos independentes e os investidores sociais privados: diferenças, limites e possibilidades de cooperação**

Antes de entrar no mérito, vale identificar premissas que evidenciem elementos relacionais mais ou menos inescapáveis no campo dos investimentos que têm a ver com o presente e o futuro da sociedade brasileira, e do seu desenvolvimento. Contudo, não há como desconsiderar que o déficit republicano e a desigualdade, mais do que a pobreza, explicam os elevados índices de violência e violação de direitos nas cidades inchadas e nos campos esvaziados como algo historicamente construído, que alcança diversos atores sociais que padecem e sofrem com diferentes entonações de um mal-estar generalizado. Em suma, o padrão de desenvolvimento em que vivemos está chegando a um esgotamento. Se não houver uma mudança de paradigma do atual modelo, não é difícil imaginar onde poderemos chegar, tantas são as evidências de barbárie. Apesar de tamanho desconforto colocado aos diferentes atores, há também a percepção de uma cidadania em movimento e, certamente, de pontos de interesse comum a serem trabalhados. Se partirmos do pressuposto de que compartilhamos, em muitos aspectos, essa mesma compreensão, talvez esteja aí um campo fértil de possibilidades para uma sinergia positiva e criativa entre fundos independentes e setor privado no compromisso que temos para sonhar com outro modelo de desenvolvimento que esteja ancorado numa economia socialmente justa e ambientalmente sustentável. Temos consciência de que somos atores estratégicos

---

12 Já foi citado anteriormente o apoio de Pão Para o Mundo para a articulação de fundos de pequenos projetos na América do Sul. Em 2012, essa mesma agência realizou estudo com grupos de produção comunitária em quatro países apoiados por fundos de pequenos projetos. No Brasil, contribuíram Cese e FLD. O objetivo foi detectar outros impactos, para além da renda proporcionada pela produção, desses apoios na vida das comunidades.

13 Duas agências de cooperação europeias (PPM, da Alemanha, e ICCO, da Holanda) produziram reportagens sobre o Brasil, no contexto da Copa do Mundo, que foram veiculadas naqueles países para incidência política e mobilização de recursos. As reportagens focaram algumas populações impactadas pelas obras da Copa, que falaram por intermédio de suas organizações.

e ocupamos distintos papéis na sociedade brasileira, com interesses também distintos. No entanto, temos a responsabilidade comum de dar sentido à função republicana de nossas organizações, que cumprem um papel na sociedade, de forma a construirmos uma nova síntese civilizatória.

Na parte das contribuições dos fundos independentes para o setor privado, destacamos alguns pontos possíveis:

- Contribuir no diálogo com a opinião pública para desconstruir uma visão discriminatória e criminalizante dos direitos humanos e dos movimentos sociais.
- Um interessante ponto de partida poderia ser a difusão e consideração dos princípios vigentes no Pacto Global estabelecido pela ONU (*Global Compact*) em relação ao mundo empresarial. Referir-se aos estatutos político-jurídicos que devem ou deveriam nortear a noção de desenvolvimento sob o Estado de direito. Outro bom exemplo, como observatório e busca de compromisso, é o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc).<sup>14</sup>
- Incidir conjuntamente no campo dos direitos e no avanço das políticas públicas, a exemplo dessa mobilização em curso de um amplo espectro de movimentos e instituições cobrando para que o Estado brasileiro destine 10% do PIB à educação.
- Desafiar o Investimento Social Privado (ISP) para que amplie seu campo de atuação para além de temas restritos e menos polêmicos, na expectativa de que tais iniciativas repercutam no próprio arejamento das ações no campo da Responsabilidade Social Empresarial (RSE).
- Dialogar para que reconheçam o papel dos movimentos sociais na arquitetura democrática, sem os quais a democracia não perduraria.
- Sensibilizar o campo do ISP para que reconheça o papel dos fundos e busque formas de contribuir financeiramente para seus programas e projetos, reconhecendo também sua *expertise*, credibilidade pública conquistada e capilaridade junto ao movimento social. Mostrar parcerias de sucesso com o investimento social privado já existentes no campo dos direitos, cujo processo está se dando com sinergias positivas e tensionamentos construtivos

---

14 O Pidesc, junto com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP), foi promovido pela ONU em 1966, ainda na vigência da Guerra Fria, e constitui importante avanço na regulamentação de direitos a partir da Declaração Universal de 1948. O Brasil passou a ser signatário desses pactos apenas em 1992.

que apontam para um maior engajamento e compromisso no campo dos direitos.

- Demonstrar que iniciativas em curso entre fundos independentes e ISP possibilitam inúmeros aprendizados e resultados na transformação social, a exemplo das parcerias Cese-IC&A, ASA-Febraban, CAA-NM e Natura etc., tanto no plano educacional e da arte-educação quanto no campo da intervenção nas cadeias produtivas, nos desafios da agroindústria na agricultura familiar – pesquisa, rotulagem, comercialização, no tratamento e estudos de viabilidade dos resíduos sólidos pelas cooperativas de reciclagem etc.
- Retomar, em novas bases, a discussão sobre os desafios colocados à chamada “economia verde”, projetos que enfrentem os desafios das mudanças climáticas (medidas de mitigação e adaptação): controle dos desmatamentos, planos de manejo florestal, serviços ambientais (reconhecimento das populações tradicionais como detentoras de saber e guardiães da biodiversidade), entre outros.

### **Desafios e perspectivas para os fundos independentes**

Os fundos independentes, especialmente aqueles que contam historicamente com o apoio da cooperação internacional, encontram-se diante de grandes desafios tendo em vista as mudanças no cenário da cooperação. Entre os maiores, destacam-se:

- Dar continuidade à articulação com outros parceiros, incluindo os investidores sociais privados, no sentido de avançar para mudanças no marco legal que trata das relações dos governos com a sociedade civil, incluindo o repasse de recursos (MROSC).
- Trabalhar, de forma articulada, para a incidência sobre a legislação brasileira, visando criar um marco legal em relação aos incentivos fiscais para estimular o cidadão comum à doação.
- Alguns fundos contam com *endowments* (fundos patrimoniais), no entanto, não há lei no Brasil que regule essa prática e que dê segurança jurídica para que as organizações implementem essa modalidade em sua gestão. Estudar mais sobre o assunto, especialmente em relação aos aspectos legais; intercambiar com organizações similares que possuem essa experiência de forma a acumular conhecimento suficiente para definir estratégias de incidência nesse campo.

- Capacitar e estruturar as organizações gestoras dos fundos de forma profissionalizada para poder enfrentar os enormes desafios no campo da comunicação institucional com o grande público para atingir três grandes objetivos: tornar o trabalho dos fundos mais conhecido, construir uma nova percepção sobre os direitos na sociedade e mobilizar recursos junto a um público mais amplo.

Considerando o cenário de crise profunda na democracia do País, reafirma-se a relevância dos fundos independentes como componente fundamental para o fortalecimento da sociedade civil e a consolidação da democracia. Sabidamente, medidas inclusivas que cabem ao Estado não são tomadas na velocidade desejada, a despeito da boa vontade dos governantes, deixando um espaço importante para os fundos investirem sinergicamente em experiências com efeito demonstrativo e bagagem qualificada para propor e cobrar mais políticas públicas. O aporte de novas tecnologias sociais, a aposta em novas frentes de incidência onde sejam mais agudos os dilemas socioambientais, a identificação e o reconhecimento de novos sujeitos de direitos também se colocam como propostas atraentes ao diálogo entre os fundos independentes e o investimento social privado de maneira a reafirmar, como nos inspira Milton Nascimento, “essa estranha mania de ter fé na vida”.

## Referências

ARTICULAÇÃO DE FUNDOS DE PEQUENOS PROJETOS. Salvador: Cese, 1995.

FUNDOS POPULARES: formar redes e transformar realidades. *Proposta*. Revista Trimestral de Debate da Fase, ano 37, nº 126, 2013.

II SEMINÁRIO INTERNO DA CESE sobre acesso a fundos públicos e privados. *Relatório*. Salvador, 2004.

JAKOBSEN, Keld. *Estratégia do movimento social brasileiro e a relação com o setor privado: desafios e oportunidades*. [s. l.], ago. 2009.

LESSA, Candace; HOPSTEIN, Graciela. Transformando a filantropia no Brasil: o fenômeno da Rede de Fundos Independentes para a Justiça Social. In: MENDONÇA, Patricia; ALVES, Mario Aquino; NOGUEIRA, Fernando (Orgs.). *Arquitetura institucional de apoio às organizações da sociedade civil no Brasil*. São Paulo: FGV, 2013.

O DESAFIO DA RELAÇÃO ENTRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O SETOR EMPRESARIAL. Salvador: Cese/PAD, 2006.

# As mídias livres e os movimentos culturais na defesa de direitos

---

Ivana Bentes<sup>1</sup>

Em um país no qual os meios de comunicação corporativos funcionam como uma mídia-Estado, rivalizando com governos e incidindo sobre políticas públicas, o fortalecimento da capacidade de comunicação e disputa de narrativas da sociedade civil se torna ainda mais urgente e decisivo, principalmente em um cenário de enorme assimetria e desigualdades raciais, de gênero, econômicas.

Nesse cenário, o campo da comunicação passa a ser estratégico e o debate histórico do acesso aos meios e sua democratização, que começa com as mídias de massa, atinge uma nova configuração com as redes sociais.

Sem termos um marco regulatório das comunicações, com uma legislação arcaica e defasada, com a ausência de regulamentação da maioria dos artigos dedicados à comunicação na Constituição Federal de 1988, chegamos a um novo estágio sem termos concluído ou avançado nos processos de democratização dos meios tradicionais.

Ao mesmo tempo, as urgências do presente produziram formas de apropriação tecnológica e usos novos dos meios e das mídias que apontam para um novo campo que chamamos de midialivrismo e/ou midiativismo e que nos parece decisivo mapear, apoiar e fomentar. Um campo de onde emergiu uma massa de mídias e que produziu um processo de autoformação pelas mídias e para as mídias que atravessa e potencializa os movimentos sociais e culturais de novo tipo e os movimentos tradicionais, além de se mostrar decisivo para os grupos que lutam por justiça social, justiça racial, direitos urbanos, equidade de gênero etc.

A democratização, o acesso e o financiamento às mídias são dos temas mais reivindicados pelas organizações civis brasileiras que entendem a comunicação não apenas como “ferramenta”, mas como uma das novas formas de organização

---

1 Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Participou da constituição do Fórum de Mídia Livre e atua em diferentes movimentos e iniciativas de mídia livre no Brasil. Foi secretária de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura de 2015 a 2016, quando retomaram o Edital de Mídia Livre. É autora, entre outros, de *Mídia-Multidão. Estéticas da comunicação e biopolíticas* (Mauad X, 2015).



social. Em uma sociedade da informação, das redes, do conhecimento, faltam políticas públicas, apoios e financiamento para as mídias livres, constituindo e consolidando uma nova ecologia midiática. Um entendimento que vem se ampliando e disseminando nas últimas décadas com a comunicação pós-mídias digitais e a entrada em cena de uma multidão de novos atores e movimentos.

A mídia e os processos de comunicação guardam, hoje, uma relação direta com a visibilidade, aceitação e rejeição dos mais diferentes grupos sociais em relação às questões da diversidade cultural, equidade de gênero, direitos humanos.

Os meios de comunicação podem desempenhar tanto um papel de promoção quanto de violação dos direitos de grupos sociais, o que implica novas estratégias que assegurem não apenas o acesso aos meios de comunicação, mas uma ampliação do poder de disputa contínua no espaço público, nas ruas e nas redes sociais, nos meios e mídias corporativas e nos territórios.

### **A nova ecologia midialivrista**

A utilização e conceituação do termo mídia livre ganhou força (ressignificando e ampliando os conceitos de mídia independente, mídia alternativa, mídia contra-hegemônica) no início dos anos 2000, tendo como contexto as transformações tecnológicas e a emergência das plataformas e redes sociais que deram acesso e visibilidade a novos sujeitos sociais e políticos que emergiram no Brasil, vindos das bordas, das periferias, das minorias.

Mais do que isso, as tecnologias e mídias livres vêm dando visibilidade a toda uma produção cultural – *hip-hop*, *funk*, teatro de rua, *slam*, dança, saraus, audiovisual etc. – que surge não como produto da indústria cultural, mas como produção de base comunitária. Um discurso cultural e político “fora de lugar”, que não vem da universidade, não vem do Estado, não vem da mídia corporativa, não vem de partidos políticos, e que coloca em cena novos mediadores e produtores de cultura: *rappers*, *funkeiros*, *b-boys*, jovens atores, *performers*, favelados, desempregados, subempregados, produtores da chamada economia informal, grupos e discursos que vêm revitalizando os territórios da pobreza e reconfigurando a cena cultural urbana.

A cultura surge aqui não como um “setor” simplesmente, dividido em corporações e categorias vindas da indústria cultural, mas como um campo que tem uma base social em expansão: os produtores simbólicos que disputam narrativas e que também são a nova classe trabalhadora do capitalismo da informação: o “preariado” ou “cognitariado” base de um emergente movimento social das culturas.

A mudança decisiva se deu a partir do contexto em que os meios de produção cultural se disseminaram e os meios de comunicação e informação fo-

ram massificados (internet, redes sociais, *smartphones* etc.) e apropriados por produtores de cultura e de mídia. No contexto do capitalismo informacional e cognitivo, onde o conhecimento é o produto, ele chega a todos os meios sociais, mesmo que de forma desigual e assimétrica.

Nesse contexto, emergem também movimentos políticos por direitos (Juventude Negra Viva, movimentos LGBTQI, Primavera das Mulheres, resistência indígena etc.) para os quais as culturas próprias desses grupos e as mídias livres são decisivas para se produzir incidência nas redes e nas ruas.

Uma das referências para a consolidação do campo da mídia livre e o mapeamento de suas potencialidades e embates foi a realização do I Fórum de Mídia Livre (FML), em 2008, na Escola de Comunicação da UFRJ (ECO-UFRJ), que reuniu cerca de 500 participantes. Tratava-se de pensar políticas públicas, ações, redes de apoio e sustentabilidade para os grupos que articulam a produção midiática com a produção cultural associada à ampliação da cidadania, ao acesso a direitos e às lutas das minorias.

Entre os temas mapeados, destacamos: a democratização das verbas publicitárias públicas, a formação para a mídia e pelas mídias, a apropriação tecnológica pelos grupos mais diversos, observatórios de mídia, o midiativismo e a sustentabilidade de uma miríade de grupos midialivristas.

O *Manifesto da Mídia Livre*<sup>2</sup> trazia questões síntese que não foram equacionadas, como a garantia do direito humano à comunicação como condição para o aprofundamento democrático e críticas ao controle comercial dos sistemas de comunicação no Brasil. Além disso, trazia propostas para fortalecer a ideia de mídia livre por meio de ações que incentivassem o surgimento dessas iniciativas ou pelo fortalecimento de projetos já existentes que buscam trabalhar com políticas democráticas de comunicação e ampliação de direitos.

Essas propostas foram apresentadas em janeiro de 2009 durante o Fórum Social Mundial, que ocorreu em Belém, Pará, e inspiraram o Ministério da Cultura a lançar o Prêmio Pontos de Mídia Livre,<sup>3</sup> nos moldes dos Pontos de

---

2 O *Manifesto da Mídia Livre* foi assinado por 38 entidades, movimentos e instituições nacionais, 29 entidades, instituições e movimentos regionais, 25 veículos de mídia e 159 pessoas, entre jornalistas, estudantes e membros da sociedade civil. Disponível na íntegra em: <http://www.forumdemidialivre.org/?tag=manifesto>. Acesso em: 4 de dezembro de 2017.

3 O edital do Prêmio de Mídia Livre 2009 está disponível em: [http://www.cultura.gov.br/cultura\\_viva/](http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/). Acesso em: 4 de dezembro de 2017.

Cultura,<sup>4</sup> com o objetivo de reconhecer, registrar e estimular iniciativas de comunicação que funcionavam fora das corporações midiáticas.<sup>5</sup>

A articulação entre a produção cultural de base comunitária, as mídias livres e os movimentos políticos de novo tipo ganham contorno nesse contexto, tendo as universidades públicas como aliadas na certificação de muitas das iniciativas de formação livre, numa redistribuição simbólica de poder.<sup>6</sup>

Ainda em 2009, a Universidade Federal do Espírito Santo, em Vitória, recebeu o II Fórum de Mídia Livre para discutir a organização em rede dos fazedores de mídias e a questão do fomento e da formação de novos produtores de mídia por meio da troca de experiências e autoformação, tendo como horizonte os Pontos de Mídia Livre e a nova ecologia midialivrista que emergia e aumentava exponencialmente.

Em 2010, o Ministério da Cultura lançou a segunda edição do Prêmio Pontos de Mídia Livre, e, no primeiro semestre de 2012, aconteceu a segunda edição do Fórum Mundial de Mídia Livre. Apesar da interrupção da política pública para os Pontos de Cultura e de Mídia Livre em 2011, com a entrada da ministra Ana de Hollanda, no governo Dilma Rousseff, o conceito e as práticas de mídia livre e mídias de base comunitária se expandiram no Brasil e na América Latina.

Os Editais de Mídia Livre foram retomados pelo Ministério da Cultura em 2015, quando estivemos à frente da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural.

Para efeitos do edital, conceituou-se mídia livre como iniciativas que atendessem aos seguintes requisitos, que passaram a servir de base para a construção desse campo:

- Articulam comunicação e outras áreas do conhecimento a fim de agregar setores do arranjo produtivo da cultura, fazendo uso de suportes analógicos e/ou digitais.

---

4 Pontos de cultura são iniciativas sem fins lucrativos que podem ser públicas ou privadas. São selecionados por edital público ou seleção direta e têm por função desenvolver atividades de formação, produção e difusão cultural junto à comunidade. São parte do programa Cultura Viva do Ministério da Cultura.

5 “O projeto teve cerca de 400 inscrições de todas as regiões do Brasil. Era subdividido nas áreas de audiovisual, multimídia, rádio, impresso e web. Foram premiadas 82 iniciativas, sendo 18 na categoria Regional-Nacional, que receberam um valor de R\$ 120 mil cada, e 64 na categoria Local-Estadual, que receberam R\$ 40 mil distribuídos individualmente. A região Sudeste recebeu 51% dos prêmios, seguida do Nordeste, com 26%, depois a região Sul, com 13%, Centro-Oeste, com 6%, e Norte, com 4%” (FROSSARD, 2012).

6 A ECO-UFRJ, através de sua Coordenação de Extensão, passou a oferecer certificados de extensão a iniciativas de formação como o Curso de Audiovisual da Central Única das Favelas (Cufa), a Escola Popular de Comunicação Crítica da Maré (Espocc), a Agência de Redes para a Juventude, a Agência de Notícias das Favelas (ANF), entre outras ações de formação para as mídias livres e movimentos culturais de base comunitária.

- Não têm financiamento direto e subordinação editorial a empresas de comunicação legalmente constituídas ou com vinculação partidária.
- Agregam e priorizam ações colaborativas e participativas junto às comunidades atendidas, com atuação em rede na produção e difusão de conteúdo em formato livre por meio de diferentes suportes de mídia (áudio, imagem, texto, vídeo e multimídia).
- Utilizam ou estimulam a utilização e o desenvolvimento de licenciamentos livres que garantam a democratização do acesso aos códigos e conteúdos produzidos e o incentivo ao conhecimento e desenvolvimento colaborativo sobre as tecnologias utilizadas.
- Utilizam ferramentas livres para o desenvolvimento, a criação, produção e adaptação de conteúdos visuais, gráficos, audiovisuais, textuais, de software, soluções e produções técnico-científicas.
- Contribuem para a ampliação e a diversidade das linguagens da comunicação social por meio da utilização de novas ferramentas e tecnologias.
- Estimulam a interação com o espaço público, utilizando a cidade como suporte para manifestações criativas, bem como intervenções que utilizam as diferentes possibilidades da inclusão digital a partir dos territórios, fortalecendo o direito à cidade e a apropriação cultural dos espaços públicos.
- Privilegiam a valorização da diversidade de expressões culturais e de compreensões do mundo, a tolerância e a pluralidade, promovendo a participação social, a cooperação e o compartilhamento de informação em diferentes mídias e por diferentes produtores/as de conteúdo.
- Compreendem a cultura e a comunicação como elementos fundamentais para uma necessária ampliação dos direitos sociais e econômicos com vistas à construção de uma sociedade mais justa e baseada em valores de igualdade, justiça, tolerância, respeito aos direitos humanos e à diversidade social, cultural, religiosa, étnica e de comportamento.<sup>7</sup>

### **Da mídia-Estado à mídia-multidão**

Chamamos atenção para outro momento de visibilidade das mídias livres e sua importância nas lutas urbanas e para os movimentos de novo tipo na defesa de direitos. Um dos fenômenos mais impactantes das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil foi a explosão dos coletivos, redes, agentes e iniciativas de midiativismo.

<sup>7</sup> Edital Pontos de Mídia Livre 2015. Disponível em: <https://goo.gl/2pnQpC>. Acesso em: 1º de março de 2018.

Um enxameamento de centenas de novas iniciativas de mídia livre em todo o Brasil que disputaram e construíram outros sentidos para as manifestações de junho de 2013 a ponto de não mais se distinguirem da própria força das ruas. A mídia livre foi decisiva para construir uma contranarrativa ante a criminalização das manifestações pelas mídias corporativas, reprimidas violentamente pelo aparato de segurança do Estado. Uma mídia-Estado que desqualificou as pautas dos movimentos (Passe Livre, transparência pública com os gastos dos megaeventos, Copa do Mundo e Olimpíadas, processos de gentrificação urbana, direito ao espaço público, corrupção e crise da democracia representativa).

As mídias livres narraram outro junho de 2013, processos multitudinários, organizados de baixo para cima e protagonizados por “desorganizados” (grupos que não vinham de partidos e/ou instituições políticas clássicas). As transmissões ao vivo, a viralização de memes, fotografias, *posts*, textos, cartazes produzidos pelos próprios manifestantes funcionaram como operações de embate, disputa narrativa decisiva nas redes e nas ruas.

O confronto com o poder e as instituições produziram uma consciência de direitos e de suas violações. A iconografia das manifestações reativou um diálogo com o passado de violência da ditadura militar, com um imaginário cinematográfico e político de lutas globais, com imagens sobreviventes de outros tempos, e produziu, simultaneamente, uma atualização do Brasil consigo mesmo ao fazer explodir as imagens de um presente brutal.

O debate sobre as mídias livres ganhou, em 2013, grande relevância a partir da emergência de experiências como a da Mídia Ninja, capazes de engajar milhares de pessoas em suas transmissões ao vivo e *posts* em redes sociais, disputando o sentido das manifestações. Visto em perspectiva, com a decretação de estado de calamidade pública no estado do Rio de Janeiro em junho de 2016, com a prisão, em 2017, do ex-governador do estado, Sérgio Cabral Filho, a prisão de empresários da máfia dos transportes e beneficiários das obras superfaturadas da Copa do Mundo e das Olimpíadas, cabe nos perguntar: afinal, quem eram os vândalos? E como as mídias livres foram decisivas na antecipação da crise do estado do Rio e das violações cometidas?

O ano de 2013 foi um momento extraordinário para a nova ecologia da mídia livre. No mesmo ano, surgiu ainda um novo espaço de trocas e articulação entre os produtores de mídia, o *Facção: Encontro Latino-Americano de Midiativismo*, que aconteceu em novembro de 2013 na ECO-UFRJ e em espaços parceiros e reuniu centenas de pessoas do Brasil e da América Latina, entre ativistas, jornalistas, comunicadores, movimentos sociais, blogueiros, artistas, agentes culturais e desenvolvedores de tecnologias.

O evento apresentou quatro eixos centrais: Ativismo, Políticas Públicas, Linguagens e Tecnologias, com debates, relatos, oficinas, exibição de filmes/vídeos e uma audiência pública em torno da criminalização dos movimentos sociais e dos manifestantes de 2013. Repressão aos grupos de mídia livre, episódios de violência e prisão marcaram as Jornadas de Junho de 2013, e o exercício do jornalismo e do midialivrisimo passou a demandar apoio de advogados voluntários vindos da Anistia Internacional, organismos de defesa da liberdade de expressão e dos direitos humanos etc.

Após o evento no Brasil, o Faccão ganharia edições latino-americanas em 2014 na Bolívia, em 2016 no Uruguai, e em 2017 na Argentina. O objetivo dos encontros é consolidar uma rede latino-americana de mídia livre, avaliar o cenário contemporâneo da comunicação, pensando o protagonismo do movimento midiativista e midialivrista, que vem ganhando visibilidade, compartilhar experiências e pensar coletivamente ações que legitimem a luta pela democratização da comunicação e a garantia da liberdade de expressão e ampliação dos direitos.

### **Impasses e perspectivas**

O termo mídia livre passou a ser amplamente utilizado e divulgado no Brasil e na América Latina por organizações não governamentais, coletivos, *blogs*, rádios livres, mídia feminista, mídia-índio, mídia-afro etc. O termo define formas autônomas de produção de mídia. Seus conteúdos recebem licenciamentos públicos, como *Creative Commons*, e têm geralmente livre circulação. Mas como assegurar a diversidade e a pluralidade nesse processo de produção das mídias? A indução do trabalho em rede é uma possibilidade.

As redes de ativismo no Brasil estão se reconfigurando e diversificando. Depois de junho de 2013, e com a emergência de redes de diferentes matizes políticos, vivemos um momento de hiperpolarização, em que o ativismo passa a utilizar a linguagem do confronto, dos ataques, se aproximando dos *haters* e *lovers* das torcidas organizadas nos esportes.

Nesse contexto, as ações e o campo midiativista, para além do número de seguidores em páginas e canais, passa a ser medido pelo “engajamento”, o total de interações que tem uma página/canal: a soma de seguidores, curtidas, comentários e compartilhamentos de todos os usuários que constroem um campo de influência, disputa e ação.

Hoje, redes como a da Mídia Ninja são capazes de mobilizar quase dois milhões de seguidores nas redes sociais, produzindo uma incidência no debate público. Em momentos específicos de crise e tensão, como no dia 29 de março de 2017 (transmissão ao vivo da violenta repressão policial a manifestantes contra a reforma trabalhista em Brasília), a página do *Facebook* da Mídia Ninja

ultrapassou, em engajamento, as redes de veículos como as revistas *Veja*, *IstoÉ*, *Época*, os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*, e grandes portais como *UOL* e *BBC Brasil*.

O acontecimento, que se repete em muitos outros momentos de tensão social, quando o risco ou a violação de direitos é iminente, evidencia a capacidade crescente dos veículos de comunicação independentes de atingir massivamente a opinião pública a partir de ondas nas redes sociais. Mesmo com orçamentos mínimos e estrutura ainda precária, a mídia livre tem aglutinado forças para fazer frente ao engajamento social dos grandes conglomerados da comunicação corporativa. E essas ações são vitais para se diminuir assimetrias de todos os tipos.

O midiativismo, a produção de engajamento e os influenciadores digitais passam a mobilizar um espectro de atores muito além dos espaços tradicionais, com o deslocamento do midiativismo para os mais diversos campos e lutas.

Em um cenário de instabilidade política, o debate e as políticas públicas de direitos humanos se tornaram alvo de hiperpolarização nas redes sociais, nas mídias e no conjunto da sociedade, e de uma série de discursos redutores.

Ao mesmo tempo que se trata de um contexto preocupante e conflagrado, é a ocasião para se aprofundar, esclarecer e difundir princípios básicos em torno da defesa da diversidade e dos direitos de distintos grupos.

Sem políticas públicas para as mídias livres, sem formas de apoio financeiros regulares, as redes de formadores no campo das mídias e dos fazedores de cultura não podem responder a uma demanda vertiginosa e crescente – que, tampouco, é atendida pelos ambientes de educação formal, escolas, universidades, instituições – de produção, formação e difusão de conteúdos, campanhas, ações de articulação e mobilização pelas mídias.

O financiamento através de doações, da criação de fundos, da divulgação de editais para promover ações em rede, de formação colaborativa, mobilizando instituições, governos, cidadãos, responderiam a um esforço de articulação e mobilização “de baixo para cima”, com necessidade de troca de metodologias, partilha de processos de difusão e comunicação, vitais em um momento de crise.

Entendemos que o financiamento do campo cultural e da comunicação passa por três eixos decisivos: Articulação e Mobilização; Formação Livre; Economia e Sustentabilidade. Entre objetivos e metas, destacamos alguns que reaparecem nos fóruns, encontros, redes:

1. Difundir políticas de comunicação, mídia livre, cultura digital, tecnopolíticas, desenvolvimento de tecnologias abertas e livres, plataformas e aplicativos que assegurem a diversidade de conteúdos, tecnologias e linguagens.

2. Estimular e aprimorar a produção de conteúdos voltados para a diversidade cultural, a equidade de gênero, a justiça racial e social.
3. Fomentar a criação de redes brasileiras, latino-americanas e internacionais de mídia livre e mídias comunitárias, estimular a formação de associações e entidades representativas das mídias livres.
4. Estimular a cultura da doação e do financiamento para as mídias livres e comunitárias, assim como formas de monetização de seus agentes e circuitos. Propor bancos sociais, moedas complementares, fundos rotativos para as mídias comunitárias e livres.
5. Articular redes de defesa e proteção, advogados amigos da mídia livre que pensem a comunicação como direito humano estratégico. Produção de cartilhas, tutoriais de segurança para as mídias comunitárias (protocolos de segurança e anonimato).

Chamamos atenção para um contexto crítico em que grupos e sujeitos cujos direitos são violados cotidianamente são os mesmos que têm uma inserção limitada nas redes de articulação, mobilização, formação e comunicação, e, entretanto, são suas histórias, experiências e sensibilidade que produzem comoção, reflexão e mudanças concretas de percepção das injustiças, assim como das saídas possíveis: políticas públicas, ações cidadãs, formação livre, formas de apoio e financiamento direto.

Por outro lado, instituições que lidam diretamente com os grupos mais vulneráveis ou que representam esses grupos trabalham, em grande parte, com uma linguagem “abstrata”, com marcos legais que não foram apropriados ou são desconhecidos e, conseqüentemente, não são acessados pelos destinatários de suas políticas. O apoio às mídias livres, mídias comunitárias e aos grupos culturais que produzem sua própria mídia é decisivo nesse cenário.

## Referências

- BENTES, Ivana. *Mídia-Multidão*. Estéticas da comunicação e biopolíticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.
- BARRETO, G.; BELISÁRIO, A.; BENTES, I.; CASTRO, O.; UCHOAS, L. Midialivristas, uni-vos! *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, n. 25-26, p. 137-140, maio-dez. 2008.
- FROSSARD, Flávia Lima. *A biopolítica da mídia livre*. Produção coletiva e colaborativa na rede. Um estudo do circuito Fora do Eixo. Dissertação (mestrado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2012.
- SILVA, Danilo Almeida. *Pontos de mídia livre: um capítulo na luta pela democratização da comunicação*. Brasília, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/3dmcq6>. Acesso em: 3 dez. 2017.





# Filantropia familiar no Brasil

---

Entrevista realizada por *e-mail* com Inês Mindlin Lafer, diretora do Instituto Betty e Jacob Lafer, por *Graciela Hopstein*

*Qual o cenário e a trajetória da filantropia familiar no Brasil? Fale da origem, do momento atual, das principais tendências, áreas foco e quantidade de instituições familiares nacionais e internacionais que atuam no País.*

Não há dados muito robustos, com pesquisas amplas e números confiáveis sobre o investimento social familiar no Brasil, mas a tendência parece ser de aumento nos últimos anos. Entre 2008 e 2015, o Gife viu seus associados familiares saltarem de oito para 21 organizações. E esse número aumentou após 2015. Uma pesquisa realizada pelo Gife apontou, como uma das razões para esse crescimento, o aumento de famílias com alto poder aquisitivo no país em decorrência da venda de ativos ou abertura de capital de grandes empresas familiares, gerando uma separação mais evidente dos recursos familiares dos recursos corporativos.

No entanto, é difícil estimar a quantidade efetiva de organizações filantrópicas familiares no Brasil, bem como a quantidade de recursos movimentados e investidos por elas ou as áreas de interesse e atuação dessas organizações. Os números indicam uma tendência, mas não representam o universo de organizações familiares nacionais, considerando que o censo Gife realiza essa pesquisa com apenas seus associados. Nós, por exemplo, só entramos no quadro associativo em 2017.

De todo modo, acho que podemos dizer, sem medo de errar, que algumas organizações de indivíduos e familiares têm tido um papel importante no desenvolvimento de uma filantropia estratégica no Brasil. Há instituições nacionais, como a Fundação Tide Setúbal, com um papel importante no fortalecimento da participação e do desenvolvimento comunitário. Na área de educação, muitas organizações também têm sido muito relevantes, como a Fundação Lemann, o Instituto Ayrton Senna ou o Inspirare, que tem uma estratégia bem inovadora. E há também organizações internacionais atuando de maneira arrojada por aqui. Bons exemplos nesse caso são Open Society Foundations, Oak Foundation e Porticus LA, que atuam no país com temas candentes e de aceitação não tão difundida, como a área de justiça criminal, questões de gênero, desenvolvimento urbano, participação política etc.

*Quais as tendências da filantropia familiar no Brasil? É um campo em expansão? Como caracterizaria a atuação das organizações filantrópicas familiares?*

Acredito que a filantropia familiar é, sim, um campo em expansão, comprovado pelo crescimento do número de instituições familiares. Além disso, a pauta das fundações familiares está cada vez mais em evidência entre os profissionais do terceiro setor.

O universo das organizações filantrópicas brasileiras não é nada homogêneo. Temos famílias atuando na filantropia familiar há muito tempo, algumas com uma atuação mais tradicional. Mas há novas organizações fazendo tanto filantropia clássica quanto instituições mais arrojadas. Igualmente, isso vale para atuar como financiador de terceiros ou como executor de projetos próprios. Acho que há organizações admiráveis tanto em uma ponta quanto na outra.

O que mais me atrai numa organização é, em primeiro lugar, se ela está enfrentando um problema social desafiador e relevante para a coletividade, se é abordado de uma maneira inovadora. Claro, temos aqueles que nos tocam mais. O interessante das organizações familiares é que elas têm mais facilidade de escolher um tema que é afetivamente importante para seus instituidores. No caso das fundações corporativas, mais elementos costumam estar em jogo na hora de definir o foco e a estratégia de atuação, pois a filantropia precisa também “combinar” com o negócio.

Uma organização exemplar, que atua sobretudo em projetos próprios, é o Instituto Alana. Eles trabalham pela infância de uma maneira ampla. Incluem a defesa de direitos, atuação com políticas públicas, mas também para influenciar a maneira como a sociedade interage e vê a infância e suas múltiplas dimensões. Para isso, usam estratégias muito diversas, passando, por exemplo, por documentários, longas-metragens, *advocacy*, pesquisa etc. Minha especial admiração é pelo programa Criança e Consumo, que enfrenta com garra a publicidade dirigida às crianças. Ter recursos próprios e não estar ligado a um produto ou atividade comercial específica me parece crucial para o sucesso que essa iniciativa vem tendo, já que o financiamento corporativo, nesse caso, geraria conflitos de interesse.

E há exemplos inovadores também entre organizações financiadoras ou de *grantmaking*. O Instituto Arapyauá é um deles. Financia e ajuda a desenhar projetos voltados para enfrentar questões climáticas, para desenvolver cidades e territórios com enfoque na sustentabilidade e para desenvolver lideranças e inovação na política, assuntos tão necessários para construir um país justo e democrático. Isso sem falar nas já também mencionadas organizações familiares filantrópicas internacionais, como Oak Foundation ou Sigrid Housing

Trust, todas com *grantees* (apoiados) no Brasil, recheadas de ações estratégicas e inovadoras.

Parece-me também que, nos últimos anos, há um esforço para articular e promover a troca de informações entre as fundações familiares. O Gife tem feito ações nesse sentido. A pesquisa de 2015 – Retratos do Investimento Social Familiar no Brasil – é um exemplo, além de um conjunto de encontros entre organizações familiares associadas e não associadas.

Claro que o movimento aqui é muito menor do que em outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, há uma organização nacional (criada em 1997) voltada apenas para as organizações familiares doadoras (*giving families*) e aqueles que trabalham com elas. O *National Center for Family Philanthropy* organiza um fórum bianual com membros de organizações doadoras do país. Em 2015, tive a oportunidade de participar do *National Forum on Family Philanthropy*. Fiquei impressionada com a qualidade e profundidade das discussões. Muito úteis para aprimorar o dia a dia desse tipo de organização. E ainda mais impressionada com a quantidade de pessoas presentes na sala durante três dias de encontro. Não sei dizer ao certo, mas pareciam mais de 500 pessoas, todas de instituições familiares, muitos membros das famílias instituidoras e não da equipe profissional contratada.

*Quais as principais dificuldades e desafios que enfrentam as organizações filantrópicas familiares? Como elas se articulam com o ecossistema da filantropia no Brasil?*

Acho que as fundações filantrópicas familiares não enfrentam desafios tão diferentes das não familiares. No entanto, a questão fiscal me parece um ponto muito importante. Em vez de termos incentivo fiscal para doar no Brasil, pagamos imposto para isso. Acho urgente rever a legislação referente ao ITCMD e às doações para o setor sem fins lucrativo. Esse é um assunto que fica ainda mais sensível quando um indivíduo ou uma família resolve doar seu patrimônio ou uma coleção para virar um bem público. Quando meus avós, Guíta e José Mindlin, decidiram doar a coleção Brasileira de livros para uma biblioteca sediada na USP, era preciso pagar uma soma enorme em ITCMD sobre esse patrimônio que estava virando bem público. Não faz o menor sentido! E dificulta a doação de outras coleções relevantes. Um problema similar teve a Fundação Eva Klabin no Rio de Janeiro.

As organizações filantrópicas familiares costumam, no entanto, ter vantagens em relação às corporativas em termos de independência e possibilidade de serem tematicamente arrojadas.

Creio que um ponto bastante sensível no campo das organizações familiares é a governança e o envolvimento das novas gerações. É necessário construir um processo estruturado de produção de informações a respeito das atividades da organização e de tomada de decisão de forma que os membros da família se reconheçam no instituto ou fundação. Isso nem sempre é simples, pois, em geral, alguns membros são mais envolvidos nas atividades e nos projetos do que outros. Cada família tem sua dinâmica nas relações, o que, às vezes, pode implicar análises menos isentas ou com mais conteúdo emocional. Uma governança clara e processos estruturados são maneiras de minimizar isso.

E salientaria ainda, como um grande desafio, a sucessão. Como fazer as gerações seguintes se envolverem com o instituto ou fundação? O que os motivaria a dar continuidade ao trabalho da organização? Faz sentido ter uma fundação perene, com temática definida, que será herdada pelas gerações futuras? A Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, onde trabalhei, é um exemplo maravilhoso de como uma família conseguiu transformar uma fundação “herdada”, estruturada nos moldes definidos pelo patriarca da família e seu instituidor, em uma organização relevante para a sociedade e, ao mesmo tempo, viva para os membros da família. O mesmo grupo tem investido na sensibilização da novíssima geração, o que vai muito em linha com o que tem se discutido no campo das organizações familiares nos EUA. No já mencionado *National Forum on Family Philantropy* do qual participei, em 2015, várias apresentações discutiram esse assunto. Algumas famílias apresentaram suas estratégias, que incluíam encontros familiares regulares com envolvimento das crianças, promoção de visitas a projetos, comunidades, espaços de natureza e conversas com diferentes grupos sociais e étnicos para entender o contexto e criar empatia, além de fomento ao trabalho voluntário e captação de itens para doação. E isso tudo para membros de idades bem variadas.

*Como surgiu o Instituto Betty e Jacob Lafer? Quais as estratégias e focos principais da sua atuação?*

O Instituto Betty e Jacob Lafer surgiu em 2011 por iniciativa da minha geração. São dois núcleos familiares: o do meu pai, Celso Lafer, e o da minha tia, Marina Lafer. Quando meu primo, Maurício Lafer Chaves, estava estruturando o *family office* para minha tia, propôs que investíssemos em conjunto parte dos rendimentos do espólio da nossa avó, que ainda não havia se concluído. A partir dessa sugestão e da concordância de nossos pais, eu, que tinha experiência em apoiar a montagem de organizações filantrópicas e no trabalho com fundações familiares, passei a apoiar minha família para conseguirmos colocar de pé essa iniciativa. Nossa ideia era atualizar o legado e os valores dos nossos avós com uma atuação contemporânea e significativa para nós.

Queríamos ter uma estrutura administrativa enxuta e fazer o melhor uso dos nossos recursos. Nós sabíamos que, com o montante disponível, uma atuação de atendimento direto teria um impacto muito pequeno. Nossos programas foram montados, então, com base na premissa de que a responsabilidade pela escala e universalidade do atendimento é do Estado, não do terceiro setor. Por outro lado, víamos a possibilidade de dar alguma contribuição para o universo das políticas públicas em sentido amplo.

Combinando nossos valores e interesses com uma análise do cenário, decidimos atuar como financiadores de organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, isto é, atuarmos como *grantmakers*.

Temos duas linhas de financiamento: uma voltada para a redução das desigualdades no sistema de justiça nacional e outra para a gestão e inovação em políticas públicas. Na primeira linha, queremos tornar o sistema de justiça, especialmente na esfera criminal, menos injusto. Assim, procuramos apoiar projetos que visam à melhoria da qualidade e eficiência do sistema, influenciar uma opinião pública mais informada que defenda políticas de redução das injustiças na área penal, realizar pesquisas e veiculação de informações e ações de *advocacy* (que se valem de tais pesquisas), seja junto a congressistas, operadores do direito ou população em geral, trabalhos com a mídia, produção de materiais de comunicação que traduzam dados, estatísticas e argumentos de direitos humanos para uma linguagem cotidiana a fim de influenciar legisladores, governos, juízes, promotores e a opinião pública em torno de uma abordagem mais afeta ao marco legal dos direitos humanos e a implementação de um sistema de justiça mais justo e racional.

Na segunda linha, queremos contribuir para o aprimoramento de políticas específicas, como, por exemplo, de segurança pública ou meio ambiente. Já apoiamos projetos que sistematizaram políticas específicas ou que faziam balanços da implementação de determinadas políticas com vistas a influenciar gestores para aprimorar ou inovar na sua gestão, ou ainda a aliança de várias organizações com foco em um tema específico (como foi o caso durante a grave crise hídrica de São Paulo).

Também temos no nosso escopo e portfólio iniciativas voltadas para o monitoramento de casas legislativas e parlamentares, de processos eleitorais, ou, ainda, de ampliação do *accountability*, da participação e do controle social e de aproximação dos cidadãos dos governos ou agentes públicos. A perspectiva é colaborar para o fortalecimento da democracia e da qualidade das políticas públicas em um Estado mais eficiente, democrático e justo.

Entre 2011 (quando iniciamos nosso trabalho) até os dias atuais, apoiamos cerca de 53 projetos de 30 organizações diferentes, distribuídos de forma pro-

porcional entre os programas de políticas públicas e de justiça. Até dezembro de 2017, direcionamos mais de R\$ 6 milhões para projetos de ONGs nas duas áreas de atuação do IBJL.

Nossa atuação é bastante discreta. Procuramos nos comunicar diretamente com as ONGs apoiadas e com instituições congêneres. Participamos dos fóruns do setor, mas optamos por não ter uma comunicação de massa porque não temos estrutura para gerenciar e responder a uma quantidade grande de demandas. Assim, fazemos uma busca proativa para identificar as ONGs que serão apoiadas conforme as prioridades anuais.

*Você poderia falar da iniciativa que o Instituto Betty e Jacob Lafer está liderando na articulação com outras fundações familiares? Qual a finalidade dessa articulação? Quais as principais atividades realizadas? Quais os resultados alcançados?*

Eu atuo no terceiro setor há muitos anos e vejo que o desafio da sustentabilidade financeira das ONGs é muito grande. Ao mesmo tempo, embora as pesquisas indiquem que o brasileiro faz doações, a prática da doação financeira de maior valor não é algo muito difundido no Brasil. Quando observo meus amigos bem remunerados e com carreiras bem-sucedidas advindos de famílias de classe média ou média alta, em fase de ascensão e começando a acumular patrimônio, poucos têm no seu horizonte de preocupações o planejamento da sua filantropia ou a prática de fazer doações de maior monta. Embora, na pirâmide econômica brasileira, estejam entre o 1% mais rico, não se sentem como tal, não se veem como potenciais filantropos. Mas, também, há pouca oferta de alternativas estruturadas nas quais possam se engajar, e pouco se convoca esse público a entrar nesse universo com somas maiores e, ainda assim, proporcionais à sua renda e patrimônio. Os profissionais de alta renda se comparam com quem está no cume da pirâmide econômica e não se sentem suficientemente abastados. Claro que seu potencial de doação não é enorme, mas existe. Então, para mim, esse universo de profissionais bem-sucedidos e de alta renda representa um nicho potencial a ser mobilizado para doar recursos a ONGs com um trabalho competente.

Em paralelo, a experiência de atuação do Instituto Betty e Jacob Lafer mostra que a maior parte dos recursos que financiam as ONGs que nós apoiamos é de origem internacional, especialmente de fundações familiares, sendo desejável ampliar o montante nacional de forma a criar menos dependência dessas organizações.

O Instituto me mostrou que, mesmo sem ter muitos recursos para investir, se atuarmos de maneira estratégica, é possível causar impacto (concluímos uma avaliação em 2016 que comprovou que pudemos contribuir para nossos objeti-

vos iniciais nos primeiros cinco anos de atuação) e que nosso exemplo pode ser inspirador para outras pessoas ou famílias. Adquirimos alguma experiência em selecionar e monitorar ONGs e seus projetos e temos tido bons resultados na maioria das parcerias que estabelecemos desde que começamos a atuar.

Foi a partir dessas inquietações e da percepção de que é muito mais fácil captar recursos quando somos financiadores do que quando apenas captamos para desenvolver iniciativas próprias que surgiu a ideia de juntar outros institutos e fundações que financiavam ONGs para que, junto conosco, pensassem numa estratégia de mobilização de recursos de profissionais de alta renda para as causas que esse conjunto de organizações financiadoras vem apoiando. Procurados por nós, Instituto Ibirapitanga, Oak Foundation, Omidyar Network, Open Society Foundations e Porticus se dispuseram a, junto com o IBJL, desenhar uma estratégia nesse sentido.

Estamos bem no começo dessa iniciativa. Fizemos algumas reuniões e uma pesquisa para verificar a aderência e potenciais estratégias que possam fazer efeito na mobilização de um público de profissionais de alta (mas não altíssima) renda. A pesquisa mostrou que esse potencial de mobilização de recursos existe de fato, mas que, para obtermos sucesso, precisamos trabalhar com uma lógica diferente de comunicação, deixando as mensagens menos complexas, os impactos explícitos e o chamado para a ação bem evidente.

Em 2018, devemos passar para uma fase de planejamento e, espero, dar início à implementação de parte das estratégias aventadas. Nesse momento, as fundações e os institutos integrantes dessa aliança estão analisando o quanto ficam confortáveis de estar à frente de um processo de mobilização ou se preferem permanecer como apoio mais estratégico. Torço para que, em breve, tenhamos novidades positivas para contar.

## **Inês Mindlin Lafer**

Formada em Psicologia pela PUC-SP, com especialização em Psicanálise pela PUC-Cogear e em Direitos Humanos pela Faculdade de Direito da USP. É mestra em Administração Pública e de Governo pela FGV-SP. Começou sua carreira na área clínica e no Serviço de Psicologia e Psicopedagogia do Sesi. Trabalhou na Kairós Desenvolvimento Social como consultora em projetos para prefeituras nas áreas de criança e adolescência e assistência social. Foi também gerente de programas da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, assessora técnica da Comissão Municipal de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo e gerente de projetos do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis). Atualmente, dirige o Instituto Betty e Jacob Lafer e atua como formadora e consultora para o desenvolvimento de projetos de investimento social e de políticas públicas, especialmente na área de infância e adolescência.





Parte IV

## Filantropia comunitária no cenário Internacional e no Brasil

---



# #ShiftThePower – filantropia comunitária como desenvolvimento liderado pelas pessoas: a perspectiva global e sua relevância no Brasil<sup>1</sup>

*Jenny Hodgson<sup>2</sup>*

Este artigo examina o recente surgimento global da filantropia comunitária como parte essencial de qualquer estratégia para transferir o poder para as comunidades – em especial as mais marginalizadas –, promovendo ações coletivas e tirando proveito de ativos locais. Ele descreve as características de uma nova narrativa para o desenvolvimento liderado pela comunidade em que a filantropia comunitária é uma estratégia central para alcançar o “desenvolvimento durável”<sup>3</sup> e examina alguns dos fatores que o impulsionam. A seção final considera a filantropia comunitária no contexto do Brasil e sugere que suas principais características – ação coletiva, mobilização de ativos, responsabilidade social e reorganização do poder – têm uma relevância particular em um momento no qual o País enfrenta desafios significativos relacionados a desigualdade, direitos humanos, governança de recursos naturais e mudanças climáticas.

À medida que populações no mundo todo ficam mais e mais desiludidas com os canais convencionais de participação, as características participativas da filantropia comunitária oferecem novas oportunidades de participar, agir e protestar. No passado, no entanto, questões de linguagem e definições constituíam um obstáculo para maiores esforços de construção de campos nacionais e in-

1 Traduzido por Adriana Osorio de Moraes.

2 Diretora executiva do Global Fund for Community Foundations (GFCF) desde janeiro de 2007. Nos últimos 10 anos, trabalhou no campo do desenvolvimento da filantropia local na antiga União Soviética, na África Subsaariana e no Sudeste asiático. De 1998 a 2000, foi codiretora do escritório de representação da Fundação Charities Aid (CAF) em Moscou. Na época em que morou em Nairóbi, no Quênia, trabalhou como consultora da CAF, no escritório da Fundação Ford para a África Oriental e da Allavida. De 2004 a 2006, trabalhou como consultora para a Iniciativa Internacional da Fundação Ford para Fortalecer a Filantropia (IISP), o Centro de Fundação Europeu, o Centro Nacional de Voluntariado e Filantropia de Singapura, o Barrow Cadbury Trust e Wings.

3 Note-se a distinção entre os termos “sustentável” e “durável” – “sustentável” implica manter as coisas como estão, enquanto “durável” sugere resiliência, força interna e capacidade de adaptação.

ternacionais. A tendência era enfatizar as diferenças entre categorias organizacionais estreitas – em vez de semelhanças em termos de valores e práticas –, e o resultado foi uma maior fragmentação e a marginalização do que poderia constituir um “campo” mais amplo. Porém, nos últimos anos, isso começou a mudar. Hoje, existe um conjunto de instituições experientes, estabelecidas e confiáveis (fundos, fundações, financiadores de base etc.) no Brasil com um histórico forte que, como grupo, é bem distinto de outros setores da sociedade civil que atuam no campo do investimento social.

Essas organizações são moldadas pelo DNA do financiamento proveniente de várias partes interessadas, da governança e da prática; elas usam o *grant-making* como ferramenta estratégica para fortalecer e catalisar a ação da comunidade e funcionam como “ponte” entre diferentes grupos com base na mobilização de ativos e na construção de confiança e responsabilidade. O discurso também está evoluindo, se afastando das preocupações com linguagem, terminologia e definições para se concentrar em práticas participativas e “modelos mistos” de mobilização de recursos (nos quais a estrutura binária doador-beneficiário começa a ser desafiada).

### **A filantropia comunitária está amadurecendo**

Em dezembro de 2016, a revista *Alliance* produziu uma matéria especial sobre o surgimento da filantropia comunitária como uma nova maneira de ver o desenvolvimento socialmente justo e sustentável. A essência da filantropia comunitária é que o desenvolvimento deve ser responsabilidade da população local, em vez de imposto de fora, e que esse poder deve – e pode – ficar mais perto da base para dar às pessoas maior controle sobre seu próprio destino. A filantropia comunitária também enfatiza os recursos locais e a responsabilidade local, o que pode ser menos evidente em abordagens de desenvolvimento mais convencionais, de cima para baixo, porque desempenham um papel importante na promoção de um senso de responsabilidade e de adesão da comunidade.

A matéria da *Alliance* incluiu artigos do mundo inteiro e abordou muitos aspectos diferentes da filantropia e do desenvolvimento (incluindo o financiamento para direitos humanos, auxílio em situações de desastre, sustentabilidade da sociedade civil, gênero, meio ambiente e governança local). Ela coincidiu também com a Cúpula Global sobre a Filantropia Comunitária, a primeira reunião desse tipo, que ocorreu nos dias 1º e 2 de dezembro em Joanesburgo, África do Sul, e reuniu cerca de 400 pessoas de mais de 60 países. Para muitos dos presentes, a energia e a emoção na Cúpula confirmaram que a filantropia comunitária era, de fato, um campo – ou mesmo um movimento –, além de fazer parte

de uma rede cada vez mais enérgica, sofisticada e ampla de atores que procuram abordar questões de poder e inovar o sistema de filantropia.

### **O contexto global em mudança para a filantropia e o desenvolvimento**

No mundo todo, o ambiente para o financiamento proveniente da sociedade civil e de doadores está passando por mudanças drásticas e é importante considerar o surgimento da filantropia comunitária nesse pano de fundo. O auxílio ao desenvolvimento oriundo de doadores bilaterais tradicionais está sendo reduzido (ou está cada vez mais ligado a interesses econômicos ou comerciais) e os novos doadores governamentais, como a China, estão se tornando cada vez mais significativos.

Ao mesmo tempo, estão surgindo, em muitas partes do mundo, novos setores filantrópicos locais que eram, anteriormente, eles próprios beneficiários do auxílio ao desenvolvimento. A proliferação de fundações privadas, familiares e corporativas em países como Rússia, China, Índia e Brasil oferece novas oportunidades potenciais de prover recursos ao desenvolvimento social e econômico com financiamento nacional em vez de externo. No entanto, como esses novos atores filantrópicos são, muitas vezes, subproduto de um sistema econômico global, suas ações e suas intenções podem ser consideradas com algum ceticismo pelos ativistas da mudança social: afinal, por que eles iriam querer enfrentar o próprio sistema que os produziu? Da mesma forma, em ambientes de baixa confiança, em que as percepções sobre a sociedade civil são amplamente negativas – sejam elas vistas como não confiáveis ou como “agitadoras” –, essas fundações também podem demonstrar relutância em trabalhar com elas. Na verdade, em países como Brasil e China, há apenas um punhado de fundações que oferece *grants* a organizações locais da sociedade civil.

Globalmente, os espaços em que a sociedade civil opera estão cada vez mais restritos e restritivos. O aumento das exigências legais, as restrições ao financiamento externo e a demonização – e até mesmo criminalização – da sociedade civil estão cada vez mais comuns, assim como o enfrentamento direto de ativistas a grandes interesses governamentais ou corporativos, particularmente na América Latina. Um artigo publicado no jornal *The Guardian* em julho de 2017 informava que a América Latina continua a ser a região mais perigosa do mundo para ativistas ambientais.

Nesse contexto, a filantropia comunitária – e sua ênfase em agências locais, responsabilidade e poder – assumiu nova relevância como pilar central de um quadro para o desenvolvimento eficaz. Ela está emergindo, junto com outros novos pensamentos e textos, entre um grupo mais abrangente de ativistas, pesquisadores e profissionais da sociedade civil. Grande parte disso remete a ideias

de desenvolvimento conduzido pela comunidade, como articulado nas obras de Gandhi e Paulo Freire (*Pedagogia do oprimido*, 1972). Esse novo pensamento representa uma crítica aos principais sistemas de auxílio ao desenvolvimento, particularmente em questões de poder, controle e abordagens de cima para baixo. Ele também considera o papel dos ativos financeiros locais e os conceitos de investimento comunitário tanto como estratégias para aumentar o impacto dos próprios programas de desenvolvimento quanto como característica essencial de um novo sistema de mudança social mais distribuído.

Nesse sentido, a filantropia comunitária pode ser entendida não apenas como uma proposição autônoma, mas também no contexto de várias outras vertentes relacionadas de pesquisa e trabalho que se concentram em melhorar a eficácia da filantropia e da ajuda ao desenvolvimento. Isso inclui: ênfase na ação de base e na sabedoria (ANDERSON, BROWN e JEAN, 2012; LENTFER e COTHRAN, 2017); aplicação de práticas horizontais de aprendizado baseadas no ressurgimento e no reconhecimento de sistemas de conhecimento indígenas (ou IKS) (CDRA, [s. d.]); diferentes tipos de modelos financeiros mistos (como os que emergem do movimento de moradias de baixo custo como formas de aumentar a responsabilidade no sentido descendente e fortalecer a capacidade das comunidades de reivindicar seus direitos); novo pensamento sobre a pobreza que conclui que questões profundas e estruturais de desigualdade nunca serão tratadas com sucesso sem o pleno envolvimento das comunidades; e novo pensamento sobre “capacidade” que enfatiza o conhecimento, as instituições, os sistemas e vínculos locais em contraposição à “entrega de dinheiro, coisas e serviços”.

Ao mesmo tempo, há um crescente *corpus* de pesquisa (revisado por pares e baseado na prática) sobre o emergente campo global da filantropia comunitária. Esse desenvolvimento também se reflete no cenário acadêmico, com, por exemplo, a recente criação de duas cadeiras acadêmicas de filantropia comunitária nos Estados Unidos e uma nova cadeira de filantropia africana na África do Sul. Há também um Programa Internacional de Bolsistas em Filantropia Comunitária na Universidade da Cidade de Nova York que oferece treinamento de liderança no campo e permite que os participantes busquem um projeto de pesquisa individual.

Outro fator crítico nessa onda mais recente de desenvolvimento da filantropia comunitária é o da liderança local, muitas vezes expressa como frustração com os sistemas convencionais de filantropia e ajuda ao desenvolvimento de cima para baixo. É importante notar que muitos dos fundadores de organizações de filantropia comunitária são pessoas que já trabalharam com auxílio ou como profissionais de desenvolvimento e se frustraram/desiludiram com a na-

tureza de cima para baixo, a aparente exclusão das pessoas de seu próprio desenvolvimento e uma sensação geral de que a sociedade civil estava sendo moldada à imagem de seus financiadores, em vez de ser moldada a seu próprio serviço. Vale a pena notar também que, em vários lugares, esse novo interesse em formas institucionais alternativas coincidiu com – e, em muitos casos, inspirou – pesquisas sobre sistemas locais de doação e solidariedade tanto no nível nacional quanto regional em várias partes do mundo. Em muitos casos, essa nova evidência e enquadramento tem sido fundamental para moldar a concepção dessas novas instituições de filantropia comunitária.

### **O surgimento de novas narrativas**

Ainda há trabalho a ser feito para fortalecer uma narrativa de filantropia comunitária abrangente que capte tanto a essência quanto a diversidade do campo. Na verdade, para que isso aconteça, deve haver um reconhecimento mais amplo de algumas das diferentes motivações, origens, contextos e circunstâncias que levaram ao surgimento dessa complexa e bastante desordenada família de instituições que, no entanto, têm muito em comum.

Em particular, é importante reconhecer – mas interpretar com cautela – a narrativa bem estabelecida que traça as origens desse tipo distinto de organização filantrópica pública em Cleveland, Ohio, nos Estados Unidos. Foi lá que a primeira fundação comunitária foi criada em 1914. Fredrick Harris Goff, um banqueiro bem conhecido da Cleveland Trust Company, procurou eliminar o que chamou de “peso morto” da filantropia organizada. Ele criou uma fundação dinâmica e estruturada capaz de usar as doações para a comunidade de modo a responder, de forma rápida e adequada, às necessidades locais. Naquela época, a visão de Goff, de criar um fundo comum permanente para o benefício de Cleveland que poderia ser direcionado para as necessidades da cidade em constante mudança, era verdadeiramente inovadora. O fundo oferecia uma alternativa a muitas das doações e legados deixados pelos ricos para “fins de caridade”, que, muitas vezes, eram inflexíveis e limitados em seus propósitos. Com o tempo, fundações comunitárias no molde de Cleveland foram sendo estabelecidas em todo o território dos Estados Unidos; depois, o conceito se espalhou para o norte do Canadá (em 1921) e, mais tarde, atravessou o oceano para o Reino Unido (em 1975) e a Alemanha (1996). A partir de meados da década de 1990, após a queda do Muro de Berlim, foram criadas fundações comunitárias (com apoio de doadores internacionais, incluindo fundações privadas) em países do Leste europeu. No contexto dessa narrativa, o conceito de fundação comunitária só “chegou” em partes do mundo como a África e a América Latina em meados da década de 1990.



Embora a “história de Cleveland” seja certamente uma narrativa importante que ilustra o poder de uma ideia convincente que continua a ressoar em várias culturas e contextos, ela é apenas parte da história. No entanto, ela corre o risco de desconsiderar o fato de que a filantropia comunitária é um bem universal encontrado em todas as comunidades, em todos os lugares, e é parte central do impulso humano de cooperação que desempenha um papel tão importante na nossa capacidade de sobreviver e prosperar como espécie. Da mesma forma, as organizações comunitárias locais sempre encontraram formas de mobilizar recursos, ainda que isso não tenha sido captado pelo radar das estruturas formais de desenvolvimento.

De fato, quando se começa a considerar o surgimento de outros tipos de organizações filantrópicas públicas com várias partes interessadas, como fundos de mulheres, fundos ambientais, fundos de direitos humanos, fundações públicas nacionais etc., a imagem se torna mais complexa e mais rica. De fato, pode-se argumentar que um dos pontos fortes desse campo em evolução é que ele representa uma confluência de diferentes narrativas e origens: como resultado, é um pouco desordenado e desorganizado, caracterizado pelas nuances do contexto, bem como por práticas e valores emergentes. A esse respeito, o afrouxamento dos rígidos laços de identificação com o modelo de fundação comunitária dos Estados Unidos pode ser visto como um passo saudável – significando uma mudança da estreita relação entre irmãos para a de uma família maior e mais extensa.

### **A questão da linguagem – a filantropia como poder**

Muito tem sido escrito sobre o desafio que a linguagem e os conceitos de “fundações comunitárias” e “filantropia comunitária” (como traduções diretas dos termos do inglês para o português) apresentam no Brasil.

Em português, o termo filantropia é problemático, associado de forma negativa às doações de caridade feitas pela Igreja Católica ou pelas elites que cuidam dos sintomas, mas não das causas profundas da desigualdade social e econômica. Na melhor das hipóteses, “filantropia” é considerado algo não estratégico e paliativo; na pior das hipóteses, o sintoma – e até mesmo a ferramenta – de sistemas políticos e econômicos disfuncionais e desiguais. Nos últimos anos, muitas pessoas ativas no espaço social brasileiro rejeitaram o termo filantropia em favor de “investimento social”. Deve-se notar, ainda, que esse desconforto em torno da palavra e do ato da “grande” filantropia não se limita ao Brasil. De fato, numa época com níveis de desigualdade tão surpreendentes, as preocupações com o poder privado sem supervisão e sem prestação de contas constituem parte de uma questão muito maior sobre equidade e justiça.

A esse respeito, como conceito e corpo de trabalho em evolução, a “filantropia comunitária” (ou recursos qualificados por valores e propriedade comuns ou coletivos) pode ser vista como um conjunto de estratégias para recuperar o poder e a voz de públicos maiores e que vê pessoas comuns se mobilizando coletivamente na busca de um bem comum maior.

### **Quem é a comunidade na filantropia comunitária?**

Embora a “comunidade” seja mais comumente definida pela geografia, ela pode ser definida também por identidade, interesses e valores compartilhados. As comunidades – particularmente as que se referem a locais – não são estáticas, harmoniosas ou homogêneas; em vez disso, são lugares complexos onde existem diferentes pontos de vista e onde diferentes interesses e agendas podem competir por poder e recursos. Claro, sem um sistema específico de pesos e contrapesos, elas também podem estar sujeitas à captura da elite e à “tirania” dos interesses da maioria, com as vozes dos grupos minoritários e marginalizados sendo ignoradas ou excluídas.

A comunidade pode ser entendida também como uma construção dinâmica que enfatiza a conexão com os outros e uma mudança do individual para o coletivo. Ela exerce uma dupla função de “colar” as pessoas por meio de um sentimento compartilhado de pertencimento e fornecer um “mecanismo” que permita ao coletivo expressar voz e ação em relação aos outros. Em outras palavras, as comunidades são lugares para se associar, bem como locais de organização com o objetivo de articular e reivindicar direitos. Nesse sentido, as organizações de filantropia comunitária podem ser entendidas como estruturas de mediação capazes de administrar e cultivar comunidades inclusivas, oferecendo diferentes espaços e oportunidades de participação (seja em conselhos de administração, comitês consultivos, processos participativos de *grantmaking*, como beneficiárias, como doadoras etc.). Em suma, quando têm raízes fortes em todas as comunidades que servem, as organizações de filantropia comunitária estão bem posicionadas para defender a máxima do místico, teólogo e poeta afro-americano Howard Thurman: “Eu quero ser eu sem causar dificuldade para você ser você”.

Os conceitos de capital social, participação e empoderamento são amplamente aceitos como características importantes da comunidade como mecanismo de mudança social. Vale a pena considerar também dois outros conceitos. Um é a noção de “desenvolvimento durável”, ou seja, criação de processos, práticas e instituições no nível local que tenham raízes fortes, sejam de responsabilidade das comunidades locais e possam se adaptar ao longo do tempo diante de mudanças nas circunstâncias. O outro é o de “transferência de poder”, que se

refere não só à dinâmica convencional Norte-Sul, ou à de doador-beneficiário em torno da filantropia e da ajuda, mas também aos sistemas e estruturas locais de responsabilidade que podem transferir e compartilhar o poder (e, portanto, evitar a criação de “guardiões” locais que podem acabar concentrando-o). Aqui, pouco importa a forma como a “comunidade” é definida pela organização de filantropia comunitária, se por geografia ou por interesse. O mais importante é a articulação da comunidade como:

- **Ator:** um agente de mudança, ou seja, tomador de decisões que faça as coisas acontecerem – e não apenas um “destinatário” de ajuda.
- **Recurso:** uma fonte de conhecimento, experiência e ativos que podem ser mobilizados e aproveitados, não uma lacuna ou déficit para preencher.
- **Rede:** um recurso para resolução coletiva de problemas por meio de esforços compartilhados – incluindo a tomada de decisões e ação – em vez de entidades isoladas umas das outras, funcionando separadamente.
- **Força formidável:** uma fonte de influência a ser considerada e levada a sério para se envolver em igualdade de condições, em vez de só falar da boca para fora.

Nessa nova narrativa, a “comunidade” é entendida como uma construção multidimensional. E, por sua vez, a palavra filantropia também é reivindicada e reformulada como uma construção mais participativa e democrática, arrancada das garras dos ricos. Nessa articulação, as raízes da palavra grega “filantropia” como “amor ao gênero humano” são reafirmadas, junto com os sistemas de solidariedade comunitária e autoajuda que existem em todas as culturas e tradições. Nessa estrutura, filantropia implica a doação/aplicação voluntária de recursos privados (pessoais, não tributados) para o bem público maior, um espaço acessível a todos no qual ninguém é pobre demais para dar ou rico demais para receber.

### **Das margens ao palco central: a filantropia comunitária como uma força formidável para #ShiftThePower no Brasil?**

O Brasil está atravessando uma fase turbulenta, com desordem política e a pior crise econômica que o país já viu. Os efeitos da desigualdade e da injustiça estão cada vez mais visíveis para todos. Assentamentos informais, pessoas sem-teto e a violência invadem cada vez mais as áreas de classe média e das classes mais abastadas. O Brasil é um dos lugares mais perigosos do mundo para os ativistas ambientais e tem havido uma erosão orquestrada dos princípios fundamentais em torno dos direitos humanos e da justiça social, incluindo a estigmatização

a grupos que trabalham com essas questões. Os problemas dos pobres e marginalizados são, cada vez mais, os problemas de todo o país, uma vez que uma sociedade dividida e desigual é ruim para todos.

Esforços coletivos para tratar de problemas complexos são mais necessários agora do que nunca. À medida que os brasileiros ficam mais e mais desiludidos com canais formais de participação e buscam maneiras tangíveis de fazer a diferença, novas estratégias de mobilização de recursos são tão essenciais quanto possíveis, tanto no nível da comunidade quanto por meio de financiamento coletivo (*crowdfunding*) e outros tipos de plataformas participativas. No entanto, essas novas estratégias precisam não apenas mobilizar recursos, mas também ir além dos fluxos de dinheiro rumo a novos conjuntos de relações transformacionais que transferem o poder (KNIGHT, 2017, p. 96-101).

O Instituto Comunitário Grande Florianópolis (Icom) foi criado em 2006 para servir à comunidade da grande Florianópolis. Ele foi fundado por um grupo de pessoas com o objetivo de apoiar grupos locais e organizações que realizam trabalhos importantes na comunidade. Muitos grupos eram pouco conhecidos na comunidade mais ampla e estavam lutando para conseguir recursos e acesso a outros tipos de suporte. Um segundo objetivo, igualmente importante, era aumentar a doação local em Florianópolis tanto em termos de volume quanto de eficácia.

Desde o início, o processo de criação do Icom foi participativo e consultivo. Uma das fundadoras, Lucia Dellagnelo, tomou conhecimento do conceito de fundação comunitária e estava ansiosa para compartilhá-lo com um grupo maior de ativistas sociais. “Começou como uma visão compartilhada com um grupo de pessoas trazendo suas perspectivas e ideias, não apenas uma ONG fundada e dirigida por uma pessoa.” Após uma análise cuidadosa do conceito de fundação comunitária dentro do grupo central, empresas locais e líderes comunitários foram consultados sobre a ideia de criar uma organização inovadora que rompesse com o típico modelo de ONG e cujo principal objetivo seria mobilizar e incentivar investimentos sociais em Florianópolis e em outras cidades vizinhas. Essa abordagem inclusiva, envolvendo várias partes interessadas, continua a ser refletida no conselho do Icom, composto por 31 atores principais, todos representando diferentes setores da comunidade.

Desde 2006, o Icom construiu fortes redes em toda a comunidade de Florianópolis, trabalhando em vários assuntos diferentes, da juventude ao meio ambiente. Embora a mudança nos padrões de doações locais e o encorajamento a novas formas de doação tenham sido lentos, a fundação criou uma reputação como o lugar onde se deve buscar informações quando o assunto é questões sociais:

Nosso maior recurso, neste momento, é a credibilidade e a confiança tanto com ONGs quanto com doadores. O Icom já é um ponto de referência para todos que desejam fazer a diferença na comunidade, um lugar aonde eles vão automaticamente para obter informações e conselhos ou para entrar em contato com outras pessoas.

Alguns anos atrás, o Icom adotou a Vital Signs, uma ferramenta originalmente desenvolvida pelas fundações comunitárias do Canadá que usa pesquisas, coleta de dados e outras fontes de conhecimento local para medir a “saúde” de uma comunidade em torno de indicadores fundamentais que podem servir como base para as consultas da comunidade e a identificação das principais prioridades. Mais recentemente, o Instituto deu um passo adiante na metodologia em relação ao crescente problema dos sem-teto em Florianópolis, uma questão que a comunidade mais ampla preferia ignorar. O Icom trabalhou com um grupo de “pesquisadores” – todos em situação de rua – para realizar um projeto de pesquisa participativa com o objetivo de identificar as necessidades mais prementes desse grupo populacional. Outro propósito do projeto foi superar o estigma e a desconfiança em relação aos sem-teto em diferentes partes da comunidade, envolvendo – e humanizando – o “problema” (isto é, os sem-teto), tornando-os parte da solução.

Refletindo sobre a jornada do Icom nos últimos 10 anos, a atual diretora executiva, Mariane Maier Nunes, reconhece que a obtenção de doações locais ainda é uma tarefa árdua para a organização, embora continue sendo uma prioridade. Mas há também benefícios no fato de ele não ser percebido como uma organização de doadores ricos: na verdade, a ausência de recursos financeiros forçou o Icom a mobilizar outros tipos de ativos – em particular, a participação das pessoas, o que significou que uma “cultura inteira de inovação emergiu da escassez no nível institucional”.

Além disso, o Icom incorporou alguns princípios fundamentais à sua cultura organizacional que enfatizam abordagens que vão além do dinheiro, apenas, e visam manter as relações comunitárias no centro do seu trabalho. Mariane descreve esses princípios da seguinte maneira:

- i. Diálogos abertos: estamos abertos para ouvir uma gama diversificada de atores da comunidade, sem julgamentos negativos predefinidos. Os diálogos abertos contribuem para melhor definir um problema específico da comunidade e encontrar melhores soluções. Nossa casa está sempre aberta à comunidade.

ii. Pertencimento e adesão: a partir dos diálogos, algumas ideias de projetos podem surgir. As pessoas devem estar envolvidas na iniciativa desde o início. Isso ajuda a aumentar o sentimento de pertencimento, alinhado com a ideia de trabalhar “com a comunidade” em vez de “para a comunidade”.

iii. Voz e inclusão: quando reconhecemos as relações de poder que existem em nossa própria comunidade, percebemos que algumas pessoas, principalmente minorias e grupos marginalizados, têm menos oportunidades de participar de diálogos públicos. Nós os incluímos. Abrimos espaço para diferentes pontos de vista.

No Brasil, existem outros atores que atuam no campo da filantropia comunitária, como o Fundo Socioambiental Casa, uma instituição de *grantmaking* sem fins lucrativos fundada em 2006 por um grupo de ecologistas que identificou uma lacuna importante nas estruturas de financiamento convencionais. Eles observaram que, enquanto a maioria dos trabalhos mais críticos em torno de questões de proteção ambiental, preservação de tradições ancestrais e defesa de direitos estava sendo feita por grupos de base, muito pouco dinheiro real estava chegando até eles, porque eram pequenos e, geralmente, estavam fora do alcance da maioria dos doadores. O Casa procura deliberadamente esses grupos e oferece pequenos apoios diversificados e interconectados nas ecorregiões da América do Sul.

Por meio de seu amplo trabalho na região, o Casa percebeu que muitos de seus parceiros de base (incluindo associações de agricultores, redes de bancos comunitários, organizações de desenvolvimento comunitário etc.) criavam e gerenciavam recursos locais para apoiar ações locais, atividades que se alinhavam com os conceitos e a essência da filantropia comunitária, ainda que essa linguagem e enquadramento não estivessem sendo usados. Como explica Maria Amália de Souza, codiretora do Casa: “Na verdade, descobrimos que, dos nossos 1.500 beneficiários, existem alguns grupos que estão pegando recursos da comunidade e investindo de volta nela, mas eles desconhecem o conceito de fundação comunitária [...], eles não estão familiarizados com o conceito”. Recentemente, o Casa usou isso como ponto de partida para novas conversas com seus parceiros, como forma de começar a valorizar e localizar seu trabalho dentro de um quadro mais amplo de desenvolvimento liderado pela comunidade usando os princípios da filantropia comunitária (desenvolvimento de ativos, fortalecimento da capacidade da comunidade ou agência e construção de confiança).

O *Global Fund for Community Foundations* (GFCF) propôs em 2010, pela primeira vez, o marco “ativos-capacidades-confiança” como constituinte do “tripé” da filantropia comunitária. O marco tinha como base dados recolhidos por meio do processo de *grantmaking* do GFCF, no qual os candidatos são convidados a classificar seu trabalho de acordo com 20 indicadores segmentados em tipos de capital social: “vínculo”, “ponte” e “associação”. Apesar das diferenças de contexto, foco institucional, origem etc., os parceiros do GFCF tendem a identificar consistentemente esses três elementos principais como sendo muito importantes para o seu trabalho. Na mesma linha, o Icom e o Casa têm origens institucionais muito diferentes e identificam comunidades muito diferentes como constituintes principais, tanto em termos de alcance geográfico quanto de assuntos (o Icom sustenta a ideia de fortalecer os vínculos dentro de uma comunidade geográfica, enquanto o Casa sustenta a ideia de um movimento de grupos geograficamente díspares, mas alinhados pelo valor – trabalham em questões ambientais).

Em termos de mobilização de ativos locais, novamente, o ponto de partida original foi diferente para cada organização. O foco do Icom tem sido identificar e desbloquear recursos para um novo e mais estratégico tipo de filantropia brasileira dentro da comunidade geográfica a que serve. O Casa começou pela canalização dos fluxos de financiamento de indivíduos (geralmente baseados nos EUA) mobilizados na rede *Global Greengrants*. Esse modelo de financiamento permitiu que evitassem estruturas de financiamento mais burocráticas e obtivessem recursos diretamente no nível da comunidade. Como afirma Amália: “Nós apenas pensamos que deveríamos conseguir o dinheiro lá e que, para esse fim, precisávamos estar lá”.

Conforme mencionado anteriormente, mais recentemente, o Casa começou a explorar e a documentar formas como seus parceiros locais já estão mobilizando recursos dentro de suas comunidades. Embora esses tipos de sistemas sejam, muitas vezes, invisíveis para olhos externos, eles formam uma parte essencial de um ecossistema de financiamento funcional e precisam ser apoiados e reconhecidos.

Para ambas as organizações, o uso de pequenos *grants*, junto com outros tipos de apoio, é uma estratégia muito consciente que visa fortalecer as capacidades de organizações e grupos integrados na comunidade para que eles persigam seus próprios objetivos com maior eficácia usando recursos em um nível que podem absorver. É importante notar que essa estratégia de *grantmaking* é contrária às normas da prática organizacional da sociedade civil convencional, segundo às quais os incentivos de financiamento desencorajam as organizações a transferir recursos e poder para os outros porque podem perder o controle

de como esses recursos são gastos e, assim, se exporem a risco financeiro e de reputação. Em ambos os casos, o *grantmaking* é uma estratégia que permite que cada organização crie vários relacionamentos e redes fortes dentro de uma comunidade que, por sua vez, começa a desenvolver uma energia e um impulso próprios. Os pequenos apoios também são um meio “silencioso” de os financiadores – sejam eles locais ou internacionais – apoiarem questões complexas e impopulares (às vezes, ocultas em grandes agrupamentos de *grants* que se concentram em questões menos controversas), evitando chamar atenção e colocar em risco os grupos que trabalham nessas questões.

Ao tecerem fortes e extensas redes de parceiros e modelarem comportamentos de transparência e responsabilidade por serem, nas palavras de Maria Amália, “administradores perfeitos”, o Icom e o Casa estão construindo também ecossistemas locais baseados na confiança. Isso pode assumir várias formas, incluindo a confiança dentro das comunidades (por exemplo, fornecendo incentivos para novos tipos de ação coletiva ou reunindo pessoas diferentes, cujos caminhos normalmente nunca se cruzariam, em torno de uma causa ou preocupação comum) e confiança entre as comunidades (por meio de convocações de parceiros e outros eventos que ajudem a superar o isolamento e a fortalecer a solidariedade). Quando recursos locais fazem parte do *mix*, isso promove novas formas de responsabilidade mais horizontais, nas quais as pessoas e as comunidades locais são a frente e o centro, em vez de doadores externos.

Esses são apenas dois exemplos de formas e práticas institucionais inovadoras no Brasil que surgiram por volta da última década e que se baseiam em princípios de agência comunitária e em uma crítica dos desequilíbrios de poder existentes. Outros exemplos incluem o Elas, um fundo de investimento social com foco nos direitos das mulheres, e o Fundo Brasil de Direitos Humanos, os quais, em conjunto com outros membros da Rede de Filantropia para a Justiça Social, podem ser vistos como os pilares centrais de uma nova narrativa global para o desenvolvimento liderado por pessoas no Brasil, fundamentado nos princípios da filantropia comunitária e em um desejo compartilhado de mudar, desbloquear e compartilhar novas formas de poder.

O tempo é agora e a proposta é simples. Nas palavras de Ana Valéria Araújo, coordenadora executiva do Fundo Brasil de Direitos Humanos:

Acreditamos que, se os cidadãos brasileiros entenderem a importância dos grupos de frente na promoção e defesa dos seus direitos, será muito mais fácil obter apoio para suas iniciativas [...]. A atmosfera política e a agitação entre os cidadãos indicam que as pessoas querem um país melhor e estão dispostas a agir para fazer isso acontecer.



## Referências

ANDERSON, Mary B.; BROWN, Dayna; JEAN, Isabella. *Time to listen: hearing people on the receiving end of international aid*. Cambridge, Massachusetts: CDA Collaborative Learning Projects, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/JcF8VK>. Acesso em: 5 mar. 2018.

BERGER, P. L.; NEUHAUS, R. J. *To empower people: the role of mediating structures in public policy*. v. 1. Washington, D.C.: American Enterprise Institute, 1977.

CIVICUS. *Civicus strategic plan, 2017-2022*. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/nUk1GB>. Acesso em: 5 mar. 2018.

COMMUNITY DEVELOPMENT RESOURCE ASSOCIATION (CDRA). Disponível em: <http://www.cdra.org.za/>. Acesso em: 5 mar. 2018.

DICHTER, Thomas. *The capable partners learning agenda on local organization capacity development*. The Learning Agenda on Local Capacity Development, 20 fev. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/Aqj9n6>. Acesso em: 5 mar. 2018.

EL DALY, Marwa. *Philanthropy in Egypt: a comprehensive study on local philanthropy in Egypt and potentials of directing giving and volunteering towards development*. Cairo, Egito: The American University in Cairo, 28 fev. 2011. Disponível em: <https://goo.gl/hXVKxV>. Acesso em: 5 mar. 2018.

GREEN, Shannon N. Adapt or perish: the new normal for civil society. *Open Democracy*, 4 jan. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/7YLQtw>. Acesso em: 5 mar. 2018.

HODGSON, Jenny; KNIGHT, Barry; MATHIE, Alison. *The new generation of community foundations*. Global Fund for Community Foundations: Coady International Institute, mar. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/Dh4t4V>. Acesso em: 5 mar. 2018.

HODGSON, Jenny; KNIGHT, Barry; MCKINLAY, Peter. *Subnational governance and development: a new perspective*. IGI Global, 2017.

KNIGHT, Barry. *Rethinking poverty: what makes a good society?* Bristol: Policy Press, 2017.

LENTFER, Jennifer; COTHRAN, Tanya (Eds.). *Smart risks: how small grants are helping to solve some of the world's biggest problems*. [s. l.], 2017. Disponível em: <https://goo.gl/Aaj3W1>. Acesso em: 5 mar. 2018.

MAIER NUNES, Mariane. When scarcity drives innovation, people become a community foundation's biggest asset: a view from Brazil. *Global Fund for Community Foundations*, 6 set. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/DhcGB8>. Acesso em: 5 mar. 2018.

MATHIE, Alison; PUNTENNEY, Deborah. *From clients to citizens: deepening the practice of asset-based and citizen-led development*. Coady International Institute, dez. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/txNoQc>. Acesso em: 5 mar. 2018.

MAWIYOO, Janet. Durable development: time to do things differently. *African Independent*, 3 jul. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/w2DjH7>. Acesso em: 5 mar. 2018.

MILNER, Andrew. The game of the name. *Alliance*, dez. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/d2jzbN>. Acesso em: 5 mar. 2018.

PATEL, Sheela; VICCAJEE, Aseena; ARPUTHAM, Jockin. *Taking money to making money: SPARC, NSDF and Mahila Milan transform low-income shelter options in India*. Londres: International Institute for Environment and Development, jan. 2017.

POST, David. CDD and elite capture: reframing the conversation. *The World Bank*, 1 fev. 2008. Disponível em: <https://goo.gl/zwd6gr>. Acesso em: 5 mar. 2018.

SOUZA, Maria Amália; BADIA I DALMASES, Francesc. Community philanthropy is about invisibility. *Open Democracy*, 19 jan. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/bfRGFr>. Acesso em: 5 mar. 2018.

THOMPSON, Andrés A. *Notes on social justice philanthropy in Brazil*. Global Fund for Community Foundations, 2016.

WATTS, Jonathan; VIDAL, John. Environmental defenders being killed in record numbers globally, new research reveals. *The Guardian*, 13 jul. 2017. Disponível em: <https://goo.gl/T7iBjy>. Acesso em: 5 mar. 2018.

WEARDEN, Graeme. Oxfam: 85 richest people as wealthy as poorest half of the world. *The Guardian*, 20 jan. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/o6cK6X>. Acesso em: 5 mar. 2018.

WIGGERS, Robert. Action for children: a model for stimulating local fundraising in low- and middle-income countries. *Development in Practice*, v. 26, n. 5, p. 619-628, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/PKoyrb>. Acesso em: 5 mar. 2018.

WILKINSON, Richard; PICKETT, Kate. *The spirit level: why greater equality makes societies stronger*. [s. l.], 2009.

WILKINSON-MAPOSA, Susan; FOWLER, Alan; OLIVER-EVANS, Ceri; MULENGA, Chao F. N. *The poor philanthropist: how and why the poor help each other*. Cidade do Cabo, África do Sul: UCT Graduate School of Business, [s. d.]. Disponível em: <https://goo.gl/M5fuSg>. Acesso em: 5 mar. 2018.



# Estratégias para o fortalecimento da filantropia comunitária: o caso do Icom na grande Florianópolis

---

Mariane Maier Nunes<sup>1</sup>

A prática da filantropia comunitária não é nova. Há muito tempo as pessoas se ajudam e compartilham responsabilidades por um determinado território, tribo ou comunidade. É um movimento natural, intrínseco do ser humano, que contribui para a melhoria das condições de vida das comunidades e está baseado na ideia de que as pessoas que vivem em um determinado território desenvolvem confiança umas nas outras e conhecem bem seus próprios desafios e oportunidades de melhoria.

Para impulsionar esse movimento de ajuda mútua, mas de uma forma estratégica, há atores que desempenham papel-chave, podendo ser desde grupos informais que se reúnem para levantar recursos locais e investir na própria comunidade até instituições formalizadas ou organizações de filantropia comunitária que contam com mecanismos para promover uma filantropia estratégica, com base no conhecimento, na articulação e mobilização de recursos locais.

Com o avanço da tecnologia e o fortalecimento de uma rede internacional de organizações, o campo da filantropia comunitária vem se redefinindo e ganhando visibilidade. Isso é evidenciado no trabalho do *Global Fund for Community Foundations* (GFCF) que mostrou que “a filantropia comunitária e sua ênfase nos recursos locais e na responsabilidade local assumiram uma nova relevância como um pilar central de um quadro de desenvolvimento efetivo moldado por novos princípios” (HODGSON e KNIGHT, 2016).

De acordo com a teoria da filantropia comunitária como pilar central de desenvolvimento,<sup>2</sup> as organizações que atuam nesse campo contam com um forte papel de liderança e flexibilidade para abordar, de forma rápida, diferentes

---

1 Gerente executiva do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (Icom). Participa do comitê gestor da Rede Ibero-americana de Fundações Comunitárias e da Rede Brasileira de Filantropia para a Justiça Social. International Fellow on *Civil Society and Community Philanthropy* da City University of New York e mestra, com o título de *Global Masters of Business Administration*, pela George Washington University.

2 Desenvolvimento, aqui, se refere a melhoria socioeconômica e ambiental de um território específico.

tipos de questões nas comunidades onde atuam. São organizações que catalisam o impacto local e buscam mudanças estruturais de longo prazo ao trabalharem como articuladoras, criando oportunidades de colaboração entre pessoas e instituições e levantando conhecimento sobre o contexto no qual se inserem. Assim, essas organizações têm a capacidade de fortalecer a sociedade civil e alavancar doações em nível local.<sup>3</sup>

Por essas características, não é nenhuma surpresa ver que o número de fundações comunitárias quase dobrou de 2000 a 2012, impulsionado principalmente pelo crescimento de fundações comunitárias na América do Norte e na Europa (WINGS COMMUNITY FOUNDATION, 2010). O *Community Foundations Atlas* mostrava, em 2014, 1.800 fundações comunitárias no mundo, organizações que investiram, em 2013, cerca de US\$ 5 bilhões em comunidades locais sob a forma de *grantmaking*.<sup>4</sup> Esse montante representa apenas cerca de 3,7% da ajuda internacional pública ao desenvolvimento (*world's net official development assistance, ODA*) para 2013 (AID TO DEVELOPING COUNTRIES, 2014) e menos de 1,5% do total de doações filantrópicas somente nos Estados Unidos no mesmo ano (GIVING USA 2014).

Embora o montante total investido por fundações comunitárias pareça pequeno, numa visão mais ampla de desenvolvimento, a filantropia comunitária tem sido fundamental para desenvolver e fortalecer a sociedade civil globalmente. O número de organizações de filantropia comunitária vem crescendo, aumentando a eficácia do desenvolvimento regional em nível internacional e levando a resultados duradouros. Essa é a principal conclusão de um estudo realizado pela Aga Khan Foundation USA e Charles Stewart Mott Foundation (KNIGHT, 2012).

As organizações de filantropia comunitária são importantes para a transformação social em todo o mundo, mas vale notar que o desenvolvimento dessa prática de filantropia difere amplamente de região para região. Na América Latina, por exemplo, o conceito é entendido de forma muito distinta daquele originado nos Estados Unidos em 1914. De acordo com Avila Kilmurray (citada por THE CASE FOR COMMUNITY PHILANTHROPY, 2017), a prática da filantropia comunitária nos países em desenvolvimento é muito mais flexível do que a prática norte-americana, já que as organizações latinas trabalham com um foco menor nas necessidades dos doadores (ou filantropos locais) e maior nas necessidades das organizações ou grupos apoiados.

---

3 Observações com base na participação da autora no International Fellows Program on Community Philanthropy da City University of New York em 2017.

4 Apoio financeiro para fomentar outras organizações da sociedade civil, grupos ou movimentos.

Não surpreende, portanto, ver que, na América Latina e no Caribe, há menos fundações comunitárias mapeadas que se reconhecem como tal. No total, são apenas 38 registradas no *Community Foundations Atlas*, sendo 11 na América do Sul e 27 no México, um país amplamente influenciado pelo modelo de fundações comunitárias dos Estados Unidos. Na Rede Ibero-americana de Fundações Comunitárias,<sup>5</sup> 15 organizações filiadas são da América Latina (MEMBERS, [s. d.]). Os números representam uma oportunidade de crescimento e um trabalho intensivo de organizações locais, corporações, filantropos e organizações multilaterais para fortalecer organizações de filantropia comunitária na região.

Ainda no contexto latino-americano, a cultura da filantropia é formada por uma forte história de caridade, atividade voluntária e participação cidadã, incluindo várias tradições de comunidades de autoajuda e de solidariedade tanto das culturas pré-históricas como a partir da colonização pela Igreja Católica (SANBORN, 2002). Essas tradições culturais refletem na maneira como a filantropia é vista e executada, o que tem mudado na última década.

Andrés Thompson (2016) afirmou que uma “nova força – a filantropia comunitária – apareceu na região e está ajudando a superar retrocessos e desafios que a América Latina enfrenta, como a instabilidade da democracia, a falta de um Estado de direito e as iniquidades”. Como exemplo de espaço que promove a filantropia comunitária estratégica, a Rede Brasileira de Filantropia para a Justiça Social reflete bem essa nova força no Brasil. É um coletivo informal que reúne oito fundos independentes e fundações comunitárias que direcionam suas ações para iniciativas que trabalham com direitos humanos, igualdade e justiça social. Entre outras características, essas organizações valorizam a proteção do meio ambiente, enfatizam a liberdade e a democracia, os direitos humanos, a justiça social, a igualdade e a diversidade, além de dar voz às pessoas, fornecendo ferramentas para o seu empoderamento (MEMBROS, [s. d.]). Participam da Rede Brasileira de Filantropia para a Justiça Social duas organizações que se reconhecem como fundações comunitárias: o Instituto Comunitário Grande Florianópolis (Icom) e o Instituto Baixada Maranhense.

### **Inibindo ou fortalecendo a filantropia comunitária: o contexto brasileiro**

Alguns fatores fortalecem ou inibem a prática da filantropia comunitária, que, junto com outras práticas, é um importante motor para o desenvolvimento do País. O estudo *O valor da filantropia comunitária* (KNIGHT, 2012) traçou um quadro inicial desses fatores, que podem ser internos (no nível de organização)

5 Uma rede de 24 fundações comunitárias que está presente em sete países na América Latina e península Ibérica. O ICOM-Instituto Comunitário Grande Florianópolis é responsável fiscal da Rede.

e externos (no nível de comunidade e de país). Os primeiros incluem *expertise* da organização, governança, práticas, métodos e recursos. Entre os externos, destacam-se participação cidadã, confiança e liderança.

Na mesma linha, agora no contexto brasileiro, a *Pesquisa de Doação Brasil 2015* (IDIS, 2016) revela três dimensões que influenciam a filantropia no país: (i) a cultura, que reflete a tradição filantrópica no Brasil desde a época colonial; (ii) o ambiente, que se refere às circunstâncias da sociedade brasileira em relação à filantropia; (iii) a escolha individual, que diz respeito ao livre-arbítrio de cada cidadão.

O *CAF World Giving Index 2016* mostra que a cultura de doação no Brasil melhorou de 2014 para 2015: o país passou de 105º para 68º no *ranking* de solidariedade, e o percentual de pessoas que doaram dinheiro passou de 20% para 30% (BRASIL AVANÇA NO RANKING, 2016). Apesar do progresso demonstrado pelo relatório da CAF, o Brasil ainda ocupa uma posição muito tímida quando o tema é filantropia. Há uma falta de confiança nas organizações da sociedade civil e os ambientes legal e fiscal ainda inibem o campo.

Além disso, o conseqüente baixo apoio financeiro local torna as organizações de filantropia comunitária brasileiras dependentes de financiamento internacional para seguir fortalecendo as comunidades onde atuam, principalmente no longo prazo.

### **Fortalecendo uma filantropia comunitária estratégica: o caso do Icom na grande Florianópolis**

Considerando os fatores que dificultam e fortalecem o desenvolvimento da filantropia comunitária no país, o Icom tem testado métodos participativos e práticas inovadoras para uma filantropia comunitária voltada para a redução de iniquidades sociais e melhoria das condições de vida no território da grande Florianópolis, em Santa Catarina.

Como retratam a *Pesquisa de Doação Brasil 2015* (IDIS, 2016) e o estudo sobre os fatores que fortalecem ou inibem a filantropia comunitária (KNIGHT, 2012), as organizações da sociedade civil e de filantropia comunitária têm o poder de influenciar a cultura, o meio ambiente e as escolhas individuais para fomentar o desenvolvimento e fortalecimento da sociedade civil em determinado território. Quanto mais forte uma organização, mais ela é reconhecida como canal para participação de pessoas e instituições que integram sua comunidade. Maior também é a capacidade – da organização e da comunidade – de alavancar recursos em nível local.

O Icom já nasceu como uma fundação comunitária com a missão de promover o desenvolvimento comunitário por meio de mobilização, articulação

e apoio a investidores e organizações de base comunitária na grande Florianópolis. Com esse objetivo, desde 2005, foram apoiadas 800 organizações da sociedade civil, coletivos e movimentos sociais de interesse público por meio de estratégias de *grantmaking* e de programas próprios, cocriados de forma participativa. Do investimento total na comunidade, o apoio financeiro a outras OSCs e coletivos, nos últimos 12 anos, foi de quase R\$ 2 milhões a cerca de 300 ações coletivas de interesse público.

## **Exemplos de estratégias do Icom para fortalecer a sociedade civil local**

### ***Conhecimento local e articulação***

Os modelos participativos do Icom para gerar mudança social implicam o uso de métodos horizontais em que o principal objetivo é o empoderamento de cidadãos para que se envolvam e se identifiquem com os problemas e as oportunidades de suas comunidades. Quando as pessoas participam de ações coletivas, as mudanças são mais sustentáveis. É também uma forma de mudar as relações de poder que norteiam as nossas relações humanas.

Esses modelos participativos permeiam as ações de conhecimento e articulação comunitária. O primeiro passo para estabelecimento do Icom como organização de filantropia comunitária foi mapear as organizações da sociedade civil locais para entender quem já atuava no território. A pergunta norteadora foi: “como fomentar ações coletivas de interesse público sem, antes, entender quem são, quais os principais desafios e as oportunidades de atuação?”. Assim “desde 2006, o Icom mapeia as OSCs da grande Florianópolis, identificando suas principais fortalezas e desafios. Com as informações obtidas, as proposições da fundação comunitária às OSCs e suas lideranças encontram grande adesão” (SILVA, 2014).

Seguindo essa linha de articulação, em 2008, o Icom foi a primeira fundação comunitária fora do Canadá a implementar o Sinais Vitais, um método de articulação e conhecimento que levanta, de forma participativa, as prioridades de determinada cidade ou região. Ele orienta as ações de fortalecimento das fundações comunitárias, o investimento social privado e as políticas públicas, o que viabiliza uma filantropia comunitária estratégica com base na opinião pública e em indicadores oficiais que embasam essa opinião. No total, já foram nove edições do programa e diagnósticos lançados, cerca de 30 oficinas de articulação comunitária e mais de 100 mil pessoas alcançadas.

Além do Sinais Vitais, o Icom elabora outros diagnósticos sociais participativos com o objetivo de informar gestores e orientar o investimento em causas relevantes para a região. Como o Diagnóstico Social da População em Situação



de Rua, lançado em 2017 em parceria com o Movimento Nacional da População de Rua, que teve como inovação um método humanizado de inclusão de pessoas em situação de rua como pesquisadores bolsistas do diagnóstico. Este, aliado a uma série de debates voltados para a justiça social, busca motivar os cidadãos da grande Florianópolis a começarem a olhar para questões como igualdade de gênero, igualdade racial e direitos das pessoas em situação de rua. Isso acontece por meio de veiculação em mídia local e produção de vídeos inspiradores que sensibilizam. A estratégia tem funcionado. Menos de seis meses após o lançamento do diagnóstico social participativo da população de rua, o Icom lançou um pequeno fundo comunitário para apoiar financeiramente ações coletivas voltadas para a causa.

### ***Construção de confiança para o fortalecimento de ações coletivas para além do grantmaking***

O número de organizações de base comunitária, grupos, movimentos e pessoas que buscam o Icom como organização de apoio para ajudar a resolver desafios locais aumentou de 2011 a 2017. Mais especificamente, esse número cresceu, em média, de 25 para 200 por ano devido ao lançamento do Cais, um espaço físico, no formato *open house*, que aproxima tanto as ações coletivas de interesse público quanto as pessoas que têm interesse em investir no social. Atualmente, há uma lista de espera de organizações da sociedade civil que solicitam assessoria gratuita do Icom para apoio a ações na comunidade. Além disso, o Icom é instituição âncora de movimentos e coletivos que buscam espaço físico, infraestrutura, assessoria e recursos financeiros para impulsionar suas ações na comunidade.

O Cais também é um espaço de aprendizado que traz diversidade para o setor. Juntos, trabalham e trocam movimentos como o próprio Movimento Nacional da População de Rua, de justiça social e o Movimento ODS SC, que promove os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU. Quando questionados sobre a entrega de valor do Icom para essas iniciativas, a maioria respondeu *peer learning* e a legitimidade “emprestada” pelo Instituto. As iniciativas que usam o Cais, junto com as OSCs mapeadas, acessam formações e iniciativas de fortalecimento, como o Programa de Desenvolvimento Institucional, que busca fortalecê-las com enfoque na sustentabilidade, na governança e no papel do setor na construção da sociedade mais justa e sustentável.

### ***Estímulo à cultura da doação e mecanismos que facilitam a prática***

Para fortalecer a sociedade civil local, é preciso promover a cultura de doação local. O Icom tem feito isso de várias formas. Conforme comentado anterior-

mente, a *Pesquisa de Doação Brasil 2015* (IDIS, 2016) revela que é possível influenciar a cultura, o meio ambiente e as escolhas individuais para fomentar o desenvolvimento e fortalecimento da sociedade civil em determinado território. Com relação ao ambiente, o Icom promove campanhas com veiculação em redes sociais e em parceria com a mídia local. Além das campanhas no Dia de Doar,<sup>6</sup> o Instituto busca parcerias para atrair diferentes públicos. Um exemplo é a parceria com o negócio social Pólen, uma *startup* de Curitiba que mobiliza recursos financeiros para OSCs *on-line* e por meio de *e-commerce*. A campanha veiculada em 2016 atraiu mais de 100 doadores e um público jovem masculino que, de acordo com o Idis, é o público brasileiro que menos doa (jovem, homem e da região Sul).

Junto com as campanhas, o Icom oferece mecanismos que ensinam a importância da doação na prática. É o caso dos *giving circles*,<sup>7</sup> chamados no Instituto de Rede de Investidores Sociais, uma rede de pessoas que, juntas, doam, discutem os desafios locais e apoiam coletivamente uma causa ou organização da sociedade civil. Outros mecanismos são os fundos geridos pelo Icom, que podem ser próprios (de uma empresa ou pessoa) ou coletivos. O Instituto já geriu fundos importantes para o estado, como o Fundo de Reconstrução SC, em 2008, época em que ocorreram graves enchentes em Santa Catarina. Também já serviu como mecanismo para grandes empresas e fundações como Walmart e Instituto Vonpar. Em 2017, foi lançado o primeiro fundo próprio voltado para micro e pequenas empresas locais, público estratégico para uma região onde mais de 90% das empresas são desse porte. Como resultado, foi aberta uma chamada de apoio a projetos na área ambiental, com um olhar voltado para a igualdade de gênero.

### **À guisa de conclusão**

Não há dúvidas de que as organizações de filantropia comunitária desempenham papel-chave no desenvolvimento e fortalecimento de comunidades. Por meio da construção de confiança no território e olhar de longo prazo, impulsionam um movimento de ajuda mútua de forma estratégica.

Há uma tendência de crescimento de organizações comunitárias no mundo, mas ainda é preciso um olhar atento para fortalecer o campo no Brasil a partir do fomento internacional e da mobilização de atores nacionais, sendo que há fatores que inibem o florescimento de mais iniciativas do tipo, como a própria falta de confiança nas organizações da sociedade civil e o ambiente legal e fiscal.

---

6 Campanha global de mobilização para OSCs inspirada no *Giving Tuesday* dos Estados Unidos.

7 Círculo de doadores formado por pessoas físicas que investem em determinada causa ou organização.

O Instituto Comunitário Grande Florianópolis (Icom), fundação comunitária com atuação em Santa Catarina, vem desenvolvendo, ao longo de 12 anos de atuação, estratégias para fortalecer a filantropia comunitária na grande Florianópolis. Essas estratégias se traduzem em ações de conhecimento e articulação da comunidade, de construção de confiança para o fortalecimento de ações coletivas que vão além do *grantmaking* e de estímulo à cultura de doação por meio de campanhas e de mecanismos que facilitam a prática.

Embora se tenha alcançado resultados visíveis de fortalecimento da sociedade civil na região, há desafios a serem superados, como o baixo apoio financeiro local e a necessidade de mobilizar as pessoas para causas de interesse público ligadas à justiça social. Também é preciso garantir a sustentabilidade do Icom de modo a assegurar o desenvolvimento no longo prazo.

## Referências

- AID TO DEVELOPING COUNTRIES rebounds in 2013 to reach an all-time high. *OECD*, 8 abr. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/IQqJtn>. Acesso em: 31 maio 2017.
- BRASIL AVANÇA NO RANKING de solidariedade. *Gife*, 7 nov. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/djiKrB>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- CHARITIES AID FOUNDATION (CAF). *CAF World Giving Index 2016*. CAF, out. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/QoiQdD>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- COMMUNITY FOUNDATION ATLAS. Disponível em: <https://goo.gl/9c6JDY>. Acesso em: 31 maio 2017.
- GIVING USA 2014. Report highlights. 2014. Disponível em: <https://goo.gl/kbDpBM>. Acesso em: 28 maio 2017.
- HODGSON, J.; KNIGHT, B. #ShiftThePower: the rise of community philanthropy. *Alliance Magazine*, 26 nov. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/VtG28h>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- INSTITUTO PELO DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL (IDIS). *Pesquisa Doação Brasil 2015*. Idis, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/gNpamY>. Acesso em: 29 maio 2017.
- KNIGHT, B. *The value of community philanthropy*. Results of a consultation. Aga Khan Foundation USA: Charles Stewart Mott Foundation, fev. 2012. Disponível em: <https://goo.gl/SjEUws>. Acesso em: 30 maio 2017.
- MEMBERS. *Red Iberoamericana de Fundaciones Cívicas o Comunitarias*, [s. d.]. Disponível em: <https://goo.gl/FsPt7n>. Acesso em: 31 maio 2017.
- MEMBROS. *Rede de Filantropia para a Justiça Social*, [s. d.]. Disponível em: <https://goo.gl/wxFppx>. Acesso em: 30 abr. 2017.
- SANBORN, C. Latin American philanthropy in changing times. *ReVista*. Harvard Review of Latin America, 2002. Disponível em: <https://goo.gl/Btmib9>. Acesso em: 2 maio 2017.
- SILVA, A. G. Icom – Uma fundação comunitária brasileira no fortalecimento da sociedade civil e na promoção da participação cidadão. In: *Investimento social independente: para fortalecimento e autonomia das organizações da sociedade civil*. São Paulo: Gife, 2014.
- THE CASE FOR COMMUNITY PHILANTHROPY: how the practice builds local assets, capacity, and trust – and why it matters. GFCE, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/J44ZxR>. Acesso em: 11 dez. 2017.
- THOMPSON, A. Latin American community philanthropy in the vanguard. *Alliance*, 29 nov. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/1Zktii>. Acesso em: 31 maio 2017.
- WINGS COMMUNITY FOUNDATION Global Status Report 2010. *Global Status Report on community foundations*, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/Pw5wf7>. Acesso em: 31 maio 2017.

# Fundação comunitária para o desenvolvimento local sustentável

---

*Roberto Vilela de Moura Silva<sup>1</sup>*

*Larissa Boing*

*Mayne da Silva Santos*

*Raquel Brunelli Davi*

A Tabôa Fortalecimento Comunitário é uma associação sem fins lucrativos que fomenta a autonomia de comunidades por meio do apoio a empreendedores, negócios e organizações da sociedade civil, com programas voltados para o fortalecimento econômico e comunitário.

Neste artigo, são apresentados o contexto e os pressupostos que levaram à definição de seu modelo de governança, seus eixos de atuação e as principais inovações desenvolvidas pela instituição para o investimento em projetos socioambientais e no fomento à criação e ao fortalecimento de negócios.

## **O contexto de criação**

A instituição se localiza no litoral sul da Bahia, uma região de mata Atlântica que abriga uma das mais ricas biodiversidades do planeta,<sup>2</sup> conhecida pela sua tradicional e importante produção de cacau e pelo potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas, agrícolas, pesqueiras, de economia criativa e florestal.

---

1 Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP) e mestre em Administração Pública pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Eaesp/FGV), participou do desenho institucional da Tabôa, onde atua como diretor executivo. É consultor em microcrédito e microfinanças para governos, organizações da sociedade civil e bancos e consultor de desenvolvimento institucional junto a organizações sem fins lucrativos. As autoras que colaboraram com o artigo integram a equipe técnica da Tabôa. <http://www.taboa.org.br/index.php/a-taboa/equipe-executiva>

2 O projeto Mata Atlântica Nordeste, do Jardim Botânico de Nova York e do Herbário da Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira (Ceplac), identificou, em 1993, 458 espécies de árvores lenhosas em um único hectare de uma propriedade rural de Serra Grande, distrito costeiro do município de Uruçuca, alçando o litoral sul da Bahia ao topo da lista de áreas com maior biodiversidade do planeta.

Encontram-se nessa região cinco unidades de conservação ambiental<sup>3</sup> cuja existência é de importância ímpar para a conservação do bioma da mata Atlântica.

A região enfrenta um sério problema de desigualdade e pobreza, fruto do processo histórico e cultural de desenvolvimento baseado em monocultura e da concentração de renda, agravado pela decadência da economia cacaueteira a partir da segunda metade da década de 1980.

Esse processo prejudicou o desenvolvimento de economias tradicionais como a pesca, a agricultura e o extrativismo, reforçado por legislações ambientais mais rígidas por conta da criação das áreas de proteção ambiental, resultando numa população de baixa qualificação técnica e profissional, com dificuldade de adaptação às novas oportunidades econômicas.

Foi nesse contexto de potencialidades e de problemas socioambientais que se iniciou, em 2012, durante a discussão do Plano de Referência Urbanístico e Ambiental (Prua) do distrito de Serra Grande, em Uruçuca, BA, surgiu a ideia de criar uma instituição de fomento comunitário e econômico para a região, que foi apoiada pelo poder público, por lideranças comunitárias e outros atores que a consideraram importante.

Como estimular o empreendedorismo e o fortalecimento das organizações locais? Como colocar de pé estruturas que permitam que a própria comunidade escolha os melhores caminhos para o seu futuro? Foram questionamentos como esses que levaram um grupo de investidores, incluindo o Instituto Arapyáú<sup>4</sup> e o Fundo Brasileiro para Biodiversidade (Funbio),<sup>5</sup> a se mobilizar para criar uma instituição que tivesse como vocação o fomento ao desenvolvimento local sustentável. Por meio de um Comitê Assessor Voluntário<sup>6</sup> composto por um grupo multidisciplinar e da atuação conjunta com uma consultoria da Turbo Aceleradora,<sup>7</sup> foi elaborada a proposta de desenvolvimento e o plano de implementação da instituição.

### **Inspirações para o modelo institucional**

No processo de estudo para criação da instituição, o Comitê Assessor entrou em contato com os seguintes princípios das fundações comunitárias: a) manter-se

---

3 Parque Estadual da Serra do Conduru (Pesc), Área de Proteção Ambiental (APA) da Costa Itacaré-Serra Grande, APA da Lagoa Encantada e Nascentes do Rio Almada, Parque Estadual da Ponta da Tulha e Parque Municipal da Boa Esperança.

4 [www.arapyau.org.br](http://www.arapyau.org.br).

5 <https://www.funbio.org.br/>.

6 Veja a composição do Comitê Assessor em: <http://www.taboa.org.br/index.php/a-taboa/governanca>.

7 [www.turboaceleradora.com.br](http://www.turboaceleradora.com.br).

independente de governos, doadores e organizações da iniciativa privada; b) contar com conselhos independentes cuja composição reflita a diversidade de atores presentes no território de atuação; c) fazer doações a outras organizações da sociedade civil; d) ter uma base diversa de doadores e investidores sociais.

Com essa inspiração, foram desenhadas as instâncias de governança, na qual a Assembleia e o Conselho de Administração são compostos por doadores e uma diversidade de membros da comunidade, como lideranças comunitárias, especialistas e figuras históricas locais. Os princípios também nortearam o desenho do eixo de fortalecimento da sociedade civil e seus respectivos serviços prestados a organizações, coletivos e lideranças comunitárias, os quais serão apresentados mais adiante.

Para desenvolver o eixo de fortalecimento econômico, a inspiração foram experiências de microfinanças<sup>8</sup> e de serviços de apoio a microempreendedores que oferecem créditos em condições e garantias adequadas aos empreendedores de baixa renda. Foram realizadas pesquisas de campo para identificação dos serviços de crédito a microempreendedores, microempresas e agricultura familiar existentes na região a fim de criar as linhas de crédito.

Como resultado desse processo, a Tabôa foi criada em outubro de 2014 como uma associação sem fins lucrativos com atuação nos seguintes eixos:

- Fortalecimento das vocações econômicas locais com base na sustentabilidade através dos programas de crédito produtivo, incubação e fortalecimento de negócios, cujo objetivo é criar e fortalecer negócios em transição para sustentabilidade, gerar e manter postos de trabalho e melhorar a qualificação profissional.
- Fortalecimento da sociedade civil como protagonista das mudanças, implementado através de doações para projetos socioambientais e do apoio ao desenvolvimento de organizações, coletivos e lideranças. Tem o objetivo de gerar relações comunitárias mais colaborativas e aprimorar suas capacidades gerenciais e de governança.

Por um lado, a instituição se identifica com as fundações comunitárias na sua estrutura organizacional e também como fortalecedora de outras iniciativas do território por meio de doações, cursos, assessorias. Por outro lado, atua como agência de fomento ao oferecer crédito e assessoria a empreendedores de microempresas e agricultura familiar. Na nossa perspectiva, a Tabôa poderia ser

---

8 Destacam-se as experiências das organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) de microcrédito organizadas na Abcred ([www.abcred.org.br](http://www.abcred.org.br)), associação que congrega as principais experiências de microcrédito sem fins lucrativos no Brasil, e também as pesquisas do autor com instituições de microcrédito em 10 países, incluindo Marrocos, Índia, Rússia, Ucrânia, Nepal, Bolívia, México e Brasil.

classificada como uma *fundação comunitária para o desenvolvimento socioambiental e econômico*.

### **Governança comunitária**

Com o objetivo de que a seleção para doações a projetos socioambientais fosse o mais acessível possível e que a seleção dos projetos fosse feita pela própria comunidade, a Tabôa inovou ao criar o Comitê Comunitário, que avalia e elege os projetos a serem apoiados sem influência dos associados doadores ou da equipe executiva da Tabôa.

Para isso, foram criados procedimentos de inscrição e de seleção simples e acessíveis para a chamada de projetos:

- O formulário de projeto é simples e acessível; pode ser entregue tanto em formato digital quanto escrito a mão.
- Após a publicação da chamada de projetos, que acontece anualmente, a Tabôa oferece um curso de elaboração de projetos e apoia a comunidade nesse processo.
- Os projetos são avaliados primeiro em sua forma escrita e os selecionados se apresentam oralmente ao Comitê Comunitário. Os critérios de seleção contemplam: o número de beneficiados e a duração dos projetos; a coerência da proposta; a capacidade de execução da equipe; o histórico de atuação; o impacto no tema e os riscos do projeto.
- O Comitê Comunitário é formado para cada chamada de projetos e é composto por membros da comunidade que será beneficiada pelos projetos apoiados. Busca-se um equilíbrio entre os saberes técnicos e os conhecimentos da região e do público beneficiário. Os membros do Comitê não podem apresentar projetos no mesmo ano nem participar da diretoria de associações que apresentam projetos.
- Os critérios de avaliação e os pesos definidos são revisados com cada Comitê Comunitário e equilibram critérios técnicos e de reputação na comunidade.

Esse processo já teve três edições anuais (2015, 2016 e 2017) e apoiou 64 projetos que beneficiaram diretamente 3.143 pessoas nos temas de água, cidadania, cultura, educação, fortalecimento institucional, jovem e adolescente, meio ambiente, mulher e saúde.

Acreditamos que a escolha por um Comitê Comunitário independente leva os recursos para onde farão maior diferença do ponto de vista da própria comunidade, legitimando sua autonomia e apoiando o desenvolvimento de sua capacidade de definir como aplicar os recursos no território.

## Fomento à criação e ao fortalecimento de negócios

Outra inovação implementada pela instituição foi a criação de linhas de crédito de fomento que, diferentemente do microcrédito produtivo orientado – que financia apenas negócios existentes –, financiam empreendimentos novos em âmbito urbano e rural. As condições dos créditos oferecidos também se diferenciam do microcrédito produtivo orientado, de maneira geral, por permitirem prazos mais longos (até 36 meses, com até três meses de carência) e na taxa de juros de 1% ao mês.

A instituição apoia empreendedores no desenvolvimento de planos de negócios e presta assessoria para ajudá-los no seu desenvolvimento nos primeiros anos de existência e para reduzir os riscos do crédito.

Nos momentos iniciais, foram priorizados negócios da economia do cacau e chocolate, empreendimentos agroecológicos, turismo, economia criativa e artesanato. Apoiou-se a criação de 22 empreendimentos e o desenvolvimento de 19 negócios existentes com crédito. Foram oferecidas também 1.254 horas de cursos e assessoria para empreendedores da região.

Além do apoio direto a negócios, a instituição apoiou a realização do I Festival de Arte e Gastronomia em 2017,<sup>9</sup> que trouxe impactos para o ambiente de negócio da região.

Destaca-se a parceria com o Sebrae na oferta de cursos e assessoria aos empreendimentos. Entendemos que uma das principais funções das fundações comunitárias é possibilitar que os recursos disponíveis – sejam eles de serviços ou financeiros – cheguem com mais facilidade ao território. Para isso, buscam-se parcerias com organizações do Sistema S, instituições de ensino e extensão, órgãos públicos e investidores privados.

Vale ressaltar que os investimentos e ações da Tabôa sempre têm como objetivo maior a emancipação da comunidade, tomando as rédeas do seu caminho, protagonizando as mudanças necessárias, prosperando de forma sustentável, honrando sua história, conservando a biodiversidade e fortalecendo a cultura e seu povo.

## Referências

BAIARDI, A.; TEIXEIRA, F. *O desenvolvimento dos territórios do baixo sul e do litoral sul da Bahia: a rota da sustentabilidade, perspectivas e vicissitudes*. Salvador: UFBA, 2010.

---

<sup>9</sup> <https://goo.gl/cV12By>.





Parte V

# Investimento social privado e mobilização de recursos no Brasil

---



# Investimento social privado como expressão da filantropia: dilemas e caminhos

---

Fábio Deboni<sup>1</sup>

## A jabuticaba do investimento social privado

Para começo de conversa, é importante recuperarmos o conceito de investimento social privado (ISP) amplamente difundido pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife): “recursos privados para o bem comum”. Esse conceito contempla uma atuação voluntária (não sendo, portanto, de natureza compensatória), continuada (não sendo pontual), planejada, monitorada e focada em resultados, além de engajar comunidades na sua concepção e implementação.<sup>2</sup> Em torno desse conceito é que institutos, fundações e empresas têm se constituído como setor do ISP desde o final dos anos 1990.

Há, nesse setor, uma considerável diversidade de integrantes (portes, orçamentos, peso institucional, perfis, focos temáticos, regiões de atuação etc.), sendo, portanto, difícil construir posicionamentos conjuntos sobre temas menos consensuais. Dados do último censo Gife nos ajudam a visualizar a complexidade desse setor:<sup>3</sup>

- Diversidade de tipos de fundações/institutos, com predomínio dos empresariais (cerca de 2/3 da rede Gife), além de familiares, independentes e comunitários.

---

1 Engenheiro agrônomo e mestre em Recursos Florestais pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq/USP). Atuou oito anos no Governo Federal na gestão de políticas públicas junto a diversos órgãos federais (MEC, MMA, MJ, Ipea, SG/PR). É gerente executivo do Instituto Sabin ([www.institutosabin.org.br](http://www.institutosabin.org.br)) desde 2011, responsável pela gestão do investimento social. Atualmente, coordena a Rede Temática de Negócios de Impacto no âmbito do Gife. É conselheiro do Gife. Autor do livro *Reflexões contemporâneas sobre investimento social privado* (disponível em: <https://goo.gl/ym6x4k>). E-mail: [fabio@institutosabin.org.br](mailto:fabio@institutosabin.org.br).

2 <https://gife.org.br/investimento-social-privado/>.

3 <https://gife.org.br/censo-2016-keyfacts/>.

- Preferência dos investidores sociais privados pela execução de seus próprios projetos e pela atuação híbrida (execução e apoio a organizações da sociedade civil ou OSCs). Portanto, o formato de atuação no Brasil é bem diferente das fundações norte-americanas e europeias.
- Predomínio do aporte por parte das empresas mantenedoras como fonte de recursos, o que confere baixa sustentabilidade financeira e limitado espaço para assumir riscos.
- Entre as áreas temáticas de atuação, a educação continua sendo, historicamente, o foco principal (84% dos membros do Gife), ao passo que saúde só é trabalhado por 37%.

São diversos outros dados que nos ajudam a construir uma visão mais ampla sobre esse setor. O importante é reforçar que não é possível construir uma visão única que represente todas as fundações/institutos no país dada a considerável diversidade de tipos, preferências, formas de atuação e vínculos institucionais. Mesmo assim, já é possível construir uma imagem mais geral dessas organizações.

A imagem da jabuticaba se deve ao fato de, no mundo, o termo que abarca o ISP ser mais comumente atribuído à “filantropia”. Ainda que alguns países latino-americanos também utilizem investimento social (*inversión social*), de um modo geral, “filantropia” é, historicamente, o termo “guarda-chuva” e de referência conceitual, política e identitária. No Brasil, cunhou-se este termo – ISP – que tem sido bem-aceito e conseguido demarcar essa dimensão da filantropia. Portanto, o uso da palavra “jabuticaba” aqui não tem sentido de demérito, apenas de constatação, pois não me parece que se constitua num dilema do “setor”. Como veremos mais adiante, os dilemas são de outra natureza.

## **Dilemas do ISP**

Feito esse breve preâmbulo e assumindo meu claro interesse de tentar recuperar e sintetizar as sempre ricas conversas de cafezinho em eventos de profissionais que atuam em institutos, fundações e empresas, proponho abaixo sete dilemas que tenho percebido no “setor” e sobre os quais seria importante discutirmos.

### **1. *Capital filantrópico como articulador/enzima***

É muito comum nos depararmos com uma visão de que o ISP é quem assina e destina o cheque, viabilizando recursos financeiros para determinadas iniciativas de cunho social. Essa visão vem sofrendo, com razão, profundas transformações, porque institutos e fundações estão cada vez menos financiando causas

sociais e OSCs, assumindo clara preferência pela destinação de recursos para seus próprios projetos.

Mas qual, então, seria o papel mais adequado para os investidores sociais privados nesse contexto? Como fomentar OSCs e contribuir para o fortalecimento da sociedade civil de um lado e, de outro, manter-se alinhado às áreas de negócio de suas mantenedoras? Tarefa nada fácil, mas possível.

Acredito cada vez mais no papel do ISP como uma espécie de enzima – com capacidade de gerar conexões, potencializar sinergias e acelerar transformações a partir da atuação entre diferentes organizações e atores sociais. Esse conceito exige sairmos do modelo de atuação atual e nos lançarmos em direção ao novo e ao desconhecido. Para nos tornarmos mais articuladores, precisamos romper com as diversas barreiras de acesso e de *modus operandi* que temos em nossas fundações, como veremos mais adiante.

## **2. Mecanismos de mercado – limites e tese da linha evolutiva e caminhos em direção aos negócios sociais**

A rápida emergência da agenda do investimento de impacto e dos negócios sociais trouxe à mesa visões um pouco confusas sobre a interface entre filantropia, ISP e essa nova frente de atuação. Algumas questões merecem ser trazidas à tona.

A primeira diz respeito à ideia equivocada de que institutos e fundações devem passar a atuar com negócios de impacto como sendo a “evolução” da filantropia.<sup>4</sup> Em suma, o investimento de impacto e os negócios sociais são apenas mais uma que se soma à histórica caixa de ferramentas de institutos e fundações. Essas novas ferramentas não são melhores ou piores que as outras, são apenas novas entre as outras já disponíveis e outras que ainda virão no futuro, todas elas a serviço do propósito e da missão da fundação.

A segunda questão diz respeito aos claros limites que mecanismos de mercado têm no enfrentamento de problemas sociais e/ou ambientais. Há diversos problemas que não serão enfrentados pela lógica de mercado e, portanto, não dão pé como negócio. Exemplo: garantia de direitos (nas suas mais diversas formas e contextos) é um tema muito importante na atuação da sociedade civil e que não se torna um negócio. Portanto, a filantropia e o ISP precisam seguir fomentando e fortalecendo essas causas e as respectivas organizações que nelas atuam (em defesa de grupos e movimentos sociais de base).

A terceira está relacionada à questão conceitual. Quem está mais envolvido no campo da justiça social tende a encarar os atores dos negócios de impacto

---

4 Já abordei esse tema em <https://goo.gl/JJA7By>.

com certa desconfiança, com a percepção de que eles estão tirando recursos das OSCs. É preciso conhecer mais a fundo a agenda do investimento de impacto e dos negócios sociais, pois há boas oportunidades de engajamento aí e excelentes organizações e profissionais atuando nessa área. Assim como há considerável diversidade entre empresas, institutos e fundações, também há entre investidores de impacto e empreendedores de negócios sociais. Portanto, deve-se evitar colocar todos os atores desse campo numa mesma categoria. Ao conhecer mais sobre o campo e, sobretudo, sobre quem está colocando a mão na massa, veremos que nossos “inimigos” são outros.

### **Negócios de impacto social**

A expansão dos negócios de impacto (ou negócios sociais) tem despertado muita curiosidade, inquietação e euforia nas mais variadas organizações e atores da área social/ambiental. Muitos veem neles uma alternativa à sustentabilidade financeira das OSCs. É preciso compreender, antes de mais nada, que nem todas as OSCs se tornarão um negócio social (por diversos fatores) e que nem toda solução de mercado conseguirá enfrentar o conjunto de questões sociais e ambientais. Portanto, é preciso cautela ao depositar todas as fichas nos negócios de impacto como sendo a solução mais “moderna” para o enfrentamento de todos os problemas sociais e ambientais e também como caminho pleno para a sustentabilidade financeira das OSCs. Para um conjunto de problemas, eles emergem como uma interessante alternativa, mas trazem consigo também diversos limites e dilemas.<sup>1</sup>

Um dos grandes aprendizados que eles trazem às OSCs é a capacidade de pensar melhor em seus “modelos de negócio”, em quanto elas custam, em como poderiam ser mais eficientes em suas teorias de mudança e nas formas como têm gerado impacto.

Estudos recentes têm procurado entender com mais profundidade quais seriam os reflexos e desdobramentos nessa lógica de negócio em OSCs mais tradicionais.<sup>2</sup> Institutos e fundações também têm se organizado para compreender melhor esse fenômeno dos negócios sociais a fim de incluírem esse novo recurso em sua “caixa de ferramentas” do universo de atuação do ISP.<sup>3</sup>

Todas essas iniciativas (e tantas outras) evidenciam que os mais diversos atores relacionados ao campo social/ambiental vêm procurando compreender com mais profundidade o fenômeno dos negócios de impacto e suas interfaces e confluências a fim de traçarem estratégias para se relacionarem com ele.

### **3. *Atuar em fronteiras/interatores/intersectorial***

Naturalmente, o setor do ISP é uma área de fronteira – entre o público e o privado, entre a empresa e a comunidade. Transitar em áreas de fronteira é tarefa bastante desafiadora (do ponto de vista ideológico e organizacional) e de difícil execução (do ponto de vista prático e metodológico).

Percebe-se cada vez mais que as transformações estruturantes e profundas que nossa sociedade requer virão justamente da atuação integrada entre pessoas, organizações e setores. Se cada um permanecer atuando em seu “quadrado”,

não alcançaremos as mudanças sistêmicas que tanto necessitamos, algo que tem sido muito discutido no campo da inovação social.<sup>5</sup>

Como, então, esperar que institutos e fundações assumam esse papel e/ou fomentem e fortaleçam coletivos, redes e movimentos que estejam trilhando esse caminho de atuação?

Se não construirmos pontes de conexão, interação e diálogo com esses atores, teremos mais dificuldade para engajá-los nessa agenda complexa.

#### **4. Impacto, relevância e transparência**

Temos discutido cada vez mais a necessidade de buscarmos mais impacto em nossa atuação, de priorizarmos iniciativas que ampliem impacto positivo (social e/ou ambiental), considerando aqui a dimensão da escala.<sup>6</sup> Palavra da moda na atualidade, o “impacto” parece que veio para ficar e para pautar nossa atuação – profissionais da área socioambiental – e de nossas organizações. Dado que os desafios e problemas atuais são imensos, complexos e urgentes, como identificar, em nossa atuação, as formas de ampliar nosso impacto? Esse parece ser o “X” da questão.

A reflexão do impacto traz consigo a dimensão da relevância e da transparência. Nossa organização é, de fato, relevante? Para quem? Em que nível? Se ela deixasse de existir ou de atuar com o que faz atualmente, o que nossa sociedade/setor perderia? Tenho visto muitas fundações e institutos fazendo “mais do mesmo” e não se esforçando em identificar, de fato, qual é o foco no qual sua contribuição e atuação pode causar um impacto maior. Por outro lado, há muitas outras fundações procurando se reinventar.

Ser relevante e focado em maximizar impacto também traz à tona a perspectiva da transparência. Como somos frágeis nesse quesito! Cobramos do setor público mais transparência e temos uma lei (de Acesso à Informação) nacional que nos traz diversos dados públicos interessantes, mas nossas organizações (institutos, fundações, empresas e também OSCs) ainda apresentam limitações em termos de transparência. Será que um dia nosso setor também divulgará abertamente salários, contratos e outros documentos afins? A grama do vizinho é sempre mais verde, não é?

---

5 Também já abordei esse tema aqui: <https://goo.gl/4HPjS4>.

6 A questão de escala não é unanimidade no setor. Há controvérsias na sua discussão, pois há quem defenda a possibilidade de que empreendimentos sociais e OSCs sigam focadas no seu contexto local, com impacto mais profundo, sem necessariamente ter que entrar na lógica da escalabilidade que tanto se fala no mundo das *startups* e dos negócios de impacto social.



## 5. *Alinhamento ao negócio*

Tema bastante presente no âmbito do ISP,<sup>7</sup> ele trata dos diferentes níveis de alinhamento entre institutos e fundações empresariais e suas respectivas empresas mantenedoras, reforçando tendência crescente de que não é mais possível atuar de forma desconectada das áreas de atuação da empresa (temática, geográfica, institucional). Essa conexão com áreas de negócio traz diversos desdobramentos e desafios. Vou destacar dois deles.

O primeiro diz respeito às fronteiras das esferas pública e privada relativas à atuação de institutos e fundações. Se o conceito de ISP pressupõe claramente o direcionamento da atuação para a esfera pública (a partir de recursos e da lógica privada), o processo de alinhamento ao negócio pode tornar esse direcionamento mais difuso, pois a tendência é que a empresa imprima sua lógica privada como foco de atuação para o “seu” instituto ou fundação. Para institutos e fundações que tenham mais dependência institucional e financeira de suas mantenedoras, além de uma governança mais frágil, a tendência é que essa “pressão” ocorra com mais força. Na prática, os projetos tendem a atender, em maior volume, os públicos que interessam à empresa – funcionários, familiares etc. – e em contextos prioritários para ela – áreas de influência, entorno de plantas industriais etc.

O segundo desafio revela o quão frágeis somos – institutos, fundações e OSCs – ao incorporarmos a dimensão econômica das nossas organizações e atuações. Temos sido historicamente resistentes em lidar com essa dimensão. Questões como essas precisam ser mais amplamente abordadas e debatidas: quanto custa nossa organização? Qual é nosso modelo de negócio? Ele é o mais eficiente para maximizar o impacto que almejamos? É possível terceirizar parte da nossa organização para concentrar esforços e recursos na geração de impacto?

São questões bastante represadas no âmbito do terceiro setor, além de trazerem consigo certo viés ideológico – de luta contra o capitalismo e debates afins.

O *boom* dos negócios sociais e do empreendedorismo social traz à tona essa dimensão econômica, fazendo com que muitas OSCs, institutos, fundações e movimentos sociais tenham que enfrentar esse debate.

## 6. *Como apoiar os desorganizados?*

Entre institutos e fundações, há uma clara preferência por apoiar organizações já estruturadas, formalmente constituídas e que tenham determinados requisi-

---

<sup>7</sup> Há duas boas publicações recentes sobre o tema, uma do Gife (<https://goo.gl/3AyHz2>) e outra da FGV (<https://goo.gl/bxqmRQ>).

tos legais e organizacionais. Esse tem sido o formato preferido por investidores sociais, reproduzindo, em alguma medida, o modelo que o Estado pratica para fomentar políticas sociais e parcerias com a sociedade civil.

O crescimento de *youtubers*, blogueiros/as, coletivos políticos, movimentos de cidadania e inúmeras iniciativas “não organizadas” (no conceito mais tradicional de organização) vem colocando em xeque esse formato mais tradicional de alianças, relacionamentos e fomento a essas iniciativas.

Como institutos e fundações podem se relacionar como esses novos movimentos e fomentá-los? Como apoiar *hackers*? Como dialogar com blogueiros e *youtubers*? Como pautar influenciadores digitais para a complexa agenda socioambiental?

Essas são questões importantes que temos enfrentado de forma ainda muito tímida. A elas se somam a invisibilidade histórica com que movimentos sociais são tratados, de um modo geral, por parte do ISP (atingidos por barragens, movimentos de luta por terra, por moradia, por direitos, movimento negro, comunidade LGBTQ+, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, ribeirinhos etc.).

O modelo mental de nossas instituições é pautado na lógica da organização formal, colocando a necessidade de que esses segmentos tenham um CNPJ para poderem estabelecer relações com institutos e fundações (em ótica similar à do Estado).

Por outro lado, muitos desses movimentos têm (com razão) questionado esse modelo, realçando que um CNPJ vale menos que sua atuação propriamente dita. Como apoiar pessoas e indivíduos? Como apoiar propostas inovadoras, independentemente de estarem vinculadas ou não a um CNPJ?

Como, então, institutos e fundações podem incorporar esses segmentos em seus programas e, ao mesmo tempo, se enquadrar nas regras de integridade e *compliance* às quais estão submetidos? Temos aí uma complexa equação. Vejo que estamos rumando para tempos de convivência entre essas diferentes modalidades e tipos, tempos de modelos híbridos e de maior complexidade em nossas estratégias de atuação. Nesse contexto, o fortalecimento da sociedade civil em suas mais variadas formas de organização e de expressão é de fundamental importância – doações, parcerias e apoios a OSCs, coletivos, movimentos sociais, fundos independentes e lideranças são, mais do que nunca, movimentos importantes e necessários para institutos e fundações.

## **7. Desafios metodológicos e operacionais – *modus operandi***

Aspecto pouco comum nas conversas do ISP, é preciso chamar atenção para ele. De que adianta uma estratégia robusta e um orçamento forte se a maneira

como operamos, como nos relacionamos e as ferramentas que utilizamos são incompatíveis com o impacto que almejamos gerar? A meu ver, temos muito a melhorar nesse aspecto, pois, em geral, institutos e fundações tendem a ser burocráticos, lentos e até mesmo arrogantes. Em nossa visão, já temos a resposta para os problemas que queremos resolver, e tendemos a subestimar comunidades e organizações sociais nessa caminhada, empurrando “nossa” solução para eles. Ledo engano.

Como podemos nos inspirar mais no modelo de atuação de *startups*? Como podemos dialogar mais com movimentos sociais, coletivos e grupos “minoritários”? Como podemos abrir mão de formas cristalizadas e que, claramente, não funcionam mais? Aqui, temos muitos pontos de melhoria e de reinvenção.

É preciso, portanto, abordarmos mais os “comos” temos atuado, pois, nesse quesito, estamos mais para o *modus operandi* das empresas que para o das OSCs. Temos nos pautado mais pela ótica da “eficiência” do setor privado, que, por sua vez, traz consigo a superficialidade das abordagens e análises e a arrogância das decisões e implementações: “Suas atitudes falam tão alto que não consigo ouvir o que você diz” (Ralph Waldo Emerson).<sup>8</sup>

### **Por uma conclusão não conclusiva**

A partir das questões levantadas até aqui, encerro este texto com alguns questionamentos com que temos nos deparado no setor do ISP, entendendo que, às vezes, é mais importante saber formular perguntas pertinentes do que apenas tentar encontrar respostas:

- Por que continuar sendo executor de seus próprios projetos?
- Por que não fomentar e mobilizar mais recursos para o fortalecimento da sociedade civil?
- Por que não assumir a convivência com modelos de negócio e filantropia? São mesmo incompatíveis?
- Por que continuar sendo pouco acessíveis? Por que não sermos mais abertos e dialógicos com a sociedade?
- Por que não ousar e arriscar mais?
- Por que não ser mais transparentes?
- Quem é nosso cliente? Qual é nosso modelo de negócio? A quem nós servimos?

---

8 Filósofo norte-americano, século XIX.

Poderiam ser formuladas inúmeras outras perguntas que compõem o quadro atual de profundo questionamento que institutos e fundações têm enfrentado. É tempo de se reinventar, isso parece estar claro. A grande questão é como.



# Para a sociedade civil, é doando que se é sustentável

---

*João Paulo Vergueiro<sup>1</sup>*

Um debate bastante presente para quem atua com organizações da sociedade civil (OSCs) é se temos um povo doador no Brasil – uma população que pratica atos de generosidade para com os outros – ou se os brasileiros são, em sua maioria, individualistas.

Confrontado com essas duas opiniões, este artigo parte da crença de que o brasileiro é, sim, solidário, está preocupado com o que acontece com o País e com o mundo e, por isso, doa e busca fazer o bem. E há vários motivos que embasam essa nossa opinião.

Poderíamos, primeiro, partir da observação empírica da realidade nos últimos anos. Ao mesmo tempo que se multiplicam as tragédias da natureza no país – como resultado da própria ação do homem, a bem da verdade –, são inúmeros os exemplos de solidariedade praticada pela população brasileira.

A queda da barragem em Mariana, as enchentes em Santa Catarina e os deslizamentos na região Serrana do Rio de Janeiro são todas catástrofes pelas quais o País passou desde 2011 e que foram impactadas pela generosa compaixão da população brasileira, que reagiu com doações e ajuda.

Em vários casos, e em especial em Mariana, já não se sabia o que fazer com tantas doações que chegavam dos mais diversos lugares do país. Alguns bancos, como o Banco do Brasil, passaram a informar a seus clientes contas bancárias para que fizessem doações nos caixas eletrônicos. E se multiplicaram ações de doação.

Essa ideia, a de que o brasileiro é solidário, pode ser verificada nas cada vez mais frequentes notícias de doações da população, que provavelmente cresceram porque também aumentou o número de tragédias que atingiram o país,

---

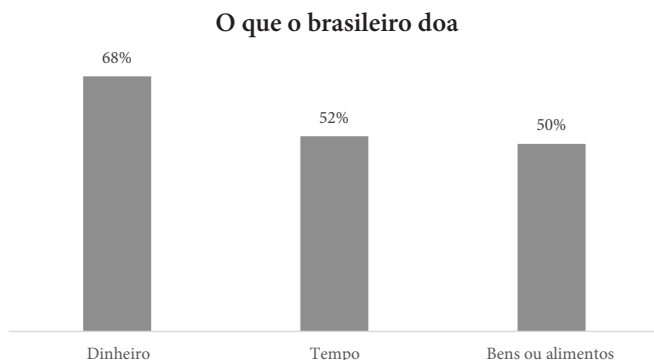
1 Diretor executivo da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR). Professor assistente da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap), administrador e mestre em Administração pela FGV-SP, com bacharelado em Direito pela USP. É coordenador do Grupo de Excelência de Gestão do Terceiro Setor, do Conselho Regional de Administração de São Paulo e diretor da Kibô-no-Iê.

menos comuns até a década passada. Mas ela pode também ser respaldada com dados quantitativos, o que vamos fazer a partir de agora.

Existem várias formas de doar: pode-se doar tempo e conhecimento (também chamados de trabalho voluntário), pode-se doar produtos e bens que serão úteis a terceiros, e pode-se também doar dinheiro.

No mundo todo, a principal forma de doação é o dinheiro, e o Brasil não é diferente. Segundo a pesquisa *Brazil Giving 2017* (CAF, 2017), 68% dos brasileiros doaram dinheiro nos 12 meses anteriores à coleta de dados, que foi realizada pela Gallup.

Além do dinheiro, o brasileiro doa muito do seu tempo para fazer o bem, o que foi atestado pela mesma pesquisa, com 52% tendo feito trabalho voluntário no período de 12 meses. Percentual parecido doou bens ou alimentos, 50%.



Fonte: Brazil Giving 2017.

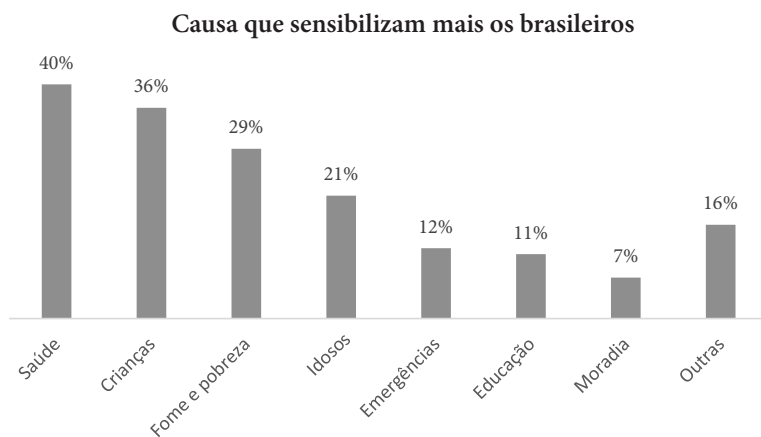
Conferimos, portanto, que o brasileiro doa, que boa parte da população é doadora, mas o que isso significa em volume? Há pouca pesquisa sobre o assunto no Brasil, mas temos algumas pistas que podemos seguir.

Para as igrejas, em 2011, os brasileiros doaram R\$ 14,2 bilhões segundo levantamento realizado pela *Folha de S. Paulo*. O valor é alto, e bem próximo do total de doações de indivíduos às organizações da sociedade civil em 2015: R\$ 13,7 bilhões, segundo a *Pesquisa Doação Brasil 2015* (IDIS, 2016).

Essa mesma pesquisa, a mais completa do país sobre doações para organizações da sociedade civil, revelou que o nordestino doa mais que todo o resto do país (50%), que as mulheres doam mais que os homens (49%) e que aqueles que doam mais têm mais de 40 anos (53%).

A pesquisa também descobriu o valor médio da doação brasileira – R\$ 20,00 a R\$ 40,00/mês, totalizando R\$ 486,00/ano. De forma geral, o brasileiro doa 12 vezes por ano (36%), para uma única organização (64%) não vinculada a nenhuma igreja (71%).

Quanto às causas que mais sensibilizam os brasileiros para doar, a saúde figura em primeiro lugar (40%), seguida de iniciativas vinculadas às crianças (36%), combate à fome e à pobreza (29%) e idosos (21%). Mas também aparecem bem colocadas as emergências (12%), a educação (11%) e a moradia (7%). Diretos humanos e justiça social não aparecem diretamente nas causas mais indicadas, mas podem estar incluídas na opção “outras”, que conta com 16% na mesma pesquisa.



Fonte: Pesquisa Doação Brasil 2015.

Pode-se perceber, pelos dados apresentados até agora, que os brasileiros efetivamente têm doado e que não é surpreendente contar com a generosidade da população para financiar as causas sociais no país.

Porém, se o doador está de um lado, de outro tem de estar a OSC, preparada para receber essa doação e, mais ainda, preparada para solicitá-la de forma permanente. E é sobre isso que vamos falar agora.

### **As organizações da sociedade civil**

Como modelo de financiamento, as organizações da sociedade contam com a doação para suas causas e projetos. A doação representa a receita principal para a maioria delas, no mundo todo e também no Brasil.

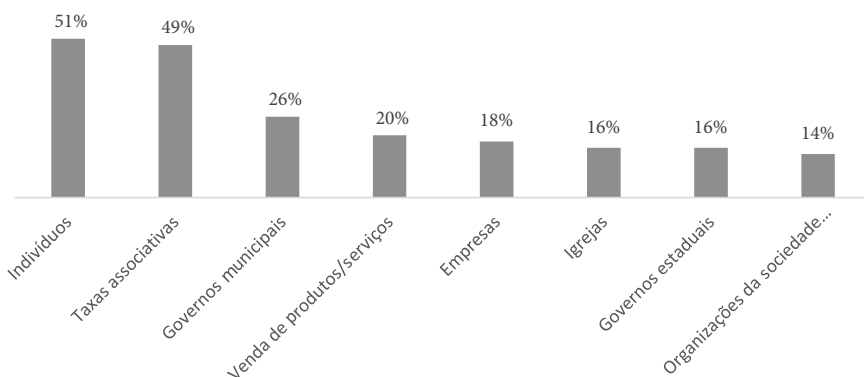
Organizações não se financiam com impostos, que são os recursos que sustentam a administração pública. Também não dependem de prestação de serviços ou venda de produtos, ainda que muitas delas tenham essa opção como parte da sua diversificação de fontes de receita. Como padrão, quem se financia com a prestação de serviços ou venda de produtos são as empresas.



As organizações, portanto, contam com a doação para serem financeiramente saudáveis e cumprirem sua missão adequadamente.

A pesquisa *TIC Osfil 2014* (CGI, 2015) é um bom indicador disso: 51% de todas as organizações do País recebem doação de indivíduos. Quando vamos ver o percentual que vende produtos ou presta serviços, é de apenas 20%, e mesmo a administração pública, com suas transferências de recursos, é pouco comum como fonte de recursos para as OSCs: apenas 26% recebem dinheiro de prefeituras, o órgão público mais frequente na doação a essas organizações.

#### Fonte de Receita das Organizações da Sociedade Civil



Fonte: TIC Osfil 2014.

Dentro dessa perspectiva – a de que as organizações se financiam com doações –, são os indivíduos que fazem toda a diferença.

Como a doação é um ato de generosidade, é a transferência de algo que se tem para um terceiro com o objetivo de fazer o bem (e aqui falamos apenas das doações filantrópicas, não a interfamiliar), ela é própria dos indivíduos que têm causas e que se sensibilizam com elas.

Para dar um exemplo de um país onde doar é um hábito tão comum quanto reciclar o lixo, nos Estados Unidos, 80% de tudo que é doado para as organizações da sociedade civil vem dos indivíduos, com as empresas representando apenas 5% desse volume e o restante sendo doado por outras organizações (as chamadas *grantmakers* ou financiadoras), conforme mostra o estudo *Giving USA*, publicado anualmente.

No Brasil, não temos uma única pesquisa que consolide todos os dados sobre a doação, mas temos algumas pistas que reforçam nossa percepção de que a maior parte das doações para organizações da sociedade civil vem dos indivíduos também em terras tupiniquins.

O primeiro dado citamos na seção anterior e vem da *Pesquisa Doação Brasil*, que identificou que a doação dos brasileiros para as instituições em 2015 foi de quase R\$ 14 bilhões. O número é grande, mas representa apenas 0,23% do Produto Interno Bruto brasileiro.

Recentemente, em 2017, foi publicada a 10ª edição do *Benchmarking do Investimento Social Corporativo (Bisc)*, com dados de 268 das maiores empresas do país, além de 18 institutos e fundações empresariais. É uma pesquisa que vem sendo realizada há 10 anos e conta com muita credibilidade no setor, medindo, entre outras coisas, a doação das empresas para as organizações da sociedade civil. O total em 2016? Apenas R\$ 512 milhões (COMUNITAS, 2017).

Outra pesquisa relevante, o *Censo Gife 2016* – instituição que reúne os principais investidores sociais do país, incluindo empresas, institutos corporativos, familiares e comunitários –, apresentou um número bem próximo ao do Bisc: R\$ 595 milhões foram doados por essas instituições às organizações brasileiras no ano de 2016 (SAEZ, SANTIAGO e MACCHI, 2017).

Já no que diz respeito à transferência de recursos públicos para OSCs, temos ainda mais dificuldade para saber os dados. A bem da verdade, não podemos sequer chamar esse tipo de transferência de doação – porque o recurso público não é de “propriedade” do governo, portanto, tecnicamente, o Estado faz transferência de renda, não doação –, mas também não é possível deixar de reconhecer a importância que a parceria entre organizações e agentes públicos tem em todo o país.

Não à toa, foi aprovada recentemente uma lei federal ordinária justamente para regulamentar essa relação, a de número 13.019/2014, popularmente conhecida como Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC).

O Mapa das Organizações da Sociedade Civil, uma ferramenta relevante que conta com dados das quase 400 mil organizações do país e é administrada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apresenta o total transferido pelo Governo Federal às organizações em 2016: apenas R\$ 3,57 milhões. Mesmo no ano em que houve maior transferência de recursos, em 2013, o total foi de apenas R\$ 8,738 milhões, longe do que é doado pelas empresas e ainda muito mais longe do que os indivíduos doam para as organizações em todo o país.

Portanto, como vemos, a doação dos indivíduos já é bastante significativa no Brasil, alinhando o país com a filantropia mundial, na qual os indivíduos financiam as causas e apoiam as organizações que as representam.

Por isso, as organizações da sociedade civil devem estar preparadas para receberem essas doações, e esse “estar preparado” tem nome: captação de recursos.

A captação de recursos é, do ponto de vista formal, o processo estruturado desenvolvido por uma organização para pedir as contribuições voluntárias (doações) que ela precisa. As doações não precisam ser necessariamente de recursos financeiros (dinheiro) e há muitos bons casos de organizações extremamente competentes em mobilizar doações de outros tipos de recursos. Porém, uma organização pode atuar muito bem mesmo que não receba nenhuma dessas outras doações, mas não conseguirá desenvolver suas atividades de forma plena se não receber dinheiro de forma permanente e continuada.

Se, formalmente, captação de recursos é um processo, na prática, significa ter uma equipe dedicada a pensar em ideias criativas para trazer as doações, aproximar a organização da comunidade, defender que ela seja o mais transparente possível etc. Significa contar com pessoas que compreendem que sua responsabilidade primeira é conseguir os recursos fundamentais para que a organização tenha impacto e cumpra integralmente a sua missão.

Costumamos comparar, de forma didática, a captação de recursos às secretarias de fazenda na administração pública ou à área de vendas/comercial nas empresas. Para as organizações, ela representa o mesmo que essas áreas em suas respectivas instituições: a receita.

É por isso que, ainda que não se goste de utilizar o nome “captação de recursos”, e há muito preconceito com essa denominação no setor, é fundamental que a organização tenha uma estratégia permanente de buscar as doações necessárias para sua atuação.

Pode-se chamar essa estratégia de mobilização de recursos, de área de desenvolvimento institucional, e até já encontramos o título de “gerência de investimento social”. Do ponto de vista prático, o resultado é o mesmo, e é ele que importa: buscar doações (receita) para garantir a sustentabilidade das organizações.

Fora do Brasil, a captação de recursos é conhecida como *fundraising*, cuja tradução mais literal seria “angariação de recursos”. Essa, porém, não foi a expressão escolhida quando se criou, em 1999, a Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), organização que representa os profissionais e atua pela promoção do tema no Brasil. Ao se definir por “captação de recursos”, os fundadores da ABCR consolidaram um nome que, muito provavelmente, seria difícil mudar hoje, para o bem ou para o mal.

Nas organizações brasileiras, a captação de recursos é uma área ainda a ser plenamente desenvolvida. Por mais que seja estranho imaginarmos um órgão público sem uma área para cobrar impostos ou uma empresa sem um setor (ou alguém) responsável pelas vendas, é muito comum vermos OSCs sem uma área de captação de recursos. Muito comum mesmo.

Segundo a pesquisa *TIS Osfil 2014*, somente 24% das organizações da sociedade civil brasileiras contam com área ou departamento de captação de recursos.

Esse percentual é baixíssimo e também chocante. Entendemos que captar recursos para as organizações – e, portanto, pedir doações – é parte de sua razão de ser e é o que as mantém. Captar recursos de forma perene e estratégica, aproximando doadores que acreditam no trabalho que elas realizam, faz com que as organizações tenham muito mais impacto e legitimidade, além de maior possibilidade de alcançar a sustentabilidade financeira.

Ao fazer da captação de recursos uma estratégia permanente, as OSCs conseguem dedicar sua energia à atuação por um país melhor para todos. Ao não fazê-lo, a falta de recursos se torna um empecilho, um problema, e além de precisar cumprir sua missão, as organizações acabam desperdiçando foco e tempo para fechar as contas sempre em cima da hora. É ineficiente e só traz prejuízos.

Porém, e é importante frisar isso: a dificuldade das organizações em captar recursos não é apenas resultante da sua própria gestão interna, que, na grande maioria dos casos, não prioriza as receitas, mas também é muito influenciada pelas dificuldades estruturais que temos no país para incentivar a doação.

Por aqui, ao contrário de muitos países, não há incentivos fiscais disseminados para a doação. Eles até existem no Brasil, mas são complexos, burocráticos e limitados a poucas causas, não abrangendo a ampla diversidade das organizações. Direitos humanos, meio ambiente e várias outras causas de extrema relevância ficam de fora, por exemplo. Não à toa, somente uma pequena parte da população efetivamente doa se utilizando de incentivos fiscais.

Também contamos, no Brasil, com uma dificuldade extra, um imposto cobrado das organizações em razão das doações que elas recebem, o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD). O ITCMD é previsto na Constituição Federal e a competência da sua cobrança é dos governos estaduais. Ele incide sobre qualquer doação que a organização recebe (alguns poucos estados têm isenções definidas por lei, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). Caso a organização não pague o imposto, ele pode ser cobrado do doador.

No Brasil, portanto, não somente não temos incentivos fiscais amplos e disseminados, mas ainda cobramos impostos sobre doação, criando um ecossistema extremamente negativo ao seu estímulo.

Um último exemplo de como o ambiente em que nos situamos pode desestimular as doações são os bancos. Ao contrário dos países em que as organizações são reconhecidas como atores importantes para o fortalecimento da democracia e contam com apoio para isso, no Brasil, nosso setor sequer é compreendido pelos bancos.

No caso específico deles, não há, por parte dos agentes financeiros, o entendimento de que as organizações da sociedade civil representam um setor da sociedade com características distintas das empresas. Não há protocolos bancários para abertura de contas de organizações (cuja constituição se dá por um estatuto social, não contrato social, como nas empresas), não há produtos específicos para processamento da doação (só existe boleto de pagamento, não de doação, por exemplo) e se acumulam os relatos de bancos que negam até cartão de crédito para as organizações, um produto financeiro cada vez mais disseminado hoje em dia.

Há, como vemos, muitos desafios para a promoção da doação no país, e, portanto, para a plena sustentabilidade financeira das organizações da sociedade civil. Começa nelas mesmas, entendendo a importância estratégica da captação de recursos (ou mobilização de recursos) para o seu futuro: é fundamental pensar nas receitas e não somente nas despesas. E passa por construirmos a compreensão – inclusive legal e financeira – de que as organizações devem contar com uma estrutura que estimule a doação em vez de dificultá-la, como acontece hoje com nossas leis e com os bancos.

Independente disso, há muitas boas notícias surgindo que nos deixam animados para o que vem pela frente. As organizações se uniram nos últimos anos e conseguiram aprovar a legislação que regulamenta a transferência de recursos públicos para as OSCs; há a proposta de criação do Marco Bancário da Doação; e campanhas de incentivo à doação, como o #diadedoar, se disseminam por todo o país, mobilizando cada vez mais recursos.

Há muitos desafios, é verdade, mas não estamos parados. Os próximos anos serão bastante agitados para todo o setor, e, esperamos, virão com estímulos à doação e à sustentabilidade financeira das organizações.

## Referências

CHARITIES AID FOUNDATION (CAF). *Brazil Giving 2017*. CAF, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/qhM-bfT>. Acesso em: 11 dez. 2017.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL (CGI). *TIC Osfil 2014 – Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas organizações sem fins lucrativos*. São Paulo: Cetic, out. 2015. Disponível em: <http://cetic.br/pesquisa/osfil/>. Acesso em: 11 dez. 2017.

COMUNITAS. *Benchmarking do Investimento Social Corporativo 2016*. Comunitas, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/FVLx4S>. Acesso em: 11 dez. 2017.

FOREQUE, Flávia. Igrejas arrecadam R\$ 20 bilhões no Brasil em um ano. *Folha de S. Paulo*, 27 jan. 2013. Disponível em: <https://goo.gl/6fbxQb>. Acesso em: 11 dez. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Mapa das Organizações da Sociedade Civil*. Disponível em: <http://mapaosc.ipea.gov.br>. Acesso em: 11 dez. 2017.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL (IDIS). *Pesquisa Doação Brasil 2015*. Idis, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/gNpmY>. Acesso em: 11 dez. 2017.

SAEZ, Erika Sanchez; SANTIAGO, Graciela; MACCHI, José Marcelo (Orgs.). *Censo Gife 2016*. São Paulo: Gife, 2017.

THE GIVING INSTITUTE. *Giving USA 2017*. Disponível em: <https://goo.gl/wynN53>. Acesso em: 11 dez. 2017.

TITO, Fábio. Cheias de doações, cidades atingidas têm dificuldade em receber materiais. *GI*, 21 nov. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/yjx84b>. Acesso em: 11 dez. 2017.